



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
DOUTORADO**



NADJA CONCEIÇÃO DE JESUS MIRANDA

**POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: ESTUDO DOS
TERRITÓRIOS E DO DIREITO À CIDADE
(2005-2015)**

Salvador

2016

NADJA CONCEIÇÃO DE JESUS MIRANDA

**POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: ESTUDO DOS
TERRITÓRIOS E DO DIREITO À CIDADE
(2005-2015)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise do espaço geográfico

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Salvador

2016

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

M672p Miranda, Nadja Conceição de Jesus
População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade /
Nadja Conceição de Jesus Miranda.- Salvador, 2016.
239 f. : il.Color.

Orientador: Prof. Dr.Gilberto Corso Pereira
Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto
de Geociências, 2016.

1. Morador de rua - Salvador (BA). 2. Direitos humanos -
Marginalidade social. 3. Geografia urbana - Políticas públicas -
Exclusão social. I. Pereira, Gilberto Corsor.II. Universidade Federal
da Bahia. III. Título.

CDU: 911.9:711(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: ESTUDO DOS TERRITÓRIOS E
DO DIREITO À CIDADE (2005-2015)

NADJA CONCEIÇÃO DE JESUS MIRANDA

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira
Doutor em Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA, Brasil.



Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva
Doutora em Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA, Brasil.



Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA, Brasil.



Prof. Dr. Cloves Luiz Pereira Oliveira
Doutor em Ciência Política
Departamento de Ciências Políticas, UFBA, Brasil.



Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Doutor em Sociologia
Programa de Ciências Sociais, UFBA, Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 29 de junho de 2016

Dedicatória

À população de rua de Salvador e de São Paulo que viu, na escuta proporcionada por esta pesquisa, um meio de fazer ecoar suas histórias, seus dilemas e seus desejos.

AGRADECIMENTOS

São muitos os obstáculos que surgem durante quatro anos de doutoramento. O que não permite que desistamos no meio do caminho são as pessoas que nos apóiam e nos estimulam nessa trajetória. São pessoas que compreendem a importância da pesquisa acadêmica, da qualificação profissional e que estiveram sempre a postos para contribuir, nesse contexto, de alguma forma. Assim, são muitos os agradecimentos:

A Deus, pela minha vida, e por esta reencarnação comprometida com o reconhecimento e com o respeito das diferenças. Aos meus pais que, estando no mundo espiritual, deixaram um ensinamento importante: “se ponha sempre no lugar do outro”.

Ao meu companheiro, amigo e marido Rogério, que compartilhou todos os meus momentos de aflições durante esta pesquisa se tornando um grande parceiro nas demandas domésticas para que eu pudesse dedicar mais tempo na escrita da tese, além de me estimular, cotidianamente, para que me mantivesse firme.

Ao professor Gilberto Corso que me acolheu como orientanda e, mesmo conhecendo pouco o meu percurso acadêmico, confiou nas recomendações da orientadora do Mestrado, professora Maria Auxiliadora. Assim, pacientemente, orientou-me, sugeriu caminhos e, simultaneamente, respeitou a minha autonomia como pesquisadora.

Aos membros da banca, que eticamente e profissionalmente, fizeram considerações pertinentes, no sentido de contribuir na melhoria da qualidade do trabalho. Na qualificação, foram firmes nas críticas, o que me motivou a buscar, nas minhas escolhas teórico-metodológicas, as articulações e as concepções sobre o tema.

Às minhas irmãs e sobrinhas que me apoiaram incondicionalmente todas as vezes que necessitei de uma delas com relação às meninas: tomaram conta nos finais de semana, foram acompanhantes nas atividades extras escolares e se tornaram tutoras durante todo o período das férias de junho de 2016, em Porto Alegre.

À Marcela que acompanhou as observações e as entrevistas, atenta aos recortes a serem fotografados.

Aos familiares e amigos que compreenderam as minhas ausências nos eventos sociais e me deram força: “Daqui a pouco você termina, fique tranquila”.

Às amigas especiais que se propuseram a ler meus capítulos para fazer a “limpeza” dos muitos equívocos cometidos ao longo da escrita: Maria Luiza, Margarete e Mayara.

A Ana Cláudia que se voluntariou na tradução dos resumos.

A Heibe que pacientemente materializou as minhas elaborações cartográficas.

Aos gestores do Colégio Militar de Salvador que compreenderam a necessidade de liberação das atividades profissionais para realizar a pesquisa de campo e não colocaram óbice para me liberar por dois anos, integralmente, e por mais seis meses parcialmente, conforme previsto em legislação. Aqui, agradecimento especial ao Capitão Marques e ao Tenente Coronel Moraes Ramos e aos colegas que me substituíram durante a minha licença.

Aos profissionais dos serviços de atendimento à população de rua, que, gentilmente, concederam entrevistas e contribuíram significativamente com os resultados desta pesquisa.

A todos da população de rua e aos ativistas que dedicaram parte do seu tempo em conceder entrevistas, dialogar, ensinar sobre a vida de quem vive nas ruas de Salvador e de São Paulo, porque sem estas entrevistas este trabalho seria somente um “olhar de janela”. Nesse contexto, agradecimentos especiais a Luiz Gonzaga que me acompanhou na fase das observações, me ensinou a andar pelas ruas e becos da Cidade Baixa e da Cidade Alta do Centro Antigo de Salvador e a Otton que fez o mesmo que Luiz Gonzaga, no Centro de São Paulo.

Epígrafe

[...] Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a eles e que no entanto lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização (na, porém frequentemente contra a sociedade – pela, porém frequentemente contra a “cultura”). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade.[...]

(Lefebvre, 1991, p. 143)

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **População de Rua em Salvador-Ba**: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015). 239f. II. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a população de rua, em Salvador-Ba, tendo a dimensão do direito à cidade como perspectiva que constitui, por um lado, os territórios e, por outro, os espaços assistenciais. Assim, compreendeu-se o direito à cidade tanto pela sua dimensão política e filosófica quanto como algo a ser construído e conquistado pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade. Entendendo-se que os territórios são as produções socioespaciais da população de rua e os espaços de assistência são as produções socioespaciais originadas das políticas públicas e da sociedade civil. Com isso, buscou-se apreender as dimensões e os conflitos do direito à cidade, contidos nos territórios desta população e nos espaços assistenciais por ela ocupados. Ou seja, apesar de considerar-se a ideia de que o direito à cidade se faz presente nas diversas e complexas discussões sobre a população de rua como agenda política e como acesso a direitos sociais, entende-se que o direito à cidade, na dimensão política e filosófica, não é luta e construção específica da população de rua, mas sim uma luta e construção de todos que acreditam numa vida urbana renovada. Assim sendo, para alcançar o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos empregados se centraram na pesquisa de campo. Por isso, durante um ano e seis meses, entrevistou-se a população de rua que vive nos espaços públicos e nos espaços assistenciais e assistida por projetos, além dos profissionais e os ativistas que atuam nessa seara. Concluindo-se que as vozes e as práticas dos sujeitos da pesquisa emergem simultaneamente, seja pelo direito à cidade (como uma dimensão legal de direitos sociais), seja pela dimensão política e filosófica. Além de ter sido possível a compreensão de que a população de rua é síntese da negação do direito à cidade (legal, político e filosófico) e antítese dessa negação, pois, morar na rua tem tanto o sentido de reprodução quanto o de luta.

Palavras-chave: População de rua, território, espaços de assistenciais e direito à cidade.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the homeless population, having the dimension of the right to the city as a perspective which is, on one hand, the territories and, on the other, the care institutions. Thus, it was understood the right to the city not only for its political and philosophical dimensions but also as something to be built and won by popular struggles against the Capitalist logic of the city production. It was understood that the territories are the sociospatial productions of the homeless and care spaces originated from public policies and civil society. Thus, it sought to grasp the dimensions and the conflicts of the rights to the city, contained in the territories of this population and care spaces where it is found. That is, although, considered the idea that the right to the city is present in many and complex discussions about the street population as a political claim and as access to social rights, it is understood that the right to the city, in the political and philosophical dimensions, is not fighting and specific construction of the street population, but a struggle and construction of all who believe in a renewed urban life. To achieve the goal of this work, the used proposed methodological procedures focused on the field research. So, for a year and six months, homeless people who live in public spaces and in care spaces were interviewed, besides that one that was assisted, and professionals and activists that work in this area. Concluding that the voices and the practices of the research subjects emerge simultaneously, is the right to the city (as a legal dimension of the social rights), is the political and philosophical dimensions. In addition of being possible the understanding that the homeless population is a denial synthesis to the right to the city (legal, political and philosophical) and antithesis of this denial. Because living on the streets has both the sense of reproduction and the struggle.

Keywords: street population, territory, care spaces and right to the city.

RESUMEN

La presente tesis tiene como objetivo analizar la población callejera teniendo la dimensión del derecho a la ciudad como perspectiva que constituye, por un lado, los territorios y, por otro, los espacios asistenciais. Así, se comprendió el derecho a la ciudad tanto por su dimensión política y filosófica cuánto cómo algo a ser construido y conquistado por las luchas populares contra la lógica capitalista de producción de la ciudad. Entendiéndose que los territorios son las producciones socioespaciais de la población callejera y los espacios de asistencia son las producciones socioespaciais originadas de las políticas públicas y de la sociedad civil. En eso, buscou-incautarse las dimensiones y los conflictos del derecho a la ciudad, contenidos en los territorios de esta población y en los espacios asistenciais por ella ocupados. O sea, a pesar de considerarse la idea de que el derecho a la ciudad se hace presente en las diversas y complejas discusiones sobre la población callejera como conlamarão política y como acceso a derechos sociales, se entiende que el derecho a la ciudad, en la dimensión política y filosófica, no es lucha y construcción específica de la población callejera, pero sí una lucha y construcción de todos que creen en una vida urbana renovada. Para alcanzar el objetivo propuesto, los procedimientos metodológicos empleados se centraron en la investigación de campo. Por eso, durante un año y seis meses, se entrevistó la población callejera que vive en los espacios públicos y en los espacios asistenciais, además de aquella asistida y de los profesionales y activistas que actúan en esa seara. Concluyéndose que las voces y las prácticas de los sujetos de la investigación emergen simultáneamente, sea por el derecho a la ciudad (como una dimensión legal de derechos sociales), sea por la dimensión política y filosófica. Además de haber sido posible la comprensión de que la población callejera es síntesis de la negación del derecho a la ciudad (legal, político y filosófico) y antítesis de esa negación, pues, vivir en la calle tiene tanto el sentido de reproducción cuanto lo de lucha.

Palabras clave: Población callejera, territorio, espacios de asistencia y derecho a la ciudad.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	DIÓGENES SENTADO EM SEU BARRIL CERCADO POR CÃES	49
FIGURA 02	CIDADES COM MAIORES POPULAÇÃO DE RUA DO MUNDO	55
FIGURA 03	CENSO DE POPULAÇÃO DE NO BRASIL, 2008	67
FIGURA 04	CAPA DA CARTILHA DO MNPR	68
FIGURA 05	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	82
FIGURA 06	CAPA DO JORNAL AURORA DA RUA	105
FIGURA 07	FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O PROJETO LEVANTA-TE E ANDA	110
FIGURA 08	JARDIM DE ENTRADA DO PROJETO LEVANTA-TE E ANDA SALVADOR, 2015	113
FIGURA 09	SÍMBOLO DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA	114
FIGURA 10	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA POPULAÇÃO	116
FIGURA 11	REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE	117
FIGURA 12	NATAL SOLIDÁRIO – PRAÇA DA PIEDADE	121
FIGURA 13	FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO POP	137
FIGURA 14	FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA A UNIDADE DE ACOLHIMENTO DE PAU DA LIMA	140
FIGURA 15	FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA A UNIDADE DE ABRIGAMENTO INSTITUCIONAL DE ITAPUÃ	142
FIGURA 16	PONTO DE CIDADANIA, PRAÇA MARECHAL DEODORO – SALVADOR	150
FIGURA 17	PROJETO CORRA PRO ABRAÇO, SALVADOR-BA, 2013	153
FIGURA 18	ESPAÇOS ASSISTENCIAS PARA A POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	157
FIGURA 19	LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS	166
FIGURA 20	CANTEIRO NA AVENIDA GARIBALDI	168
FIGURA 21	CRIAÇÃO DE AVES, AV. GARIBALDI	169
FIGURA 22	PERTENCES DO MORADOR DE RUA NA AV GARIBALDI	169
FIGURA 23	CRIAÇÃO DE AVES DE E., AVENIDA ANITA GARIBALDI SALVADOR, 2015	170
FIGURA 24	J., MORADOR DE RUA, ADHEMAR DE BARROS, MURO DA VILA MILITAR	171
FIGURA 25	J. MORADOR DE RUA, AVENIDA ADHEMAR DE BARROS SALVADOR, 2015	172
FIGURA 26	PERTENCES DE J., MORADOR DE RUA NA AVENIDA ADHEMAR DE BARROS, SALVADOR-BA, 2014	173
FIGURA 27	PERTENCES DE J., MORADOR DE RUA, AV ADHEMAR DE BARROS,	173
FIGURA 28	C.,MORADOR DE RUA, AV. LUÍS VIANA FILHO	175
FIGURA 29	PRAÇA MARECHAL DEODORO, (PRAÇA DAS DUAS MÃOS) COMÉRCIO	179
FIGURA 30	PRAÇA MARECHAL DEODORO, (PRAÇA DAS DUAS MÃOS) COMÉRCIO- SALVADOR	180
FIGURA 31	FOGUEIRA FEITA PELA POPULAÇÃO DE RUA QUE VIVE NA PRAÇA, MARECHAL DEODORO(PRAÇA DAS DUAS MÃOS) COMÉRCIO	181
FIGURA 32	MATERIAL DE TRABALHO, PRAÇA MARECHAL DEODORO (PRAÇA DAS DUAS MÃOS)	182
FIGURA 33	ATIVIDADE CULTURAL DO PROJETO CORRA COM A	183

	POPULAÇÃO DE RUA	
FIGURA 34	APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS	184
FIGURA 35	AÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS	185
FIGURA 36	MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS CONTRA A DEMOLIÇÃO PARCIAL DA PRAÇA PARA EXPLORAR ESTACIONAMENTO	186
FIGURA 37	ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DAS DUAS MÃOS	186
FIGURA 38	VIADUTO DA VIA EXPRESSA, ÁGUA DE MENINOS	187
FIGURA 39	BANDEIRA DO MNPR NO VIADUTO DA VIA EXPRESSA, ÁGUA DE MENINOS	188
FIGURA 40	LIXEIRA APROPRIADA POR UM GRUPO DE POPULAÇÃO DE RUA, COMUNIDADE DA SORONHA, ITAPUÃ	190
FIGURA 41	AREAL ONDE A POPULAÇÃO DE RUA FICAVA ANTES DA EXPULSÃO	191
FIGURA 42	MORADIA IMPROVISADA, COMUNIDADE DA SORONHA	192
FIGURA 43	TERRITÓRIOS DA POPULAÇÃO DE RUA E A MOBILIDADE DOS SUJEITOS	194
FIGURA 44	VIADUTO LIGAÇÃO CANELA/CAMPO GRANDE	196
FIGURA 45	PRAÇA CASTRO ALVES FIGURA 45 – PASSARELA, ORLA ATLÂNTICA, COSTA AZUL, SALVADOR, 2014	197
FIGURA 46	ABRIGO DE ÔNIBUS, PADRÃO RENUB, ESTAÇÃO DA LAPA, SALVADOR-BA, 2008	197
FIGURA 47	ABRIGO DE ÔNIBUS MODELO GRIMSHAW, DA CAMUSA	198
FIGURA 48	PRAÇA IRMÃ DULCE, LARGO DE ROMA	198
FIGURA 49	INTERVENÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO EM PRAÇAS APROPRIADAS PELA POPULAÇÃO DE RUA – SALVADOR-BA (2014)	199

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA EM SALVADOR, 2010	74
GRÁFICO 02	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	81
GRÁFICO 03	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ORIGEM ,SALVADOR, 2014	81
GRÁFICO 04	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR SEXO SALVADOR, 2014	83
GRÁFICO 05	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR FAIXA ETÁRIA, SALVADOR, 2014	84
GRÁFICO 06	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ESCOLARIDADE, SALVADOR, 2014	84
GRÁFICO 07	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ETNIA/RAÇA, SALVADOR, 2014	85
GRÁFICO 08	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, SALVADOR, 2014	87
GRÁFICO 09	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, SEGUNDO O MOTIVO DE ESTAR NA RUA, SALVADOR, 2014	89
GRÁFICO 10	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELO DESEJO DE RETORNAR À CIDADE DE ORIGEM, SALVADOR, 2014	90
GRÁFICO 11	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELO LUGAR DE MORADIA, SALVADOR, 2014	91
GRÁFICO 12	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELA RENDA MÉDIA MENSAL, SALVADOR, 2014	92

GRÁFICO 13	DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO, SALVADOR, 2012	125
GRÁFICO 14	VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO, SALVADOR, 2013	127
GRÁFICO 15	DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO, SALVADOR, 2014	128
GRÁFICO 16	VALORES RECEBIDOS PELO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALVADOR PARA UNIDADES DE ACOLHIMENTO	129
GRÁFICO 17	VALORES RECEBIDOS PELO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALVADOR PARA CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	130

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	POPULAÇÃO DE RUA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SALVADOR, 2014 E 2015	93
TABELA 02	DOCUMENTOS QUE POSSUEM	94
TABELA 03	REPASSES DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA AS EQUIPES DE CONSULTÓRIOS NA RUA, SALVADOR, 2015	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	RESUMO DAS INSTÂNCIAS TEÓRICAS	52
QUADRO 02	SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE TRATA DE PENALIDADES A VÁRIOS E MENDIGOS	65
QUADRO 03	SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA DE DIREITOS À POPULAÇÃO DE RUA 2005-2015	70
QUADRO 04	PROFISSÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA POPULAÇÃO DE RUA	88
QUADRO 05	SÍNTESE DE DADOS DA POPULAÇÃO DE RUA SALVADOR, 2008	95
QUADRO 06	RESULTADOS DO PROGRAMA BAHIA ACOLHE (2013-2014)	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- CAS – Conselho de Assistência Social
- CNDDH – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CIT – Comissão Intergestores Tripartite
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNBB – Conselho Nacional de Bispo do Brasil
- DF – Distrito Federal
- D.O.U – Diário Oficial da União
- ECR – Equipe de Consultório na Rua
- FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
- ID – Índice de Desenvolvimento
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais
- LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MNPR – Movimento Nacional de População de Rua
- NOB – Norma Operacional Básica
- NIS – Número de Inscrição Social
- ONG – Organização Não Governamental
- OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PSB – Proteção Social Básica
- PSE – Proteção Social Especial
- PSE/AC – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

PSE/MC – Proteção Social Especial de Média Complexidade

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RH – Recursos Humanos

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SEDES-BA – Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia

SEMPS – Secretaria Municipal de Promoção Social

SICON – Sistema de Gestão e Condicionalidades do Programa Bolsa Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TRANSALVADOR – Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	23
1 ESCRITAS SOBRE O FENÔMENO URBANO: POPULAÇÃO DE RUA	47
1.1 UM FENÔMENO URBANO: DAS CIDADES ANTIGAS ÀS CIDADES GLOBAIS	47
1.2 NO BRASIL: OS “DESCCLASSIFICADOS SOCIAIS” DOS NÚCLEOS URBANOS, OS “VADIOS” DAS CIDADES IMPERIAIS E OS “EXCLUÍDOS E DESQUALIFICADOS” DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: DENOMINAÇÕES HISTORICAMENTE CONSTRUÍDAS	56
1.3 O SURGIMENTO E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	65
2 A POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: QUEM É, COMO VIVE, DE ONDE VEM, ONDE ESTÁ?	73
2.1 A POPULAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO SÓCIOESPACIAL DE SALVADOR	74
2.2 UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS DADOS	79
2.3 SÍNTESE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E ANTÍTESE PARA A LUTA DO DIREITO À CIDADE	95
3 OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS: DO ACESSO AOS DIREITOS LEGAIS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O DIREITO À CIDADE	97
3.1 OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA SOCIEDADE CIVIL	102
3.1.1 A Comunidade da Trindade	102
3.1.2 O Jornal Aurora	105
3.1.3 O Projeto Levanta-te e Anda	109
3.2 O MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	113
3.3 OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	124
3.3.1 Os Equipamentos e serviços de atenção à população de rua	128
3.3.1.1 Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua	132
3.3.1.2 As Unidades de Abrigamento Institucional	138
3.3.2 Consultório na Rua	144
3.4 ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL	147
3.4.1 O Ponto de Cidadania	149
3.4.2 O Projeto Corra Pro Abraço	150
4 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DA POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	158
4.1 O RECORTE POSSÍVEL NAS ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES	158
4.2 A IDEIA DE <i>APROPRIAÇÃO</i> E <i>PODER</i> NAS TERRITORIALIDADES DA POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR	161
4.3 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADE INDIVIDUAIS	167
4.4 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADE DE GRUPOS	178
4.5 OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO DIREITO À CIDADE	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200

REFERÊNCIAS	205
APÊNDICE	217
ANEXOS	220



APRESENTAÇÃO

Quando criança, no distrito de Central, no município de Pojuca, interior da Bahia, lembro-me que sempre que aparecia um andarilho ou mendigo em casa, pedindo algum auxílio, nossa mãe e irmã tinham medo de entregar a doação, pois achavam que todo mendigo era perigoso; eu, corajosamente, ou mais por curiosidade, me oferecia para cumprir essa missão e não me contentava só em fazer a entrega, queria conversar com eles (as), saber de onde vinham, porque passavam por Pojuca e porque viviam naquela condição. Essa curiosidade me acompanhou pela adolescência, quando vinha de visita à Salvador, capital do estado, na década de 1980, via que o que era esporádico no interior, na cidade grande, era intenso.

Já em 2002, como aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no âmbito da disciplina O Espaço Geográfico na Literatura, ministrada pela professora Maria Auxiliadora, e estimulada com a leitura do romance Capitães da Areia, de Jorge Amado, pude enfim começar a explorar a curiosidade de infância. Naquela época, motivada pelo desejo de desempenhar um papel social mais ativo e de, pelo menos, contribuir para tornar legível e legítima uma realidade que é, ao mesmo tempo, tão próxima e tão distante de muitos de nós. A lembrança de infância, a “viagem” pela ficção e a observação da realidade nas grandes cidades brasileiras convergiram como fomento para balizar a ideia do tema daquela pesquisa e para desafiar meus limites cognitivos como aprendiz da Geografia, uma vez que minha formação inicial é a graduação em História.

Os primeiros passos desse desafio se deram com a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado. Naquela oportunidade, verificamos os espaços públicos apropriados e usados pela população de rua, a partir da compreensão da tríade de Lefebvre (1991) - o espaço concebido, o percebido e o vivido - como dimensões da realidade socioespacial. Para isso, comparamos três regiões administrativas de Salvador (o Centro, a Barra e Itapagipe) e percebemos a riqueza de discussões sobre o espaço urbano que nossas descobertas geraram, bem como o quanto ainda havia para ser explorado.

Assim, o Doutorado configurou-se na oportunidade de dar continuidade a

essa investigação. Em 2012, o projeto inicial deste trabalho pretendia realizar um estudo da produção socioespacial da população de rua em Salvador e São Paulo. Inclusive, chegou-se a realizar pesquisas bibliográficas e documentais, coletas de dados e pesquisa de campo na capital paulista, onde encontramos uma vasta produção bibliográfica sobre a temática, também um vasto campo para ser trabalhado.

Isso nos mostrou a complexidade e, principalmente, a amplitude do que seria trabalhar com as duas cidades. Além de termos verificado que, enquanto São Paulo tinha uma vasta bibliografia, em Salvador a produção bibliográfica sobre o tema ainda era bastante reduzida. A presença de muitos trabalhos em São Paulo nos fez perceber as ausências em Salvador; portanto, em nosso entendimento, naquele momento, havia uma maior necessidade e era mais salutar uma contribuição acadêmica voltada para Salvador. Esse foi o ponto de definição para optarmos em não prosseguir com São Paulo e tentarmos investigar mais profundamente o fenômeno em Salvador.

Dessa forma, redefinimos nossos objetivos, direcionando-os apenas para Salvador, e estabelecemos como objetivo geral a análise da população de rua tendo a dimensão do direito à cidade como perspectiva que constitui, por um lado, os territórios e, por outro, os espaços assistenciais. Importante destacar que o direito à cidade neste trabalho é entendido na dimensão política e filosófica defendida por Lefebvre (1991), mas também na sua dimensão legal, como inferido por Trindade (2012).

Para operacionalização da pesquisa perseguimos os seguintes objetivos específicos: compreender, historicamente, as representações sociais construídas para as pessoas que vivem nas ruas e fora do mundo do trabalho formal, como forma de verificar as simultaneidades temporais em torno do fenômeno; identificar os territórios da população de rua, em Salvador; analisar as políticas públicas, no Brasil, que buscam reconhecer a população de rua como pessoas de direito, assim como o papel do Movimento Nacional de População de Rua nesse processo; verificar a execução das políticas públicas em Salvador; identificar e analisar as práticas socioespaciais da população de rua, em Salvador; discutir no âmbito da Geografia Urbana as práticas socioespaciais da população de rua na perspectiva do direito à cidade. Nesse sentido, norteamos nossas construções a partir da seguinte questão: É possível ter direito à cidade enquanto população de rua?

A fim de responder ao questionamento e aos objetivos propostos, formatamos o trabalho com a seguinte composição: introdução, quatro capítulos e as considerações finais.

Na introdução, desenvolvemos o caminho teórico-metodológico que norteou tanto o objetivo geral, quanto os objetivos específicos do trabalho, assim como, apresentamos as perspectivas de análises que estruturam os resultados da tese.

O Capítulo I - intitulado Escritas sobre o fenômeno urbano: população de rua - é uma síntese da pesquisa bibliográfica e documental sobre a presença de pessoas que historicamente, no mundo ocidental, onde se insere o Brasil, vivem nas ruas. A partir da concepção de trabalho como atividade dignificadora e o não trabalho e não moradia como classificação da ociosidade, vagabundagem e vadiagem, buscamos pontuar as representações sociais atribuídas a essas como forma de enquadrá-las juridicamente na criminalidade. Afinal, até hoje, essas representações pesam na vida de quem vive nas ruas e tem seus direitos negados a todo o momento, especialmente devido a esta condição.

Nesse capítulo, também verificamos os avanços na legislação brasileira que permitiram, do ponto de vista legal, à população de rua ser reconhecida como portadora de direitos. Além de ter sido possível percebemos como tem sido difícil colocar em prática as políticas públicas oriundas dessa legislação, isso porque ela desafia, em certa medida, a produção espacial hegemônica das cidades brasileiras, em especial de Salvador.

O Capítulo II - População de rua em Salvador: “Quem é? Como vive? Onde está?”. Esse capítulo é resultado da compilação de dados oriundos das pesquisas documentais e das informações obtidas na pesquisa de campo. Nesse contexto, buscamos dar visibilidade à existência desses sujeitos nos espaços públicos, bem como, analisar a situação socioeconômica dos mesmos no contexto da cidade, como espaço de reprodução do capital. Dessa forma, inferimos que, mesmo vivendo em condição material precarizada, como a que vivem esses sujeitos, eles estão inseridos na reprodução do modo de produção capitalista.

O Capítulo III - denominado Espaços assistenciais: do acesso ao direito à política - é resultado das pesquisas documental e de campo. Nele, analisamos os espaços assistenciais, os de iniciativa pública e os de iniciativa da sociedade civil, que prestam serviços à população de rua. A análise se deu a partir das vozes que emergiram nas entrevistas, tanto da população de rua assistida quanto dos

profissionais que atuam nesses espaços. Assim, pudemos mapear geograficamente estes espaços e também analisar os limites e as possibilidades das políticas públicas executadas em Salvador. Foi possível ainda averiguarmos os trabalhos desenvolvidos por instituições religiosas, que, no campo da solidariedade, têm produzido espaços alternativos a esse segmento da população.

O capítulo IV - Territórios e Territorialidades da população de rua: espaços de reprodução e de luta - também foi resultante da pesquisa de campo. Nele desenvolvemos uma análise dos territórios da população de rua - Comércio (Praça Marechal Deodoro), Avenida Jequitaia (sob o viaduto, em Água de Meninos); Itapuã (Comunidade Baixa da Soronha); Avenida Luis Viana Filho; Ondina (Avenida Adhemar de Barros e Avenida Garibaldi). As análises foram construídas, a partir das entrevistas concedidas pelos sujeitos que produziram estes territórios.

As incursões nesses territórios permitiram dar visibilidade à produção socioespacial que parece inexistente na cidade, mas que, todavia, faz de determinados territórios o que eles são. Nesse capítulo, analisamos práticas socioespaciais oriundas de acordos, de relações de poder e de relações de solidariedade.

Assim, construímos uma discussão sobre apropriação dos espaços públicos, práticas socioespaciais, territórios e territorialidades, salutar aos estudos da Geografia Urbana.

Nas considerações finais, retomamos as questões centrais de cada capítulo, analisando como a perspectiva do direito à cidade é discutida em cada um deles, para concluirmos que a luta pelo direito à cidade não é só uma luta da população de rua. Como o espaço urbano tem sido, cada vez mais, dominado pelo mercado - pelo valor de troca - o direito à cidade acaba sendo uma luta de todos nós que acreditamos, numa vida urbana renovada, onde as práticas socioespaciais sejam diferentes, mas não desiguais.

INTRODUÇÃO

“É preciso decifrar os significados mais profundos do urbano, é preciso traduzir a vida urbana em sua realidade prático-sensível. O espaço urbano como produção social sai da prática, do modo de produção, das relações dominadas pelo capital, mas reage a eles” (CARLOS, 2001, p. 92).

Pensar o espaço urbano como espaço de luta foi o que norteou o pensamento que estruturou esta tese. Num contexto em que a cidade é cada vez mais centro da acumulação ampliada do capital, tornar visíveis as lutas e as resistências existentes nos subterrâneos podem contribuir para o fortalecimento das práticas socioespaciais que, em alguma dimensão, lutam contra esse processo de homogeneização. Não perder de vista a lógica do conflito espacial presente nos territórios e nos espaços de assistência ocupados pela população de rua, não foi uma tarefa fácil, afinal o trabalho de doutoramento é solitário, o que leva o autor a querer dar conta de uma totalidade, que não é possível. Outro ponto foi reconhecer que o fenômeno da população de rua é uma discussão do urbano, por isso, complexo, dessa forma, desafiador para a Geografia.

Posto isso, entendeu-se que se fazia necessário deixar evidente, neste ponto do texto, o que é a população de rua enquanto sujeitos desta pesquisa. Assim, a partir da definição de Bezerra; Rosa; Vieira (1994) explicitou-se a população de rua como aquela que abrange a diversidade que caracteriza os sujeitos “que vivenciam condições precárias de vida e utilizam a rua como abrigo e moradia” (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994, p. 93-94). Compreendido que os sujeitos dessa pesquisa são pessoas adultas (homens e mulheres) que vivem nas ruas e, ao mesmo tempo, que ressignificam esses espaços públicos como abrigo e moradia, também usufruem dos espaços assistenciais públicos ou privados, no capítulo I, foi realizada uma discussão dos termos que, historicamente, permitiram construir e designar as pessoas que vivem diuturnamente nas ruas das cidades. No mesmo capítulo, foi aprofundado o porquê da escolha pelo termo população de rua, anteriormente

apenas esboçado.

Assim, em princípio, considerou-se que há uma produção socioespacial da população de rua no espaço urbano e inferiu-se que esta só poderia ser vista a partir do seu cotidiano e das dimensões socioespaciais e políticas que os envolvem. Reconhecendo-se os territórios da população de rua como espaços de reprodução e também como espaços de luta e resistência, é que se propôs sua análise como recorte espacial na perspectiva do direito à cidade. Assim, buscou-se avançar nesse desafio que vem sendo inserido no âmbito da Geografia Urbana por alguns autores, como Santana (2002), Miranda (2003), Justo (2006), Martins (2009) e Robaina (2009, 2015).

Nessa perspectiva, dialogou-se com o filósofo Lefebvre (1973, 1976, 1991a, 1991b, 2008) entendendo que este tem relevante contribuição teórica para a Geografia Urbana, no que se refere à concepção do espaço como socialmente produzido não só por agentes hegemônicos, mas também por sujeitos diferentes na cotidianidade. A crítica dele à “sociedade burocrática do consumo dirigido” e suas bases estruturantes e à sua racionalidade, contribuiu para um aprofundamento na ideia de dimensões de análise da realidade, destacando a tríade da produção do espaço social: o concebido, o percebido e o vivido. Assim, a visão do autor do espaço tempo de simultaneidades, conflitos e contradições, se traduzem em suas inferências sobre o espaço urbano como espaço de luta e de renovação como direito de todos.

Como afirmam Gehlen; Schuch (2012, p. 12-13) é necessária uma visão que ultrapasse os determinismos deste fenômeno, que produzem uma visão essencialista. A base desse entendimento está, por um lado, no fato de que “estar nas ruas é um problema que requer intervenções e práticas do governo com a simples retirada das ruas” e, por outro, na ideia das “casualidades macroestruturais que subentende as pessoas em situação de rua como sujeitos da ‘falta’”. Posto isso, os autores argumentam que a investigação do fenômeno requer uma “visão mais complexa”, devido a multicasualidades que envolvem sua origem como,

processos sociais históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas dos sujeitos, quanto o reconhecimento de que rua é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitados por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento (GEHLEN; SCHUCH, 2012, p.

13).

Assim entende-se que estudar as práticas socioespaciais da população de rua, na sua complexidade e multicasualidades, envolve níveis e dimensões da realidade presentes nas abordagens teóricas e metodológicas lefebvriana. Nesse sentido, foi base neste diálogo também a concepção de Direito à Cidade, a partir da qual Lefebvre (1991a) lança a ideia de luta por uma cidade renovada, no sentido de qualidade e bem-estar para a vida de seus habitantes. Para chegar a esta posição, o autor faz uma análise sobre as transformações ocorridas nas cidades a partir do processo de industrialização e como estas passaram a atender às demandas deste processo. Não obstante, destaca como as cidades foram deixando de ter “valor de uso” e se transformaram em “valor de troca”, onde os habitantes vão perdendo o direito sobre os espaços públicos, à “obra e à arte”, no sentido da participação do espaço urbano.

Com isso Lefebvre (1991a) critica o racionalismo do urbanismo que se distancia das práticas sociais, na medida em que pensa mais nos objetos no espaço do que nos sujeitos. Contrário a essa concepção técnica, o autor propôs pensar o espaço como socialmente construído, ou seja, uma preocupação centrada no sujeito e no seu cotidiano. Essa concepção tem como base a apropriação do espaço pelos cidadãos e a forma como cada indivíduo imprime as diferenças no espaço urbano. Com estas concepções, Lefebvre (1991a) lança o ideal de que outra cidade é possível como expressão máxima dos demais direitos, é nesse sentido que ele afirma:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991a, p.135).

O que o autor destaca é a cidade como possibilidade da realização humana, para além da reprodução do capital, onde os direitos à cidadania não são apenas formalidades e sim práticas sociais: trabalho, instrução, habitação, lazer, saúde, educação e vida.

O entendimento do espaço como dimensão socialmente produzida leva a ratificar que todo sujeito, no espaço urbano, produz espaços a partir das suas práticas socioespaciais. Ainda que se esteja falando de sujeitos que estão fora da

lógica do trabalho formal e da moradia formal. Dois eixos de sustentação do espaço urbano como valor de troca.

Embora a população de rua não seja um tema específico nas discussões desses autores, encontram-se contribuições significativas de geógrafos que numa linha influenciada pelas concepções lefebvrianas – como Santos, M. (1996), Harvey (2014) e Haesbaert (2004) – perceberam e reconheceram o papel ativo dos sujeitos na produção socioespacial. Além de outros, que não necessariamente na linha lefebvriana, mas também vêm reconhecendo as tessituras de grupos sociais urbanos precarizados, como é o caso de Souza, M. (2009) na luta pelo direito à cidade. Dessa forma, estes autores também contribuíram para nortear as análises do tema proposto neste trabalho.

Santos, M. (1996), com sua obra *O Espaço do Cidadão*, no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988, aproxima suas análises da realidade brasileira aos pressupostos do Direito à Cidade de Lefebvre. Nesse trabalho, Santos, M. apontou críticas pertinentes à cidadania regulada no Brasil, quando destacou aspectos importantes como: “o consumidor não é o cidadão” e que o “cidadão é multidimensional” (SANTOS, M., 1987, p. 41).

Com essas afirmações, ele critica os símbolos propagados da cidadania daquele contexto: bens materiais, bens imateriais ou culturais e mesmo o título de eleitor. Segundo o autor, a cidadania acontece quando o “indivíduo realiza inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade” (SANTOS, M., 1987, p. 42), ao afirmar que “a cidadania é multidimensional entende que cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida” (SANTOS, M., 1987, p. 42).

Assim, a crítica se formulava em torno da inversão do cidadão em consumidor, pois este último é o que se alimenta de parcialidades. Outra crítica apresentada por Santos, M. é com relação ao direito de morar, para o autor “confundido em parte da literatura especializada com direito a ser proprietário de uma casa” (SANTOS, M., 1987, p.45).

No conjunto dessas críticas apontadas por Santos, M. (1996) insere-se as questões inerentes à população de rua: poder se tornar cidadão pleno e poder morar na rua como direito. Questões que envolvem a perspectiva do direito à cidade que serão discutidas nesse capítulo.

As inferências de Santos, M. (1987) sobre a cidade, levantadas há 28 anos,

podem ser feitas sobre a urbe neste século XXI. Assim, como Lefebvre (1991b), esse autor também apontou críticas, no entanto, esboçou possíveis saídas. É, nesse contexto, que se destacam as possibilidades do cotidiano visto como a “escola da desalienação” e,

mesmo sendo fábrica de preconceitos, natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação, é também o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa. A conformidade com as regras de um jogo de que sua própria sobrevivência biológica deixa de ser conformismo (SANTOS, M., 1987, p. 53).

Certamente, nem Lefebvre (1991a) nem Santos, M. (1987) tratavam do cotidiano da população de rua, mas evidenciavam a ação dos sujeitos na reinvenção do presente, o que significa dizer que aquilo que parece reprodução também tem sentido de luta.

Foi na perspectiva da luta, que a ideia de direito à cidade articulada à ideia de território e territorialidades se tornaram bases para as análises deste trabalho. Em 1968, Lefebvre (1991a) apresenta a inspiração do direito à cidade como uma política de transformação do espaço, apontando os desafios e as possibilidades na construção da vida urbana renovada. Lefebvre (1991a) creditou à classe operária esse processo revolucionário naquele contexto.

No sentido da discussão do direito à cidade, destacam-se aqui algumas das inferências articuladas por Carlos (2001), Harvey (2009, 2012, 2014), Fioravanti (2013) e Trindade (2012). Autores que contribuíram, neste trabalho, para analisar as ideias lefebvrianas.

Carlos (2001) analisando o processo de produção social do espaço na cidade de São Paulo, enquanto metrópole, como prática da reprodução do capital e também como prática da reprodução da vida, dedica espaço para discutir em que consistiu o direito à cidade. A autora o faz ao analisar os conflitos espaciais entre agentes hegemônicos (Estado e imobiliárias) e habitantes dos bairros de Itaim e Vila Olímpia, cidade de São Paulo.

Nesse contexto, a geógrafa analisa a luta dos habitantes desses bairros, que organizaram em movimento social para defender “os lugares da vida”, contra as ações de um projeto de intervenções do Estado (CARLOS, 2001). Assim, a defesa da casa, como direito individual, transformou-se em luta consciente e coletiva,

levando a autora a levantar a hipótese de que “o movimento faz com que o indivíduo - pela mediação do coletivo – eleve sua ação no nível do político e da consciência política, em que o sujeito age e se reconhece na ação. A sociabilidade tem como ponto de referência o espaço [...]” (CARLOS, 2001, p. 282). Assim, Carlos (2001) destaca o direito à cidade, em sua dimensão política de luta no e pelo espaço, onde o individual e a coletividade se articulam num conjunto solidário em defesa da reprodução da vida.

Em Harvey (2014), destaca-se a preocupação do autor em analisar a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, conclamar para uma renovação das cidades, além do reconhecimento das práticas socioespaciais locais. O autor entende que nestas existem conteúdos políticos que tem significado de luta contra o modelo neoliberal, este que avança crise após crise, homogeneizando o espaço urbano no nível global. Neste sentido, Harvey (2009, 2012, 2014) vem discutindo o direito à cidade,

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2009, p. 73-89).

No entanto, para este autor a luta pelo direito à cidade é uma luta global, embora perceba que estas acontecem no nível local,

A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais (HARVEY, 2014, p. 88).

O direito à cidade, de fato é uma reivindicação global, mas é no nível local que pode-se iniciar esta produção socioespacial. Produção porque é no plano do cotidiano que este direito vai se efetivando como luta, nos espaços públicos, no intercâmbio das relações sociais, nas redes de solidariedade e no reconhecimento das potencialidades dos sujeitos na individualidade e na coletividade.

Neste contexto, Fioravante (2013) apresentou uma abordagem de análise do “direito à cidade” lefebvriana bastante pertinente. O ponto principal do artigo

desenvolvido pela autora foi apontar “elementos e premissas apontados na obra lefebvriana que permitiram a construção do Direito à Cidade” (FIORAVANTI, 2013 p. 174). Assim ela destaca, dentre outros aspectos, a realização do urbano com “características de obra, da apropriação” (LEFEBVRE, 1991a, p. 144) e o “rompimento das dominações impostas ao espaço e ao cotidiano” imprescindíveis na realização do Direito à Cidade.

Outra questão bem pertinente ao tema desta tese está nesta afirmação da autora: “O Projeto do Direito à Cidade é esvaziado, alinhado ao Estado e reduzido aos direitos do humanismo burguês.” (FIORAVANTI, 2013, p. 177). Quando se trata de população de rua na perspectiva do direito à cidade, quase que automaticamente esta redução aparece o que a população de rua precisa é ter acesso aos direitos sociais (trabalho, moradia, saúde e educação) e se resolve a questão.

Nesta linha de discussão sobre o direito à cidade, Marcuse (2008), na ocasião em que esteve no Brasil para acompanhar os fóruns urbano e social, esboçou, em entrevista¹ realizada pela equipe do seminário de Política e Planejamento, seu entendimento sobre direito à cidade:

O direito à cidade inclui um grande número de diferentes direitos, mas acredito que ele coloca esses direitos juntos e é uma reivindicação por uma cidade diferente. Não acredito que queremos apenas inclusão na cidade atualmente existente e sim um tipo diferente de cidade - e aqui falo um pouco sobre o que entendo por "utopia". **O direito à cidade não significa o direito à inclusão na cidade já existente, mas sim o direito a um tipo de cidade diferente, a uma cidade melhor** (MARCUSE, 2008 - grifos nossos).

Para Marcuse (2010) “os direitos nas cidades” consistem na inclusão do acesso aos direitos legais (trabalho, moradia, educação, lazer, votar), enquanto para Lefebvre (1991a) o “direito à cidade” tem o sentido mais radical de demanda, de reivindicação.

Nessa ótica, Trindade (2012) destaca a importância em debater o direito à cidade tanto na sua dimensão legal quanto na dimensão política e filosófica. Para este autor, o direito à cidade na dimensão legal se articula aos direitos e cidadania e só se justifica na perspectiva da “função social da propriedade”, sendo interpretado como direito social (TRINDADE, 2012, p. 140). Do ponto vista político e filosófico, o autor entende que se trata de “uma utopia, uma plataforma política a ser construída

¹ Disponível em <http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=20>. Acesso em: 11 mai. 2016.

pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que, mercantiliza o espaço urbano e o transforma em engrenagem a serviço do capital” (TRINDADE, 2012, p. 140). Dessa forma, o autor infere que o direito à cidade não é mais um direito a ser institucionalizado.

Assim, verifica-se que o “direito à cidade” lefebvriano virou um “slogan” e que existe a preocupação dos autores em mostrar que direitos sociais, políticos e civis não são as reivindicações da proposta de Lefebvre (1991a). Nota-se isso quando de sua leitura, depreende-se que esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida (LEFEBVRE, 1991, p. 143). Nesse contexto, Lefebvre (1991a) destaca a importância dos direitos sociais, para ele “direitos que definem a civilização”. Nesse mesmo contexto expõe sobre o direito em formação, o direito à cidade, destacando onde e como este se realiza:

(não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais, etc). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (LEFEBVRE, 1991, p 143 – grifos do autor).

Dessa forma, fica claro que a ideia de Lefebvre (1991a) sobre o direito à cidade é de natureza política no e pelo espaço, onde o valor de uso contradiz e supera o valor de troca. Então, quando se opta por analisar os territórios e os espaços assistenciais produzidos e ocupados pela população de rua, na perspectiva do direito à cidade, pensa-se nessa dimensão política e filosófica. Muito embora, a pesquisa de campo tenha exigido que, simultaneamente, fosse feita uma articulação com a dimensão legal, como tratada por Trindade (2012). Por isso, entende-se que esta dimensão está mais para a reprodução do que para a renovação do urbano.

Assim, apreende-se o direito à cidade na dimensão do cotidiano, como *práxis*, como práticas socioespaciais, que resignificam o espaço para a reprodução da vida, podendo assim, lutar e criar novas relações, assim como produzir territórios e territorialidades. É nesse sentido que o território é compreendido como categoria e conceito, já que permitiu aproximar a “lente” sobre o cotidiano desses sujeitos e fazer os recortes socioespaciais necessários para as análises presentes nesta

pesquisa.

Então, para discutir espaço urbano e direito à cidade, neste trabalho, o recorte espacial será a análise dos territórios da população de rua, em Salvador, e entendem-se assim, as territorialidades como um fragmento articulado do espaço urbano na e pela qual os sujeitos (individual ou em grupo) realizam as práticas socioespaciais e as relações de interação/conflito realizam a apropriação.

Esse entendimento vem das discussões que perpassam as reflexões sobre as abordagens e concepções de território e territorialidade presentes em Rafesttin (1993), Souza, M. (1993, 2015) e Hasbaert (2002, 2004, 2007, 2015). Diante da qual percebe-se que o território e as territorialidades são construções socioespaciais originados nas e pelas práticas sociais de indivíduos ou de grupo.

Portanto, os concebem como produção, ao mesmo tempo, engendrada nas relações de produção hegemônica e na cotidianidade, onde os processos são simultaneamente de reprodução e contradição. Portanto, são construções teóricas que permitem o diálogo com a realidade na sua multiplicidade de dimensões, na sua multiescalaridade e simultaneidade espaço temporal.

As concepções teórico-metodológicas adotadas permitiram identificar, pensar e reconhecer a prática e a ação da população de rua como produção socioespacial, como territórios. Dimensões da realidade e do cotidiano, que numa perspectiva de território como uma dimensão espacial produzida só por relações de poder, baseadas na propriedade e nas relações sociais macroestruturais seriam impossíveis de serem identificadas e reconhecidas como produção de espaço.

Assim, as inferências mais ampliadas sobre território e territorialidades foram exploradas no capítulo IV, no qual são analisados os territórios específicos da população de rua e onde se verifica ser mais apropriada para as articulações da teoria e da prática.

A partir da concepção de que territórios são produzidos pela população de rua, Souza, M. (2009) contribuiu com as reflexões aqui apresentadas, já que pensa na ação política e no protagonismo que os grupos vulneráveis que habitam a cidade podem exercer. Assim sendo, vale destacar uma das suas reflexões, o autor chama de “questões em aberto” os estudos sociais, na realidade brasileira, se consolidam como a proposta de como mobilizar o hiperpreariado².

² Para Lopes (2015) essa é a expressão que pode substituir o termo *lumpemproletariado* de Marx, referindo-se a um complexo diversificado de pessoas que habitam as cidades brasileiras em

Com esta explicação Souza, M. (2009) propõe superar a visão moralista e determinista do que Marx (1989) denominou de *lumpemproletariado* de Paris,

[...] vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, mendigos, amoladores de faca – em suma toda essa massa indefinida e desintegrada [...] (MARX, 1978, p. 366).

Posto isso, Souza, M. (2009) propôs a resignificação do papel desse grupo no momento atual, uma vez que podem consubstanciar o que ele chama de “protagonismo crítico, antissistêmico relevante e fecundo” (SOUZA, M., 2009, p.17). Tais inferências nutriram o diálogo com o objeto de pesquisa desta tese, porque significa reconhecer nas práticas socioespaciais um grupo social, até então, visto como incapaz e que na última década vem se organizando, para ter direito à cidade como é o caso do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR).

Lefebvre (1991b) quando se refere aos espaços de representação, como espaços vividos, afirma que nestes estão o lado clandestino e subterrâneo da vida social, simultaneamente, também à arte. Ao fazê-lo, o autor certamente não se referia ao *lumpemproletariado*, pois para ele a classe operária é que realizaria a revolução, atribuindo-lhes o poder de renovação do urbano. No entanto, acredita-se que a população de rua, nas cidades contemporâneas, vive no lado clandestino e subterrâneo da vida social e que nas suas práticas socioespaciais encontram-se forma de resistência e luta.

Nas reflexões sobre direito à cidade e produção do espaço perpassaram questões de relevância, voltadas para pensar os conflitos espaciais, por isso fez-se necessária uma discussão sobre o papel das políticas públicas³, específicas nesse processo. Assim, as inferências Klaus (2000), Melazzo (2006) Souza, C. (2007), Lindo (2011) e Serpa (2007) relativas à análise de políticas públicas subsidiaram as análises dessas questões, pois entre 2005 e 2015, gradativamente, a população foi sendo inserida em políticas existentes e foi criada, em 2009, a Política Nacional de

condições materiais precárias, trabalhadores informais com baixa remuneração, vivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas.

³Entendida, segundo Melazzo (2006, p. 36) como conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto de direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são as disputas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupo sociais.

População em Situação de Rua, no Brasil. Políticas que necessariamente envolvem a dimensão espacial, mas que, simultaneamente, a negligencia.

Dessa forma, foi substancial compreender as elaborações teóricas acerca de avaliação de políticas públicas elaboradas por Souza, C. (2007). A autora, ao se voltar para a temática, sistematizou um estado da arte da pesquisa em políticas públicas e, didaticamente, destacou a contribuição de Lowi (1964⁴,1972⁵). Souza, C. (2007) afirma que a política pública pode assumir quatro formatos:

O primeiro é o das políticas **distributivas**, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando mais impactos individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais. [...]. O segundo é o das políticas **regulatórias**, mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas **redistributivas**, que atinge um maior número de pessoas e impõe perdas concretas e em curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos [...]. O quarto é o das políticas **constitutivas**, que lidam com procedimentos que consolidam as regras do jogo político. (LOWI 1964,1972 apud SOUZA,C., 2007, p. 73 – grifos nossos).

Além disso, a autora elaborou uma síntese dos elementos principais dos modelos e definições sobre políticas públicas:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos em curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA,C., 2007, p. 80).

O trabalho de Klaus (2000), por sua vez, sugere que uma abordagem única de análise de política não é suficiente para o contexto brasileiro, sugerindo assim, abordagens que trabalhem, pelo menos, duas dimensões de análise: *politics*⁶ e *polity*⁷. O autor exemplifica, com relação aos estudos sobre os processos de políticas públicas nos municípios, que esses são espaços políticos dinâmicos, com

⁴ LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, 16: 677-175, 1964.

⁵ LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, 32: 298-310, 1972.

⁶ Processos políticos (KLAUS, 2000).

⁷ Instituições Políticas (KLAUS, 2000).

alto grau de autonomia e, portanto, com peculiaridades. Por isso, com uma abordagem única corre-se o risco de não ser possível dar conta da realidade, ainda que, se tenha apenas um recorte desta realidade. Outrossim, ele aponta para as mudanças e fluidez institucional, chamando a atenção para as novas redes de governança, bastantes multifacetadas.

Em Lindo (2011), observa-se uma reflexão das políticas públicas de assistência social. Ela enfatiza o jogo de poder presente no processo de formulação e execução das políticas públicas e destaca o retorno do Estado brasileiro, no período de 2003 a 2009, como articulador, propulsor e formulador de políticas públicas. Além disso, a autora chama a atenção para as questões territoriais desse processo, afirmando que:

[...] as ações para tomadas de decisões são repletas de relações de poder que envolvem preferências e escolhas que carregam em si intencionalidade, transformam o espaço, (re)configuram territórios, geram paisagens e influenciam diretamente o cotidiano dos agentes sociais na escala local (LINDO, 2011, p. 136).

A concepção, a partir disto é que as políticas públicas produzem o espaço social. Uma política pública específica para a população de rua tem o componente espacial, que precisou ser analisado no contexto desse trabalho. Dessa forma, as contribuições destes autores estarão presentes nos capítulos seguintes.

Outra discussão, que também permeou este trabalho e mereceu atenção nas reflexões, foi o papel do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Esse, visto como meio político de luta da população de rua. Por isso, aqui, estão presentes os subsídios teóricos sobre movimentos sociais que facilitaram as análises.

Nesse contexto, não poder-se-ia deixar de pontuar o trabalho de Castells (1985). O autor prestou estimada contribuição no entendimento de ações coletivas nas cidades, na década de 1970, quando considerou os movimentos sociais urbanos nas análises contra as desapropriações ocorridas em Quebec e Montreal (em Paris), no Canadá, no Chile e nos Estados Unidos. Sobre eles, o autor destaca:

Cuando se habla de “problemas urbanos” nos referimos más bien, tanto en las “ciencias sociales” como en el lenguaje común, a toda una serie de actos y de situaciones de la vida cotidiana cuyo desarrollo y características dependen

estrechamente de la organización social general (CASTELLS, 1985, p. 3)⁸.

Castells (1985), neste trabalho, analisa a importância política dos movimentos sociais urbanos, pois os vê como um movimento dialético para a construção de uma nova sociedade, na qual é possível, cidades construídas pelo e para o povo. Nesta pesquisa, o pensamento do autor contribui para pensar o direito à cidade para a população de rua.

A Geografia tem destacada trajetória e contribuição nos estudos sobre movimentos sociais. No sentido de sistematizar as contribuições desta área, o trabalho de Santos, R. (2011) prestou significativo subsídio, pois esse autor destaca que o objeto de estudo movimento social é um tema fértil para os raciocínios geográficos e afirma que existe um vasto caminho a ser trilhado, pela Geografia, no sentido de analisar o conteúdo espacial contido nas ações dos movimentos. De acordo com Santos, R. (2011), os movimentos sociais têm múltiplas dimensões espaciais, na sua dinâmica e estruturação interna e na estratégia de interlocução externa.

Além dessas contribuições, o trabalho desenvolvido por Santos, R. (2011, p. 27-29) traz uma sistematização importante sobre os desdobramentos analíticos dos estudos sobre movimentos sociais na Geografia. Aqui entendidos:

1) Geografia da organização dos movimentos sociais - conjunto de trabalhos que abordam mais descritivamente as formas de organização dos movimentos e sua “configuração espacial” (mapeamentos de estruturas dos movimentos). Destaque para os trabalhos de Maria Terezinha de Soares Segadas(1989), Satiê Mizubuti(1986) e Júlia Adão Bernardes(1983), com estudos no campo das associações de moradores.

2) Geografia das lutas sociais - esta tendência trabalha com as formas de “materialização” das lutas e dos conflitos sociais no espaço, enquanto expressão concreta das contradições sociais. Neste desdobramento, destacam-se os trabalhos de Arioaldo Umbelino de Oliveira (1988), no âmbito da Geografia Agrária e com enfoque nas lutas e conflitos no campo. Marcelo José Lopes de Souza (1988,2007), no âmbito dos estudos urbanos e de ativismo social de bairros e, principalmente, dos

⁸ Quando se fala em “problemas urbanos” nos referimos, tanto nas “ciências sociais” como na linguagem comum, a toda uma série de atos e situações da vida cotidiana, cujo desenvolvimento e características dependem estritamente da organização social em geral (CASTELLS, 1985, p. 3 – tradução nossa).

Sem Tetos.

3) Geografias dos movimentos sociais - tendência recente que se caracteriza por um duplo percurso analítico: I – a partir do arcabouço conceitual da Geografia Contemporânea toma o espaço como objeto e enquanto base de método; II - o movimento social deixa de ser objeto e passa ser um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, portador de novas ordens espaciais.

Em Souza, M. (2009) encontra-se a interface dos diálogos aqui realizados. A primeira preocupação deste autor consistiu em diferenciar o conceito de ação coletiva e movimentos sociais. Para isso, recorreu-se à Touraine (1973), Castells (1973), além de outras obras de Souza, M. (1988, 2006, 2008), que enfatizavam o “movimento” como um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradoras “particularmente ambiciosa”, Souza, M. (2009, p. 9 - grifos do autor).

Com este conceito, o autor destaca que a “ação coletiva” e “movimento social” é “ativismo social” e afirma que todo “movimento social é um “ativismo” (SOUZA, M., 2009). O autor faz esta distinção no sentido teórico conceitual para afirmar a ideia de ativismo social como intermediária à ação coletiva e ao movimento social. Para os estudos urbanos atuais é mais promissor analisar os “ [...] agentes e práticas sociais de grupos oprimidos que atuam de forma articulada nas mais diferentes escalas e esfera da vida” (SOUZA, M., 2009, p.12).

Assim, pensando o movimento social como ativismo social que engendra uma luta pelo direito à cidade é que as ações do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) são analisadas na presente investigação.

A compreensão do fenômeno população de rua perpassa também pela discussão de espaços públicos na cidade, pois as práticas socioespaciais desses sujeitos se dão, via de regra, em passeios, praças, ruas, avenidas, sob viadutos e sob passarelas.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Gomes (2002) quando afirma que “o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos” (GOMES 2002, p.160). Ao destacar o sentido político do espaço público, onde problemas/soluções se apresentam simultaneamente. Dessa forma, o autor ratifica seu pensamento, quando afirma que “o espaço público é um lugar de

conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados” GOMES, 2002, p. 164).

Na perspectiva de espaço público como espaço da política, Serpa (2013) desenvolve discussão pertinente, para as proposições deste trabalho, quando articula a ideia de espaço público à ideia de território:

Se o espaço público é essencialmente político, um espaço de encontro de diferentes, e os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais em conflito, juntos, mas separados por limites e barreiras simbólicas, então, um parque público em Paris, por exemplo, é só aparentemente acessível a todos, aparentemente democrático e “cidadão”. Todo mundo parece estar ali com todo mundo, porém, de fato, estão todos ali, mas com seus limites e barreiras muito bem demarcados, uns em relação aos outros (SERPA, 2013, p. 64).

Ao analisar espaços públicos em Paris e em Salvador, o autor problematiza “fala-se muito de território justo no momento em que o espaço público se esvazia de sua dimensão política e se torna um espaço de justaposição de diferentes territórios, todos juntos, mas, de fato, separados” (SERPA, 2013, p. 64). Como foi afirmado anteriormente, as produções socioespaciais da população de rua se dão nos espaços públicos, revelando as desigualdades, mas também conflitos entre a apropriação e a dominação.

Serpa (2013) também destaca que os espaços públicos nas cidades contemporâneas, a partir dos seus estudos (ou não), se caracterizarem por uma atuação política, revelam processos de segregação onde quase não há a “interação social e espacial entre os agentes que se apropriam do espaço urbano” (SERPA, 2013, p. 65).

Dessa forma, o espaço público tem papel significativo nas questões presentes neste trabalho ao subsidiar as análises relativas ao direito à cidade e aos territórios da população de rua.

Outra concepção presente nas discussões é de espaços assistenciais. Robaina (2015) destaca a presença de políticas assistenciais para a população de rua como eixo de análise a ser considerado nos seus estudos sobre a população de rua no Centro do Rio de Janeiro. Da mesma forma, identificam-se, em Salvador, diversos serviços e ações de iniciativa pública e da iniciativa da sociedade civil (filantrópica e religiosa) para atender à população de rua. Esses são desenvolvidos em equipamentos fixos ou em forma de projetos em espaços públicos. As presentes

denominações foram encontradas em trabalhos da área de Assistência Social, como nos de Bezerra, Rosa, Vieira (1994), Carvalho (2014) e Santos (2014).

Com a Política Nacional para a População de Rua foi instituída uma diversidade de nomes aos equipamentos fixos e suas respectivas ações, revelando uma variada tipificação burocrática que termos teóricos e metodológicos que dificultaram a pesquisa. Dessa forma, em termos práticos, buscou-se estabelecer a ideia de conjunto de serviços e ações, na medida em que todas estão voltadas para o atendimento de um grupo social específico que é a população de rua.

Nesse contexto, voltou-se às discussões de Robaina (2015) que denominou de ações assistenciais o conjunto de serviços e práticas da esfera pública e da esfera privada, que no entendimento dele têm dois elementos de análises importantes, “os abrigos como referências espaciais importantes e a relação entre os cuidados com a saúde desta população e a atuação dos profissionais da assistência” (ROBAINA, 2015, p.46).

A partir da percepção de Robaina (2015), adotou-se a ideia de espaços assistenciais, quando se tratou dos serviços e ações analisados neste trabalho.

Assim, pelo conjunto de análises lefebvrianas, que não é somente análise teórica, mas metodológica, é que também “mergulhou-se” nos espaços da população de rua, em Salvador, articulando-os aos conceitos de direito à cidade e território. No entanto, diante da complexidade do fenômeno outros conceitos, não menos importantes, subsidiaram as discussões: ativismo social, políticas públicas, espaço público e espaços assistenciais. Além desses, ao longo do trabalho o de segregação, será articulado às análises.

Os caminhos metodológicos

A escolha metodológica de uma pesquisa é uma opção do pesquisador. Esse é o principal desafio de uma pesquisa, porque, além da clareza e da objetividade, são necessários coerência e articulação dos pressupostos teórico-metodológicos com a pesquisa empírica.

Assim que, na busca constante desta coerência, entende-se o fenômeno da população de rua como dinâmico e complexo, pois envolve dimensões da realidade do espaço urbano que se complementam e se contradizem, ao mesmo tempo, e também como fenômeno que se desenrola nos espaços públicos da cidade, onde as relações de conflitos de interesses de grupos sociais são constantes, perseguimos

desenvolver as nossas investigações em consonância com as nossas escolhas teóricas, em particular, a lefebvriana. Nesse sentido, exploramos as possibilidades que a dialética nos fornece para as nossas análises e para o desenvolvimento dos procedimentos da pesquisa.

Adota-se, simultaneamente, os instrumentos e caminhos da pesquisa qualitativa, como as entrevistas abertas e semiestruturadas como forma de apreender a lógica das relações dos sujeitos, as percepções e significações da realidade na perspectiva do direito à cidade.

Posto isso, a **primeira etapa** consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, pela qual buscamos compreender, historicamente, as representações sociais construídas para pessoas que viviam nas ruas e fora do mundo do trabalho formal.

Nessa etapa, busca-se explorar a contribuição multidisciplinar sobre o tema, assim, a Sociologia, a História e o Serviço Social tiveram papel salutar. As discussões dessa etapa subsidiaram a construção do capítulo I e também nortearam as análises de simultaneidades espaço temporais presentes nos capítulos posteriores.

Na **segunda etapa** realizou-se a **observação de campo** com o objetivo de identificar os territórios da população de rua, assim como os espaços assistenciais públicos e de iniciativa da sociedade civil que desenvolvem serviços e ações para este segmento social.

A observação cuidadosa, em cada praça, viadutos, ruas, foi um aspecto importante neste trabalho para “enxergar” as pessoas nestes espaços públicos, pois como transeuntes, no ir e vir cotidianos não nos damos conta, e, em alguns casos costumamos olhar e não ver a população de rua. Esse é o processo de não reconhecimento do outro e, conseqüentemente, da invisibilidade. É importante destacar a fase que denominamos aqui de pré-observação que subsidiou esta etapa. Esta aconteceu antes da elaboração do projeto de pesquisa, com as idas e vindas rotineiras pela cidade: da Paralela à Pituba, à Boca do Rio, ao Comércio, à Cidade Baixa e à Periperi.

Os dados desse período geraram um diário de campo onde constava a situação geográfica dos territórios, a estimativa de número de pessoas e o tempo de permanência. Essa pré-observação durou de 2009 a 2012. Dessa forma, as observações sistematizadas iniciaram em novembro de 2012, circulando por vias

que não faziam parte do roteiro da pré-observação: Orla Marítima: de Itapoã à Barra (roteiro1); Cidade Alta: Campo Grande, Piedade, Nazaré Centro Histórico (roteiro 2); uma parte do Miolo: Cabula, Castelo Branco, Cajazeiras XI(roteiro 3); Suburbana: Paripe; Itapagibe: Calçada, Mares, Bomfim e Ribeira (roteiro 4). Cada roteiro foi repetido duas vezes (uma à noite e outro durante o dia), com um espaço de realização, de um para outro, de duas semanas. Contamos com o auxílio de dois jovens que atuavam na distribuição de alimento à população de rua, através de um Centro Espírita de Brotas. O conhecimento deles facilitou a escolha das vias a serem percorridas para aproveitamento melhor da observação.

Para consideramos população de rua nessa etapa, observamos se havia “camas” improvisadas, carros improvisados para coleta de material reciclável, animais domesticados, resíduos de fogueira, acúmulo de objetos e se esses objetos continuavam na última observação realizada, assim como, as informações prestadas por nossos auxiliares sobre o tempo de permanência em cada território.

Com isso, foi possível verificar os territórios com maior concentração (consideramos assim os que tinham uma média de mais de 20 pessoas) e que o fenômeno está em praticamente toda a cidade, em algumas áreas, bastante rarefeita. Com isso, resolvemos definir os territórios para observação *in loco* e posterior escolha para realização de entrevistas.

Os critérios para escolha: áreas de maior concentração de pessoas, tempo de permanência e, por último, acessibilidade (transporte, risco e receptividade). Na questão risco e receptividade contamos com o apoio de um ativista do MNPR para nos ajudar na escolha, porque o mesmo viveu nas ruas de Salvador e São Paulo por mais de trinta anos, assim, este tinha informações sobre os territórios: onde o uso de substâncias psicoativas é mais intenso o que dificultaria o prosseguimento nas demais etapas da pesquisa de campo, assim como, onde as relações são mais hostis com pessoas estranhas, o que demandaria muito tempo para convencimento a participar a pesquisa.

Nesse sentido, escolheu-se: Itapoã, Centro e Itapagibe para a observação no local. Assim, durante um mês, foram idas e vindas nesses territórios, observando a rotina da população de rua, os serviços e projetos públicos e da sociedade civil, assim como, a relação com a comunidade local e as atividades que realizavam para adquirir renda. Nós nos identificávamos como pesquisadores para não causar o estranhamento, uma vez que as observações ocorreram por três vezes em cada

território.

Essa etapa foi seguida também, em paralelo, de **pesquisa documental**, na qual buscou-se nos banco de informações do sitio virtual do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), coletar dados de relatórios de repasses de verbas, de portarias e documentos de normatizações. Esse Ministério que foi o articulador dos debates sobre a Política Nacional de População em Situação de Rua com os demais ministérios, com entidades civis e com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), além de ser o responsável em realizar os repasses de receitas aos municípios para manutenção dos serviços especializados para a população de Rua.

Na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Estado (SEDES) e na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, coletamos informações, a partir de notas técnicas, dos programas de atendimento à população de Rua em Salvador, o Bahia Acolhe, o Corra Pro Abraço e o Ponto de Cidadania

Na Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), responsável pela gestão e execução de políticas sócio assistenciais e também pela coordenação da Política Nacional para População em Situação de Rua, coletamos, via entrevistas e documentos informações, sobre a execução da política específica bem como sobre os equipamentos e serviços disponibilizados no município.

Na Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE), coletamos a partir das pastas dos processos, dados socioeconômicos da população de Rua em Salvador. Fizemos uma amostragem desses dados a partir de 120 processos.

Participou-se também de audiências públicas, fóruns específicos e seminários que possibilitaram a coleta de informações de outros serviços que não estavam diretamente ligados aos órgãos públicos especificados nos parágrafos anteriores, como o Consultório na Rua e os serviços prestados por instituições da sociedade civil, assim como identificou-se os profissionais e ativistas que puderam, *a posteriori*, fornecer informações sobre a execução das políticas públicas específicas no município.

Nesta fase, foram importantes as incursões à Sede do Movimento Nacional População de Rua, no Pelourinho, onde coletamos documentações sobre as ações do movimento, suas reivindicações e sobre as arenas de discussões em que estiveram presentes defendendo causas da população de Rua em Salvador.

Ao final desta etapa, foram sistematizados os dados levantados como: perfil

socioeconômico da população de rua, territórios deste segmento (justapou-se com os resultados das nossas observações que foram bem próximos); os equipamentos públicos e da sociedade civil que realizam serviços para este público, assim como projetos que eram desenvolvidos nos espaços públicos.

Dessa forma, que foram perseguidos os objetivos de buscar identificar quem é e onde está a população de rua em Salvador, assim como, a partir da identificação dos equipamentos e ações de iniciativa pública, analisar a execução das políticas públicas par a população de rua em Salvador.

Neste contexto, também se identificaram as ações do MNPR- Seção Bahia para posterior análise do seu papel enquanto território de luta da população de rua na defesa do direito à cidade. Com os dados coletados nesta fase definimos os sujeitos da pesquisa e paralelamente os espaços de assistência e os territórios.

Assim, a fim de atender aos nossos objetivos específicos é que vimos a necessidade de entrevistar os profissionais e técnicos – pessoas que atuavam na gestão e na execução das políticas públicas específicas; ativistas identificados como aqueles participantes do MNPR e voluntários nas lutas em defesa da população de Rua; população de rua assistidas – nos espaços assistenciais públicos e da sociedade civil, população de Rua – pessoas que estavam vivendo nas ruas diuturnamente em praças, viadutos, passeios públicos e ruas nos seguintes territórios: Comércio e Calçada, Itapoã onde havia grupos e três territórios individuais (estes foram registrados na fase da pré-observação).

Porque a escolha desses territórios? O direito à cidade é uma perspectiva central de análise neste trabalho, tanto na dimensão legal, como na dimensão política e filosófica conforme discussão anterior. Para que estas duas dimensões pudessem ser analisadas se fazia necessário pesquisar territórios onde as ações e os serviços assistenciais apareceram de forma mais intensa e menos intensa, onde havia grupos e onde só havia um sujeito, tanto pelas informações documentais, quanto pelas observações de campo. Dessa forma, verificamos que em intensidade de grupos e de espaços assistenciais os territórios da Cidade Baixa (da Praça Marechal Deodoro) e da Avenida Jequitaiá (território sob o viaduto da Via Expressa, em Água de Meninos) atendiam a esses critérios; com menor intensidade de espaços assistenciais e com presença de grupos, definimos Itapuã (um território situado entre o Parque do Abaeté e a Comunidade Baixa da Soronha), por fim, os territórios com presença quase nula de espaços assistenciais e com a presença de

um único sujeito. Eram sujeitos que tinham entre um e três anos nos mesmos territórios, assim incluímos: um território na Av. Luís Viana Filho, na Av. Garibaldi e na Av. Adhemar de Barros.

Na **terceira etapa** foram realizadas as entrevistas. Num total de 78, das quais constam, neste trabalho, por atenderem aos objetivos da pesquisa, 14 de profissionais e técnicos, 05 ativistas, 06 da população de rua acolhida em equipamento fixo, 15 da população de rua não acolhida (nos espaços públicos) e 02 de moradores residentes e domiciliados no entorno do território da Av. Luís Viana Filho e outra da Comunidade da Baixa da Soronha.

As entrevistas foram consentidas através de termo, pelo qual os entrevistados receberam as informações sobre a pesquisa e seus objetivos. Constam somente as iniciais dos nomes dos entrevistados, a fim de que a identidade dos mesmos sejam preservadas, conforme termo de consentimento.

As entrevistas com a população de rua acolhida⁹ e não acolhida foram realizadas em duas ou três etapas, dependeu da disponibilidade do entrevistado e também como estratégia de aprofundar e ratificar as respostas. É importante destacar que para atingir os objetivos das entrevistas foram necessários, em casos específicos, alguns ajustes no roteiro e algumas não foram gravadas, porque o entrevistado não quis. Na pesquisa para a dissertação de mestrado em 2003, verificamos que sentar junto do entrevistado, mostrar interesse na sua fala, não demonstrar incômodo com o seu modo de vida foram fundamentais para o desenvolvimento da entrevista e tais procedimentos foram ratificados neste trabalho.

Nesse contexto, a entrevista foi entendida como um instrumento da pesquisa qualitativa que permite a troca entre sujeitos (pesquisador e entrevistado), possibilitando ao interlocutor a “oportunidade de refletir sobre si mesmo, de refazer seu percurso biográfico, pensar sobre sua cultura, seus valores, a história e as marcas que constituem o grupo social ao qual pertence, as tradições de sua comunidade e de seu povo” (DUARTE, 2004, p. 220).

Como os entrevistados compuseram grupos diferenciados foram necessárias modificações em alguns itens (ver anexos) do roteiro de entrevistas. No entanto, itens referentes ao direito à cidade foram comuns a todos os grupos, pois o objetivo

⁹ População acolhida em espaços assistenciais fixos, a exemplo das Unidades de Abrigamento, tanto pública como da iniciativa filantrópica ou religiosa, portanto não está dormindo na rua. Enquanto a não acolhida, não está vinculada a nenhuma Unidade de Abrigamento fixo, participam de atividades em espaços assistenciais, durante o dia, mas continua dormindo na rua.

foi coletar e analisar as informações sobre o entendimento do direito à cidade, a partir da vivência, da atuação e de onde fala nos territórios ou nos espaços assistenciais.

A **quarta etapa** se configurou na análise das entrevistas, na retomada das análises históricas do capítulo I, nas discussões norteadas pelo referencial teórico e, principalmente numa articulação desta com os objetivos específicos do trabalho, uma vez que estes eram estruturantes na construção dos resultados do objetivo geral e, conseqüentemente, da tese.

O recorte temporal

O foco central da pesquisa se deu entre o período de 2005 a 2015, ainda que tenham sido considerados períodos anteriores. Entendemos, portanto, que durante este período houve um intenso movimento de setores da sociedade civil para que direitos da população de rua fossem garantidos frente às políticas públicas o que fomentou a formação e a organização das primeiras ações do movimento social da população de rua no sentido de buscar os direitos nas cidades. Nesse período, o governo federal amplia as arenas de debates sobre políticas públicas para população de baixa renda, nas quais foram incorporadas discussões como moradia popular, saneamento básico, pavimentação e urbanização e favelas, além de, em alguma medida, incorporar nestas políticas públicas demandas da população de rua onde o discurso dos direitos humanos e o direito à cidade foram bastante presentes.

No caso específico da população de rua, houve a atuação de vários Ministérios, como da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e mais recente o Ministério da Saúde. Tais arenas possibilitaram a instituição em 2009 da política nacional de População em Situação de Rua.

No período em destaque, neste trabalho, pôde-se perceber nos conteúdos legislativos e normativos que gradualmente a população de rua foi sendo inserida as demandas da população de rua como sujeitos de direitos, o que nos permitiu inferir que houve a atuação do MNPR junto aos demais parceiros de lutas nesse processo, como o Conselho Nacional de Assistente Social, a Pastoral do Povo de Rua e Conselho Nacional de Psicologia.

Na escala local, verificou-se também neste período o processo de formação, organização e atuação do MNPR, assim como a implantação das políticas públicas. Assim, o dado período nos permitiu verificar o processo de luta da população de Rua por acesso a direitos, que são negados a todo o momento, porque são se encontram em áreas segregadas do espaço urbano, conseqüentemente, criminalizados.

Dessa forma, nas duas últimas décadas, as argumentações teóricas deterministas sobre estes sujeitos têm encontrado oposições que mostram um processo de mudança, pois esta população vem a cada dia assumindo um papel ativo na busca de sua autonomia.

De acordo com Gonh (2010), existe um processo de ressurgimento dos movimentos sociais no contexto da América Latina em decorrência do processo sociopolítico pelo qual passam os países que compõem esta Região. Isso faz com que os atuais movimentos sejam diferentes dos da década de 1980 na medida em que não são apenas reativos, mas apresentam um ideário civilizatório e incorporam questões como a diferença e a multiculturalidade e há também neles uma “ressignificação dos ideais clássicos como igualdade, fraternidade e liberdade [...] a igualdade passa a ser justiça social, fraternidade se retraduz em solidariedade [...] e liberdade associa-se a autonomia [...]” (GOHN, 2010, p 16).

Para esta socióloga, assim como para o geógrafo Souza (2009), os movimentos sociais no novo milênio abrem lacunas de investigações como: o papel deles no novo milênio, as diferenças com relação às ONGs, a relação desses movimentos com o Estado ao ser capturado institucionalmente como sujeito político organizado para respaldar as políticas públicas; o papel dos ativismos sociais na produção do espaço urbano.

Destacou-se, então, que este recorte permitiu inserir a importância desses ativismos sociais para entender as dinâmicas atuais do espaço urbano que é complexo, superpõe modos e usos de apropriação diferentes justamente por conta das temporalidades presentes no espaço.

Dessa forma, considerou-se, nesse estudo, espaço-tempo, de forma indissociável, como eixo da articulação teórico-metodológica apresentada; no sentido desta dialogar com a realidade pesquisada em suas nuances, contradições e complexidades, além de desvelar parte do “subterrâneo e do clandestino” (LEFEVBRE, 1991b, p.33) da cidade de Salvador, na Bahia. Nesse sentido, para sintetizar nossas concepções teóricas, entendemos que a população de rua, para

este estudo, é formada por, homens e mulheres adultos que se apropriam dos espaços públicos ou são acolhidos eventualmente em espaços assistenciais, desvelando, de um lado as relações desiguais de produção no espaço urbano e, por outro, o cotidiano de resistência e luta por este mesmo espaço.

Ainda neste estudo, desta população e de seus territórios, analisou-se o sentido do direito à cidade, sendo este compreendido como a possibilidade de apropriação e luta pelo espaço urbano, bem como, de sua transformação com base na participação, na criação, na troca e na solidariedade no cotidiano em oposição aos direitos como privilégio que tornam pessoas diferentes em desiguais no espaço urbano. Assim, adotou-se neste trabalho, que a cidade “é um enorme espaço banal, o mais significativos dos lugares, onde todos podem se instalar, conviver e prosperar” (SANTOS, 2002, p. 322).

Assim como, na mediação entre teoria e realidade, o conceito e categoria de Território e Territorialidades, foram imprescindíveis para delimitar os recortes espaciais de estudo desta população, bem como, as práticas socioespaciais que permitem a apropriação de espaços públicos para a reprodução da vida e para a luta pelo direito à cidade, que inscrevem no espaço da cidade do Salvador-Ba novos arranjos territoriais. Nessa perspectiva, se inserem os espaços assistenciais, resultantes de ações da sociedade civil e da ação do Estado, que por meio das políticas públicas, buscam promover para a população de rua o acesso aos direitos sociais. Assim, foi a partir dessas concepções, em consonância como o referencial teórico exposto nesta introdução que se elaborou as análises presentes neste trabalho.

1. ESCRITAS SOBRE O FENÔMENO URBANO: POPULAÇÃO DE RUA

“Não se tira nada de nada, o novo vem do antigo,
mas nem por isso é menos novo”
(Bertold Brecht).

1.1 UM FENÔMENO URBANO: DAS “CIDADES POLÍTICAS” ÀS CIDADES GLOBAIS

A presença de população de rua se manifestou nas cidades desde a Antiguidade até o século XXI como um fenômeno urbano global¹⁰. Baseando-se nos estudiosos¹¹ do tema, em primeira instância, tem-se que ela é resultante, do ponto de vista macroestrutural, das desigualdades originadas e omitidas das etapas e mudanças do sistema capitalista, bem como, também é engendrada pelo tipo produção socioespacial que, no decorrer dos tempos, cada local, predominantemente, adota.

No entendimento global, como se observou a partir das informações do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, o fenômeno está diretamente relacionado à falta de moradia, no entanto, sabe-se que o termo *homeless*, utilizado internacionalmente, abarca questões que ultrapassam a situação da falta de moradia. No Brasil, na literatura estudada¹² sobre o tema foram identificados vários termos, desde mendigos, vadios, vagabundos, ociosos, moradores de rua, parasitas, sacizeiros até termos que buscam desconstruir as ideias estereotipadas, preconceituosas presentes nos termos anteriores: povo de rua, população de rua e população em situação de rua.

¹⁰ “A falta de moradia é um problema global que demanda uma resposta à altura. Em áreas urbanas isoladas, o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas estima que 1.1 bilhão de pessoas vivem em condições inadequadas de habitação. Dentre essas, estima-se que 100 milhões vivam sem qualquer tipo de moradia. Em países desenvolvidos, a falta de moradia persiste como uma realidade vergonhosa. Em outras regiões, o crescimento urbano acelerado ultrapassou a chamada ‘capacidade de fornecimento de habitação e uma rede de segurança social para os moradores mais vulneráveis’” (Institute of Global Homeless - tradução nossa). <http://ighomelessness.org/default.html>. acesso em 25/05/2015

¹¹ Rosa;Vieira (1994), Burzryn (2000) Escorel (2002), Nascimento (2000)

¹² Stofells (1977), Nascimento, (2000) Robaina (2014), Moura (2015).

Sobre o processo de construção dos primeiros termos citados, foram identificados na literatura histórica e sociológica, que aborda e analisa temas como Trabalho e Pobreza, que esses tinham intencionalidades jurídicas e ideológicas específicas para cunhá-los, voltando-os a determinados grupos sociais, principalmente aqueles sem moradia e trabalho fixos. Essa construção, que prestou o (des)serviço da desconstrução do ser humano, teve início nas cidades da Idade Média europeia, atravessou o Atlântico e foi sendo ressignificada nos núcleos urbanos coloniais, nas cidades imperiais e republicanas do Brasil - a depender da necessidades das classes dirigentes e hegemônicas.

Assim, nesta tese adotou-se a denominação população de rua, termo que apareceu sistematizado em 1994, por Bezerra, Rosa, Vieira (1994) quando as mesmas identificaram situações diferentes de permanência na rua:

ficar na rua - circunstancialmente; estar na rua - recentemente e ser da rua - permanente, assim afirmam que o que unifica essas situações e permite designar de **população de rua** os que vivenciam condições precárias de vida e utilizam a rua como abrigo e moradia, (BEZERRA, ROSA, VIEIRA (1994)p. 93-94)

Por verificar-se que essa expressa a diversidade e heterogeneidade predominante neste grupo, e em alguns momentos, morador de rua, quando se tratou de um sujeito específico.

Como fenômeno urbano, no Ocidente¹³, a prática de viver nas ruas foi registrada a partir da Antiguidade¹⁴, resultante especialmente de transformações estruturais das sociedades Greco-romanas. Nesse período, as cidades se constituíam em espaços de atração para a população que abruptamente se via afetada por aquelas mudanças. A consolidação da *polis* foi acompanhada de rigorosas normas e complexa estratificação social que deixou de “fora” uma parte da população que compunha aquela sociedade; estrangeiros e escravos, principalmente.

No caso de estrangeiro, no contexto deste trabalho destacou-se o caso

¹³ Aqui se fez referência ao Ocidente, porque as leituras realizadas para compreender este fenômeno se centraram na literatura ocidental, embora haja passagens sobre as cidades orientais, no início da idade Média e na contemporaneidade foram trazidos alguns relatos sobre o Japão e a Índia.

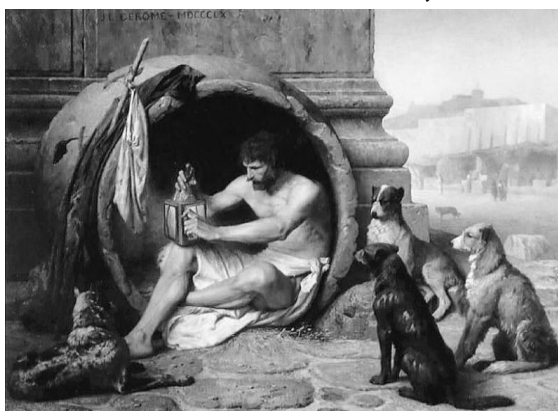
¹⁴ Ondas de vagabundos e mendigos começam a aparecer na Grécia Antiga, com a decomposição da sociedade arcaica. Tal processo liga-se à consolidação da propriedade privada, ao estabelecimento da escravidão, formação das cidades e estados, a difusão do direito escrito e ao aparecimento concomitante da economia monetária e divisão do trabalho. “[...] A institucionalização da mendicância como fenômeno urbano corresponde, em Roma, à mesma dinâmica política e socioeconômica: despejos rurais para as cidades provocados pelas guerras, exércitos dissolvidos, consolidação da escravidão, do direito humano e da propriedade privada” (STOFELLS, 1977, p. 60).

emblemático de um cidadão da cidade de Sínope, que exilado, viveu nas ruas de Atenas,

Poucos personagens na história reais ou fictícios, históricos ou literários superaram em proverbialidade a figura de Diógenes de Sínope, o Cínico. [...] como um bom pedagogo revisava o modo de ver abreviar texto para fazê-lo memorável com facilidade [...] destacam o seu forte antagonismo à mentalidade aristocrática [...] essa oposição se vê em sua própria situação social, Exilado de Sínope, sem cidade, sem família, privado de pátria, mendigo errante, tratando de subsistir dia a dia. Sua casa, depois de chegar a Atenas é um túnel onde calmamente observa a vida agitada da cidade (RODRIGUEZ, 1999, p. 57 - tradução nossa).

Embora, como mencionou Stoffels (1989), a presença de ondas de mendigos nas cidades da Antiguidade estivesse relacionada às mudanças estruturais daquele momento, o caso de Diógenes tem característica peculiar (FIGURA 01).

FIGURA 01 - DIÓGENES SENTADO EM SEU BARRIL CERCADO POR CÃES DE JEAN-LÉON GÉRÔME, 1860



FONTE: Disponível em

https://www.google.com.br/search?q=Di%C3%B3genes+sentado+em+seu+barril+cercado+por+c%C3%A3es+de+Jean-L%C3%A9on+G%C3%A9r%C3%B4me,+1860.&biw=1440&bih=791&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKewijn9DTjpbLAhUGbj4KHRxvDUoQsAQIlg#imgrc=Hh_ALFO7xiVKvM%3A. Acesso em: 14 mai. 2015.

Ele era exilado da sua terra natal, não tinha os mesmos direitos de um ateniense porque era estrangeiro, daí adotou um estilo de vida que demonstrava uma posição política crítica com relação àquele modelo de sociedade escravista e aristocrática. A situação de Diógenes, ressaltando qualquer tipo de anacronismo, leva à reflexão sobre o fenômeno na atualidade: viver nas ruas pode se constituir em um ato político consciente para evidenciar a crise do modelo de cidade atual e apontar alternativas para cidades do futuro.

Adiante, nas cidades da chamada Idade Média, Molat (1989) registrou a presença desse fenômeno o qual chamou de “a miséria urbana”. Segundo esse autor, nesse período, a miséria foi menos intensa no Ocidente, porque ocorreram as

invasões germânicas e acentuou-se a recessão da vida urbana, porém nas cidades do antigo Império Romano do Oriente a

[...] pobreza urbana, durante as invasões germânicas se apresentou como problema mais imediato pela sua densidade e urgência nas cidades orientais: Antioquia, Éfeso, Cesareia, Jerusalém e Alexandria. Estima-se que em Constantinopla, no ano de 400 haviam 50 mil indigentes, certamente fugindo dos impostos e tributos dos senhores de terra (MOLAT, 1989, p. 16).

A literatura escrita sobre a pobreza¹⁵ nas cidades da Idade Média é bastante rica de detalhes, tanto na narrativa histórica como em textos literários e teatrais. A partir dessas fontes, Molat (1989), Geremeck (1995), Braudel (1989) conseguiram reconstruir uma rica Geografia dos pobres e suas práticas sociais na Europa, além de abordarem sobre a complexidade e heterogeneidade que caracterizam o tema. Os citados autores também identificaram que, ao longo dos anos, as diferentes “políticas para os pobres” que cada país e/ou cidade colocava em prática era para prover e/ou reprimir essa população.

Os aspectos que levaram os referidos autores a tratar dessa complexidade e a heterogeneidade da população pobre europeia, no período medieval, eram referentes à composição e as práticas sociais dos indivíduos para sobreviverem naquele período.

A partir da composição e das práticas sociais, emergiram várias categorias, aqui foram destacadas três:

- “o pobre laborioso” – era o indivíduo que se encontrava em situação de carência material por causa da situação econômica conjuntural, sendo assim o que recebia de salário não era suficiente para prover suas necessidades. Geralmente, mudava de uma cidade para outra, no entanto, a situação de carência dessa categoria variava de cidade para cidade. Abarcando desde a qualificação profissional e época do ano, aos preços de salários, moradia e alimento, mas ainda assim, era um indivíduo com domicílio ou referência;
- “os mendigos” – pessoas com problemas de saúde que tinham impedimento de desenvolver qualquer atividade produtiva e, por isso,

¹⁵ Pobreza não é centralidade neste trabalho, no entanto, os estudos sobre o tema, aqui apresentados, têm suma relevância porque visibilizam o processo de construção da ideia de pobres como classes perigosas, bem como a abordagem de como se deu tal processo a partir Idade Média, passando de “pobres de Cristo” a “vadios e vagabundos”.

necessitavam, sempre da ajuda de outros;

- “os vagabundos” – os registros da época os caracterizavam pela ausência de domicílio, aqueles que moravam em toda parte, sem moralidade e sem reconhecimento de ninguém.

É importante destacar que as práticas de uma categoria eram frequentemente exercidas por outras, ou seja, não eram categorias acabadas: “a margem entre a miséria e a pobreza era estreita” e a “pobreza laboriosa mal remunerada contribuía com seu contingente para a delinquência” (MOLAT, 1989, p. 241).

Analisando obras literárias produzidas na Europa entre os séculos XIV ao XVII, Geremeck (1995) chamou atenção para o papel que essas obras exerceram na construção sociológica dos pobres e, conseqüentemente, na categorização de mendigos e vagabundos, assim como nas mudanças de políticas de assistência social para os pobres.

Segundo este autor, somente três literatos, que escreveram nesse contexto, tiveram contato com o mundo real dos “miseráveis” e “vagabundos”; os demais tratavam do tema com um olhar de fora (GEREMECK, 1995). Eram estes últimos que:

Descrevendo esses grupos como antissociedade a literatura introduzia na consciência social um estereótipo da sua estranheza, que funcionaria em seguida como um componente dos comportamentos etnocêntricos e xenófobos. Assim, a literatura sobre mendigos e vagabundos se inseria no âmbito de uma moderna reforma das instituições de assistência social e servia de instrumento de mudança das atitudes sociais em relação à pobreza (GEREMECK, 1995, p. 304.)

Segundo Stofels (1977), isso se configurou como um processo de estigmatização, gerando uma série de sistemas teóricos e posições doutrinárias:

É o caso particular de numerosas correntes criminológicas e psicológicas, em cujo contexto se acumulam os distúrbios considerados como sendo aqueles que afetam especificamente os mendigos e vagabundos. O atributo da incapacidade de responder aos papéis padronizados pela sociedade e, mais nitidamente ainda, a tese da vadiagem constitucional, desenvolvidos pela psicologia, representam uma exemplificação desse fenômeno (STOFELS, 1977, p. 43).

Para clarear esta citação, Stoffels (1977) elaborou um esquema em que resume as diversas instâncias teóricas e seus atributos observados na literatura sobre a mendicância, vistas no Quadro 01:

QUADRO 01 - RESUMO DAS INSTÂNCIAS TEÓRICAS

Instância teórica	Corte e atributo
Jurídica	Perigoso, ocioso
Criminológica	Criminoso, preguiçoso
Psiquiatra	Doente mental, louco, psicopata.
Psicológica	Deficiente, estável, imaturo
Psicobiológica	Degenerado, incapaz, inútil e improdutivo.

FONTE: STOFFELS, 1977, p. 38

Na literatura citada por Geremeck (1995), percebeu-se que as correntes teóricas que buscaram conceituar a mendicância contribuíram para as mudanças nas políticas de assistência aos pobres nas cidades europeias. Do mesmo modo, Miranda (2005) afirmou que os pobres desabrigados e os mendigos, durante a Idade Média, eram vistos como pessoas passíveis de receber caridade, conforme dizia também Mello (1982).

A partir do século XVIII, essa população passou a ser definida como ociosos e vagabundos. A ociosidade na Antiguidade – para gregos e romanos – significava ser livre de ser forçado pelas necessidades da vida. Na Idade Moderna, tanto a ociosidade quanto o trabalho foram ressignificados, sendo que este último foi transformado na principal fonte geradora de riqueza, e a burguesia, estimulada por essa concepção, procurava inserir, a qualquer medida, os homens pobres no mundo produtivo.

Para isso, contava com políticas públicas, legislações específicas e estratégias de controle social no combate ao ócio, além de visar o aproveitamento e controle de mão de obra nas indústrias. Assim, essas medidas eram para “enquadrar” aqueles que se desviavam da ordem estabelecida. Leis contra a vadiagem foram implantadas, desde a Baixa Idade Média até o século XIX na Europa, contribuindo, paralelamente, para reforçar o imaginário digno do trabalho e para evitar as agitações sociais nos centros urbanos.

Além disso, foram criadas instituições de confinamento de caráter disciplinador e repressivo. Braudel (1989), ao analisar esse contexto, destacou que todo esse mundo, até então protegido pela sombra de Deus, tornou-se, no século XVIII, inimigo da recente sociedade urbana que se consolidou capitalista e prezava pela ordem burguesa e pelo rendimento.

Nos trabalhos de Molat (1989), Braudel (1989), Foucault (1987), Geremeck (1995) e Stoffels (1977) foi possível verificar que a partir do início da Idade Moderna e no seu decorrer à Contemporaneidade ocorreram mudanças nas políticas para os

pobres em várias cidades europeias, no sentido de ordená-las e nessa ordenação foi incluída a população desabrigada, ou seja, a que estava sem trabalho e sem moradia.

Quando essas mudanças e o período em que ocorreram (séculos XVII e XVIII) foram analisados, percebeu-se que essas eram uma dinâmica concomitante ao processo do “fenômeno urbano” apresentado por Lefebvre (2008). No fenômeno urbano, o autor destacou as cidades que residiam nessas transformações: a cidade política e a cidade comercial; sendo que nesta última o capital industrial se expande, aproximando-se “dos mercados e de uma abundante mão de obra barata, provocando rupturas e levando à urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 23). O valor de troca avança sobre o valor de uso e a rua, onde viviam os ditos mendigos e vagabundos, foi ressignificada:

“A favor da rua: Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele ocorre na rua. Isso não mostra que sua desordem engendra uma outra ordem? Contra a rua: a rua não permite a constituição de um grupo de um sujeito. O mundo da mercadoria se desenvolve na rua. A rua? Uma vitrina, um desfile entre lojas. Nela, mais que em outros lugares o valor de troca prevalece, sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. Em caso de ameaça, a primeira a imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua” LEFEBVRE (2008, p. 27-28 – grifos do autor).

As criminalizações da ociosidade e a ressignificação da rua como espaço de circulação mostravam que viver nas ruas das cidades capitalistas constituía-se, a partir do século XVIII¹⁶, em subversão da ordem hegemônica capitalista. Portanto, a rua, nessa lógica, não era espaço de moradia, não era casa. Logo, quem estava fora da casa, que era um dos critérios para a “cidadania consumista”, não estava apto a ter direito: à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, muito menos a vivenciar e a participar do espaço urbano, este último imprescindível para o exercício do direito à cidade.

¹⁶ Na Inglaterra, em seguida expandindo-se para o mundo.

Por diversos motivos, entre estes o desemprego, as catástrofes naturais, a falta de políticas públicas para habitação social, a opção de não querer se submeter às regras sociais hegemônicas, as estatísticas têm apontado o crescente número de população de rua, que faz de praças, viadutos, pontes, ruas e avenidas espaço de moradia.

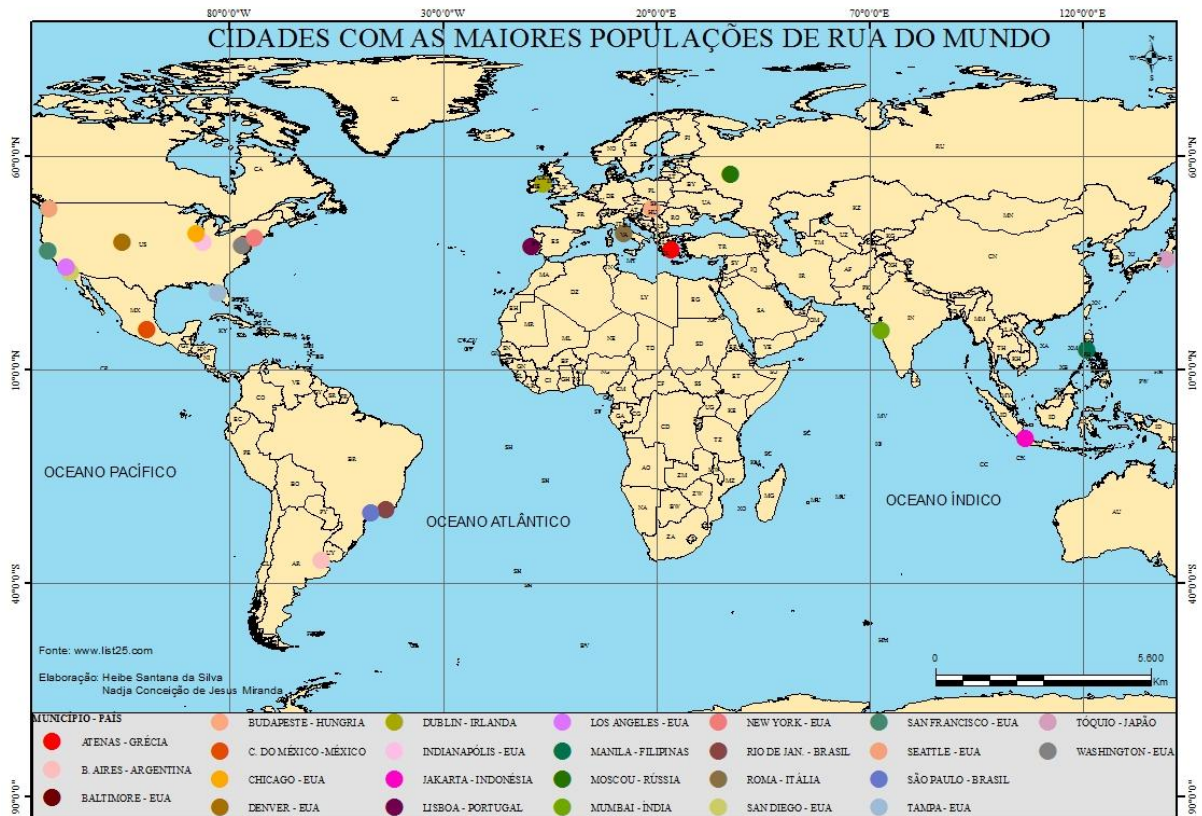
Os estudiosos como Snow e Anderson (1998) apontaram o aumento da população de rua em escala mundial, principalmente, a partir da década de 1980. Snow e Anderson (1998), inclusive, mencionam que esse fato estaria diretamente relacionado com o aumento e as características dos moradores de rua nos Estados Unidos, especialmente, nesse período.

Ao realizar a pesquisa na cidade de Austin, Snow e Anderson (1998), contextualizaram os resultados, sobre as estratégias criadas pelos moradores de rua e suas rotinas cotidianas, com o contexto sócio-histórico. Assim, afirmaram que: “os repertórios de estratégias de sobrevivência são produtos da ação recíproca entre recursos e a inventividade dos moradores de rua e as restrições organizacionais, políticas e ecológicas sociais” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 48).

Dessa forma, para além dos dados quantitativos, os autores utilizaram procedimentos que permitiram vivenciar o cotidiano dos moradores de rua, metodologia que eles chamaram de “compreensão multiperspectiva” da vida nas ruas. Isso porque os possibilitou também notar a ampla transitoriedade do fenômeno e a necessidade de estudo contínuo para acompanhar a dinâmica da vida social e provocar constantes debates públicos e diversas pesquisas.

Para além da realidade dos Estados Unidos, na década de 1980, os números deixam evidentes que esse fenômeno é global (Figura 02). Do mesmo modo que há uma luta, também em âmbito global, para que essas pessoas possam ter direito às cidades. Nesse sentido, o direito à cidade é uma discussão que perpassa todo esse trabalho e se encontra baseado nas diferentes contribuições, principalmente de Lefebvre (1991a), Santos (1996), Marcuse (2013), Harvey (2014). No entanto, o entendimento é que no direito à cidade estão incluídos, para além dos direitos civis, sociais e políticos, a participação efetiva na construção da cidade, o reconhecimento das diferentes práticas sociais que criam e recriam territórios no espaço urbano em oposição à cidade como mercadoria e o lucro como centralidade. Por isso, discutiu-se o direito à cidade como dimensão legal e como dimensão política a partir do reconhecimento das práticas sociais da população de rua.

FIGURA 02 – CIDADES COM AS MAIORES POPULAÇÕES DE RUA DO MUNDO, 2014



FONTE: www.list25.com

Elaboração: Heibe Santana da Silva
Nadja Miranda

Em abril de 2014, um dos grupos¹⁷ que atua em defesa dos *homeless*, no nível internacional, publicou as 25 cidades com maior número de população de rua no mundo. Essa publicação foi baseada em informações oficiais dos sites de governo e também de Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam na área e com dados coletados entre os anos de 2000 e 2013.

Aqui, tentou-se seguir a metodologia disponibilizada no site e obteve-se, de algumas cidades, dados novos. Assim, verificou-se que, no caso de Chicago, os números apresentados não se referiam aos *homeless* que existiam na cidade, mas aos que, entre 2013-2014, passaram, pelo menos uma noite na rua. Então, se os dados são divergentes, por que estão nesta tese? Porque eles alcançam cada um dos continentes. Então pode-se afirmar que servem para expressar a ideia de um fenômeno urbano e global, além das lutas em nome do direito à cidade. Afinal,

¹⁷ Existem vários grupos ativistas que atuam em escala mundial em defesa dos direitos humanos, além dos *homeless* pode-se citar: *Homeless Workers' Movement*, *Coalition on Homelessness*, *National Alliance to End Homelessness*.

apesar de essas serem diversificadas, o fenômeno é comum a muitas cidades. Assim, o emprego dos dados tem muito mais a ver com a peculiaridade local¹⁸, do que com as formas de luta e os desdobramentos, que também são específicos de cada lugar.

Tendo em conta o exposto, destacou-se aqui o caso da cidade de Osaka, no Japão. De acordo com os estudos de Bailloux (2009) havia na cidade de Osaka, em 2007, 7.700 sem-tetos e muitos desses foram viver em parques públicos. Com a intenção de que esses desocupassem os espaços públicos, o poder público reprimia-os violentamente. Inclusive, a autora destacou o caso de um desses sem-teto, o Sr. Yoji Yamauchi, que apelou à justiça o direito de ficar no parque, reconhecendo-o como endereço de moradia. O mesmo ganhou em instância local, mas perdeu na Suprema Corte.

Assim sendo percebe-se, acerca da violência contra a população de rua, que, em várias cidades do mundo, essa é resultante de ações higienistas e da ausência de políticas urbanas voltadas para as reais necessidades dessas pessoas.

Ademais, a apropriação dos espaços das cidades como valor de uso é imprescindível para a reprodução da vida no cotidiano desse segmento e evidencia que o modelo das cidades atuais publiciza a contradição de um modelo único e hegemônico de cidade. Nesse processo, cada população de rua, nos seus espaços urbanos, tem demandas e desejos diferentes, evidenciando que a luta pelo direito à cidade além de global é, principalmente, local.

1.2 NO BRASIL: OS “DESCCLASSIFICADOS SOCIAIS” DOS NÚCLEOS URBANOS, OS “VADIOS” DAS CIDADES IMPERIAIS E OS “EXCLUÍDOS E DESQUALIFICADOS” DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: DENOMINAÇÕES HISTORICAMENTE CONSTRUÍDAS.

A partir da revisão na literatura sobre a pobreza, o trabalho, a mendicância, a vadiagem, a exclusão social e nas legislações no Brasil, encontrou-se os subsídios

¹⁸ Em artigo publicado em 2006, o psicólogo Robert Biswas-Diener divulgou resultados de estudos com *homeless* em duas cidades dos Estados Unidos e uma da Índia. Nesse estudo ele constatou que na condição de sem-teto os indianos são 30% mais felizes que os americanos. <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-005-8671-9#page-1>. Acesso em: 30 jun. 2015.

para conhecer um pouco sobre a historicidade do grupo social que hoje é denominado como população de rua no país. Para tanto, também foram verificados estudos que abordavam os temas, no Brasil, durante os períodos colonial e imperial. Por meio deles procurou-se, sob o ponto de vista da produção do espaço social urbano, as contribuições para este trabalho. Destacaram-se os estudos de Mello; Souza (1986), Kovarick (1994), Fraga Filho (1996), Flexor (2007), Chalhoub (2001), Goettert (2002), Lessa (2000), Martins (2008) e Godoy (2011).

Ao focar, principalmente, nos períodos colonial e imperial, as análises foram muito próximas das anteriormente mencionadas, quando se referiam às formas de controle que o governo português, o governo imperial e os governos locais exerciam ou procuravam exercer. Ou seja, ora de forma sutil, ora de forma radical esses executavam medidas que visassem fixar em alguma localidade ou alocar alguma atividade de trabalho ao indivíduo livre (aquele que perambulava de uma cidade para outra) ou, mesmo, para os que não tinham uma atividade regular e nem moradia fixa.

A partir disso, foram identificadas atividades que variavam desde abertura de matas, construção de vias à fundação de núcleos urbanos, pois esses eram trabalhos que os escravos não podiam exercer, devido ao perigo de fuga. Sendo assim, observou-se, ao longo da história, a contribuição dessa população na ocupação do território e na produção espacial das cidades brasileiras. Por isso, essa precisava estar “enquadrada”, de alguma forma, na legislação da época, conforme vê-se em seguida:

Na história das conquistas territoriais, as cidades aparecem como espaço do poder político e militar, de efetivação do processo colonizador e de ordenação dos fluxos de mercadorias. [...] A fundação de vilas, freguesias e povoados ocorre, muitas vezes, como uma técnica de apropriação territorial. O papel específico da cidade liga-se a um aspecto intencional de demarcação de fronteiras e garante o domínio sobre terras conquistadas. A sobrevivência dessas cidades depende menos do campo do que da geopolítica administrativa realizada pela Coroa (GODOY, 2011, p. 10).

Assim sendo, a Coroa portuguesa determinava:

Mandamos que qualquer homem que não viver com outro senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mister, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhêo, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer **Cidade, Villa** ou lugar, não tomando dentro dos ditos vinte dias amo, ou senhor com quem viva, ou mister em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se tomar, e depois deixar, e não continuar, seja preso ou açoutado publicamente (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603 - grifos nossos).

Havia, conforme afirmou Godoy (2011), uma política urbanizadora da metrópole, e o homem livre, teve efetiva participação nesse processo. No Brasil, durante o período colonial, a Coroa portuguesa tentou controlar o comportamento daqueles que estavam fora da relação senhor *versus* escravo. Ao mesmo tempo também objetivou apropriar-se de novos territórios, no caso das cidades mineiras, de acordo com Mello (1982). Na dissertação de Mestrado “Desclassificados do Ouro”, a autora afirmou que governo produziu um espaço social específico de marginalização e de inserção da população pobre no sistema da produção mineradora.

Mello (1982) analisou como os discursos jurídicos daquele período se encarregaram de transformar a figura do pobre em vadio e perigoso. Para a autora, o considerado “desclassificado era banido do mundo da ordem e incluído automaticamente no mundo da desordem, através de trabalhos exaustivos nas minas de ouro” (MELLO, 1992, p.215). Isso, por certo demonstrava a complexidade de uma camada da população que apesar de livre, era considerada igual aos escravos. Afinal, aplicava a essa, em certa medida, as determinações previstas nas Ordenações Filipinas. Com isso, de alguma forma, a Coroa buscava controlar o cotidiano das pessoas na metrópole e na colônia, sendo muito útil, inclusive, que esse controle fosse para angariar mão de obra.

Essas ações serviam para manter a população pobre e livre nos núcleos urbanos ou em atividades que facilitavam o ordenamento e o controle fiscal pelos agentes coloniais. Ao que parece, o indivíduo classificado como contribuinte dos cofres da Coroa inseria-se no espaço social e deixava de ser vadio.

Ratificando essas ideias, Flexor (2007) verificou que, em meados do século XVIII, a Coroa tinha planos para erradicar a ociosidade na colônia, para isso ordenou que fossem criados núcleos urbanos e que os primeiros moradores fossem vadios, criminosos de pequenos delitos e índios. Para Vilhena (apud Flexor, 2007) os ociosos e os vadios – na representação do governo português – eram aqueles que andavam perambulando pelas vilas, sem trabalho, vivendo de divertimentos e de crimes, sem meio de vida conhecido. Sobre isso, Flexor (2007) ainda acrescentou que:

Em algumas capitâneas, ficou estabelecido que para todos os serviços, inclusive os reais, deviam ser convocados os **vadios e desimpedidos**, e, em caso de necessidade, os que trabalhavam na agricultura, mas que fossem escolhidos os que não fizessem falta (FLEXOR, 2007, p. 3 - grifos nossos).

Assim, verificou-se que os homens livres ou os que não se fixavam em uma vila, desenvolvendo algum tipo de trabalho regular, eram considerados vadios e, a vadiagem era a representação de crime oficial. Nesse sentido, no Brasil assim como na Europa, o vadio representava aquele que não estava na ordem estabelecida do modelo colonial. Ou seja, este indivíduo estava sujeito às penalidades por não se “encaixar” nesta ordem hegemônica.

Além das Ordenações Filipinas, as Cartas Régias também ratificavam a preocupação da Coroa portuguesa na contenção da ociosidade, além disso, expressavam o que era ser homem livre, fora do espaço social senhor escravo:

Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Sendo presente em muitas, e muito repetidas queixas, os crucis e atrozes insultos, que nos sertões desta Capitania tem cometido os **vadios e os facinorosos, que nelles vivem como féras separadas da sociedade civil e commercio humano** [...]Sou servido ordenar que todos os homens, que nos ditos sertões se **acharem vagabundos, ou em sítios volantes sejam logo obrigados a escolherem logares acomodados para viverem juntos em povoações civis**, que pelo menos tenham de cinquenta fogos para cima com juiz ordinário, vereadores e procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes: e isto debaixo das penas de que aquelles, que no termo competente, que se lhes assignar no editais que se afixarem para este efeito, não apparecerem para se congregarem e reduzirem a sociedade civil nas povoações acima declaradas, serão tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns e como taes punido com a severidade das leis. (CARTA, 1766¹⁹ apud MOURA FILHA; SOARES, 2015, p. 6 - grifos nossos).

Essa carta enviada para o Vice Rei do Brasil, três anos após a mudança de capital da metrópole (de Salvador para o Rio de Janeiro), demonstrava primeiro, a percepção do governo português com relação aos homens livres e segundo, existia o desejo de controlar os homens livres, a partir da “sedentarização” num núcleo urbano.

Conforme afirmou Godoy (2011, p.13), “os núcleos urbanos na colônia tornam-se espaços de controle e, ao mesmo tempo, permitiam ampliar, com eficácia, o sistema administrativo”. Com isso, controlar indivíduos livres que estavam “fora” desse projeto era imprescindível à Coroa portuguesa e, posteriormente, para os mandatários do pós-independência que tiveram grandes preocupações, no contexto da crise do escravagismo, com a substituição de mão de obra e com a inserção dos libertos no mundo do trabalho “livre”.

¹⁹ CARTA do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, ao rei [D. João V], informando que fará cumprir a ordem de enviar da Paraíba à cidade de São Paulo de Assunção, em Angola, pessoas vadias, vagabundos e malfeitores, para defender aquela conquista. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 446, 1724)

Em 1822, o grito do Ipiranga representou, em alguma medida, a descontinuidade na dimensão política e administrativa do país. No entanto, na dimensão social, para os homens livres, a continuidade de uma política de marginalização foi ratificada pelo Código Penal de 1830, nos artigos 294 e 295, assim como deu a tônica do que viria a ser o controle social nas cidades imperiais.

O estudo de Fraga Filho (1996) – Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX – evidenciou claramente esse processo. O referido autor destacou alguns aspectos daquele contexto que contribuiriam para o comportamento das autoridades policiais, eclesiásticas e governamentais em relação ao controle social de homens, mulheres e crianças pobres e livres na cidade de Salvador: a necessidade da caridade, o aumento da população livre e, conseqüentemente, a crise do escravismo, o advento das políticas higienistas e a inserção no mundo do trabalho.

Sendo assim, existiam aqueles que eram considerados necessitados, poderiam exercer a prática de mendicância em locais previamente estabelecidos. Nesses casos, as paróquias eram responsáveis por esse controle. Aqueles que eram refratários ao trabalho, mas com boas condições de saúde, eram considerados vadios e para esses, o Código Penal de 1830 previa:

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e util, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se offereça a sustental-os.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades.

4º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos.

Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez (BRASIL, 2015).

O Estado imperial preocupou-se em condicionar o indivíduo ao mundo trabalho. Para Fraga Filho (1996), as elites brasileiras, também durante o século XIX, sob a ótica burguesa, pretendia reordenar fisicamente as cidades. Isso significava higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequavam à nova ordem. Em Salvador, o autor destacou que,

[...] reformas urbanas empreendidas pelos poderes provincial e municipal, a partir da década de 1850, que resultaram na canalização de rios, no aterro de terrenos pantanosos e na abertura de novas ruas, pareciam incompletos com a manutenção de mendigos no centro da cidade (FRAGA FILHO, 1996, p. 142).

Sendo assim, quando não provavam a necessidade de depender da caridade pública, pobres perambulando pelas ruas da cidade passavam a ser enquadrados na categoria de vadios e ociosos. A repressão contra essas pessoas se reproduziu nos moldes europeus, com a criação de instituições de recolhimento e confinamento em áreas mais distantes do centro da cidade, sob o discurso da higienização urbana, além do trabalho forçado nos navios da marinha ou em colônias agrícolas no interior das províncias estado.

Nessa linha, Kovarick (1994), em seu estudo sobre a origem do trabalho livre no Brasil, identificou como a elite brasileira construiu e desconstruiu mitos sobre a mão de obra nacional no século XIX, em especial sobre o mito da vadiagem. Para este autor, as representações ora negativas, ora positivas do trabalhador nacional se deu em função dos interesses daquele grupo social, quando se tratava de obter benefícios do governo em seu favor.

Para Kovarick (1994, p.102), “a mendicância e a indigência do homem livre no Brasil foi produzida por uma sociedade cuja riqueza e poder se estruturava no trabalho cativo”. Dessa forma, era interesse da elite dominante “desabilitar subjetivamente e objetivamente” àqueles ao trabalho disciplinado. No entanto, o autor destacou que nem por isso os mesmos deixaram de participar do processo produtivo, porque “trabalharam em atividades que os escravos não podiam fazer e naquelas que o imigrante não queria desempenhar” (KOVARICK, 1994, p.102).

Com isso, Kovarick (1994) afirmou que a desclassificação do homem livre como marginal, como indolente e indisciplinado foi uma construção ideológica. Do mesmo modo que a vadiagem, para aqueles que não se submetiam à relação de trabalho baseada nas condições de cativo e preferiam a liberdade de um “pauperismo itinerante e a possibilidade da desobediência” (KOVARICK, 1994, p.104). Ou seja, o autor chamou atenção para o processo de submissão do trabalhador ao transformar sua força de trabalho em mercadoria e destituiu-o de sua autonomia. Autonomia aqui entendida como livre indivíduo livre para fazer suas escolhas de vida.

Goettert (2002) apontou nos seus estudos que, ao longo da história brasileira, foram sendo construídas representações negativas para aqueles que estiveram “fora” do mundo do trabalho. O autor destacou as denominações ou adjetivos que nasceram, no final da Idade Média na Europa: vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, representações que segundo ele foram “[...] construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho” (GOETTER, 2002, p. 101).

Sobre essas construções, Chalhoub (2001) destacou, no seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*, o projeto de repressão à ociosidade. Esse tramitou na Câmara e Deputados, em julho de 1888, e o teor de preocupação estava em reprimir a vadiagem, a mendicidade desnecessária dos libertos e educá-los para o mundo do trabalho, além de prever maior tempo na prisão para os condenados por “crime” de vadiagem. Nesse contexto, o autor salientou que:

O conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem (CHALHOUB, 2001, p. 73).

Assim observou-se que o controle social do homem pobre e livre ia se intensificando à medida que a crise do escravismo se aprofundava e, paralelamente, ia chegando à mão de obra estrangeira. Sobre isso, Lessa (2000) assinalou:

No interior da cidade escravagista à polícia foi conferindo o direito de controlar a vadiagem, ou seja, foi concedida autoridade para vigiar a livre circulação na cidade – um imenso poder sobre o espaço urbano. Quem não tivesse residência e meio de subsistência comprovados podia, ao arbítrio da autoridade policial, ser colocado em trabalhos forçados (LESSA, 2000, p. 12).

Aliás, é importante ressaltar que no Brasil, somente em 2009, com o Decreto nº 11.989 a mendicância deixou de ser crime. Já a vadiagem, ainda aguarda a aprovação de um Projeto de Lei que se encontra no Senado, desde 2012. O crime contra a vadiagem consta no artigo 59, da Lei de Contravenções Penais de 1941. Tais aspectos evidenciam que mesmo com a chegada da República, o passado de condenação da pobreza, de criminalização do homem pobre, contraditoriamente, se faz presente.

Assim sendo, ainda que tenham ocorrido intensas modificações nas cidades brasileiras e o processo de industrialização, a inserção do homem pobre na

produção e no consumo de bens foi se consolidando de forma precária. As opções de modelo econômico que foram sendo adotados no país não contemplaram a maioria da população, no sentido de oferecer mudanças qualitativas nas suas condições de vida.

Pelo contrário, a partir da década de 1970, verificou-se um número enorme de pessoas saindo do campo e buscando as cidades para a reprodução da vida. Isso porque a estrutura fundiária no país, cada vez mais concentrada, dificultava a autonomia e a sobrevivência de grupos como camponeses, posseiros e pequenos proprietários. No entanto, a estrutura das cidades brasileiras não correspondeu às demandas dessas pessoas. A maior parte dos planejamentos políticos, econômicos e urbanos não contemplaram, a equidade dos direitos nas suas mais variadas as dimensões.

Com isso, durante o século XX, o trabalho tão dignificado pelas elites brasileiras se materializou de forma precária e irregular para uma parcela significativa da população brasileira. Além disso, como fez referência Lessa (2000), a estratégia de sobrevivência do homem pobre, com o advento do automóvel, mudou da venda da força bruta para a logística. Em outros termos, da cidade imperial à atual – de guardador e lavador de carros à flanelinha e pedinte de cruzamento – como forma de manter a reprodução na vida nos centros urbanos contemporâneos.

O incremento do neoliberalismo e da globalização, o trabalho regular ficou mais escasso, todavia o pobre nas cidades, na dimensão da sobrevivência reinventa, contraditoriamente, o espaço das ruas, transformando os viadutos, as marquises, as praças públicas em espaço de moradias e trabalho. A esses, várias denominações são dadas como apontou-se no início desse capítulo, desde as que reproduzem um juízo de valor negativo às que se denominam socialmente críticas: vadios, vagabundos, mendigos, morador de rua, marginalizados, população de rua, população em situação de rua.

No ambiente acadêmico, numa perspectiva crítica da realidade social do modelo capitalista, a população de rua é compreendida em conjunto com outros sujeitos (negros, índios, crianças e jovens de favelas, mulheres, quilombolas, sem

terra), que a partir da década de 1980, passaram a ser denominados como excluídos, ou seja, produzidos pela exclusão²⁰ social do sistema capitalista.

Há uma extensa bibliografia que discute a origem e os problemas dos excluídos nas cidades brasileiras. Essa contribuiu bastante para o avanço das garantias e universalização dos direitos sociais, efetivação de políticas públicas e, principalmente, para a desconstrução das representações criminalizadoras sobre o pobre – como discutido anteriormente.

Dentre as análises teóricas sobre o tema exclusão social, que apesar de não se constituir como uma centralidade nesta tese, é necessária a compreensão, assim, optou-se por trazer as inferências de Martins (2008). Isso porque o aludido autor trata de uma análise que tem como ponto de partida “a vivência dos chamados excluídos” e a problematização do próprio conceito. Nesse sentido, Martins (2008) destacou que há limitações no conceito de exclusão para compreender a realidade atual dos pobres, assim como para perceber os conflitos estabelecidos entre os ditos incluídos, que desejam mudar a realidade, dos ditos excluídos, sem uma ação transformadora da sociedade. Dessa forma, concordou-se com esta afirmação do autor: “[...] a exclusão fala de situações objetivas de privações, mas não fala tudo e nem o essencial” (MARTINS, 2008, p. 43).

Com base nas ideias postas por Martins (2008), acreditou-se que, para analisar a produção sócioespacial da população de rua, cabe o cuidado de observar que “[...] há processos sociais excludentes, mas não exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis” (MARTINS, 2008, p. 46). Ademais, como disse um colaborador desta tese que não vive mais na rua, enquanto me acompanhava em campo: “Tem muita gente que acha que sabe tudo sobre morador de rua só com ‘olhar de janela’, não sabe de nada”. Isso que o sujeito de pesquisa afirmou ecoa neste trecho,

Quando se pede ao sociólogo que fale sobre os problemas sociais, deve-se esperar que ele fale, também, sobre a consciência que os problemas têm quem quer compreende-los, mesmo não sendo a vítima deles. No mesmo sentido, não se pode deixar de verificar se a consciência que têm os que se inquietam com os problemas sociais coincide com **a consciência que dos problemas têm quem deles é vítima**. Só assim se pode chegar ao modo

²⁰ Segundo Nascimento (2000) a expressão tomou conta dos meios acadêmicos e midiáticos da sociedade brasileira nos anos de 1990 e sua base encontra-se, nos anos 1980, como categoria importada da França, dos trabalhos de Bourget (1992). A partir daí o conceito passou a sintetizar os problemas sociais advindos do desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos.

como a vítima interpreta sua situação, que saídas vê nela (MARTINS, 2008, p.26 - grifos nossos).

Dessa forma, afirma-se que hoje existem suportes teóricos que permitem avançar nas análises sobre a situação de indivíduos ou grupos sociais nas cidades, a partir da vivência dos mesmos, de como eles veem os seus problemas e se os veem como problemas e questionem por que algumas políticas públicas direcionadas para “acabar com a exclusão” caem num ciclo de reprodução do capital e das desigualdades socioespaciais, assim como para verificar o conteúdo espacial presentes nessas relações.

1.3 O SURGIMENTO E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Observando o Quadro 02, pode-se afirmar que foi difícil para o indivíduo livre, nas cidades brasileiras, a partir do século XIX, viver sem moradia fixa e sem trabalho regular, sem correr o risco de ser preso e condenado por vadiagem ou por estar mendigando. Situações que parecem do passado das cidades coloniais e imperiais ainda têm registros recentes nas cidades contemporâneas, baseadas no Código Penal de 1941.

QUADRO 02 - SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE TRATA DE PENALIDADES A VADIOS E MENDIGOS

Instrumento	TEOR
Ordenações Filipinas de 1603, Livro V, 68	Trata das penalidades para homens que não trabalhassem, nem tivessem moradia fixa e nem senhor.
Código Criminal de 1830	No capítulo IV, trata de vadios e mendigos , os artigos 295 e 296 criminalizam a pobreza e estabelece penas.
Código Penal de 1890	No capítulo XIII, trata dos vadios e capoeiras, os artigos 399 e 400 criminalizam o indivíduo que não trabalha e estabelece penas.
Código Penal de 1941	No capítulo VII, trata das contravenções relativas à polícia de costumes; no artigo 59, criminaliza a ociosidade e estabelece pena.
Lei 11.983, de 16 de Julho de 2009	Revogou a contravenção penal de mendicância prevista no artigo 60 do vetusto Decreto – Lei 3688, de 3 de outubro de 1941, conhecido como Lei das Contravenções Penais.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015. A partir da sistematização das informações contidas em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm e em www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm

O último registro, divulgado na mídia²¹ sobre prisão de moradores de rua por crime de vadiagem ocorreu na cidade paulista de Franca, em 2012. Segundo a informação, na oportunidade, 52 pessoas foram levadas à Delegacia por prática de vadiagem quando eram moradores de rua, e os defensores públicos da mesma cidade entraram com pedido de *habeas corpus* em favor dos moradores de rua, alegando inconstitucionalidade e o direito de ir e vir das pessoas.

Essa situação ilustra o reconhecimento de que a população de rua é portadora de direitos, enfatizando que um longo caminho foi percorrido, isso porque sinalizando que a pobreza, o não trabalho, a falta de moradia, a falta de acesso à saúde e o direito ao espaço urbano deixou de ser assunto das demandas policiais. Apesar do fato relatado no parágrafo anterior, os casos de violência e de violações dos direitos humanos com moradores de rua são recorrentes²², isso demonstra que mesmo com o avanço na legislação ainda há uma parcela da sociedade que não reconhece os direitos da população de rua e trazem a ideia de que pessoas nessas condições são vadias, indolentes, perigosos e vagabundos.

Em 2008, o Brasil contabilizou mais de 50 mil pessoas vivendo nas ruas (Figura 03).

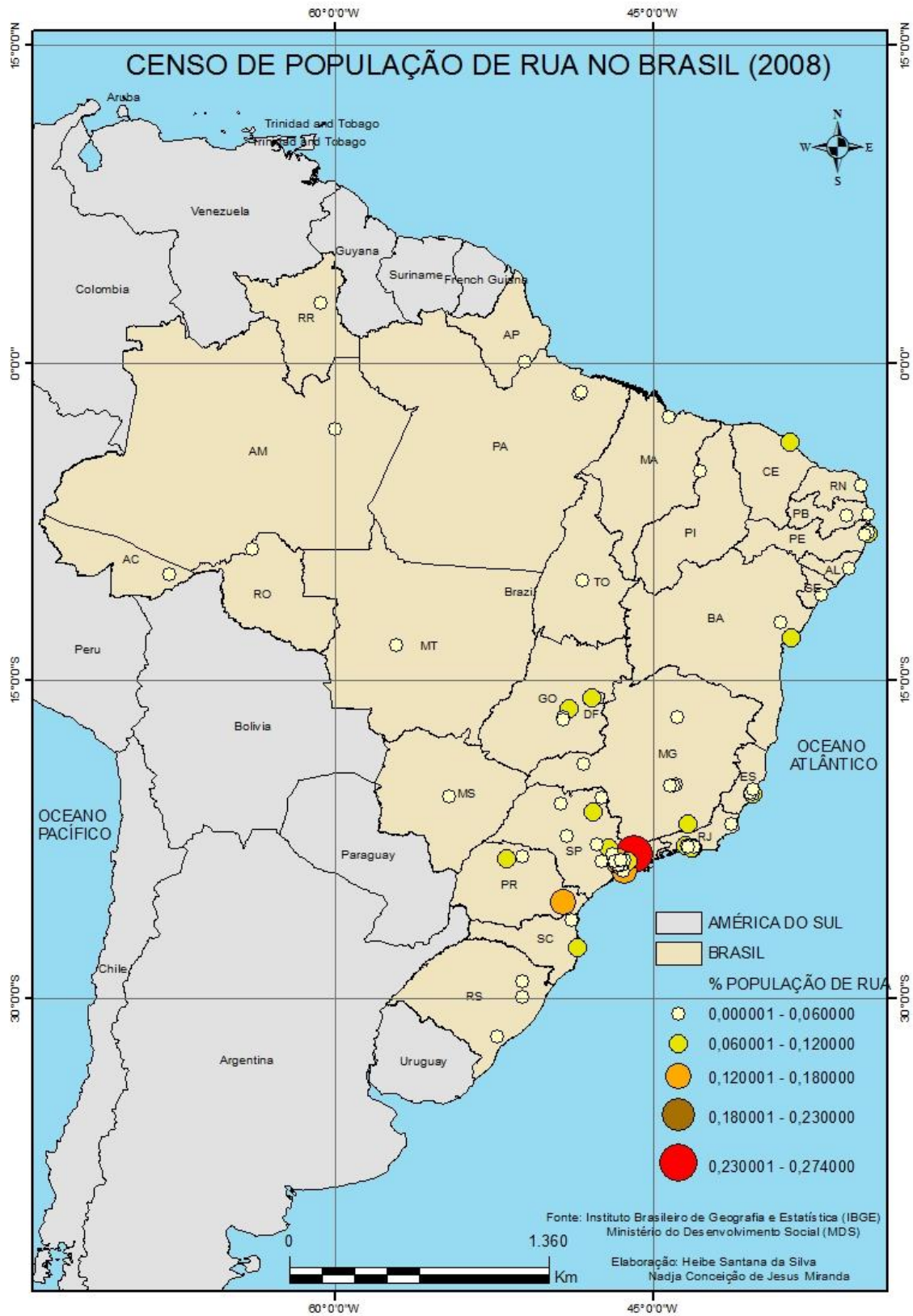
Pela pesquisa realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em 71 cidades brasileiras, com mais de 300 mil habitantes, foram contabilizadas 31.922 pessoas adultas fazendo das ruas ou abrigos espaços de sobrevivência e moradia. Deve-se levar em conta que, no mesmo período, as cidades que fizeram suas pesquisas independentes, não foram incluídas na pesquisa do MDS. Assim sendo, a cidade de São Paulo contabilizou 14.478, Porto Alegre 1.347 e Recife 1.390 pessoas morando na rua.

Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, no Rio de Janeiro, a primeira pesquisa experimental de contagem da população de rua. A pesquisa indicou um quantitativo de 5.580 pessoas vivendo nas ruas naquela cidade.

²¹ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-de-rua-sao-detidos-por-vadiagem-no-interior-de-sp,879522>. Acesso em: 23 mai. 2015.

²² De acordo com os dados do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) foram 384 casos de assassinatos no Brasil durante o ano de 2012 até abril de 2013. De abril de 2011 a agosto de 2013, o Centro registrou 1493 casos de violações; dentre estas, as de maiores percentuais foram de violência física, negligência e violência institucional.

FIGURA 03 – POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL, 2008



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Elaboração: Heibe Santana da Silva

As pesquisas realizadas sinalizam um avanço, no sentido de pelo menos tentar-se identificar quantas e onde estão as pessoas que moram nas ruas. Contudo, o processo de luta para que essa população efetive o reconhecimento do direito à cidade está se constituindo numa longa trajetória.

O histórico de negação de direitos a esta população legitimou o surgimento, em 2004, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR). O movimento tem suas origens muito ligadas à intenção de cobrar políticas que deem dignidade de vida a esse segmento da população nas cidades. Este inclusive passou a ser espaço e meio de luta política frente aos poderes públicos e interesses privados, (Figura 04).

Figura 04 – Capa da Cartilha do MNPR



FONTE: Cartilha do MNPR, 2010

Em sua formação, o movimento, na teve duas bases importantes: o apoio de organizações religiosas (que atendiam à população de rua em São Paulo) e o desejo dessa população de tornarem-se protagonistas de suas histórias. Posteriormente, dada às demandas específicas de quem mora na rua, o MNPR iniciou os encontros de lutas junto ao Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). As cidades de São Paulo e Belo Horizonte foram as cidades que primeiro iniciaram as atividades do MNPR . A partir daí, os líderes destas duas seções foram se articulando com outras lideranças, nos estados do Brasil, e fundaram novas seções.

Em maio de 2014, o MNPR contava com cinco coordenações nacionais e seis locais. As nacionais são: São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Paraná; e as locais são: Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro,

Florianópolis e Porto Alegre. O funcionamento do movimento é pautado num regimento interno, segundo o qual são participantes do movimento homens e mulheres em situação de rua ou que possuem trajetória de rua. Podem filiar-se, mediante termo de filiação, as pessoas em situação de rua, os simpatizantes e militantes na causa. O movimento vem realizando fóruns estaduais e nacionais para debater suas demandas e para construir um estatuto próprio.

De 2004 até 2015, pode-se identificar algumas conquistas com relação à inserção das demandas específicas da população de rua nas pautas de políticas públicas dos governos nas três esferas. Em especial no âmbito federal, o Chefe do Executivo²³, em 2003, se comprometeu com as demandas dos catadores de recicláveis e, conseqüentemente, da população de rua que também faz parte do universo dos catadores de materiais recicláveis. Assim, houve uma abertura de discussão no governo para que o movimento expressasse suas demandas e participasse da construção das políticas públicas.

O Quadro 03 sintetiza, a partir de 2005, na dimensão da legislação federal, as demandas da população de rua que foram inseridas em políticas públicas.

Inicia com a inserção desse grupo social na Lei Orgânica de Assistência Social e tem o marco com o decreto nº 7053 de dezembro 2009 que institui política específica e cria um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Assim, permitiu-se, do ponto de vista legal, o Estado brasileiro sair da lista de omissão com as questões da população que tem a rua como abrigo.

Os instrumentos legais presentes no quadro acima são considerados pelo MNPR como conquistas do movimento, no entanto, foi verificado que o Chefe do Executivo federal, já havia se comprometido com as demandas dos catadores de materiais recicláveis e da população de rua, desde 2003. Ademais, anualmente, em dezembro, se encontrava com as representações desses grupos para ratificar os compromissos de efetivar uma política social para os mesmos. Dessa forma, o Estado brasileiro, na prática mantinha uma relação próxima com este segmento, o que propiciou uma maior participação do MNPR nas discussões de elaboração das políticas públicas específicas.

²³ Vídeo: Encontro do Natal do Presidente Lula com os catadores de materiais recicláveis: “O vídeo inclui alguns momentos importantes das 4 reuniões que, na véspera de Natal em 2003, 2004, 2005 e 2006, o presidente do Brasil Lula detidas por catadores de materiais recicláveis (os catadores organizados em cooperativas), em São Paulo”. <http://www.mnpr.org.br/multimedia/video/encontro-de-natal-do-presidente-lula-com-catadores-de-materiais-reciclaveis>. acesso em 18.05.2016.

QUADRO 03 - SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA DE DIREITOS À POPULAÇÃO DE RUA 2005-2015

Instrumento legal	Objetivo
Lei 11.258 de 2005	Inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
Decreto S/N de 25/10/2006)	Instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
Portaria 381, 12/12/2006 MDS	Assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.
Resolução 109, 11/11/2009 Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas)
Decreto 7.053, 23/12/2009	Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
Lei 11.983, 16/07/2009	Revogar a contravenção penal de mendicância prevista no artigo 60 do vetusto Decreto – Lei 3688, de 3 de Outubro de 1941, conhecido como Lei das Contravenções Penais.
Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social	SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010 - reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).
Resolução 7, 07/07/2010 Comissão Intergestores Tripartite (CIT)	Pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras Drogas (Decreto 7179, de 20 de maio de 2010).
Portaria 843, 28/12/2010	Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC), dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.
PNDH3 2010	Os Eixos III e IV estabelecem diretrizes que incluem a população em situação de rua
Portaria 414, 18/8/2010 Ministério das Cidades	Publicada no D.O.U. de 19 de agosto de 2010) Altera o Anexo da Portaria nº140, de 5 de abril de 2010, do Ministério das Cidades incluindo nos critérios de hierarquização.
SDH	Convenio para implementação do CNDDH entre SDH / MP-MG e CNBB
Portaria 122, 25/01/2011	Estabelece as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.
Portaria 940, 28/04/2011 Ministério da Saúde	Dispensa à população em situação de rua e os ciganos-nômades a apresentação de comprovação de endereço para cadastramento no SUS.
Portaria 36,11/06/2012	Institui grupo de trabalho para tratar da capacitação de profissionais e gestores de segurança pública para atuação relacionada às pessoas em situação de rua;
Portaria 824, 25/06/2012	Institui GT para pesquisa para Pesquisa/Censo – IBGE;
Portaria 2, 27/02/2013	Aprova o Plano Operativo – Ações para a PSR

FONTE: BRASIL, 2013

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2014.

Outro aspecto verificado, a partir das informações constantes no Quadro 03 e que também vem sendo discutido neste capítulo, é sobre a denominação que hoje recebe a população de rua nos documentos e políticas oficiais – população em situação de rua. Esse termo apareceu de forma mais sistematizada em Silva (2006),

na sua dissertação de Mestrado “Mudanças recentes no Mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil de 1995 a 2005”. Neste trabalho, a autora analisou o fenômeno da população de rua o relacionado às mudanças no mundo do trabalho, em função do capitalismo contemporâneo. Com isso, a autora expressou as características da população de rua no Brasil:

[...] população heterogênea, numa condição de pobreza, com familiares vínculos interrompidos ou fragilizados, inexistência de moradia regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento por contingência temporária ou de forma permanente (SILVA, 2006, p.105).

De fato, essas são características que foram encontradas nas pessoas que vivenciam a rua como moradia. Silva (2006) fez um adendo ao uso da palavra “situação”, em que ela usou num contexto para “[...] designar uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar da sociedade capitalista e não apenas de perdas e infortúnios de indivíduos, considerados fora desse contexto social” (SILVA, 2006, p. 105).

No entanto, quando esse conceito é apropriado no discurso do Estado e pelas políticas públicas, a intencionalidade da palavra “situação” muda. Pressupõe uma homogeneidade, cujas características a autora refuta – a de que todos que estão na rua sairão, porque é uma situação temporária ou passageira. O questionamento é: as políticas são direcionadas nesse sentido? Discussão presente nos próximos capítulos.

Embora o movimento aponte essas conquistas, em especial o Decreto nº 7.053 de dezembro 2009, que instituiu pela primeira vez uma política específica para população em situação de rua, a organização do movimento destacou outros desafios: sua própria manutenção, as dificuldades de implantação das políticas no âmbito municipal, a violência contra a população de rua, as políticas equivocadas de algumas cidades. Em especial, destacou, no contexto de 2014 e 2015, a produção de megaeventos²⁴ esportivos.

Sobre os problemas advindos com os megaeventos, não se pode deixar de

²⁴ De acordo com Molina (2013, p. 21) são eventos de larga escala e abrangência (expressividade internacional), duração e visibilidade (proporcionada, entre outros, pela cobertura midiática), ao forte poder de atração de pessoas, capitais (investimentos), e, sobretudo, à sua dimensão espacial. Ou seja, ao seu poder de induzir, direta ou indiretamente, consideráveis transformações nas cidades nas quais os mesmos ocorrem, manifestadas materialmente através da construção de edificações (em geral), obras de infraestrutura, disponibilização (conquista) de novos terrenos (dotando-os de infraestrutura e edificações diversas. Além de, por vezes, ressignificar áreas inteiras para realização do megaevento e, ao mesmo tempo, prevendo sua utilização futura, dado o seu caráter efêmero.

registrar que, nos últimos anos, o Brasil vem se destacando na produção de megaeventos esportivos internacionais, como os que já aconteceram - Jogos Pan-Americanos (2007), Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014) - e o que irá acontecer - Jogos Olímpicos (2016).

Esses eventos têm incentivado as políticas públicas urbanas nas cidades brasileiras que sediam essas atividades, no sentido empreendedorista de ampliação do capital. Assim sendo, o modelo urbano desenvolvido neste contexto não tem sido realizado no plano do cotidiano sem conflitos, especialmente, com os grupos mais vulneráveis que habitam essas cidades.

Destaca-se, aqui, a população em situação de rua. São recorrentes as notícias e as queixas sobre as políticas higienistas²⁵ empreendidas contra esta população. Esta prática já ocorria, porém nos últimos anos tem sido intensificada, pelo poder público, nas cidades que recebem atividades dos referidos eventos. São alguns dos problemas que são apontados como desafios cotidianos e contemporâneos enfrentados pelo MNPR e discutidos ao longo desse trabalho.

Verifica-se assim que, como questão antiga, a população de rua é um fenômeno urbano e na contemporaneidade precisa ser analisado e compreendido nas suas relações socioespaciais, nos conflitos, nas práticas cotidianas e nas políticas públicas específicas do espaço urbano de Salvador. Só assim, superamos as representações negativas que ainda pesam sobre essa parcela da população e que dificulta a realização de um direito à cidade. Acredita-se que é nessa dialética do passado com o presente que entenderemos essa produção espacial, a qual é pouco visível para a maioria das cidades, mas que é fortemente presente e que faz determinados espaços serem o que são.

²⁵ Para Corrêa (2010), a higiene (higienismo), como estratégia de saúde, é introduzida no controle e vigilância dos espaços públicos (cidades) e privados (casas dos trabalhadores). De acordo com esta autora, os higienistas desenvolveram um novo conceito de cidade, sob alguns aspectos inovadores, mas com outros muito próximos ao pensamento policial do século anterior, onde pobreza, miséria eram diretamente relacionados com delinquência, criminalidade, sendo o combate a miséria considerado como caso de polícia. Corrêa (2010) ainda destacou que, no caso específico do Brasil, as políticas higienistas estão presentes na atualidade.

2. A POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: QUEM É, COMO VIVE, DE ONDE VEM, ONDE ESTÁ?

“Em Raíssa, cidade triste, também corre um fio invisível que, por um instante, liga um ser vivo ao outro, depois volta a se estender entre pontos em movimento desenhado rapidamente novas figuras de modo que a cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz que nem mesmo sabe que existe” (Ítalo Calvino, 1990).

O objetivo desse capítulo é tornar visível a população de rua em Salvador, aliás, onde ela está? Qual a sua situação socioeconômica e os nexos que envolvem as práticas sociais desenvolvidas por este segmento social na sua inserção no contexto da produção social do espaço urbano?

Para tanto, realizou-se essa incursão, como disse Barros (2004), “descobrimo as entranhas da cidade”, enveredando pelos caminhos da invisibilidade²⁶, fez-se necessário entender o movimento de população de rua: nas praças, embaixo dos viadutos, nas unidades de acolhimentos, nos abrigos, nas malocas, nos lugares de coleta de lixo, requer-se entendê-la nas “casas improvisadas”, nos eventos, nos seminários, nas comemorações destinadas a esse segmento e nos espaços de desenvolvimento de projetos. E ainda, dialogamos com os profissionais que atuavam junto a essa população, como: psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, advogadas, educadores, médicos, auxiliares de enfermagem e redutores de danos, que desenvolvem suas funções profissionais de forma tão invisível como a população de rua. Como disse um morador de rua²⁷, quando questionado se tinha direito à cidade, respondeu “não” porque “para a sociedade a gente é nada, a gente vive na escuridão da cidade. A sociedade lá e nós cá” (A. Comunidade da Soronha, Itapuã)²⁸.

²⁶No sentido de decretar a não relevância social do outro, não ser reconhecido por outras classes que compõem a sociedade, conforme Castro (2009). Ao que se acrescenta, a não relevância de tudo que se relaciona a esse outro.

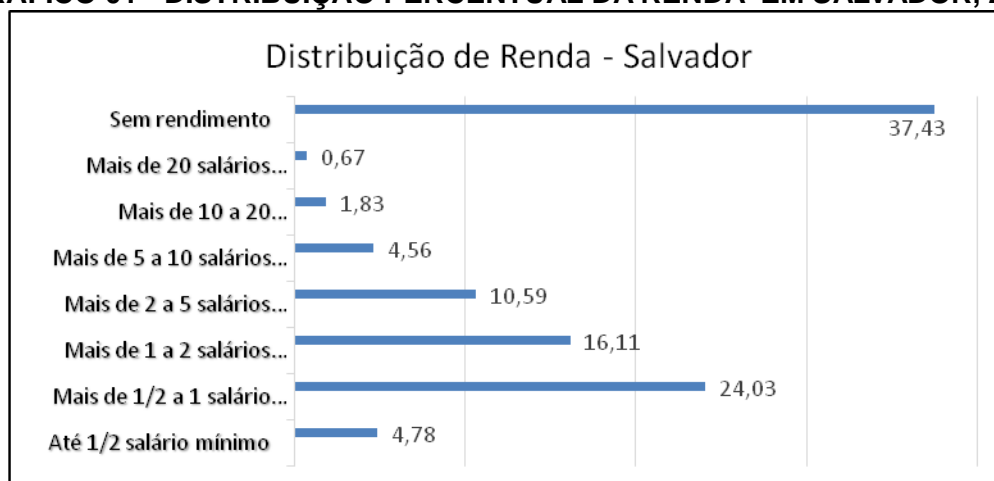
²⁷ Em alguns momentos ao longo da tese, utiliza-se a denominação - morador de rua - para expressar o indivíduo e o não grupo.

²⁸ Para preservar a identidade dos entrevistados, conforme está previsto no termo de consentimento, utiliza-se, ao longo de todo o texto da tese, somente a letra inicial do primeiro nome da pessoa, grafado em maiúsculo.

2.1 A POPULAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO SÓCIOESPACIAL DE SALVADOR

Com o intuito de situar os estudos sobre a população de rua em Salvador, primeiro realizou-se uma abordagem que trouxe uma síntese de dados estatísticos desta cidade. A população de Salvador, segundo último Censo Demográfico²⁹, era de 2.675.656 habitantes, com estimativa de 2.921.087 para 2015. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM³⁰) de 0,759, no entanto, a desigualdade de renda é marcante na realidade da cidade (Gráfico 01). Afinal, a distribuição espacial dessa renda e de outras variáveis como serviços de infraestrutura, nível de escolaridade, resultantes de processos de urbanização, conforme afirmam (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 57), “conformam um espaço urbano desigual e segregado”.

GRÁFICO 01 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA EM SALVADOR, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 2010

ELABORAÇÃO: Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Nas últimas décadas, esse tem sido o contexto de desigualdades socioespaciais, no qual está inserida a população de rua de Salvador. Como foi apontado no capítulo anterior, conforme Fraga Filho (1996), no século XIX, já existiam espaços apropriados por pessoas que viviam nas ruas. Inclusive, Miranda (2006) fez uma revisão da literatura, exemplares de jornais e trabalhos acadêmicos

²⁹ Censo 2010 realizado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³⁰ índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IDHM é um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). O índice vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de um, melhor.

escritos no século XX, e destacou importantes registros em que a população de rua foi protagonizada como personagens reais do espaço urbano.

A autora salientou que em 1937, o escritor Jorge Amado, na obra "Capitães da Areia", desvendou através de seus personagens o mundo dos (as) meninos (as) de rua daquele período, denunciando os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais em Salvador, bem como as estratégias que aquelas crianças e jovens utilizavam para se apropriar e usar os espaços da cidade. No jornal *A tarde*, na década de 1950, uma série³¹ de reportagens chamava os leitores a refletirem sobre a questão da mendicância nas ruas da cidade, nas décadas de 1960 e 1970. O teor das reportagens se referiam às operações cata mendigos executadas pela Secretaria de Saúde, com o objetivo de tirá-los dos locais frequentados pelos turistas.

Na década de 1990, começaram a ser publicados os primeiros estudos acadêmicos sobre essa população historicamente estigmatizada na cidade. Esses de maneira geral ratificavam na realidade a ficção de Jorge Amado, aprofundando, de forma científica, as informações que eram domínio dos jornais.

O livro "Decifra-me ou Devoro-te: história oral dos meninos de rua de Salvador" de Ataíde, publicado em 1996, foi o primeiro a tratar desse tema. Na obra, a autora usou a metodologia da História Oral para capturar a histórias de vida de 127 crianças, entrede 10 a 13 anos, que viviam nas ruas de Salvador. Desse total, ela selecionou as 18 mais significativas para seu objetivo de trabalho, que era desvelar a realidade das crianças de rua, e publicou-as integralmente no livro. A autora afirma que com essa pesquisa, foi possível apresentar os dois lados que permeiam as vidas de quem mora nas ruas: o de vítima e o de algozes.

Parafraseando Joaquim Manoel de Macedo, Ataíde (1996) chamou a atenção, naquela época, para a falta de conhecimento da sociedade sobre o cotidiano das crianças de rua. Além disso, a autora também salientou como esse desconhecimento e falta de políticas públicas adequadas para aquele segmento poderia transformá-los em germe de destruição da própria sociedade que os marginaliza.

Se por um lado as inferências da autora foram pautadas em vários aspetos da história de vida das crianças que, segundo ela, carrega o sentimento que nutre com

³¹ A Série Mendicância ou Vício?

relação à sociedade; dentre eles, as estratégias de sobrevivência no dia a dia; as relações sociais que as crianças desenvolviam na rua, além de sua relação com as famílias; as carências materiais como a falta ou precariedade da moradia, a alta taxa de desempregados entre seus pais. Por outro lado, a autora ressaltou que uma “energia vital” -, uma vontade de viver e um desejo de melhorar de vida - que nutria as crianças, contradiz os códigos de ética vividos por eles nas ruas, como a presença de estímulos sexuais, precocemente, assim como a prática de roubos e o uso de drogas, por metade dos entrevistados.

Na área da Assistência Social pôde-se verificar o trabalho de Carvalho (2014), pelo qual a autora analisou o direito de acesso à saúde para a população de rua em Salvador, bem como verificou que as gestões estadual e municipal tem atuado de forma tardia e lenta, considerando a presença histórica da população de rua na cidade. Além disso, Carvalho (2014) destacou, criticamente, as condições precárias de vínculos empregatícios que atuam os profissionais dos programas de assistência social para a população de rua, aspecto também abordado nesta tese, no capítulo III. O estudo de Santos (2014) analisou a organização do Movimento Nacional de Rua em Salvador e atuação deste na implementação de serviços de assistência básicos para a população de rua, constando que tais conquistas ainda são insuficientes, assim como, verificou as limitações dos espaços assistenciais religiosos e públicos que atuam, segundo a autora, com “uma relação de dependência da de rua com as entidades” (SANTOS, 2014, p. 116). Assim, Santos (2014) constata que, mesmo com a elevação da Assistência Social como política de direito na prática o que tem ocorrido nesta área é um processo de refilantropização, pois segundo a autora com a adoção do neoliberalismo pelo Estado brasileiro, nas três esferas de gestão (federal, estadual e municipal), estes transferiram para a sociedade civil o papel solidário de ajuda aos pobres e vulneráveis.

Nesse contexto, os trabalhos da Assistência Social embora não tratem diretamente da dimensão espacial que envolve a população de rua em Salvador, trouxeram contribuições importantes na análise das políticas públicas.

Em 2000, no âmbito da Geografia, este tema foi desenvolvido por Carlos Santana, na sua dissertação de Mestrado – A Questão dos meninos de Rua no Brasil e em Salvador: uma análise sócio histórica e territorial. Nesse trabalho, o autor sistematizou, a partir da legislação brasileira, as concepções de assistência à criança e ao adolescente e destacou o perfil correcional, repressivo e segregador

presentes nas ações advindas das leis. Além disso, discutiu o avanço da legislação com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e verificou que, às vésperas desse completar 10 anos, suas principais ações ainda não haviam saído do papel.

É importante destacar a falta de cumprimento de ações previstas no ECA, haja vista que em 2015 este estatuto passou a ser alvo de críticas e controvérsias em função do Projeto de Lei que tramita³² no Congresso para reduzir a maioria penal para 16 anos.

Para os congressistas e alguns segmentos da sociedade, que defendem a redução da maior idade penal, o ECA contribuiu para a impunidade dos menores, portanto, as ações previstas no estatuto estariam contribuindo para o aumento de casos de crimes cometidos por menores. Para os que são contra essa redução, como Santana (2000) já verificava, muitas práticas previstas pelo ECA ainda não saíram do papel. Logo, como essas poderiam contribuir para aumentar os casos de crime? Pelo contrário, caso estivessem sendo implementadas poderiam existir ações que resultassem em atividades socioeducativas mais positivas para as crianças e adolescentes infratores e, conseqüentemente, na redução de danos às crianças e à sociedade.

Assim, Santana (2000) ratifica que não há problemas em criar leis, mas existem graves problemas em fazê-las ser cumpridas. Com isso, a contribuição do autor balizou-se, principalmente, em trazer esse tema para a Geografia, reconhecendo as territorialidades produzidas no espaço urbano pelos meninos e meninas de rua em Salvador.

Nessa perspectiva, Miranda (2006) abriu o espectro de análise, com a investigação de adultos, homens e mulheres que, nos anos 2000, apropriavam-se, através de estratégias de uso, de muitos espaços da cidade, o que resultava na criação de vínculos com esses lugares. Tais inferências contribuíram para mais uma vez inserir as discussões sobre o tema, em especial, no âmbito da Geografia Urbana, numa perspectiva dialética e fenomenológica.

³² O Projeto de Emenda Constitucional n° 173 de 1993 foi aprovado pela Câmara Federal em primeiro turno, em julho de 2015, mas os deputados precisam analisar a matéria em segundo turno. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/491507-CAMARA-APROVA-EM-1-TURNO-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-EM-CRIMES-HEDIONDOS.html>. Acesso em: 24 mai. 2016.

Com isso, verifica-se que já existem discussões e trabalhos acadêmicos que necessitavam ser resgatados para compor o estado da arte deste trabalho. Além de, a partir deles, ser possível avaliar o fenômeno como parte intrínseca a produção espacial na cidade, sendo possível verificar a necessidade de avançar nas discussões.

Assim, mais uma vez, ratificou-se que o fenômeno de população de rua não é novo, pelo contrário, a partir do século XVI, no mundo ocidental tem sido um processo que se expressa nas cidades e está imbricado, às mudanças do mundo trabalho. Com a consolidação do capitalismo, ao longo dos séculos, esse problema, na mesma medida do neoliberalismo e da globalização, também foi se espalhando nas médias e grandes cidades de forma expressiva.

Na sociologia do trabalho, há uma tese amplamente aceita que este fenômeno está relacionado diretamente aos efeitos das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. No entanto, a questão toma formas específicas, de acordo com a capacidade que cada país, ou em outro âmbito cada cidade, encara os efeitos sociais da acumulação e da reprodução do capital no espaço urbano. Especialmente, quando propõe e executam políticas públicas urbanas que visam minimizar o impacto desse processo na vida das pessoas, principalmente, àquelas de baixa renda e nível escolar que, geralmente, vivem em áreas pouco servidas dos serviços públicos essenciais.

É bem verdade que outros fatores como as calamidades naturais, as guerras, os conflitos familiares, opção de vida, concorrem para que as pessoas estejam vivendo nas ruas. Todavia, independente do motivo, essas pessoas têm direitos a políticas que garantam a integridade e a qualidade de vida.

Nas cidades brasileiras, a maioria das pessoas que estão nas ruas se encaixa nos casos de conflitos familiares, como fator imediato, conforme apontam os dados socioeconômicos apresentados na pesquisa do MDS - Ministério de Desenvolvimento Social, em 2008, e também nos dados coletados e sistematizados com a pesquisa de campo desta tese. Nesse sentido, Carvalho; Pereira (2014, p. 237) destacam que “a globalização envolve tanto a homogeneização quanto a diferenciação e a singularização dos diversos espaços”. Nesse perspectiva, o fenômeno da população de rua expressa-se como fenômeno global, mas também como expressão local, por isso a necessidade de analisar os nexos da população de rua em Salvador com a produção socioespacial da cidade.

Nos diferentes estudos sobre população de rua³³ nas cidades brasileiras, pode-se observar que estão explícitas as motivações estruturais que contribuem para que as pessoas busquem as ruas como alternativa de sobrevivência. Contudo, existem aspectos locais que explicam mais sobre a questão. Ou seja, os motivos desencadeadores das pessoas estarem vivendo nas ruas coadunam-se, por exemplo, com as formas como se relacionam e se apropriam dos territórios; o porquê se concentrarem em determinadas áreas da cidade; e finalmente, quais as possibilidades das políticas públicas para poderem proporcionar a melhoria de vida dessas pessoas.

Inclusive, nos últimos 10 anos, essa problemática vem sendo inserida de forma mais sistemática no âmbito das políticas públicas geridas pelo município. Elas têm sido coordenadas e executadas pela Assistência Social, tal como prevê a legislação sobre as políticas públicas específicas para população de rua. Isso tem exigido do poder público municipal lidar com as contradições resultantes da apropriação e uso do espaço urbano pela população de rua e o princípio do direito à cidade, teoricamente, contido na Política Nacional de População de Rua (PNPR).

Dessa maneira, esse tem sido um processo gerido com muitas implicações, que por vezes são também conflitantes, no espaço urbano. De um lado, a população de rua lutando pelo seu espaço na cidade; de outro, na mediação, o poder público municipal tentando cumprir a legislação de direitos dessa população, além de gerir os interesses hegemônicos³⁴ na cidade, o que explicita uma relação de constante contradição nessa esfera.

2.2 UMA ANÁLISE DOS DADOS

“Na cidade [...] existimos, mas quase sempre, nem somos vistos” (E. Terminal de ônibus de Aquidabã).

Quem são essas pessoas que vivem nas ruas de Salvador? O que se sabe sobre elas e eles? Marcos³⁵, Antônio, Julião, Claudemira, Joanira, Leandro são pessoas que têm nomes, histórias e seguem no espaço urbano, defendendo sua

³³ ROSA, VIEIRA(1995); BURSZTYN (2000); SILVA FILHO (2002); OLIVEIRA(2002); SCOREL(2002); MIRANDA (2006); ROBAINA (2012, 2013,2014,2015).

³⁴ Capital imobiliário, proprietários de imóveis comerciais e residenciais, empreendedores do turismo.

³⁵ Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados e para manter a clareza textual.

existência dia a dia. Homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, esquizofrênicos, qual é o espaço que a cidade reserva para essas pessoas? É possível essas pessoas terem direito à cidade?

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município, no ano de 2006, Salvador tinha oficialmente 812 moradores de rua. Em 2008, pelos dados da pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), esse número passou para 3.289. Em 2009, eram 2.010 moradores de rua, de acordo com Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social e Direitos do Cidadão. Em 2013, a coordenação do MNPR – Movimento Nacional da População de Rua em Salvador estimava que existisse cerca de 4 mil pessoas vivendo nas ruas de Salvador. Em 2016, no site Cidades Sustentáveis, foi publicada a estimativa da população de rua em Salvador com dados a Secretaria Municipal da Mobilidade conforme Gráfico 02³⁶.

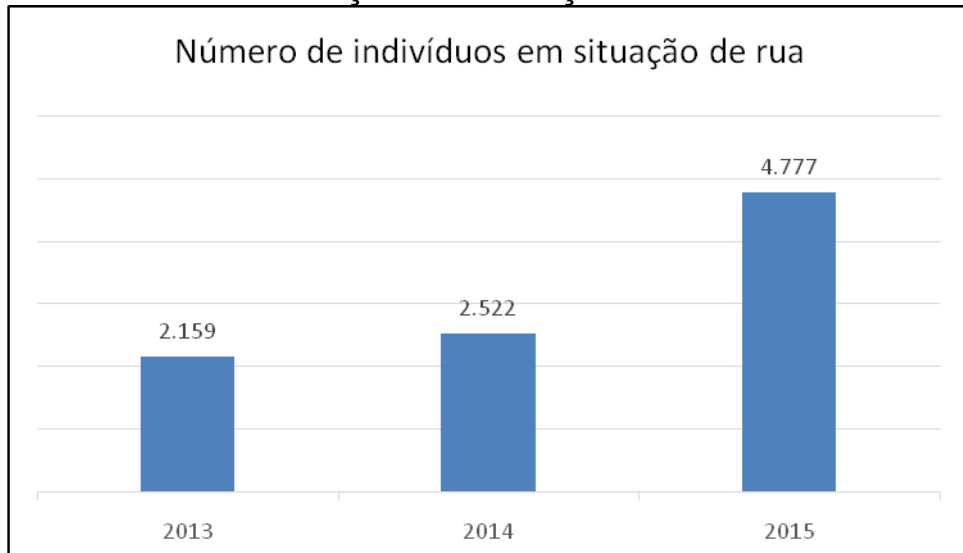
Com isso, observa-se que há uma carência de dados mais consistentes e sistematizados. Cada programa ou projeto que tem como foco de trabalho a população de rua consegue reunir dados e informações da história de vida dessa população que as pesquisas, meramente declaratórias, não contemplam. No entanto, a falta de uma coordenação geral dificulta a sistematização e, conseqüentemente, as informações ficam fragmentadas e perde-se a possibilidade de acompanhar a dinâmica de como esse fenômeno ocorre na cidade.

Em 2014, foram encontrados dados, na Defensoria Pública do Estado da Bahia (DP-BA), que contribuíram para sistematização de uma amostra³⁷ das informações socioeconômicas desse segmento em Salvador, constante neste capítulo.

Com as informações das fichas de processos produzidos pelo Núcleo da DP-BA, os dados foram sistematizados e com eles foi possível produzir alguns gráficos e tabelas que são apresentados neste capítulo.

³⁶As fontes são distintas, por não haver uma sistematização da informação em um único lugar, assim, essas servem para ilustrar, mas de modo a esboçar o contexto que possibilitar comparações evolutivas.

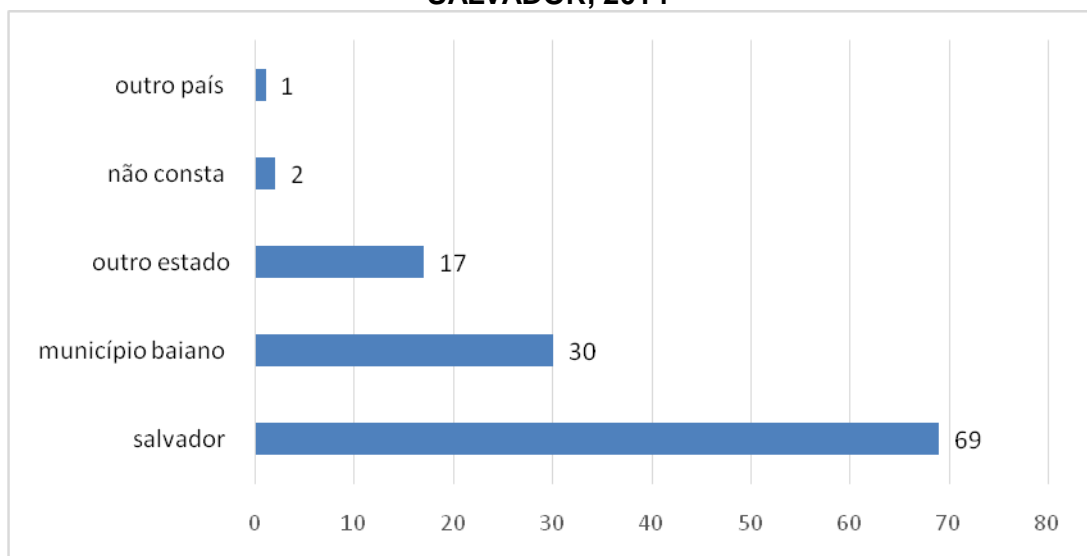
³⁷ Existiam 1.100 pastas de processos de população de rua. A coleta de dados foi realizada em 119 pastas que estavam com a ficha de informações socioeconômicas preenchidas completamente (Anexo D)

GRÁFICO 02 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR

FONTE: Secretaria Municipal de Mobilidade, site Cidades Sustentáveis

ELABORAÇÃO: Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

As análises aqui foram norteadas pela ideia que a população de rua não está isolada, percebe-se que ela está inserida nos quadros das desigualdades socioeconômicas do país, do estado e de Salvador. Portanto, quando se verifica que mais de 50% da amostra da população de rua é de Salvador (Gráfico 03), de alguma maneira compreende-se que a população de rua sintetiza o que há de problemas sociais urbanos na capital baiana.

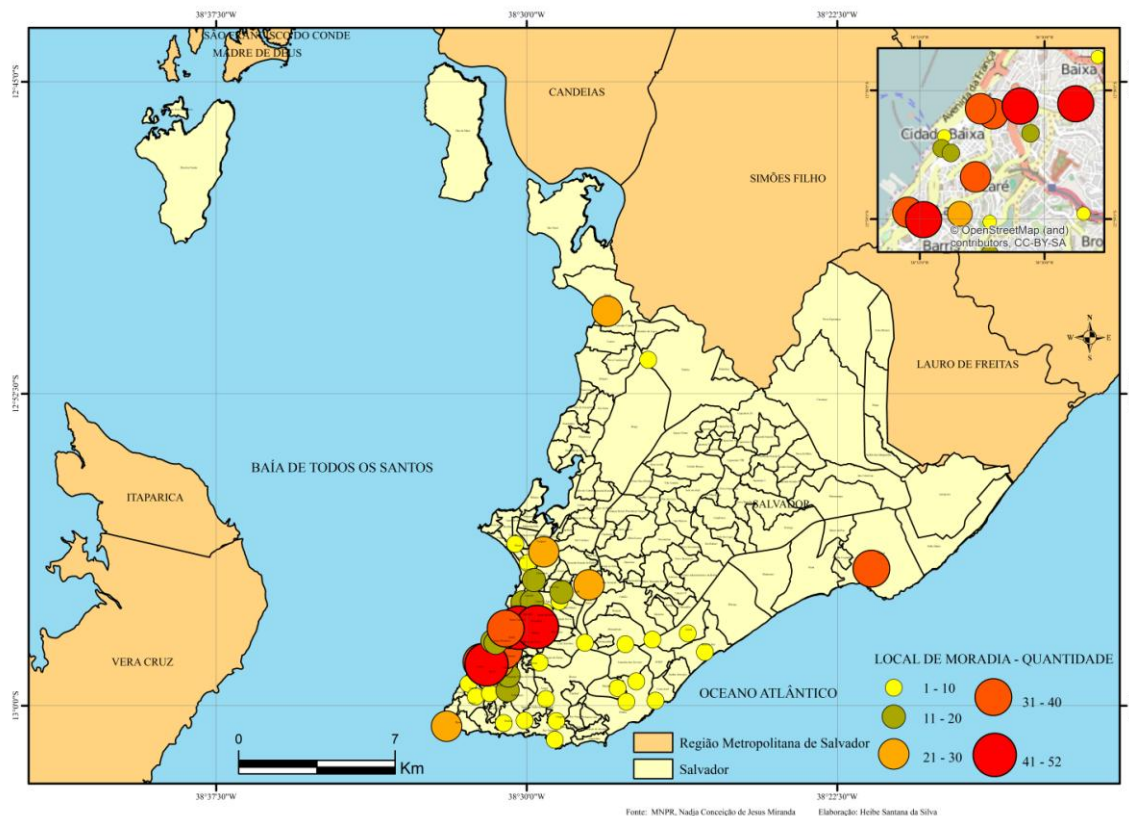
GRÁFICO 03 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ORIGEM SALVADOR, 2014

FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

De modo geral, essa população é originária de bairros³⁸ com o histórico de precariedade de serviços públicos essenciais como saneamento básico, assistência social e saúde, escolas com ensino de qualidade, inexistência de áreas de lazer, moradias precárias e inadequadas e com pouca capacidade de absorção de mão de obra. Inclusive, a figura 05 permite verificar onde está concentrada essa população na cidade.

FIGURA 05 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE RUA, SALVADOR, 2014



FONTE: MNPR, Pesquisa de campo

Elaboração: Heibe Santana da Silva a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Geralmente, os moradores de rua estão concentrados no Centro da cidade, onde historicamente há uma maior intensidade dos serviços de assistência voltados ao atendimento desta população.

Ademais, é também aí onde há uma maior oferta de serviços que proporciona alguma renda para essa população. Por exemplo, lá conseguem recolher o lixo reciclável (papel, jornal, latinha e papelão) descartado por lojas, restaurantes e

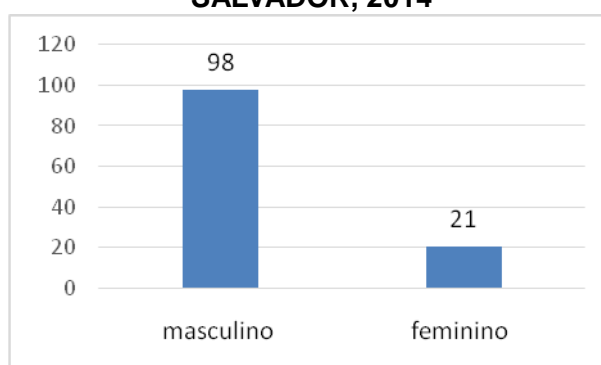
³⁸ Sete Abril, Liberdade, Mata Escura, Pau da Lima, Alto de Coutos, Paripe, Pirajá, Plataforma e Valéria.

empresas comerciais; realizam lavagem de carro em estacionamentos; têm onde, eventualmente, se abrigar (casarões antigos, abandonados); participam das atividades de lazer existentes na área (praia, shows musicais e culturais gratuitos ou a preços baixos); além de terem a possibilidade de deslocamento entre a cidade baixa e alta andando.

Assim, pode-se inferir que o Centro atrai a população de rua tanto pelo conjunto de fatores que este proporciona, quanto porque pela existência de espaços públicos como espaços de reprodução da vida.

É interessante mencionar que apesar de concentrada no Centro, a população de rua também é encontrada em outros bairros da cidade, porém de forma rarefeita. É certo, no entanto, que nesses espaços sua concentração é em menor proporção, apesar de não ser aleatória. Em outros termos, sabe-se que existe uma lógica para sua distribuição, aliás, para esta espacialidade³⁹, que só é apreendida quando se passa a conhecer o cotidiano e as estratégias de apropriação desses espaços pela população de rua, mas, *a priori*, tem haver com a maior e menor intensidade de espaços públicos passíveis de serem apropriados e com a maior e menor intensidade de vigilância e repressão dos agentes de segurança público e privado.

**GRÁFICO 04 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR SEXO
SALVADOR, 2014**



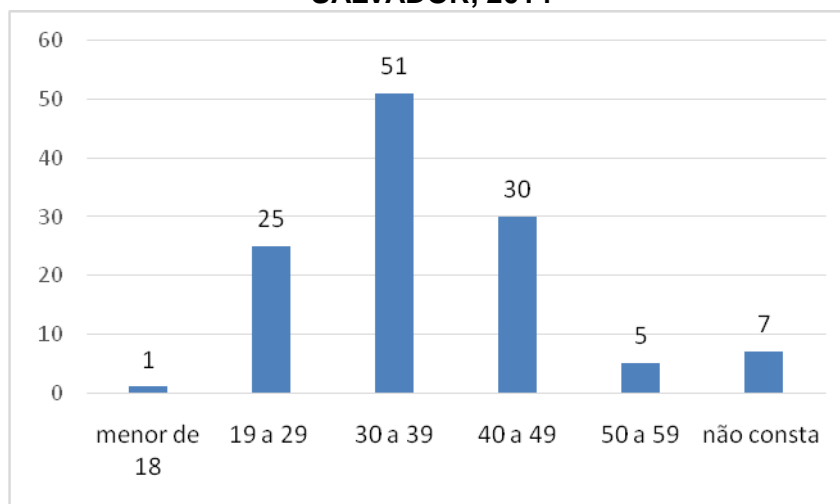
FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Além da sua distribuição na cidade, verificamos que a população de rua é, majoritariamente, masculina pertencente a faixa etária entre 19 e 49 anos, com baixo nível de escolarização (Gráficos 04, 05 e 06).

³⁹ Essa espacialidade e aspectos serão analisados no Capítulo 4.

GRÁFICO 05 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR FAIXA ETÁRIA SALVADOR, 2014

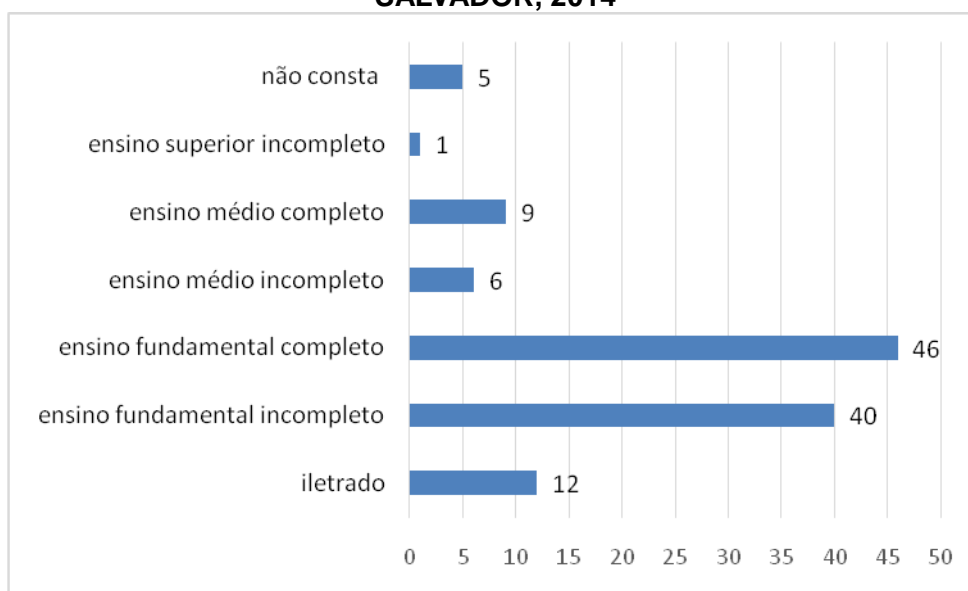


FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016

No entanto, foi possível identificar a presença de pessoas com o nível de escolarização acima do nível fundamental, o que sinaliza que viver na rua não está, diretamente, relacionado ao nível de escolarização.

GRÁFICO 06 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ESCOLARIDADE SALVADOR, 2014



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

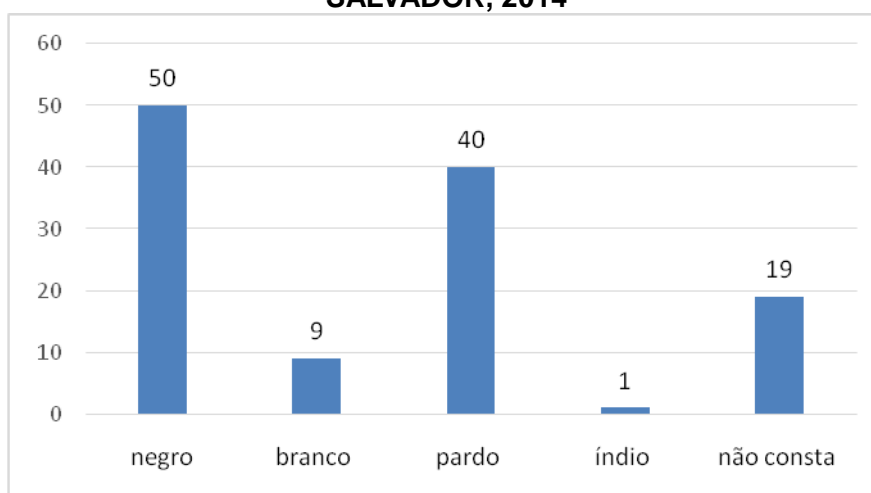
Além disso, notamos que essa população atua basicamente em atividades informais e precarizadas (catação de lixo reciclável, guardador de carro, flanelinha e vendedor ambulante), bem como na prática de venda de drogas ilícitas em pequena

escala. Souza (2015), inclusive, classifica essa última atividade “de ‘subsistema de varejo’ do capitalismo criminal-informal, que utiliza como bucha de canhão as populações de espaços segregados das grandes cidades e metrópoles” (SOUZA, 2015, p. 167).

Num estudo sobre mercado de trabalho, segregação e emprego em Salvador, Borges; Carvalho (2014) afirmaram que as grandes concentrações da pobreza urbana em Salvador estão no Subúrbio, Valéria e na maior parte do Miolo⁴⁰ onde há “reduzido número de estabelecimentos e empregos formais [...]” e “as dificuldades para os grupos mais vulneráveis como jovens, negros e menos escolarizados são mais acentuadas” (BORGES; CARVALHO, 2014, p. 108).

Acompanhando esses dados, não é de se estranhar que mais de 50% da população de rua seja composta por jovens negros (Gráfico 07).

GRÁFICO 07 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR ETNIA/RAÇA SALVADOR, 2014



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Adicionalmente, sabe-se que a taxa desemprego entre os jovens pertencentes a faixa etária de 18-24 anos tem sido alta no país, mas especificamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), como apontam os trabalhos realizados por Braga; Rodarte (2005), Marion Filho; Shumacher; Reitcher (2013). Outras variáveis que dificultam a inserção do jovem no mercado de trabalho e se agregam a faixa etária, são: o fato de ser negro, ter baixo grau de escolaridade e ser de áreas precarizadas da cidade.

⁴⁰ BORGES; CARVALHO, 2014, p. 109.

Assim, antes mesmo de ingressar nas estatísticas da população de rua o jovem e negro de áreas precárias da cidade, majoritariamente, reúne as características vulneráveis (Gráficos 05, 06 e 07) que, infelizmente impedem seu acesso ao emprego formal, confirmando mais uma vez os estudos de Borges; Carvalho (2014), que destacam,

[...] nos espaços degradados onde se concentram os grupos vulneráveis, isso contribui para reproduzir ou acentuar suas dificuldades de subsistência, entre outros aspectos, porque a desvalorização simbólica e a estigmatização desses espaços se estende a seus moradores (BORGES; CARVALHO, 2014, p 86).

É importante destacar que não se trata de um determinismo ou o número de pessoas morando nas ruas seria numericamente maior. No entanto, não se pode deixar de registrar que a população de rua, em sua maioria é originária dos espaços segregados da cidade, onde as condições de vulnerabilidade social e pobreza se confundem e se complementam.

Vale dizer, que a segregação aqui não é entendida apenas no sentido *lato* de separar, isolar, mas principalmente na concepção socioespacial⁴¹ em que se nega o convívio e o encontro entre diferentes, material ou simbolicamente tanto entre bairros, quanto nos espaços públicos. Assim, a vulnerabilidade e pobreza não podem ser consideradas como sinônimos, apesar de uma, de maneira geral, incluir a outra, conforme esclarece Katzman (2005), quando diz que:

vulnerabilidade não é exatamente o mesmo que pobreza, embora esteja incluído nesta. Esta última refere-se a uma situação de carência efetiva, enquanto a vulnerabilidade transcende essa condição projetando para o futuro possibilidades de sofrimentos por conta de certas deficiências que são detectados no presente (KATZMAN, 2005 p. 04 – tradução nossa)⁴².

Sendo assim, os dados socioeconômicos e espaciais da população de rua presentes nesse trabalho, em alguma medida correspondem aos dados da produção socioespacial da cidade, em especial, quando se trata das áreas mais precarizadas da cidade ou como afirmam Pereira;Carvalho (2014) da “cidade precária”, onde para além da dimensão objetiva,

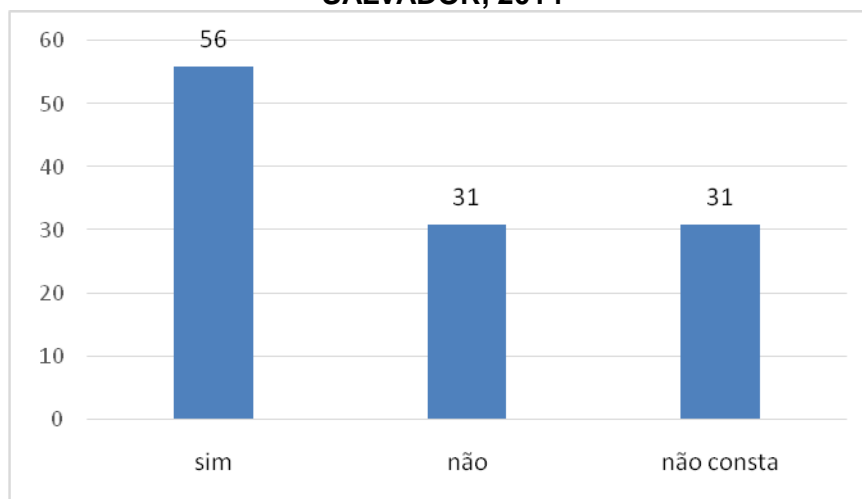
⁴¹ A concepção de segregação socioespacial baseia-se nas discussões de Lefebvre (1991a), Carvalho; Pereira (2014) e Serpa (2013).

⁴² *Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a una situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan en el presente (KAZTMAN, 2005, p. 04).*

A segregação adquire uma dimensão subjetiva, simbólica, através de processos sociais que levam à construção, atribuição e aceitação de determinados sentidos sobre diferentes espaços e segmentos sociais, produzindo percepções positivas ou negativas sobre elas. Esses processos têm levado a uma visão estigmatizadora e criminalizante das concentrações residenciais de baixa renda e dos seus moradores, que passam a ser associados à delinquência e à violência, atingindo principalmente os jovens das classes populares [...] (PEREIRA; CARVALHO, 2014, p. 87).

Assim, quando se afirma que a população de rua é uma síntese das desigualdades socioespaciais produzidas pelas formas de acumulação e reprodução do capital no espaço urbano, o faz-se por apreender-se que ela carrega todos os problemas que caracterizam as desigualdades sociais, como a dificuldade de acesso ao emprego formal, a falta de moradia, o problema de permanência na escola, o problema de acesso aos serviços de saúde e aos de assistência social. Além disso, a estigmatização como grupo violento e criminoso, ao que se somam os problemas de ordem individual que estão na história de vida de cada um.

GRÁFICO 08 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, POR USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS SALVADOR, 2014



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Nesse sentido, se as pesquisas declaratórias dizem muito sobre as características socioeconômicas da população de rua e dos seus vínculos com o contexto socioeconômico e espacial da cidade, suas histórias de vida e experiências de apropriação da rua, práticas sociais e a relação com o espaço vivido revelam territorialidades que dão nexos a essas duas dimensões. A partir dessas verifica-se os caminhos para o acesso aos direitos que a cidade oferece e, mais além, à

participação ativa dessas pessoas na luta pelo direito à cidade.

Um outro aspecto que não pode ser negligenciado e que faz parte do cotidiano de um número expressivo das pessoas que estão vivendo nas ruas de Salvador é em relação ao uso de substâncias psicoativas (Gráfico 08).

Nota-se que, pelo menos, metade deles 56% faz uso de alguma das substâncias, como álcool, crack ou cocaína. Esse é um dado importante porque essas pessoas necessitam de um acompanhamento, pois para muitos, isso se reverte em danos tanto à saúde quanto sociais, seja para ele, e a depender do caso, para outras pessoas.

Acrescenta-se o elenco variado de profissões (Quadro 4), mais, expressivamente aquelas com exigência de menor nível de escolarização e observa-se dentre as ocupações a existência de algumas com semi-qualificação e com qualificação técnicas relacionando-se diretamente com o nível de escolaridade anteriormente analisado.

Quadro 04 - Profissões e atividades desenvolvidas pela população de rua

Profissões/atividades	número	Profissões/atividades	número
ambulante	2	segurança	2
pintor	1	vendedor	2
catador	1	porteiro	1
servente	4	segurança do trabalho	1
ajudante de pedreiro	5	padeiro	1
motorista	2	vigilante	1
artista plástico	1	desenhista	1
mecânico	7	informática	1
reciclador	3	barbeiro	1
faxineira	3	pintor	5
pedreiro	5	ajudante geral	3
geleiro	3	músico	1
manicure	1	encanador	1
soldador	1	não consta	59

FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

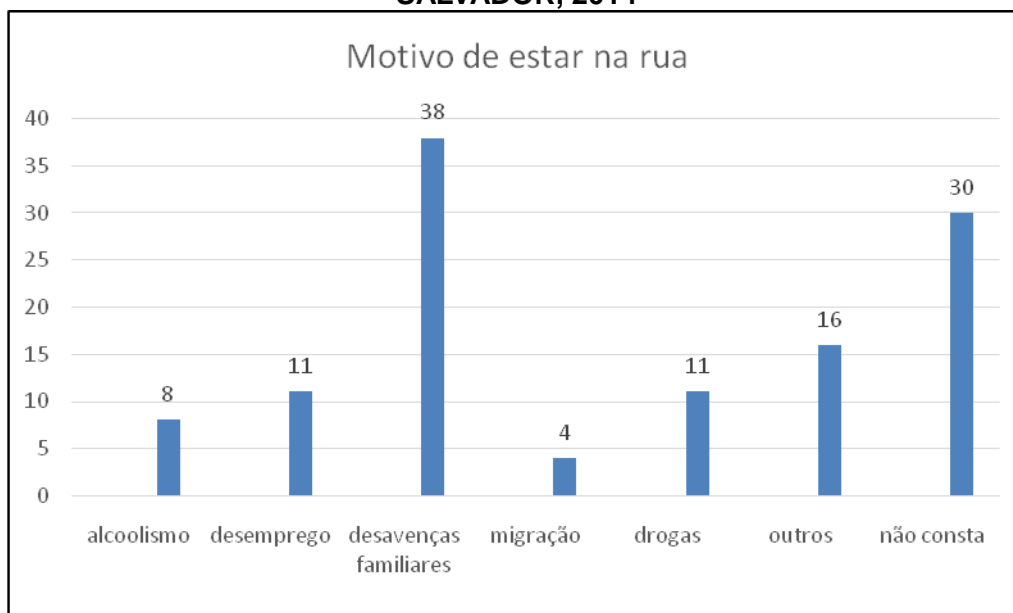
ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

Ademais, as profissões técnicas que exige novas qualificações para o mercado de trabalho urbano. No entanto, nem sempre se torna possível acompanhar essas novas exigências devido às imposições que as instituições de qualificação estabelecem para frequentar os cursos e que são difíceis de serem atendidas por quem está na rua.

Assim, o desemprego (Gráfico 09) aparece como um dos motivos que pesam

na saída de casa para a rua, porque o emprego formal nunca se efetivou. Neste caso, principalmente, entre os mais jovens, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como analisado anteriormente, ou já aconteceu há muito tempo, no caso daqueles com idade acima dos 45 anos.

**GRÁFICO 09 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, SEGUNDO O MOTIVO DE ESTAR NA RUA
SALVADOR, 2014**



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016

Além deste, outros motivos figuram no gráfico 09, mas, quase sempre o que é declarado na pesquisa é o estopim de um processo que vai se configurando gradativamente. Apesar disso, verifica-se que as desavenças familiares predominam como motivo de saída para a rua.

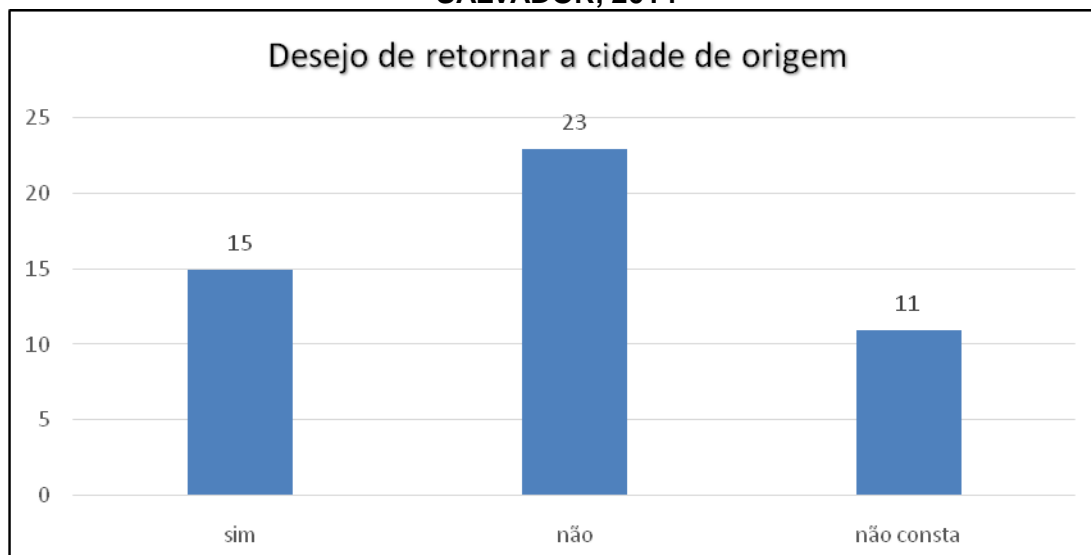
Por exemplo, nas histórias de vida, percebe-se que o processo de saída para rua não ocorre de uma hora para outra. Em um dos casos analisados, a pessoa levou quatro anos até sair de casa definitivamente, ainda assim, mantém visitas regulares à família.

O fato é que os motivos, para a procura da rua como local de moradia, não aparecem sozinhos, estão sempre conjugados a outras razões. Na pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de 2008, 71,3% dos entrevistados, apontaram, pelo menos, três motivos de ida para a rua.

Ainda pode-se destacar, entre aqueles que não são de Salvador, que os motivos estão relacionados à busca por novas oportunidades na cidade grande e à

necessidade de fugir, por conta de envolvimento com o tráfico de drogas. Sendo assim, a maioria não deseja retornar à cidade de origem (Gráfico 10). Algumas das cidades citadas foram: Ilhéus, Gandú, Santa Inês, Itabuna, Castro Alves, Itamaraju, Entre Rios, Iará e Vitória da Conquista.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELO DESEJO DE RETORNAR À CIDADE DE ORIGEM SALVADOR, 2014



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Tendo em conta as informações constantes no gráfico 11, constata-se que pouco mais da metade (54%) se encontra em logradouros públicos e uma quantidade expressiva (50%) em Casa de Acolhimento.

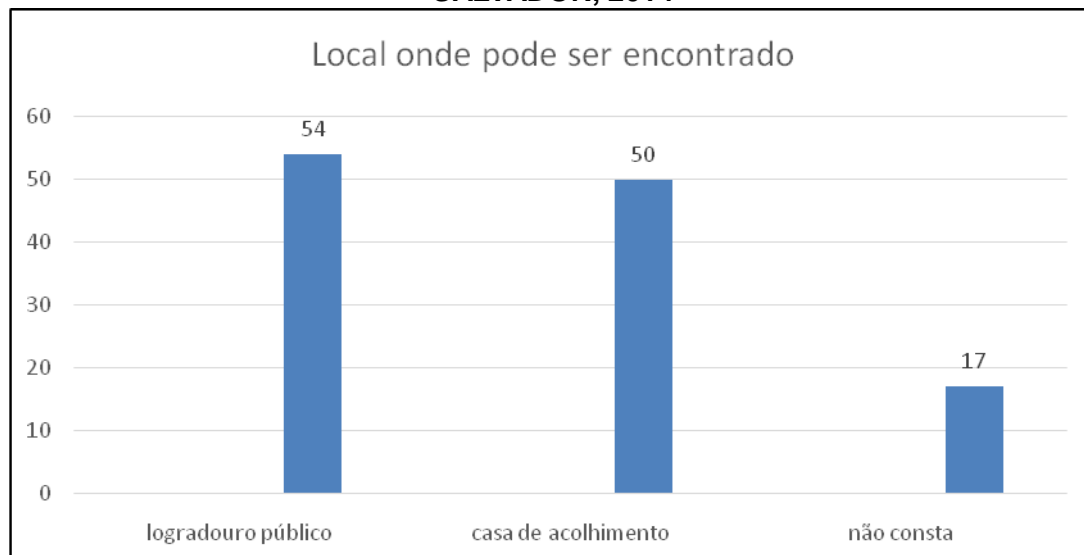
É importante destacar que o acesso aos serviços ofertados pela Defensoria Pública, se dá, principalmente, por encaminhamento da rede⁴³ de assistência dos espaços assistenciais. Isso, por certo, justifica que quase metade da população esteja abrigada, pois para esta, o acesso aos serviços ocorre com maior frequência.

Do mesmo modo, é pertinente ressaltar que, nesse período de coleta de dados, só existiam no município 370 vagas de acolhimento⁴⁴, para uma população de 3.289. Dessa forma, existiria um déficit de 2.919 vagas se todos buscassem abrigo.

⁴³ Conjunto e articulação de serviços públicos que garantem o atendimento às demandas da população de rua como: Assistência Social, Saúde, Jurídica, Moradia, Trabalho.

⁴⁴ Relação de Unidades de Acolhimento da Secretaria de Promoção Social e Combate a Pobre (SEMPS), outubro 2014.

**GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELO LUGAR DE MORADIA
SALVADOR, 2014**



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

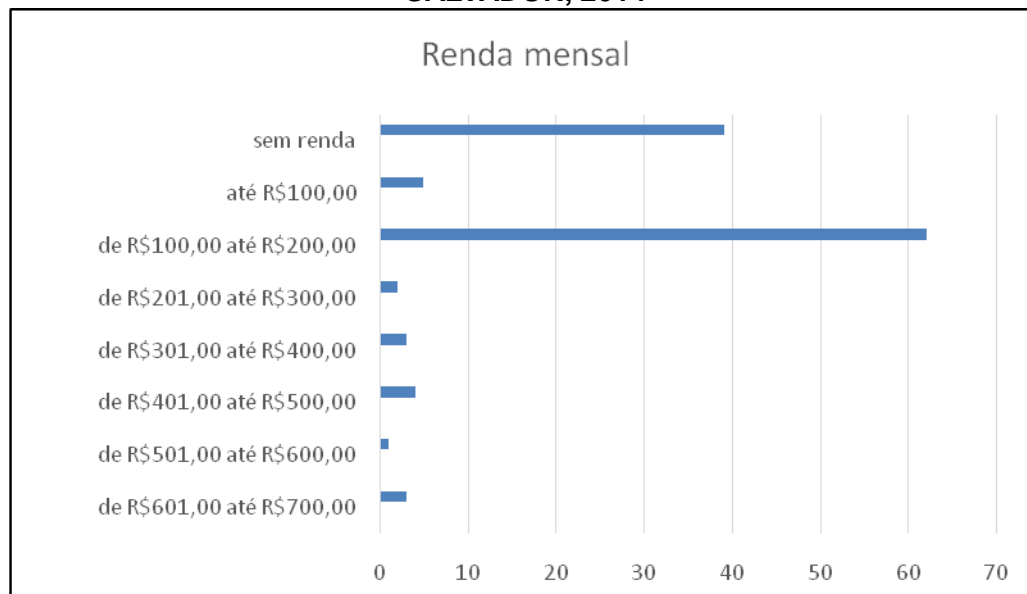
Tais situações contribuem para que a maioria desenvolva alguma atividade remunerada nas ruas e obtenha alguma renda, inclusive, para prover alguém da família, principalmente, filhos (Gráfico 12).

Nesse contexto, cabe destacar os preços pagos, em dezembro de 2014, por quilo de alguns dos materiais recicláveis recolhidos pela população de rua: ferro = R\$ 0,10; latinha de alumínio = R\$ 2,00; garrafa PET⁴⁵ = R\$ 0,50; sopro (vasilhame tipo Qboa) = R\$ 0,20; papelão = R\$ 0,10; cobre = R\$ 10,00. Verifica-se, assim, que a atividade de catador, como trabalhador informal e precarizado, se constitui em estratégia de sobrevivência da maior parte da população de rua e contribui para o processo de acumulação de capital.

⁴⁵ “o índice de reciclagem mecânica de plásticos no Brasil, medido em 2005, atingiu 19,8%, entretanto, hoje, a estrutura de coleta seletiva tem uma capacidade ociosa em torno de 40%. Caso isso aconteça, provavelmente o país supere a Alemanha e a Áustria, hoje com 32% e 20%, respectivamente. A campeã na reciclagem de plásticos pós-consumo é a região Sudeste com 59%, seguida pela região Sul com 28% e pela região Nordeste com 13%. Tudo isso **não seria possível sem o grande exército de cerca de 500 mil catadores informais** que recolhem resíduos e os revendem. No entanto, as condições de informalidade das empresas recicladoras de plásticos são sérias limitadoras ao desenvolvimento do setor.” (Grifos nossos). Disponível em: <<http://www.indac.org.br/reciclagem-plastico-no-brasil.php>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

“Em 2011 o país campeão na reciclagem de plásticos foi a Suécia (53%), seguida da Alemanha (33%), Suécia (33,2%), Bélgica (29,2%), Itália (23,5%), países que incineram a maior parte do plástico coletado seletivamente”. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica/id/4/plasticos>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

**GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA, PELA RENDA MÉDIA MENSAL
SALVADOR, 2014**



FONTE: Defensoria Pública da Bahia, 2014.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, Suiane Costa (2016), a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2016.

Como depreendeu-se da leitura de Bosi (2008), o Brasil assumiu, em relação ao período de 1995-2005, posição de destaque tanto na quantidade do material reciclado, como no volume do faturamento atingido nesse negócio⁴⁶. Ademais, adiciona-se que a atividade de catação de recicláveis é mais desempenhada por homens e mulheres na faixa etária acima de 35 anos. Os mais jovens estão mais presentes em estacionamentos, prestação de serviços ao comércio local e na venda como ambulantes.

Inclusive, Burgos (2008) fez uma análise importante sobre a situação de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. A autora mostra como o trabalho dos recicladores, onde se inclui a população de rua, nas periferias urbanas de São Paulo alimenta a indústria de reciclagem. Assim, ela desvenda como as Organizações Não Governamentais (ONG) e as cooperativas contribuem para a reprodução das políticas neoliberais, uma vez que estas intermediam a venda do produto, reciclando com as indústrias de recicláveis. Nesse contexto, a autora destaca sobre o trabalho do catador de material reciclado,

⁴⁶ As 762 recicladoras de plásticos do Brasil faturaram juntas, em 2012, R\$ 2,5 bilhões e geraram 18,7 mil empregos diretos. Esta indústria faturou R\$ 2,5 bilhões em 2012, um crescimento de 4,3% do verificado em 2011 (R\$ 2,4 bilhões). Disponível em: <http://www.plastivida.org.br/images/releases/Release_091_Reciclagem_Plasticos_.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

O catador realiza/não realiza um processo de trabalho que possa ser compreendido como produto, posto que sua experiência de (re)inserção produtiva não faz dele nem um “trabalhador autônomo”, nem tão pouco um “assalariado”. O conjunto de atividades que o catador realiza aparece como separado do processo produtivo, mas pode ser entendida como trabalho que participa da formação de capital (BURGOS, 2008, p. 51).

Nesse sentido, Burgos (2008) fornece uma análise que desvela a relação capital-trabalho presente neste processo produtivo, que não é perceptível, especialmente, quando se tem a ideia que as cooperativas eliminam o atravessador, que compra o material a preços baixos diretamente do catador e promove a inserção deste no mercado de trabalho formal. Assim, para a autora os catadores de recicláveis são “[...] os trabalhadores sobrantes, pobres urbanos que, à margem do mercado de trabalho, são (re)inseridos produtivamente, sem contudo se emanciparem da condição de sobrantes” (BURGOS, 2008, p. 52).

No entanto, essa é uma indústria que vem se estruturando, nas últimas décadas, e cada vez mais o espaço urbano tem sido o espaço da reprodução dos interesses dessas indústrias, que usam o slogan do desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente, da coleta seletiva ou de geração de trabalho para os catadores. Nesse processo, a população de rua, que é parte considerável na realização do trabalho da coleta de material reciclável nas cidades, é explorada na sua mão de obra, e em contrapartida, lhe é negado, a todo o momento, o direito à cidade.

Com relação à renda originária de assistência do governo, identificou-se que, em Salvador, somente 352 pessoas em situação de rua recebiam incentivos do Programa Bolsa Família, conforme Relatório de Informações Sociais do MDS, de agosto de 2015 (Tabela 01).

**TABELA 01 - POPULAÇÃO DE RUA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
SALVADOR, 2014 e 2015**

Famílias	dez/14	dez/15
Cadastradas	253	415
Beneficiárias	198	352
Percentual com relação à população de rua	6,2%	11,0%

FONTE: MDS, 2015

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015

Além disso, o percentual nacional de recebimento deste benefício era de 2,3%, em 2008. E a dificuldade de acesso a esta assistência está relacionada,

principalmente, à falta de alguns documentos, como a certidão de nascimento e à falta de endereço (Tabela 02).

TABELA 02 - DOCUMENTOS QUE POSSUEM

Tipo de documento que possuem	Percentuais
Certidão de nascimento	52,70%
Carteira de identidade	44,00%
Titulo de eleitor	27,40%
Carteira de trabalho	22,80%

FONTE: BAHIA. Caderno de orientações. Salvador: Centro Pop, 2010.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

Adiciona-se que, além dos que recebem alguma renda pela realização de trabalhos ou por benefícios, tem aqueles que realizam pequenos furtos, principalmente, quando estão fazendo uso compulsivo de substâncias psicoativas e ainda não participaram das atividades e das terapias da redução de danos⁴⁷ (que consiste num conjunto de ações educativas e de saúde com o objetivo de diminuir os efeitos negativos decorrentes do uso de substâncias psicoativas).

Desse modo, se faz necessário destacar o quantitativo que declara não ter renda alguma (Gráfico 12). Sobre este dado, pode-se verificar que 44% informa que não tem quaisquer rendimentos. Índice este acima do município, que é de 37,44%, de acordo com o Censo de 2010.

É pertinente observar que a ausência de renda ou a baixa renda são critérios para garantir o atendimento na Defensoria Pública. Nas entrevistas realizadas, verificou-se que a maioria obtém alguma renda semanalmente, ao menos, para realizar as refeições no restaurante popular. Na maior parte das vezes, quando não conseguem realizar algum trabalho que resulte em renda, é porque ficam muito tempo sob efeito de substâncias psicoativas. Inclusive, um dos entrevistados, quando perguntando qual a dificuldade na obtenção de renda, respondeu: “só não consegue um trocado quem fica o tempo todo na lombrá⁴⁸, se tiver limpo⁴⁹, não falta, pelo menos pra comer” (J., Água de Meninos).

⁴⁷ É uma estratégia da saúde pública que busca minimizar as consequências adversas do consumo de drogas, do ponto de vista da saúde e dos seus aspectos sociais e econômicos, sem necessariamente, reduzir esse consumo. Surgiu na Inglaterra, na década de 1920 e foi implantada na Saúde Pública do Brasil, em 2005 (Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, Viva Comunidade, 2014).

⁴⁸ Sob efeito de substâncias psicoativas.

⁴⁹ Sem o efeito ou sem usar substâncias psicoativas.

**QUADRO 05 - SÍNTESE DE DADOS DA POPULAÇÃO DE RUA
SALVADOR, 2008**

Dados	Percentuais	Complemento de informações
Percentual com relação a População total(2007)	0,66%	
Áreas de maior concentração	30,8%	Comércio, Calçada, Mares, Bonfim e Boa Viagem
Origem	74,0%	Salvador
Gênero	79,8%	Homens
Idade	60,2%	18 e 39 anos
Etnia	85,0%	Negros e pardos
Trabalho	80,0%	Reciclagem, estacionamento, comércio informal.

FONTE: BAHIA. Caderno de orientações. Salvador: Centro Pop, 2010.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

Vê-se então que, quantitativamente, uma série de problemas recai sobre a população de rua e a origem dessas dificuldades não se iniciam, para a maioria, na rua e sim no seu ambiente de origem: no seio familiar, no bairro e na cidade. O quadro 05 sintetiza um perfil da população de rua em Salvador, além dos problemas urbanos originados de desigualdades socioespaciais.

2.3 SÍNTESE DAS DESIGULDADES SOCIOESPACIAIS E ANTITESE PARA A LUTA DO DIREITO À CIDADE

São tantos os problemas que recaem sobre essas pessoas, que seguramente, alguns emergem à situação de *animal laborans* – denominação trabalhada por Arendt (2002). A autora afirma que o homem desenvolve “três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação” (ARENDR, 2002, p. 15). Pelo labor, a autora explica que o homem “assegura a sobrevivência”, e acrescenta que, para o desenvolvimento desta atividade “não se requer a presença de outros”, por isso a referida autora afirma que “ao laborar em completa solidão o homem não seria mais ser humano e sim *animal laborans*” (ARENDR, 2002, p. 31).

Assim, a autora destaca “a ação como a única que tem natureza política porque é exercida na pluralidade, entre os homens” (ARENDR, 2002, p. 15). Dessa forma, quando se nega o convívio, o encontro entre os homens para que estes realizem a ação que dá produz o político da vida, há um processo isolamento reduz o homem a condição de um *animal laborans*.

Em contrapartida, verificou-se na maioria, o desejo de mudança, de serem escutados, de traçar projetos e de criticamente avaliar sua história de vida e seu papel social e político. Identifica-se que a ação, peculiar ao homem, ainda reside nessas pessoas e pode ter uma desdobramento transformador, tanto no indivíduo

quanto na coletividade.

Dessa forma, observa-se que uma política para a população de rua deve levar em consideração os dados socioeconômicos, não isoladamente, mas em conjunto com as informações das experiências vividas por este grupo no ambiente da rua. Afinal, os territórios de vida desta população precisam ser resignificados no contexto da cidade para que a ação de luta desenvolvidas nestes, possam ser desveladas e tomadas também como ponto de partida para ações de políticas públicas mais coerentes com a realidade e as necessidades da população de rua. Nesse sentido, nos capítulos seguintes são analisadas as vivências deste segmento nos espaços assistenciais e nos seus territórios.

3. **OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS: DO ACESSO AOS DIREITOS LEGAIS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O DIREITO À CIDADE**

Geremeck (1995) e Molat (1989) afirmam que historicamente, as instituições religiosas sempre foram responsáveis por atender e acolher a população de rua, uma tradição cristã herdada na Idade Média. No Brasil, as Santas Casas de Misericórdia tiveram primazia nessa atuação. A partir de 1827, essas instituições passaram a receber recursos das assembleias provinciais para desenvolver ações de acolhimento para mendigos, crianças órfãs e pessoas debilitadas, devido a problemas de saúde.

Corroborando com as ideias, Sposati (1989) aborda esta questão afirmando que o atendimento à população de rua ocorreu, principalmente, por ação das instituições religiosas e filantrópicas, uma política de assistência social “não política”. Nesse sentido, a Política Nacional para População em Situação de Rua, criada em 2012, configurou-se numa primeira forma de o Estado brasileiro se fazer presente nessa questão em coparticipação com os entes da Federação.

Em Salvador, a visão de caridade e filantropia foi estruturante na atuação de serviços para a população de rua. A Irmandade Franciscana, em especial, teve ampla atuação no acolhimento da população de rua, desde o século XIX, inclusive disciplinando os pontos de mendicância. Conforme demonstra Fraga Filho (1996), não sem motivo, o Centro Histórico tornou-se território de concentração de pessoas buscando auxílio na Igreja de São Francisco, no Pelourinho, na Igreja de São Pedro, na Piedade, do mesmo modo que na Cidade Baixa, em Roma, devido às ações de caridade de Irmã Dulce nas décadas de 1970 e 1980.

Nas atas da Câmara Municipal de 1990 a 2005, observou-se que pouco se tratou da questão, pois não houve qualquer projeto voltado para a população de rua. No período citado, não foi encontrado qualquer projeto de lei que abrangesse especificamente a população de rua; no máximo, o que se encontrou foram indicações transferindo a responsabilidade para instituições religiosas ou para o poder Executivo.

[...] o vereador Eliel Santana manifestou preocupação com o aumento do número de pessoas sem moradia em Salvador. Pediu ao Senhor Prefeito e

ao Secretário de Ação Social providências como o aumento da oferta de albergues. A Ação Social vem empreendendo esforços para tratar o problema e no sábado serão realizadas ações para atender à situação.[...] o orador reconheceu o trabalho das instituições religiosas [...] (SALVADOR, Ata de 16 de novembro de 1998).

Durante a gestão de Lídice da Mata (1993-1996), houve a criação do Projeto Cidade Mãe, que tinha por objetivo desenvolver atividades socioeducativas para crianças e adolescentes em risco social, grupo no qual se incluíam as crianças de rua. Posteriormente, o projeto foi transformado em Fundação Cidade Mãe, que atualmente está vinculada à Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS), cujas atividades são:

Na Proteção Básica são ofertadas oficinas culturais, esportivas e profissionalizantes no âmbito dos Centros de Convivência Socioassistencial (CCS). Já na Proteção Especial os serviços são ofertados através das unidades de acolhimento Institucional e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio Educativas (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 2015).

Mesmo assim, foi recorrente a reprodução da política de retirada das pessoas das ruas, através da doação de passagens para retorno à cidade ou estado de origem e o aumento de albergues: “O vereador Antonio Lima indica ao governador do Estado a implantação de galpão para mendigos e fornecimento de passagens” (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1993); Eliel Santana solicita ao Governo do Estado o aumento de albergues noturnos (indicação nº 2.149/93).

São várias as indicações com esse teor, constatando-se que a preocupação dos legisladores era mantê-los confinados e, mais, transferir a responsabilidade de qualquer ação para outros setores, principalmente, para instituições religiosas. Por outro lado, verificou-se que no espaço da política na cidade - a Câmara de Vereadores - pouco ou quase nada se discutiu sobre a questão da população de rua.

Retornando ao poder Executivo da cidade, nos seus relatórios de gestão, há um item que aborda as ações do poder municipal no âmbito social, incluindo-se aí a população de rua. Constatou-se, nos anos de 1999, 2000 e 2001, que as políticas desenvolvidas foram limitadas, contraditórias ao discurso e pouco efetivas, conforme descrições abaixo:

[...] à disposição do município 26 agentes sociais e 2 veículos como motoristas, **para retirada** e encaminhamento dos mendigos a instituições apropriadas[...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Relatório 2000, p. 47).

[...] Salvador é esta singular cidade, que encanta todos que aqui residem ou a visitam... é a mais **humana** e hospitaleira [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Relatório 2000, p.12)

[...] Salvador impõe-se hoje, no cenário nacional, como uma cidade que emergiu das cinzas, de um período negro de sua existência recente, **para alcançar padrões de oferta de qualidade de vida** e da geração de oportunidades, até então inigualáveis em sua história[...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Relatório 2001, p. 7).

[...] abordagens em locais de maiores concentrações, bairros comerciais, praças e jardins, **como também solicitações do serviço Salvador Atende**. [...] Mensagens do prefeito(PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Relatório 2001, p. 49 – grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que, a cidade era “humana e hospitaleira” e buscava alcançar “padrões de oferta de qualidade de vida”, praticava a retirada dos mendigos da rua. Estes eram identificados na cidade a partir das solicitações de retirada por pessoas que ligavam para o serviço Salvador Atende. Mendigo nunca foi bem visto pela sociedade, muito menos para uma cidade que tentava, a partir das ações do governo municipal se constituir como turística. Mendigo é mal cheiroso, suja, faz as necessidades fisiológicas na rua e é perigoso, portanto incomoda. Essa é a concepção mais comum sobre a população de rua. Nessa perspectiva, sua retirada das ruas é a solução mais adequada.

Assim, os poucos serviços fragmentados que existam eram criações do poder Executivo da cidade com o apoio do Governo Estadual e os responsáveis pela operacionalização eram os funcionários da Coordenação de Projetos Assistenciais (COPA)⁵⁰. Os funcionários reclamavam da falta de recursos para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e afirmam existir uma contínua pressão sobre essa coordenação para a retirada dos moradores de rua, especialmente das áreas mais visitadas por turistas.

Em 2005, além dos programas citados anteriormente, existia um convênio com a Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA), organização não governamental responsável pela abordagem e traslado da população de rua. Esta mesma agência registrou, em agosto de 2005, a existência de 3.077 moradores de rua ou em⁵¹ "situação de rua", em pesquisa solicitada pelo poder municipal. Em janeiro de 2006, a ADRA atualizou esses dados para uma reportagem do Jornal a Tarde e apontou que existiam 3.809 pessoas vivendo nas

⁵⁰ Coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município que atuava na área de Assistência Social.

⁵¹ Edição de de 15 de janeiro de 2006.

ruas de Salvador. Mesmo assim, não havia quaisquer perspectivas de mudanças nas ações existentes.

Além disso, segundo Miranda (2006), havia o Programa Moradia e Cidadania, que era uma parceria do município com o Governo do estado. Uma das ações desse programa era a construção de casas voltadas ao assentamento desta população. Os alugueis eram associados ao pagamento de Bolsa-auxílio, Vale-vida e a manutenção dos abrigos. Além dessa ação, ainda havia:

1) o Albergue Noturno – situado no bairro de Roma, Cidade Baixa – com capacidade para alojar 140 pessoas, abrigava além de migrantes do interior e de outros estados, moradores de rua, que necessitavam de encaminhamentos para tratamento de dependência química;

2) Casa de Pernoite – situada na Rua J. J. Seabra, Baixa dos Sapateiros –, tinha capacidade para atender 120 pessoas com idade acima dos 18 anos, lá pernoitavam e retornavam às ruas durante o dia.

Nesses espaços, esta população contava com a ajuda do serviço social, que a encaminhava para regularizar documentação, bem como com a ajuda de voluntários (médicos e cabeleireiros).

3) Vila Fraternidade – situada na Rua Fraternidade, Coutos – tratava-se de uma organização não-governamental que mantinha convênio com a Prefeitura Municipal do Salvador para abrigar, até 40 pessoas, oferecendo alimentação, banho lavanderia e medicamentos;

4) Casa de Acolhimento Dom Timóteo Amoroso – na Avenida Bonocô – também funcionava como abrigo de pernoite para meninos;

5) Casa de Oxum – no Vale dos Barris, Centro – com o mesmo fim, só que para meninas. Estas duas últimas fizeram parte dos programas do Projeto Cidade Mãe.

Entre 2004 e 2012, os programas públicos de atendimento à população de rua foram alicerçados, primeiramente, na ótica de que morar na rua e ocupar espaços públicos como se fossem privados é ilegítimo e ilegal. Isso porque a ocupação do espaço público só pode ocorrer mediante concessão do Estado, dentro dos parâmetros de concepção de uso e ocupação do solo urbano. Ademais, moradores vivendo cotidianamente sob marquises, viadutos ou calçadas é visualmente “feio” para a imagem da cidade, especialmente, à medida que esta é inserida na lógica do mercado turístico e isso prejudica a atividade.

Portanto, resolver o problema da população de rua, sob essa perspectiva, significava tirá-los da rua a qualquer custo: pela prática da higienização, recolhimento em abrigos, segregação em áreas afastadas dos centros da cidade, em loteamentos que não ofereciam nenhuma condição de emancipação econômica, muito menos política, desses indivíduos. Eram políticas de cunho estritamente assistencialista que tutelavam a pessoa como se sua condição, de carência de bens materiais, lhe tirasse a capacidade de ação, de liberdade e de direito de escolha, ou seja, negando ao homem qualquer possibilidade de agir politicamente em troca das suas necessidades privadas.

Posto isso, tem-se que, a partir de 2009, a Política Nacional de População de Rua (PNPR) vem contribuindo para uma discussão para além do assistencialismo, incluindo na pauta de execução dos serviços a este segmento da população a inclusão social e a cidadania, assim como sua participação nas arenas de debates.

Em Salvador, na instância do legislativo os debates têm sido fomentados pelos vereadores Silvio Humberto. Em 2014, ele organizou audiência pública para discutir a PNPR no âmbito do município e tem feito a mediação dos conflitos de expropriação da população de rua dos espaços públicos. Também nesta perspectiva, a vereadora Vânia Galvão submeteu um projeto para criação de vagas de trabalho direcionadas para este público. Tais iniciativas significam que as demandas da população de rua têm começado a fazer parte das pautas de discussões do legislativo municipal. Assim, simultaneamente, os referidos políticos atuam na militância dos direitos sociais da população de rua e criam oportunidade de cooptação desse grupo para a política partidária.

Assim, é notório que o fenômeno população de rua ascendeu para um patamar mais político de discussão. Isso não significa, no entanto, que as instâncias teóricas que articulavam a estas pessoas atributos de perigosas, criminosas, inúteis e degeneradas, como já foi abordado no quadro 1, Capítulo 1, tenham sido superadas. Aqui, analisou-se esta proposição a partir dos serviços e ações realizados em alguns dos espaços assistenciais, os da sociedade civil e os de iniciativa do poder público. Assim, verificou-se, na sequência desse capítulo, como a assistência, a partir das políticas públicas para a população de rua, absorveu a discussão política do direito à cidade e, simultaneamente, manteve ações na esfera pré-política. Pré-política aqui entendida conforme Arendt (2002), para qual as questões sociais inerentes a necessidade são da esfera privada e não da esfera

pública (política). Nesse sentido, analisou-se também o papel do Movimento Nacional de População de rua e o seu posicionamento entre a pré-política e a política, entre o direito à cidade na dimensão legal e o direito à cidade na dimensão política.

3.1 ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA SOCIEDADE CIVIL

Como já visto, a sociedade civil esteve sempre presente na produção de espaços assistenciais para a população de rua. Na pesquisa de campo, identificou-se os espaços próprios do município, os espaços conveniados com a Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS) (Anexo E) e outros não conveniados. Estes últimos foram identificados a partir das entrevistas com a população de rua, quando perguntada sobre os serviços de atendimento existentes na cidade e como tinha sido a experiência nesses espaços. Foi nesse contexto que apareceram as Comunidades da Trindade, de Marta e Maria, o Projeto Levanta-te e Anda e o Jornal Aurora da Rua. Os nomes dos espaços já delimitam o viés religioso dos mesmos. A base principal do discurso destas instituições é a necessidade de resgatar a dignidade e a cidadania da população de rua.

3.1.1 A Comunidade da Trindade

A Comunidade da Trindade foi criada por Henrique Trindade, monge Católico, formado em Filosofia e Teologia, de origem francesa que se fixou em Salvador. Responsável pelo espaço desde 2000, quando iniciou as atividades da Comunidade, afirma que seu objetivo é “dar respostas a quem está nas ruas e oferecer caminhos de saídas das ruas, tendo por base a espiritualidade”.

A Comunidade está localizada na Igreja da Santíssima Trindade, que é uma construção do século XVIII e estava em desuso, na Avenida Jequitaia, em Água de Meninos. Atualmente, é utilizada para o acolhimento da população de rua. Ademais, Henrique Trindade, que morou nas ruas durante 11 anos, contou com essa vivência para obter a autorização da Arquidiocese para usar a antiga paróquia, com objetivo de acolher pessoas que vivem na rua e desenvolver algumas atividades, como oração antes do café da manhã, plantação de horta e participação na produção e vendagem de jornal.

As pessoas acolhidas neste local podem sair para trabalhar e retornar quando concluem suas atividades. É servida uma sopa diariamente, que é feita com doações e/ou sobras da Feira de São Joaquim. Henrique afirma que “a comunidade nasceu da vida em partilha”, já que não há funcionários e eles mesmos são responsáveis pela limpeza, manutenção e cozinha.

Inicialmente, são ajudados a aprender a lavar as próprias roupas e cozinhar, “o objetivo é que o indivíduo desperte para verdadeira dignidade, porque além dos direitos básicos, a pessoa humana precisa ser amada” (Henrique Trindade). Assim, os princípios da instituição são: oferecer caminhos de saídas das ruas, tendo por base a espiritualidade; incentivar a pessoa a se reconciliar consigo mesma, assumir a sua própria vida e conseguir o que necessita. Em março de 2015, viviam 70 pessoas na Comunidade.

Por ocasião das visitas a esta instituição foram ouvidos esses depoimentos de pessoas acolhidas. Um desses foi de um homem branco, 38 anos, paulista, que relatou ter perdido os pais. Isso ocasionou num problema de depressão, por conseguinte a dependência de substâncias psicoativas e o relacionamento com a família se tornou mais difícil, por isso foi parar nas ruas. Saiu de São Paulo e veio para a Bahia, foi para Vitória da Conquista, passou por Feira de Santana e aqui em Salvador conheceu a Comunidade, onde está há seis anos, sobre esta diz:

[...] Aqui é um espaço para ficar sem usar drogas, trabalho durante o dia em reciclagem, já vendi o jornal, aprendi a ser cozinheiro, jardineiro e algumas coisas de carpintaria. Consigo fazer R\$20,00 por dia com a reciclagem. Costumo andar pela cidade, mas só aqui por perto, a pé mesmo. Participo das atividades do MNPR e das festas da Comunidade. Depois da minha vinda para aqui (**comunidade**) minha vida mudou, hoje tô bem, tenho acompanhamento médico. Sei que a família é a estrutura da pessoa. Quero melhorar a cada dia [...] (R., Comunidade da Trindade – acréscimos nossos).

Outro relato, foi de uma mulher negra, 28 anos, estava, naquele momento, há dois meses na comunidade e já tinha 14 anos na rua, entre abrigamentos e saídas. Era do interior, brigou com a família depois do falecimento da mãe por conta de disputa pela posse da casa e saiu para a rua. Nesse contexto, expressou:

[...] morador de rua não tem direito nenhum, só quando encontra um local como a comunidade que se sente segura. Pretendo conseguir emprego e alugar um local para morar. **Aqui é muito bom! Gosto muito do dia da partilha, que todo mundo divide o pouco que tem.** O dia de quinta-feira é muito bom, aqui enche de pessoas, tem uma missa, é muito alegre. Aqui tem uns cobertores pra quem quer dormir, só que tem que respeitar as coisas daqui. Tenho um armário para guardar minhas coisas e faço

artesanato também. Me sinto bem, mas quero ter o meu lugar[...] (M. Comunidade da Trindade – grifos nossos).

A Comunidade dá acolhida àquele que deseja e consegue viver segundo as regras de convivência da Instituição. É um espaço regido pelo discurso da dignidade da pessoa humana, da autonomia e do protagonismo, bem próximo dos princípios pregados pelas pastorais sociais da Igreja Católica⁵², como a vivência com os humildes, a prática da partilha e a luta junto a essas pessoas pelos seus direitos. Nesse sentido, se desenvolve uma prática assistencial de reprodução, pois impõe regras como o lavar roupa, fazer oração, fazer limpeza, que alguns dos moradores de rua não querem se submeter. Sobre estes aspectos, verificou-se que estes moradores que experienciaram a Comunidade, relataram:

[...] a comunidade é boa! Mas não dá para mim não, tem muita onda (regras) lá. Vou só no dia de quinta feira que é mais tranquilo e livre [...] (A., morador de rua e frequentador da Comunidade).

Nesse contexto, outra entrevistada, afirma que:

[...] a Comunidade da Trindade contribuiu para minha recuperação, permitiu que me recuperasse, mas o desejo da militância pela causa da população em situação de rua era de antes [...] (L. , ex moradora da Comunidade da Trindade e ativista).

Analisou-se que a comunidade atende, de um lado, algumas demandas da população de rua, pelo fato de possibilitar o acesso a serviços da assistência social para os acolhidos. Contudo por outro, percebeu-se como um espaço que, limita e

⁵² Silva (2006) destaca que, no Brasil a partir da década de 1960, houve a emergência de lideranças leigas e populares no interior da Igreja Católica e tanto o discurso da negação dos conflitos sociais quanto o de uma conciliação nacional já não ecoava mais. Nesse contexto, surge a Teologia da Libertação na América Latina, como uma releitura do evangelho fundamentando na realidade social e influenciada pelo catolicismo social francês. Com isso, um maior contato dos religiosos com a pobreza do campo e das cidades. Nesse processo, são fundadas as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base que se fortaleceram ao longo da década de 1970. Com este processo, a concepção de caridade cristã, além de ser ato de amor ao próximo, passa a ser o desenvolvimento de ações que levem a mudanças na realidade social das pessoas que vivem em extrema pobreza. Por esta concepção, o trabalho dos religiosos passou a ser focado na garantia dos direitos individuais e sociais, possibilitando a superação da condição de miséria. Para a autora, tais ações foram direcionadas pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil como solidariedade cristã, o que as traduz numa convivência solidária cujas ações são baseadas em valores como reciprocidade, união e colaboração entre grupos sociais distintos, como patrão e empregado, ricos e pobres e não em ações que permitam a organização dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e de vida – saúde, habitação, educação, lazer. De acordo com Silva (2006), nas últimas décadas, a ideia de cooperação solidária foi cooptada pelo Estado neoliberal para mascarar os efeitos das desigualdades sociais e reduzir a pressão da sociedade civil. Nessa lógica, na área de assistência social, coube a sociedade civil a construção e manutenção de instituições de atendimento a grupos em risco social, reduzindo assim, a atuação e dedução de gastos do Estado na área social.

submete o indivíduo a uma disciplina, por exigir critérios para convivência, como horários, lavar roupa, disciplina com higiene.

3.1.2 O Jornal Aurora da Rua

No interior das dependências da Comunidade da Trindade, funciona o Jornal Aurora da Rua (Figura 06) cujos objetivos são “gerar renda para os vendedores e divulgar ideias que ajudem a quebrar estereótipos sobre a população em situação de rua” (Iris, jornalista, coordenadora do Jornal).

O Jornal foi criado em 2007, tem uma tiragem de 10.000 exemplares, é bimestral, temático e as matérias são produzidas com a participação da população de rua inserida no Projeto e na própria Comunidade da Trindade.

FIGURA 06 – CAPA DO JORNAL AURORA DA RUA



FONTE: Jornal Aurora da Rua, 2012

Para os idealizadores, o jornal tem duas dimensões: uma profética, que consiste em convidar o leitor a mudar sua maneira de ver a rua e seu povo, e a outra de inclusão social, que é gerar renda para o vendedor e o comprador participar da transformação da sociedade ao comprar um produto social. Através de oficinas de textos, eles são estimulados a participar ativamente com textos, desenhos e fotografias sob a orientação de uma jornalista que é responsável pelo projeto do

Jornal. A diagramação é paga e a impressão é realizada no Jornal A Tarde.

Além disso, o jornal é parceiro da Rede Internacional de Publicações na Rua⁵³. Os vendedores recebem uniforme, boné e 10 jornais, que compram a 25 centavos e revendem por R\$1,00. São vendidos nas Igrejas, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em sinaleiras e em ônibus. Em 2015, conseguiram, de acordo com as informações da jornalista responsável, a autorização da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA), para vender no Terminal Rodoviário de Salvador, mas por falta de vendedores ainda não estavam ocupando tal espaço.

Segundo a responsável pelo jornal, a população de rua inserida no projeto (acolhidos da Comunidade da Trindade e do Projeto Levanta-te e Anda) participa de algumas das etapas de criação do jornal. Primeiro há uma reunião de pauta, nela são sugeridos temas para o jornal. Nesta etapa, no entanto, segundo a jornalista, havia pouca participação, devido principalmente a dificuldade dos envolvidos em cumprir às poucas exigências para participar: “não podem estar fazendo uso de substâncias psicoativas e tem que cumprir os horários previstos”. A etapa seguinte é de oficinas de textos, onde são desenvolvidas produções de tipos textuais para compor o jornal.

Por se tratar de reportagens ricas sobre o cotidiano da população de rua, a partir de visões diferenciadas - de acadêmicos, de ativistas e de técnicos da rede de assistência social - da população de rua, foram destacadas algumas das temáticas abordadas no referido jornal.

Na edição de fevereiro/março de 2012 foi publicada uma entrevista com Gabriel Schavarsberg, pesquisador do Laboratório Urbano no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA. Nesta entrevista, Schavarsberg fala de seu estudo sobre a cidade em movimento e entende a população de rua como parte importante desse movimento, justamente porque “resistem a padrões estabelecidos” (SCHVARSBERG, 2012, p. 3).

Nesse contexto, o entrevistado questiona a ideia de visibilidade que está presente nos discursos de inclusão da população de rua, replicando que esta visibilidade tem sentido de sujeição dos indivíduos “a uma modelagem e controle

⁵³ *Internacional Network of Street Papers* (INSP). Surgiu em 1994 com o objetivo de apoiar logisticamente projetos de publicações no mundo inteiro. Já são mais de 50 publicações de rua, espalhadas por 30 países. Tudo começou através do jornal novaiorquino *Street News*, vendido exclusivamente pela população adulta em situação de rua (ROSENDO, 2011).

muito fortes” (SCHVARSBERG, 2012, p. 3). Schavarsberg ainda enfatiza que as transformações que esta população impõe no espaço público são cheias de potência e criatividade.

As concepções expostas pelo entrevistado dialogam com as discussões esboçadas ao longo desta tese, sobre as políticas de acesso aos direitos para população de rua. Afinal, estas políticas não têm como referência as práticas socioespaciais desenvolvidas na rua, no espaço público, mas sim na saída destas pessoas das ruas, como regra e condicionante para se ter o direito à cidade, pelo menos, na sua dimensão legal. Assim, a ideia de visibilidade é concebida como reprodução da lógica hegemônica, assim como a invisibilidade está para o não reconhecimento dos direitos da população de rua. O potencial de luta presente nestas práticas de apropriação do espaço público não é reconhecido pelas políticas públicas.

Ademais, esta mesma edição do jornal traz como matéria de capa “A rua e seus personagens”. Nesta matéria são narradas histórias de moradores de rua e “suas formas de vivenciar e experimentar a rua” (QUEIROZ; IVE, 2012, p. 4). Nesse contexto, as autoras trazem a história de Samuca, Mulher de Roxo, *Good Night* e Pirata do Asfalto, os dois primeiros de Salvador e os outros dois de Brasília. No trecho abaixo, de narrativa das autoras, foram destacadas as falas de Pirata do Asfalto:

[...] ele é morador de rua há 18 anos. A rotina dele começa às quatro da manhã. Ele percorre as vias planejadas de Brasília recolhendo tudo que considera reaproveitável; ‘eu ando na contramão da sociedade do consumo. Só rodo de bicicleta. Eu estou com 36 anos, hora que bater nos 40 anos vou criar raiz, mas por enquanto nada de arrumar casa, pagar luz, pagar água, pagar nada, o teto está aqui ó, para você pisar em cima’ (QUEIROZ; IVE, 2012, p. 4-5)

A fala deste morador de rua remete às críticas expostas por Santos (1987), sobre a dimensão de cidadania regulada no Brasil, que estava condicionada ao ser consumidor de bens materiais e não a multidimensionalidade do ser cidadão. Nesse contexto, pode-se afirmar que, quando Pirata do Asfalto se nega a exercer esse papel de consumidor ele está explorando as potencialidades de outras dimensões da cidadania, isto é, uma forma de luta. Nesse sentido, Santos (1987) valoriza as práticas socioespaciais no plano do cotidiano quando diz: “Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa. A conformidade com as regras de um jogo de que a própria sobrevivência biológica

deixa de ser conformismo” (SANTOS, 1987, p. 53)

Já na edição de junho/julho de 2012, a matéria de capa trouxe o título: “Consciência para a transformação”. Nesta matéria, moradores e ex-moradores de rua expressaram propostas para atender suas necessidades:

[...] na verdade, não basta só colocar o morador de rua em uma casa que geralmente está em locais distantes do centro onde podemos ganhar a vida e outras coisas necessárias. [...] a gente não quer só comida, moradia e trabalho. Somos como todo ser humano que precisa ter acesso à educação e à cultura em geral. Devia haver uma janela que facilitasse a vida de quem está nas ruas. Educação itinerante, uma sala de aula móvel. É preciso olhar isso com carinho (TEXTO COLETIVO, AURORA DA RUA, 2012 p. 4-5)

As falas acima levaram a analisar que a população de rua sabe o que quer para suas vidas e tem propostas para suas demandas. No entanto, a meta das políticas públicas, especificamente aquelas voltadas a esse segmento, não expressam que estas pessoas precisam ser ouvidas no sentido de que as ações, os serviços, os espaços produzidos para elas não sejam equivocados. Isso porque, de modo geral, consideram que não haverá mais pessoas vivendo nas ruas, caso tenham moradia, trabalho e alimentação.

Adicionalmente, parece oportuno mencionar que não há apenas esses equívocos, outros estão presentes em conceitos recorrentemente usados para estudar a realidade social de pessoas com carência material são frequentes, por exemplo, entender pobres como excluídos. Quanto a isso, Martins (2008) apontou os limites de estudos focados na noção de exclusão, pela qual “há uma militância pela inclusão em favor das relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade e pela afirmação de valores que a sociedade deve ser e não que pode ser” (MARTINS, 2008, p. 47). Nesse sentido, o autor critica a militância como conservadora, afinal para ele acompanha-se (ativistas da inclusão) a militância porque entende-se que ela seja um meio ou uma inclusão para o mundo do consumo, não para transformar o que está posto, mas para reforçar a cidadania institucionalizada na sociedade atual.

Assim, reafirma-se que os conteúdos do Jornal Aurora da Rua oferecem ricas análises sobre as multidimensões que envolvem o entendimento sobre fenômeno população de rua, bem como subsídios para a criação de políticas mais efetivas, especialmente, porque ele além de envolver a população de rua, expressa suas vivências, seus desejos e projetos, o que significa criar um espaço de participação. Apesar da relevância do Aurora da Rua, a jornalista Iris, responsável pelas etapas de

construção do Jornal e mesmo pela sua venda, informou que em fevereiro de 2015 havia apenas oito moradores de rua envolvidos, fosse nas etapas de construção, fosse nas vendas do Jornal.

Diante do exposto, entende-se que mesmo o Aurora da Rua sendo um canal de comunicação, que parte de um pressuposto de iniciativa significativa e criadora e que se propõe ao mesmo tempo discutir as questões relacionadas à população de rua com sua participação, se distancia do modo de vida dos que vivem nas ruas. Afinal, as atividades são desenvolvidas num espaço fechado, com certo nível de exigência e de regras, o que certamente dificulta a adequação desta população habituada a outro ritmo de disciplina e a outras regras que regulam o seu cotidiano, como trabalhar durante à noite catando matérias recicláveis, porque a maioria dos estabelecimentos comerciais fazem o descarte de lixo no final do dia e dormir até o meio-dia, pelo cansaço da noite trabalho e como estratégia de segurança, porque durante dia a circulação de pessoas nos espaços públicos acontecem com maior intensidade e, conseqüentemente, intimida atos de repressão e violência contra quem está dormindo na rua.

3.1.3 O projeto Levanta-te e Anda

A ideia do projeto Levanta-te e Anda (Figura 07) surgiu da população de rua que faz parte da Comunidade da Trindade.

O projeto, segundo a Assistente Social está baseado, prioritariamente, no apoio à saúde psíquica e física, no reconhecimento do direito de ser, a preocupação principal não é que tenham casa ou o trabalho, mas sim, trabalhar com seus desejos. Por isso, as atividades acontecem num equipamento fixo, durante a semana nos turnos da manhã e da tarde, e atende uma média de 50 a 60 pessoas por dia. O espaço é ambientado de forma que não se distancie da realidade do modo de vida nas ruas. Assim, os móveis, a decoração e os utensílios são, em sua maioria, de matérias recicláveis (Figura 07), o que na visão da Assistente Social proporciona um espaço acolhedor: “Quando eles chegam aqui, não deixamos que saiam sem uma escuta ou um encaminhamento [...]. Buscamos estabelecer vínculos com eles para que se sintam acolhidos” (Profissional 1)⁵⁴.

⁵⁴ Optou-se pelo emprego do termo Profissional, seguido por uma numeração que acompanhou a ordem de realização das entrevistas.

FIGURA 07 – FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O PROJETO LEVANTA-TE E ANDA, SALVADOR-BA, 2015



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015.

Ainda de acordo com a assistente social (profissional1) responsável, as atividades funcionam em dois momentos. O primeiro envolve o acolhimento, banho, corte de cabelo, barba, atendimento com a assistente social e o segundo com atendimento psicológico. O projeto conta com profissionais de diversas áreas assistente social, psicóloga e pedagoga, além de mais quatro membros da equipe que são originários da população de rua.

Segundo a profissional, há um projeto de convivência que funciona pela manhã, normalmente, com grupo de seis a sete pessoas que participam de atividades de capacitação nas áreas de jardinagem, reciclagem e culinária. As atividades têm o acompanhamento de educadores e são voltadas para aqueles que realmente desejam mudar o modo de vida. Por isso, contam com atendimento terapêutico e nos casos de usuários de substâncias psicoativas, são incentivados a parar de usá-las. Inclusive, nesses casos, são encaminhados para o grupo de Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA) e Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), além do atendimento psicológico. Embora a Assistente Social afirmando que a preocupação primeira do projeto não é com a casa e o trabalho, e sim a saúde, estes são estimulados a procurar trabalho, mesmo que informal, para que se sintam responsáveis pelo seu provimento e possam alugar um lugar para sair da rua.

Ainda de acordo com as informações disponibilizadas pela assistente social, pela tarde o projeto oferta uma espécie de espaço de convivência. Nesse momento

são desenvolvidas atividades programadas: a) as segundas-feiras têm exibição de filmes; b) as terças-feiras ocorre o momento do saber, com aulas de português e espanhol; c) as quartas-feiras é a vez de escutá-los, por isso há bate-papo; d) as quintas-feiras são voltadas para busca da espiritualidade; e) as sextas-feiras ocorrem atividades de lazer e recreativas, como o “sambão”. Além dessas atividades, ainda há o espaço para banho, corte de cabelo e barba e atendimentos com assistente social e psicológico. Neste horário da tarde, durante a pesquisa, foram registrados cerca de 30 a 40 pessoas participando das atividades.

Acrescenta-se que o projeto é bastante conhecido pela população de rua do Centro Antigo, principalmente os que ficam na Cidade Baixa, então não foi difícil encontrar relatos sobre o mesmo: “Nesse projeto só não fica bem quem não quer nada da vida. Uma tranquilidade, pena que tenho de sair quando chega o final da tarde e voltar para rua” (E., Água de Meninos).

Os moradores de rua que frequentam este espaço ainda avaliam positivamente a ausência de policiamento no Projeto Levanta-te de Anda:

No Levanta-te e Anda é tudo organizado vê se alguém faz baderna. A **assistente social conversa e nem precisa polícia. Num têm⁵⁵ uma polícia lá.** Encaminha a gente, aprende muitas coisas. Preciso de um trampo agora, tô com todos meu documentos, com maior cuidado para não me roubarem (J., Participou do Projeto Levanta-te e Anda, Água de Meninos).

Assim como, a ideia de não doar roupas adotada pelo projeto,

Apreendi muita coisa de artesanato aqui. **Eu gosto de comprar roupa aqui também. Não é dada. A gente escolhe o que quer e paga R\$1,00.** Tem gente que recebe roupa e não cuida. Não lava! Quando **paga dá mais valor.** Venho aqui toda tarde. Fico na rua e volto para casa, quando quero, mais é muita gente na casa de minha mãe, crianças, bagunça, prefiro ficar mais tempo na rua (M., participante do Projeto Levanta-te e Anda).

A continuidade da tradição das instituições religiosas sempre presentes na assistência à população de rua foi notada com o Projeto Levanta-te Anda, da mesma maneira que a Comunidade da Trindade. Essas duas instituições marcam tal característica em Salvador, no entanto com uma concepção diferente daquela difundida na Europa Ocidental, como observada no Capítulo 1, em que ajudar o outro era um dever cristão:

Esta situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade de quem tem mais, pois sua condição é

⁵⁵ Optou-se por manter no texto a grafia das palavras conforme falada pelos entrevistados.

consequência de problemas individuais que não foram superados, necessitando da intervenção de outro (SILVA, 2006, p. 330).

Essa concepção diferente da caridade tem por base a realidade de desigualdades sociais da América Latina que deu suporte para a estruturação da teologia da libertação, a partir da qual os problemas sociais são entendidos sob a luz do Evangelho. Nesse sentido, as comunidades cristãs de base e as pastorais sociais se fortalecem com o apoio de padres leigos e religiosos, segundo Silva (2006).

Assim, os adeptos dessa concepção veem que o valor da caridade está na luta junto a essas pessoas, para que as mesmas tenham seus direitos individuais e coletivos realizados. Isso se dá a partir da vivência direta com essas pessoas, como pode-se observar nas falas da assistente social do Levanta-te e Anda e do responsável da Comunidade da Trindade, quando afirmam que as pessoas “precisam ser protagonistas de suas histórias e ter autonomia”.

Para Silva (2006, p. 337), em tais ações “há uma preocupação de que esta caridade possibilite a superação da situação de miséria em que vivem aqueles que são atendidos”. Nesse contexto, para a superação da condição de miséria, é necessário, adquirir disciplina com relação a higiene, ter renda a partir de trabalho formal ou informal para garantir uma moradia. Assim, de acordo com a concepção destas instituições, o indivíduo passa a ter autonomia e ser protagonista de sua vida.

Dessa forma, estas instituições cumprem o papel da reprodução das relações sociais vigentes, prepara, fortalece as pessoas do ponto de vista psicológico e espiritual para o trabalho, exprimindo a concepção do Levanta-te e Anda (FIGURA 08).

Os que não se subordinam aos controles destas instituições, aproveitam, estrategicamente, o que estas oferecem sem que tenham que mudar seu modo de vida assim, usufruem parcialmente das atividades. No caso, as atividades realizadas no turno da tarde são sempre bem frequentadas, exceto, nos períodos de verão e festas populares. Segundo as coordenadoras, a fase de alta estação da cidade resulta em uma menor frequência da população de rua neste espaço. Afinal, boa parte aproveita para aumentar a renda trabalhando como flanelinhas em estacionamentos, principalmente, em pontos com maior fluxo de turistas; recolhendo material reciclável, como latinhas; lavando de carros e etc. Um entrevistado na Praça Marechal Deodoro, Comércio, quando perguntado sobre o melhor período de garantir renda no local afirmou: “Quando tem festa aqui no museu que é bom, dá

uma grana boa, tem muito movimento de gente querendo estacionar carro” (A. Comércio).

FIGURA 08– JARDIM DE ENTRADA DO PROJETO LEVANTA-TE E ANDA SALVADOR-BA, 2015



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

Assim, verificou-se que a Comunidade da Trindade, o Projeto Levanta-te e Anda e o Jornal Aurora da Rua desempenham, do ponto de vista assistencial, os seus objetivos, possibilitando, abrigo e acesso a rede de assistência na cidade, além de desenvolver ações de convivência solidária, conforme princípios da igreja. Portanto, são instituições que minimizam as carências sociais individuais, se comprometendo apenas com a mediação por acesso aos bens e serviços existentes na cidade.

3.2 O MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA (MNPR) EM SALVADOR: ENTRE A PRÈ-POLÍTICA E A POLÍTICA

O MNPR entra neste capítulo como um espaço que está entre a assistência e a política. Verificou-se, ao longo desta tese, que para tratar de direito à cidade para população de rua, era necessário analisar este direito numa perspectiva de dimensões (a legal, a política e a filosófica), como foi tratado na Introdução deste trabalho.

Nesse sentido, a análise sobre o papel do MNPR, no âmbito da Bahia, no

processo de luta pelo direito à cidade, foi entendida, por um lado, como um espaço que atua para que população de rua tenha acesso aos direitos civis, políticos e sociais, portanto à dimensão legal do direito à cidade. Dessa forma, desenvolve ações que não ultrapassam as barreiras da reprodução das relações capitalistas. Mas, por outro lado, busca que esses direitos possam se tornar práticas sociais nos espaços públicos, a partir da luta pela descriminalização do morar na rua. Então, foi com esse olhar que se averiguou as ações do MNPR-BA.

Como foi apontado no Capítulo 1, o MNPR foi criado em São Paulo, em 2004 e na Bahia, em 2010. Em 2007, as lideranças, em Salvador, começaram a se articular a partir dos estímulos de participação do movimento nacional e das atividades fomentadas por assistidos da Comunidade da Trindade e do, aquela época, recém-criado Projeto Levanta-te e Anda. Nesse contexto, Maria Lúcia Pereira que viveu nas ruas 16 anos, apoiada por Luiz Gonzaga (que viveu mais de 20 anos nas ruas) e outros 120 moradores em situação de rua criaram, em 21 de março de 2010, o MNPR-BA. Como se depreende no seguinte relato,

[...] já sentia esse desejo político, de luta na rua, comecei com o recliarte (Projeto de arte com material reciclável). Depois um grupo de morador de rua fez ocupação de prédios. **Me incomodava ouvir dizer que a gente não fazia nada.** Era um desejo desde antes, a Trindade permitiu a recuperação, a questão política eu já tinha antes. (M.L. ativista)

Inicialmente as reuniões eram realizadas nas ruas, posteriormente a Congregação Franciscana cedeu um espaço na Rua 20 de Setembro, s/n, Pelourinho, onde passou a funcionar a sede do Movimento (FIGURA 09).

FIGURA 09 – SÍMBOLO DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA



FONTE: MNPR-Seção-Salvador-Ba

Vale ressaltar que a luta por uma organização da população de rua era antiga. Segundo Miranda (2006), em 1999 já havia uma Associação de Moradores de Rua

(AMORES). Essa foi organizada com o apoio do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e chegaram até a colocar a bandeira da organização no prédio da antiga Clínica de Medicina Ocupacional (Semal) invadido, na Avenida Heitor Dias. Em 1999, organizaram o primeiro fórum de população de rua de Salvador. Em 2004, com a morte de Lorenilson⁵⁶, morador de rua que idealizou a criação da Associação, o movimento se desarticulou.

É importante destacar o papel de apoio do Conselho Regional de Psicologia, das Defensorias Públicas e da Pastoral do Povo de Rua, na formação do movimento. A esses foram somando-se outros grupos que atuam como parceiros do movimento: a Rede Rua, o Ministério Público, o Conselho Federal de Assistência Social e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua Rua e Catadores. A Força Feminina que representa as profissionais do sexo em Salvador também integra o movimento.

Entre 2012 e 2015, a liderança do movimento era formada por ex-moradores de rua. Durante esse período, pode-se acompanhar de perto as atividades desenvolvidas pelo MNPR, em Salvador, que tem uma Coordenação Nacional que articula todo o estado da Bahia e os demais do Nordeste. O MNPR, conta com uma coordenadora, um interlocutor de base, uma secretária, uma psicóloga e uma assistente social. O movimento tem a responsabilidade de monitorar a rede e cobrar as políticas públicas para a população de rua nos três âmbitos: Federal, Estadual e Municipal. Podem associar-se ao MNPR a população de rua e simpatizantes da causa.

As assembleias ocorrem, quinzenalmente, aos sábados à tarde na própria sede. Ademais, acrescenta-se que o movimento se conceitua como um político apartidário e tem como principal objetivo incluir a população de rua nas políticas

⁵⁶ Lorenilson foi assassinado próximo à casa que recebeu do programa de assentamento. Era morador de rua, idealizou a criação da Amores e iniciou a luta para conscientização do movimento dos moradores de rua com o apoio de três colegas e tinha o objetivo de lutar pelos seus direitos. Também foi representante dos moradores de rua no trabalho que era desenvolvido pelo professor Felipe Serpa, no âmbito da disciplina Universidade, Nação e Solidariedade, no Curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA, em 2004. As atividades levavam os representantes de pessoas que cotidianamente fazem a cidade, mas que eram "pessoas sem voz" para o âmbito da universidade. Segundo, informações de Carlos Pinho, colaborador da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) - ONG que atua no Loteamento Moradas da Lagoa, em parceria com o governo do Estado - o assassinato de Lorenilson "é nebuloso". O colaborador acredita que, nesse caso, existe a "lei do silêncio" já que havia a hipótese de Lorenilson ter se envolvido com traficantes, e que estes, vendo a vítima, dando outro rumo na vida, inclusive, na sua articulação quanto à necessidade de conquistar a autonomia, não deixaram que ele pudesse dar continuidade e o eliminaram. Para Carlos Pinho, Lorenilson era um "cara" de coragem, porque não era "acomodado" (ADDANS; MIRANDA, 2004).

públicas. No entanto, durante o período que acompanhou-se as atividades do movimento na sede e outros eventos (comemorações de aniversários do movimento, audiências públicas e natal solidário), a coordenação tinha sempre o apoio de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), com mais frequência, e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em menor intensidade.

A sede no Centro Histórico é bastante movimentada e diariamente recebe várias demandas. O decreto da Política Nacional de População de Rua (PNPR) prevê a participação da coordenação política do movimento em várias arenas de discussão (fóruns, comitês, conselhos), o que deixa a agenda do coordenador bastante densa. Por isso, existe uma coordenação de base que tem um papel de mediação entre o movimento e a população de rua. Essa coordenação está sempre presente nas territorialidades da população de rua, ouvindo as demandas. No entanto, verificou-se que esta atuação fica mais restrita ao Centro Antigo (Comércio, Avenida Jequitaia, Água de Meninos) e Itapagipe (Mares e Roma). Estas últimas com menor frequência.

Além disso, essas coordenações também desenvolveram capacitações profissionais (Figura 10), capacitações em políticas sociais, encaminhamentos para a Defensoria Pública, inclusão em programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), acompanhamento psicológico, apuração e denúncias de violação dos direitos humanos e articulações políticas.

FIGURA 10 - CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA POPULAÇÃO DE RUA, SALVADOR-BA



FONTE: MNPR, 2012

Dessa forma, em 2012, a coordenação do movimento em Salvador já

destacava várias ações que puderam realizar: dois seminários nacionais; encaminhamento de 56 pessoas para o programa MCMV⁵⁷ e colocação de 25 profissionais na construção da Arena Fonte Nova e no Consórcio da BA-093.

Além disso, durante os anos de 2013, 2014 e 2015 o movimento organizou, em Salvador, audiências públicas e seminários buscando envolver os poderes públicos e a sociedade civil nas discussões sobre as necessidades da população de rua. Foram discutidas questões relacionadas com o acesso à saúde, moradia, trabalho e aos serviços da justiça, assim como, sobre as dificuldades de execução da PNPR.

O movimento também representa a população de rua no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas da População de Rua (CIAMPRUA), nos níveis Municipal, Estadual e Federal; Fórum Permanente (Local) (Figura 11); Comitê Técnico de Saúde: Estadual e Municipal; Conselho Municipal de Assistência Social; Defensoria Pública; Força Feminina; Humaniza do Sistema Único de Saúde (SUS) e Associação Rua Tua. Assim, o movimento tem conseguido espaço de representação em vários setores das políticas públicas.

FIGURA 11 – REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE, SALVADOR-BA, 2012



FONTE: MNPR, 2012

A presença da população de rua na sede do movimento também ocorre para atendimentos com assistente social e com a coordenação, por demandas individuais

⁵⁷ Primeira etapa do MCMV, em 2012, em que essas 56 pessoas foram contempladas com o imóvel que fica no Condomínio Parque das Bromélias, Estrada do Centro Industrial de Aratu (CIA).

e para a realização de cursos e oficinas. As demandas, de acordo com a secretária do movimento, são relativas a pedido de trabalho, inclusão em lista de programas de moradias, a abrigamento, para relatar a dificuldade de acesso nas unidades de saúde e também de casos de agressão sofrida por parte de agentes públicos.

No período de acompanhamento das atividades do MNPR-BA, obtiveram-se os seguintes relatos, quando se perguntou sobre como viam o papel do movimento. Neste caso, o movimento deu sentido à vida,

[...] foi aí que minha mãe me levou no MNPR, nas reuniões dia de sábado. Eu ia ouvindo, às vezes perturbava, Lúcia **(coordenadora do movimento)** me dizia coisas que depois eu refletia. Não queria ir para psicólogo, achava que era coisa de louco. Minha mãe vendia mariscos em Brotas. Na primeira reunião que fui estava cheia de álcool. 15 dias voltei lúcida. Lúcia despertou em mim uma necessidade de resolver meus problemas. Ela perguntava o que queria para mim e para meus filhos? O que eu era capaz de fazer por mim mesma? As palavras dela elevava minha autoestima [...]" (D. Ativista - acréscimos nossos).

Encontrar com Lúcia foi a melhor coisa que aconteceu em minha vida, ela me deu força para acreditar em mim e tomar conta da minha própria vida, ficar bem comigo mesmo. Agora me sinto útil, luto por uma causa [...]" (S., Ativista).

Tenho **ido ao MNPR, lá as discussões me faz afastar das drogas e deixa a gente com foco em outras coisas boas.** (C., Centro Pop – grifos nossos)

Com isso, se por um lado verificou-se que a coordenadora tinha papel central no processo de convencimento quanto à participação das pessoas no movimento. Por outro, ouviu-se, durante a festa de aniversário do movimento, um morador de rua, que "chateado" porque acabou o almoço, fez a seguinte ponderação: "Ficam fazendo propaganda que representa a gente, usa nosso nome, agora nem comida tem para a gente que mora na rua, mas lá na sede tem gente que nem é da rua e tá comendo (morador de rua, aniversário do movimento, março de 2015).

Nesse sentido, registrou-se ainda que os profissionais que atuam em projetos para a população de rua, afirmam que a coordenação do movimento se distanciava de muitos problemas relacionados a este grupo. Por exemplo, de um dos relatos depreendeu-se: "a coordenadora do movimento não se importa com a população de rua que é usuária de substâncias psicoativas, ela só se interessa por aqueles que não apresentam dificuldades de se enquadrar" (Profissional 2, 2015). De outro: "penso que ela se distanciou da população de rua, participa mais das reuniões em secretarias e em Brasília do que vivencia os problemas da população de rua aqui em

Salvador” (Profissional 3, 2015).

Nesse contexto, verificou-se que a liderança do movimento ainda tem dificuldade em articular uma base e mesmo, consolidar-se como representação da população de rua. A coordenação reconheceu a dificuldade de estar com a população de rua, mas acredita que isso poderia ser minimizado, se o movimento tivesse um automóvel, que facilitasse a circulação entre territórios da população de rua na cidade e para divulgar o trabalho realizado e as lutas que encampam. Como apreendeu-se da fala: “A base vir ao movimento é uma grande dificuldade também, o movimento busca a base, mas não é fácil, gostaríamos de comprar uma Kombi, isso possibilitaria estar mais próximo dela”. (M. L., fevereiro/2015 – grifos nossos). Então existe esse grande desafio para o movimento junto a sua base.

Retomam-se, aqui, questões voltadas ao programa MCMV, haja vista que o movimento ressaltou como fruto de suas reivindicações. A população de rua foi inserida, como grupo de prioridade nos critérios locais de hierarquização e seleção das demandas, através da Portaria nº 141/2010 do Ministério das Cidades.

Em uma das assembléias, em que estivemos presentes, a pauta abordou o programa MCMV, cursos profissionalizantes, a área de saúde e trabalho durante o carnaval. Os participantes dessa assembleia reclamavam bastante quanto ao prazo de recebimento das casas, sobre a ausência dos nomes na lista, sobre os sorteios e que na Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS) não recebiam as informações devidas. A resposta do movimento era de isenção, afirmando que só coube ao mesmo encaminhar a lista para a SEMPS e esta era responsável de lançar os dados no sistema para o sorteio. Moradia é uma das questões que têm centralidade no debate sobre a população de rua, nesse momento em que o movimento mediou a inserção da população de rua no programa MCMV, cabe destacar relatos de ex-moradores de rua que receberam casas na primeira etapa, no Condomínio Parque das Bromélias, Estrada do Centro Industrial de Aratu (CIA), como forma de pensar que esse tipo de moradia atende às expectativas de uma parcela mínima da população de rua.

Segundo estes relatos de moradores contemplados nesse grupo (56 pessoas), cerca de 10 não conseguiram se manter na casa. Para ex moradores de rua que ainda moram no Condomínio “as pessoas não foram preparadas para viver numa casa e também num lugar distante do Centro da cidade”. “Alguns venderam ou perderam a casa por causa do uso de droga”. Assim, destacam a necessidade de

uma preparação: “Quem sai da rua para uma casa precisa ter acompanhamento psicológico”, “porque a pessoa precisa ter autonomia e se não for preparado para isso, faz o que os 10 fizeram”. Abandonaram a casa e retornaram para a rua.

Tiveram todo tipo de dificuldade nas casas do programa MCMV. Relataram a ausência de mercadinhos, falta de oportunidades de trabalho, desinformação quanto aos procedimentos para ativar os serviços de abastecimento de água e energia elétrica, como pode-se perceber dos relatos:

“Quando a gente chegou aqui, não tinha nada, nem uma biboca, não tinha onde trabalhar, onde comprar, agora que melhorou” (M. ex-moradora de rua);

“A gente não sabia que tinha que pagar para ligar a água do prédio, foi muita coisa, quem não ‘tava’ preparado, desistia mesmo” (A. ex-morador de rua);

“eu me preparei, porque tinha um filho especial e tinha que dá um lugar digno de morar para ele” (D. ex-moradora de rua).

“Foi difícil, pra catar reciclável tinha que ir para São Cristóvão” (A. ex-morador de rua).

Essas dificuldades apontadas, em alguma medida, levam a inferência de que o programa MCMV não é o direito à cidade que a totalidade da população de rua busca. Afinal, está longe do centro da cidade, onde existem mais possibilidades de obtenção de renda, de serviços e de lazer.

Apesar de a moradia ser um dos direitos que mais se aborda quando se fala em população de rua, de fato, uma parcela dessa sonha com isso e outra, como se viu, não tem o desejo deste tipo de moradia oferecido pelo programa MCMV, distante da vida urbana do centro. Propõem, inclusive outros modelos de moradias que serão apresentados no Capítulo 4.

Todo mês de dezembro, movimento promove o chamado Natal Solidário (Figura 12). Esse evento acontece, anualmente, em espaços públicos como a Praça da Piedade (2012, 2013) e Praça da Sé (2014) e tem por objetivo dar visibilidade às demandas da população de rua, além de oferecer serviços corte de cabelo, encaminhamentos da Assistência Social, atendimento da Defensoria Pública, da Sedes, da área de saúde, bem como promover a divulgação do movimento à população de rua.

FIGURA 12 – NATAL SOLIDÁRIO, PRAÇA DA PIEDADE, SALVADOR-BA, 2012



FONTE: MNPR, 2012

Assim, o MNPR-BA tem estado presente em muitos espaços da cidade como representante legal da população de rua. Todavia, verificou-se que a legitimidade diante de sua base ainda precisa ser ampliada e consolidada, certamente porque tem atuado intensamente na assistência, na inserção da população de rua nas políticas públicas sociais e em menor intensidade na dimensão política, crucial no seu papel como movimento social. Para quem é ativista o movimento tem realizado um intenso trabalho de luta, tanto com a sociedade civil quanto com as esferas públicas, como expressam essas falas:

O diálogo com o município é muito difícil, embora possamos destacar a assinatura do decreto (instituiu a PNPR em Salvador) como um avanço, mas por outro lado a implantação do Comitê (arena política de acompanhamento da PNPR no município) ainda está demorando. [...] Agora na sociedade civil as coisas precisam avançar, sair do assistencialismo e da luta para retirar a população de rua da frente. [...] Ainda não dá para falar em Direito à Cidade se ainda acham que morar na rua é crime, e não é! [...] Foi no período da Copa do Mundo e da Copa das Confederações. – fizemos uma força tarefa. Estavam com o planejamento de alugar um galpão nesse período. Foi quando abriram os hotéis (passaram a ser Unidade Institucional de Acolhimento). [...] Outra dificuldade é a falta de abrigos, o município não tem abrigamento suficiente, hoje só funciona com a unidade de Pau da Lima, Itapoa, Centro Pop e Equipe de abordagem. (M. L. ex moradora de rua e ativista – grifos e acréscimos nossos)

Outra ativista,

[...] estou trabalhando no movimento desde 2013. Os desafios são todos os dias. Que é fazer cumprir o que está na lei. A gente tem o papel de reivindicar, monitorar, acompanhar tudo que se refere á população de Rua. Avançamos em muitas coisas, com o Decreto Municipal assinado em 2013, com o Bahia Acolhe. Mas infelizmente parece que o Bahia Acolhe não vai continuar. **Com a mudança de governo, não há sinalização de melhoras. No Município o novo Secretário (Bruno Reis) tem sido mais receptivo, mas tem muita coisa para melhorar, poucos abrigos. Pelo menos, as**

reclamações de higienização na cidade diminuiriam, foi intenso durante a copa. O movimento tem um papel mais político e não de serviço. Agora precisamos da base, temos poucos militantes. Para fortalecer o movimento foi **criada a Associação RuAtua**⁵⁸, que é uma forma também de conseguir parcerias, porque é pessoa jurídica. Agora mesmo há uma parceria com o Ministério do Trabalho e haverá cursos de capacitação profissional na associação [...]” (A., Profissional Técnica e Ativista)

Diante disso, analisaram-se os conflitos que envolvem a luta pelo direito à cidade, desde a dificuldade do da gestão municipal cumprir com as determinações da PNPR até as críticas às ações da sociedade civil, além daquelas direcionadas às ações higienistas, em épocas de megaeventos na cidade, e a pouca militância na base.

Tais conflitos são inerentes à própria luta, mas também sinalizam que o ativismo social, como apontou (SOUZA, p. 9) “para ser um movimento social deve haver ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas”. Ou seja, devem mostrar a necessidade de ações mais políticas, como percebe-se na fala de uma ativista, ao comparar o trabalho realizado por lideranças do MNPR, na Bahia, com o das lideranças de outros estados: “**no movimento aqui na Bahia a gente mete a mão na massa e nos outros estados são mais políticos.** Aqui a gente conta também com a Força Feminina” (M., ex-moradora de rua e ativista).

Assim sendo, ao destacarem a agenda de participação do movimento em espaços de diálogos com as esferas públicas Municipal, Estadual e Federal, evidenciam também os limites e as possibilidades que encontram nessas interlocuções:

“[...] o movimento tem uma agenda muito cheia, atualmente temos que participar do Dialoga com Brasil, estamos tentando uma conversa com o governador e ainda não conseguimos. O Bahia Acolhe acabou e o governo não está fazendo a parte dele, houve a assinatura de um decreto e o governo não está cumprindo. Com Jacques Wagner dialogávamos. Com Rui houve uma regressão no diálogo e na política para população de Rua [...]” (S., Ativista).

⁵⁸ Quando a associação começou a funcionar, o trabalho de campo desta tese já havia sido encerrado. Por esse motivo, não houve tempo para acompanhar as atividades por ela desenvolvidas. Contudo, informações obtidas por ativistas do MNPR e site da Defensoria Pública do Estado da Bahia trazem que a associação funciona no espaço onde já existiu uma República para a população de rua, situada em São Caetano. As atividades foram, iniciadas com um convênio com o Ministério do Trabalho, voltadas para capacitação de mão de obra e têm tido prosseguido nesta linha de capacitação e inserção da população de rua no mercado de trabalho, por meio do apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.defensoria.ba.gov.br/portal/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=12959>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Nesse sentido, fica claro que há mais diálogo com o governo estadual e federal que com o próprio município. Adicionalmente, é oportuno mencionar que no período em estudo os governos Federal e Estadual eram do PT, enquanto o município era Partido Democrata (DEM). Em outros termos, sabe-se que o PT tem uma aproximação clara com as lideranças do MNPR, o que em princípio já dificultaria um diálogo com o município, tendo em conta a priori as divergências político partidárias. No entanto, viu-se que essa dificuldade não era única entre os governos com diferentes vertentes político partidárias, afinal no atual governo estadual do PT, o diálogo também tem sido difícil, inclusive, projeto de assistência social a população de rua, Bahia Acolhe⁵⁹, foi finalizando.

Para o atual governo estadual, a PNPR é responsabilidade do município e a obrigação da gestão estadual é de efetivar o co-financiamento, conforme previsto na legislação de assistência social. Para os ativistas, o atual governo estadual (2014) “é um governo que não aceita a participação da sociedade civil nas suas decisões, porque acha que a nossa participação enfraquece o papel do Estado, diferente de Jacques Wagner” (Ativista, Fórum Permanente⁶⁰). Inclusive, nesse contexto, o coordenador do Bahia Acolhe afirmou “que havia um conflito interno no governo estadual sobre a permanência do programa Bahia Acolhe, porque um grupo defendia que a responsabilidade era do município” (Coordenador, Programa Bahia Acolhe). Assim sendo, em maio de 2015, tanto o programa não teve mais continuidade como o movimento não teve força política para conseguir mantê-lo.

Diante da dificuldade de atuar em questões assistenciais e, simultaneamente em questões políticas, foi que as lideranças do MNPR decidiram criar a Associação RuAtua, como uma forma dessa atuar nas questões relacionadas ao acesso a direitos sociais, principalmente, acesso ao mercado de trabalho formal. Por isso, além de desenvolver capacitações profissionais, o movimento atua na representação da população de rua nas arenas políticas das três esferas públicas: Federal, Estadual e Municipal.

Importante destacar que verificamos que o MNPR conta também com o apoio

⁵⁹ O programa Bahia Acolhe foi instituído pelo Decreto Estadual nº 13.795 / 2012 e ainda será neste Capítulo.

⁶⁰ A PNPR instituiu também espaços públicos de discussão para subsidiar as ações públicas nas questões relacionadas à população de rua: o Fórum Permanente e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas para a População em Situação de Rua (CIAMPRUA). Ambos existem em Salvador.

fundamental da Defensoria Pública da Bahia, através do Núcleo de População em Situação de Rua, o que tem contribuído para fortalecer juridicamente o movimento nas reivindicações dos direitos fundamentais da população de rua em Salvador.

Diante do exposto, constatou-se que o MNPR tem papel político de fundamental importância na luta pelo direito à cidade. Muito embora, precise fortalecer sua representação com a base e elaborar em conjunto com essa uma proposta para a construção do direito à cidade. Além de permanecer, publicamente, na luta com ações coletivas, por este direito, colocando à frente a população de rua como protagonistas.

3.3 OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Depois de muitos anos negligenciando a população de rua nas políticas públicas sociais, o Estado brasileiro, como se observou, no quadro de legislação presente no Capítulo 1, a partir de 2005, reconheceu as pessoas que moram nas ruas como sujeitos de direito. Assim, iniciou-se a sua inclusão em políticas da Assistência Social:

Lei nº 11.258 de 2005 Inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua (BRASIL, 2005).

Dessa forma, para as coordenações do movimento, a inclusão da população de rua na Lei Orgânica de Assistência Social se evidencia como sendo uma de suas primeiras conquistas. A partir de então, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) passou a assegurar recursos para o serviço de acolhimento para a população de rua. Este recurso era direcionado para as cidades com mais de 300.000 mil habitantes. Ademais, o MDS também passou a publicar normas e resoluções para o desdobramento desses serviços.

Pela resolução federal nº 109/2009, o Conselho Nacional de Assistência Social tipificou os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial (PSE); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de

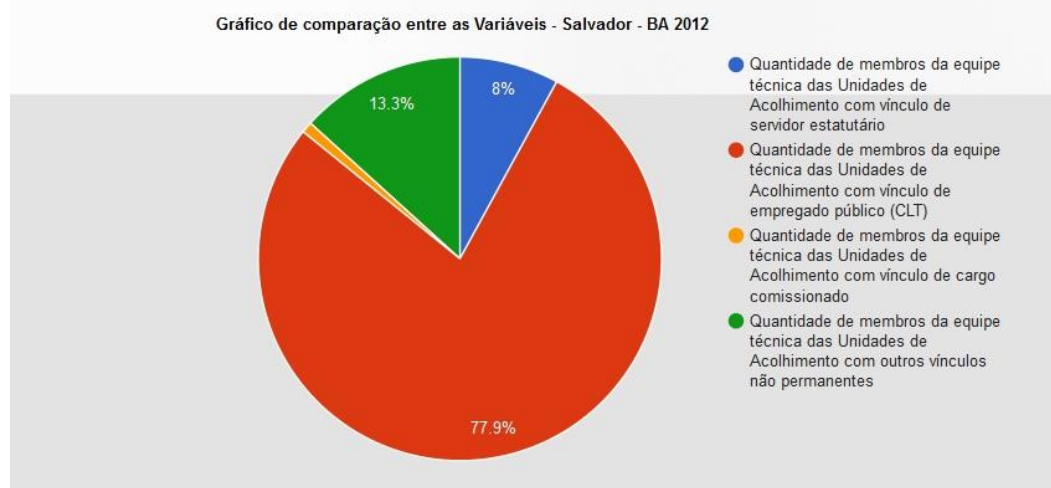
Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

Em 2010, pela portaria federal nº 843/2010 o MDS dispôs sobre co-financiamento. Por meio do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC), os serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop). Com isso, o governo federal passou a dispor de verbas para os municípios implantarem os serviços de atendimento à população de rua.

Verificou-se que a política pública para a população de rua se desenvolve, principalmente, no MDS, mas é uma política intersetorial que implicou em demandas de saúde, emprego, moradia e direitos humanos. Assim, existem agendas para o Ministério do Trabalho, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos. Todas essas demandas devem se transformar em ações nos municípios, e a *priori* são as Secretarias de Assistência Social que têm assumido o papel articulador nesse processo. No caso de Salvador, é a Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPs) que tem desempenhado esse papel.

Dessa forma, a partir de 2012, a SEMPS começou a reestruturar as ofertas de serviços específicos para a população de rua. Isso levou a gestão municipal a contratar profissionais técnicos, para desempenhar as funções previstas para esses serviços.

GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO - SALVADOR, 2012



FONTE: MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Durante o período desta pesquisa 2012-2015, não foi entrevistado nenhum profissional do SUAS que fosse concursado. Foram encontrados dois servidores

temporários e oito eram prestadores (as) de serviço via convênio com uma Ornaização Da sociedade civil de interesse público (OSCIP) ligados à Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS). Na esfera estadual, ligados a (SEDES) foi identificado um servidor concursado, que era de outra secretaria e estava a serviço na SEDES e sete prestadores (as) de serviço também por convênio com uma OSCIP. Nos demais programas estaduais, porém de outras secretarias, verificou-se com os entrevistados que, somente três eram concursados e os outros quatro eram contratados, via convênios (Gráfico 14). Entre os entrevistados ainda identificou-se alguns voluntários e muitos estagiários.

As Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do Serviço Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) têm como diretriz para a contratação de todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, nas três esferas da administração pública direta ou indireta,

O Concurso público como forma de acesso à carreira: o acesso à carreira estará condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos **Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial**, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, NOB-RH/SUAS, 2011. p. 25 – grifos nossos).

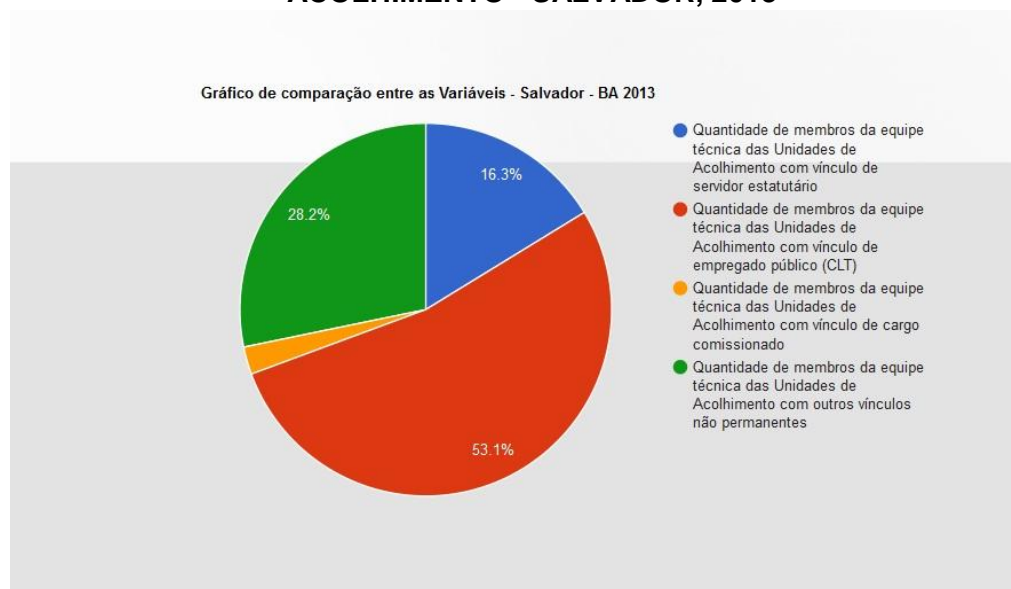
Na referida NOB-RH/SUAS, que é anotada e comentada há a inferência que,

[...] à medida que o SUAS se consolida pela expansão de serviços socioassistenciais, **a necessidade de vínculos estáveis dos seus trabalhadores vai ficando cada vez mais urgente e necessária. Ou seja, a continuidade dos serviços supõe a estabilidade dos vínculos dos seus trabalhadores.** Nesse sentido, a lógica do concurso público se presta à consolidação de equipes profissionais, que garantam a continuidade e qualidade dos serviços públicos, rompendo com a alta rotatividade na assistência social. (FERREIRA, 2010, p.113 - grifos nossos).

O objetivo em destacar a referida norma volta-se a necessidade de dar visibilidade à centenas de profissionais que trabalham nos serviços do SUAS, específicos para a população de rua, que são tão invisíveis no espaço urbano quanto os “assistidos” ou “usuários” das atividades que desenvolvem. São Assistentes Sociais, Psicólogos(as), Arte-Educador(a) (Gráfico 13) que, cotidianamente, estão com a população de rua, escutando suas histórias e demandas e afirmam que esbarram com a falta de recursos, a falta de infraestrutura

e principalmente com as relações precárias de trabalho, estruturada na terceirização dos serviços.

GRÁFICO 14 - VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO - SALVADOR, 2013



FONTE: MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Constatou-se esta realidade na finalização deste trabalho, outubro de 2015, quando o MDS disponibilizou dados sobre a situação de vínculo empregatício das equipes técnicas das Unidades de Acolhimento e dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Conforme pode-se verificar os dados para Salvador, referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014 (Figuras 13,14 e 15).

Assim, verificou-se que os vínculos se dão, principalmente, via convênios com as OSCIP, as quais mantêm contratos pela Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT). Entretanto, em 2014, os contratos desta natureza foram reduzidos e deram lugar a outros vínculos não permanentes.

Ainda durante a pesquisa de campo, ouviram-se relatos quanto aos salários atrasados, mudanças de convênio e, conseqüentemente, a falta de pagamento das indenizações rescisórias. Dito de outra maneira, profissionais e técnicos que atuam na área, com população de rua em Salvador, há mais de 15 anos e nunca viram acontecer nenhum concurso para preencher vagas para assistentes sociais ou para psicólogos.

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO -SALVADOR, 2014



FONTE: MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A relevância em destacar esse ponto está relacionada ao fato de acreditar-se que este influencia diretamente na qualidade e nos resultados dessa política pública. Afinal, uma vez que as pessoas a quem esta política se destina necessitam restabelecer vínculos com a sociedade (assim preconiza os manuais técnicos), os profissionais são o elo para esse processo. Dessa maneira, se não há um quadro profissional permanente, esses vínculos podem não ser (re) construídos, não há a possibilidade de acompanhamento contínuo e, conseqüentemente, o objetivo principal da política não é atingido.

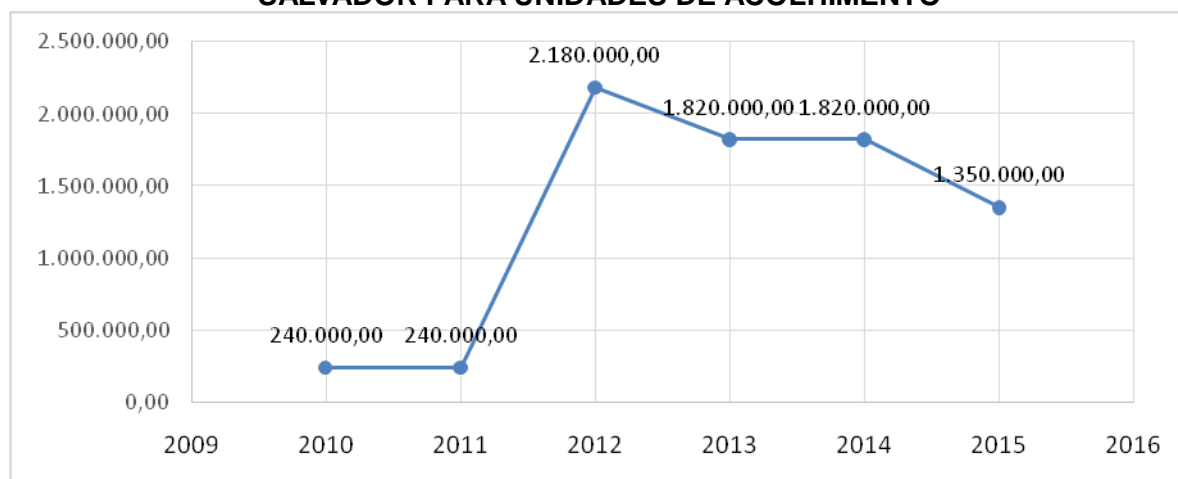
3.3.1 Os equipamentos e serviços de atenção à população de rua

Com o decreto federal nº 7.053/2009, que instituiu políticas para a população de rua, o município de Salvador, em 2012, criou, através do decreto municipal nº 23.128/2012, o Grupo de Trabalho para a elaboração da política municipal para inclusão da população em situação de rua. Em março de 2013, pelo decreto municipal nº 23.836/2013 foi instituída a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Desde 2012, o MDS repassou para o município de Salvador verbas para a criação, inicialmente, dos equipamentos e, em seguida, continuou enviando recursos mensais para a manutenção das ações desta política. Conforme pode-se observar

nos Gráficos 16 e 17, o ano de 2012 representou o maior volume deste recurso.

GRÁFICO 16 – VALORES RECEBIDOS PELO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALVADOR PARA UNIDADES DE ACOLHIMENTO



FONTE: MDS, 2015.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

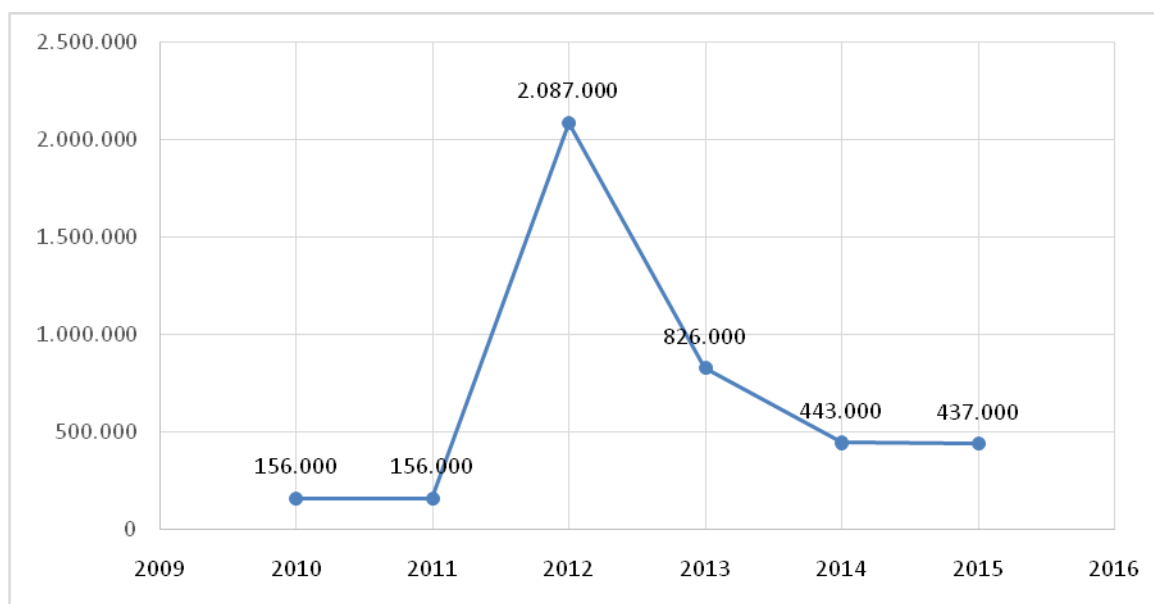
Os valores constantes no Gráfico 17 são referentes ao Piso de Média Complexidade e, neste caso, para as unidades do Centro Pop. Segundo o relatório de informações do MDS, em 2014, o município de Salvador havia assinado convênio para sete unidades de Centro Pop com capacidade para atender 1.400 pessoas, mas, em junho de 2015, a quantidade caiu para cinco com capacidade para 1.000 pessoas. É importante registrar que, em setembro de 2015, segundo informações da SEMPS somente um Centro Pop funcionava no município.

Os valores constantes no Gráfico 17, são referentes ao Piso de Média Complexidade e, neste caso, para as unidades do Centro Pop. Segundo o relatório de informações do MDS, em 2014, o município de Salvador havia assinado convênio para sete unidades de Centro Pop com capacidade para atender 1.400 pessoas, mas, em junho de 2015, a quantidade para caiu para cinco com capacidade para 1.000 pessoas. É importante registrar que, em setembro de 2015, segundo informações da SEMPS somente um Centro Pop funcionava no município.

Além disso, é importante destacar que, para cada serviço, há um recurso específico. Por isso, tem-se o recurso para Unidades de Acolhimento, para o Centro Pop, para Abordagem Social e para Consultório na Rua. A receita para o Consultório de Rua é originada do Ministério da Saúde. Assim identificou-se, pelo menos, quatro receitas diferentes recebidas pelo município só para serviços com a população de

rua.

GRÁFICO 17 - VALORES RECEBIDOS PELO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALVADOR PARA CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



FONTE: MDS, 2015.

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

Levando em consideração o decreto que já existia sobre a instituição do auxílio aluguel, com esses decretos, foi a segunda vez que a gestão municipal de Salvador editou leis específicas para esse segmento da população. Com isso, a esfera municipal passou a se comprometer com uma política específica para a população de rua.

É importante registrar que os valores recebidos pelo MDS e demonstrados no Gráfico 16 correspondem ao Piso de Alta/Média Complexidade II – Serviço de Acolhimento para adultos e famílias.

O serviço de acolhimento, segundo as determinações do MDS, acontece em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deve garantir privacidade, o respeito aos costumes, as tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado, em pequenos grupos, favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos

e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência, conforme perfis, deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando ao desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. O serviço de acolhimento institucional pode ser nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva. Em Salvador, foram identificados seis Unidades de Abrigamento Institucional e uma Casa de Passagem, conforme verificou-se na Figura 18.

De acordo com as recomendações do MDS, esses equipamentos e seus serviços devem ter articulação em Rede⁶¹ com os demais serviços socioassistenciais e serviços de políticas públicas setoriais; com os Programas e projetos de formação para o trabalho, de profissionalização e de inclusão produtiva; com serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Pelas normas, espera-se que as Unidades de Acolhimento Institucional, com abrangência municipal ou regional, promovam a redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; a redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono; a construção da autonomia, o acesso a oportunidades e o rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

Os valores recebidos, Gráfico 17, são referentes ao Piso de Média Complexidade; neste caso, para as unidades de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Segundo Relatório de

⁶¹ As concepções de Rede e Intersetorialidade foram incorporadas na gestão das políticas sociais, em especial na política de assistência social, a partir das mudanças ocorridas no papel do Estado com o modelo neoliberal. Com isso, o objetivo foi o fortalecimento da intervenção em rede nas políticas sociais, numa dimensão de interação, cooperação e parceria público/privado como mecanismo de legitimação de uma nova modalidade de proteção social que emerge e se desenvolve com o avanço das reformas neoliberais, o pluralismo de bem-estar social em substituição ao Estado de Bem-Estar Social (PEREIRA; TEIXEIRA, p. 2010).

Informações do MDS, do ano de 2014, o município de Salvador havia assinado convênio para sete unidades de Centro Pop em 2012, com capacidade para atender 1.400 pessoas, mas em junho de 2015, a quantidade para implantação caiu para cinco com capacidade para 1.000 pessoas. É importante registrar que, em setembro de 2015, segundo informações da SEMPS somente um Centro Pop funcionava no município.

3.3.1.1 – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.

Em 2013, foram implantados cinco Centro Pop que funcionaram até dezembro do mesmo ano. Em outubro de 2014, fechou mais um, ficando em funcionamento apenas a unidade da Rua J. J. Seabra, no Centro. Durante esta pesquisa, entre 2012 e 2015, teve-se acesso aos Relatórios de Informações Sociais (RIS) do MDS e verificou-se que o município deixou de atender as normas da resolução do Conselho Tripartite - CT nº 03/2012⁶², além de não ter respondido ao Censo SUAS, em 2014, por isso, os recursos para instalação e manutenção dos Centros Pop vários foram total ou parcialmente suspensos.

Assim, são percebidas as dificuldades que existem no país para articular políticas públicas, especialmente, quando ocorrem nas três escalas: Federal, Estadual e Municipal. Observa-se que não se trata apenas de assinar convênios entre os entes federados, repassar ou suspender recursos. Ou seja, como essa política é elaborada, quem participa da sua construção e do como é constituída a dimensão espacial dessa política, é componente imprescindível na sua avaliação. No caso em questão, o que parece mais evidente no processo de execução, é que a dimensão espacial foi negligenciada, destoando das recomendações das normas sobre os Centros Pops, pois estas orientam para um estudo socioterritorial onde irão ser implantados os equipamentos. Isso foi observado em vários momentos da pesquisa de campo, quando perguntamos sobre as dificuldades de execução das políticas públicas aos profissionais que atuavam nos espaços de assistência públicos:

“Entre o final de 2012 e início 2013 haviam quatro Centros Pops

⁶² A norma estabelecia que o espaço físico do Centro Pop deveria ser compatível com a oferta dos serviços previstos para o equipamento e estabelecia prazo para demonstrar a implantação dos equipamentos. O município não cumpriu o prazo previsto e por isso teve os recursos suspensos.

implantados e funcionando: um em Nazaré, outro próximo ao Estádio Fonte Nova, esse aqui (J J Seabra) e o de Roma, hoje só funciona esse, precariamente”. [...] O (Centro Pop) de Nazaré era pequeno, atendia poucas pessoas, mas, as atividades desenvolvidas eram de qualidade, só que os moradores domiciliados e os comerciantes locais reclamavam muito e justificavam que com o Centro Pop aumentou a presença de moradores de rua no bairro”. (Profissional 4, acréscimos nossos).

Nesse mesmo contexto, outro profissional informou que o “Centro Pop da Fonte Nova foi desativado por causa das obras da Arena e o de Roma por causa das obras de requalificação do Largo de Roma” (Profissional 5). Constata-se, assim, que a dimensão espacial, na execução dessa política foi completamente negligenciada, pois era público⁶³ em 2012 que a Fonte Nova seria demolida e que haveria a necessidade de evacuar domicílios na proximidade, assim como as obras de requalificação do Largo de Roma, que precisou demolir dois quarteirões do entorno, dentre eles o que situava o Centro Pop.

Diante disto, não se efetivou a implantação dos sete Centros Pops previstos e os que foram implantados não conseguiram desenvolver os serviços quantitativamente e qualitativamente conforme previstos pelas normas. Para Serpa (2011) existe um problema de articulação das diferentes escalas geográficas na elaboração e na implementação de políticas públicas no Brasil e esse não é recente.

Serpa (2011, p. 38), sobre esta questão, chama a atenção para a necessidade de “discutir o papel das representações espaciais como norteadoras das políticas públicas”, assim critica a ausência da participação das populações locais nesse processo. Nesse sentido, destacou a contribuição de Santos (1992), pois para esse geógrafo, em se tratando de políticas públicas no Brasil: “as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou Estado, mas como membros ativos de uma realidade” (SANTOS, 1996, p. 119).

Desse modo, o enfoque dado por Serpa (2011) nesta discussão permitiu perceber quantas variáveis espaciais foram negligenciadas no problema de implantação e funcionamento de um equipamento para atender a população de rua. Basta verificar o que dizem as normas de implantação sobre a espacialidade dos Centros Pops,

para a definição do local onde será implantado o Centro de Referência, o gestor deve **considerar as especificidades do território**, através da

⁶³ Nas propagandas oficiais do Governo estadual em rede de televisão e em mídias online.

implantação das Unidades em **lugar de fácil acesso**, maior **concentração e trânsito das pessoas em situação de rua na localidade**. Desta forma, faz-se **necessária a elaboração de um diagnóstico socioterritorial** para identificar as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011 - grifos nossos).

O Centro Pop, enquanto equipamento fixo, segue normas do MDS; portanto é uma unidade que deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve-se, também, proporcionar vivências para o alcance da autonomia e estimular, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. Para a implantação, a gestão municipal deve seguir as seguintes etapas previstas na resolução nº 10/2012 do MDS, adaptando e flexibilizando à sua realidade local. Assim, para a implantação do Centro Pop é necessário levar em conta a dimensão espacial, na forma como a resolução orienta.

Os Centros Pop com atendimento de 80 pessoas/dia, deve contar com os seguintes profissionais para compor o quadro: um coordenador, dois assistentes Sociais, dois psicólogos(as), um técnico de nível superior com formação em Direito, um em Pedagogia, um em Antropologia e/ou Sociologia, um em Arte-educação e/ou Terapia Ocupacional, quatro profissionais de nível superior ou médio para abordagem social e desenvolvimento de oficinas socioeducativas e dois auxiliares administrativos. Se a unidade oferecer almoço deve prever o suporte de profissionais como cozinheiro (a) e nutricionista.

O município que adota esse serviço recebe inicialmente o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a construção do Centro Pop e, mensalmente, uma verba de custeio. No caso de Salvador, apenas no mês de junho de 2015, recebeu o valor de R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais), por uma unidade que estava em funcionamento. Contudo, pode-se verificar que em anos anteriores, os valores foram maiores conforme, Gráfico 17.

A população de rua falou sobre suas experiências nos Centros Pops, quando perguntados nas entrevistas sobre o que achavam dos serviços prestados nestes equipamentos, verificou-se que o localizado na rua J.J Seabra era bastante frequentado e visto como espaço importante para quem está vivendo na rua:

[...] eu estudava, mas saí de casa por problemas com a família. Gosto muito de Salvador. **Gosto dos serviços do Centro Pop**. Não

tenho o que reclamar. Já estive em outras cidades do interior, mas Salvador é a melhor do mundo. [...] Uma forma de buscar viver melhor na cidade. Já tive dificuldade de ser atendida em posto de saúde porque não tinha documento. **Tô tirando a documentação para procurar um emprego.** Ando por tudo na cidade, principalmente na cidade Baixa. No final de semana fico em Aquidabã, lá os colegas tomam conta da gente que é mulher, tem muita maldade na rua, me sinto mais segura. Gostaria de trabalhar de telemarketing (C., Centro Pop – grifos nossos).

No entanto, também se constataram-se relatos de aspectos negativos. O equipamento aparece como espaço ambíguo para a população de rua. Por um lado, importante para o acesso a direitos, pois é a porta de entrada da população de rua aos serviços da rede de assistência, mas por outro, é o espaço da disciplina, da repressão e da indiferença por parte dos profissionais,

[...] **eu sempre ia no Centro Pop**, mas eu tava lá dormindo e botei minha sandália pra enxugar, custou 60,00, ai a menina veio e disse que levaram minha sandália, falei com os educadores ninguém deu conta, já pensou se eu pego alguém mexendo em meu bagulho, eu faço alguma coisa ai **vem a polícia** e ninguém deu conta da minha sandália, some roupa, ai eu falei, **sabe de uma, parei de ir pra lá** (A., frequentou o Centro Pop).

Eu já fui lá muitas vezes, só que tem que chegar cedo, pra consegui almoço, nunca dá pra todo mundo. Você dá de cara com aqueles, **os polícia, parece que a gente é ladrão.** Desisti de tentar. Faço minhas correria por aqui mesmo (Comércio). No de **Roma** o pessoal era muito ignorante, a gente não podia fazer nada, tinhas uns jogo, ficava tudo trancado, era só enganação (F., Comércio – grifos nossos).

Acho que as coisas melhorariam mais na cidade pra os moradores de rua se O projeto Corra tivesse o espaço que o **Centro Pop tem, juntaria lá que tem lugar de banho, assistir televisão, lugar pra comer com os profissionais do Corra que tem mais atenção com agente. Assim as coisas andavam mais, porque o Corra tem pouca verba não da para aumentar o que eles fazem.** No Centro Pop eles não tão nem aí pra gente!! (J. Praça Marechal Deodoro)

Para os profissionais que atuam no equipamento o espaço cumpre o objetivo para que foi criado,

Eles gostam muito das atividades lúdicas, assistir filmes, fazer pinturas, artesanato ou algo que se reverta em renda como a **craquelagem**⁶⁴. Depois o almoço há um menor fluxo. Mas, podemos

⁶⁴ É uma técnica de pintura, nesse caso, usada em materiais recicláveis para dar uma forma ao objeto e um ar de envelhecimento, graça e luxo.

destacar como resultados positivos: **a formação de vínculos, espaço de convivência aqui lembra uma família, em alguns momentos.** Aqui também vivenciam o resgate de normas, horários, limites e conhecimentos de diversos direitos. (Profissional da Equipe Técnica – grifos nossos)

O Centro Pop foi criado para ser a “porta de entrada” da população de rua para acesso a serviços de higiene, descanso, alimentação, educação e aos direitos sociais e, conseqüentemente, um espaço de preparação para saída das ruas. O que se constatou, durante as visitas ao Centro Pop da rua J. J. Seabra (Figura 13) é que o espaço estava em condições físicas precárias, por exemplo, as salas de arte e educação estavam sendo utilizadas para armazenar móveis e objetos do Centro Pop de Roma, que havia sido desativado.

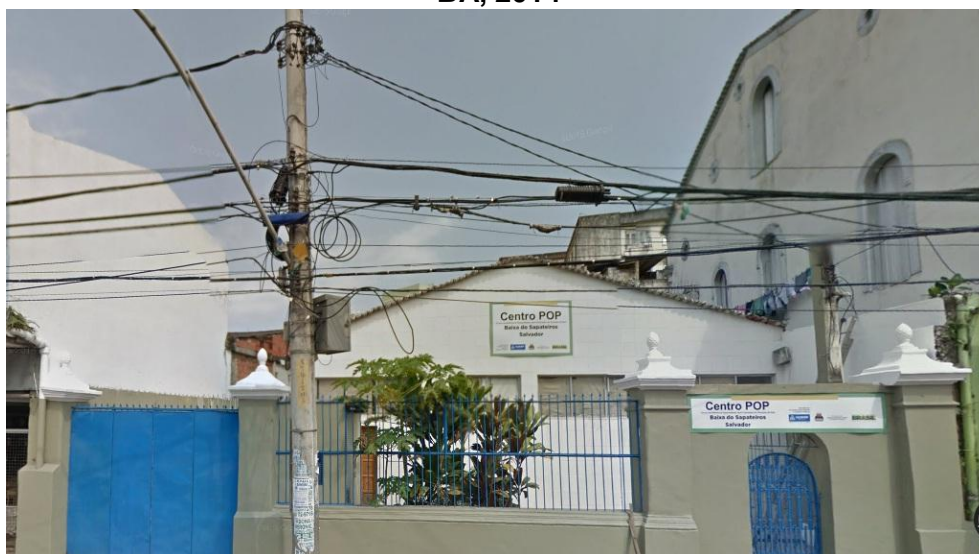
Dessa forma, naquele contexto, os serviços prestados eram de encaminhamento para documentação, atendimento psicossocial, alimentação para 80 pessoas/dia e serviços de higiene. Havia a presença de dois policiais militares nas três visitas que realizamos ao equipamento. Este aspecto evidencia que o espaço é disciplinado e vigiado porque, *a priori* entende-se que as pessoas que vivem nas ruas precisam se submeter às regras, à obediência e ao poder.

Assim, com o objetivo de promover a cidadania, a dignidade e o respeito da população de rua o Centro Pop ainda reproduz práticas que traduzem as instâncias teóricas da criminalização, da ociosidade e da vagabundagem, para aqueles que não se submetem aos papéis sociais padronizados pela sociedade (STOFELS, 1977, p. 43), quando não aceitam o controle e a repressão do corpo.

No Fórum Permanente da População em Situação de Rua, espaço de debate que ocorre mensalmente, os Centros Pop se sobressaíram no recebimento de críticas. Isso porque, segundo os ativistas e profissionais presentes, nesses espaços de assistência não são construídas atividades a partir das demandas que fortaleçam a relação do sujeito com rua. Além disso, não se desenvolve o plano individual do usuário, conforme previsto pelas normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, os mesmos não são empoderados, não conseguem identificar suas potencialidades e muito menos são desenvolvidos trabalhos em conjunto com o CAPS. Assim, os Centros Pop, tem reproduzido o modelo dos albergues, com

policiamento repressivo e a rede que poderia lhes dar suporte, não funcionam adequadamente.

FIGURA 13 – FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO POP, SALVADOR-BA, 2014



FONTE: Arquivo Secom/PMS

Salvador conta também com o Serviço Especializado em Abordagem Social que é, segundo as normas do MDS, ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Os objetivos dessa abordagem são: construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; promover ações para a reinserção familiar e comunitária.

O município recebe do MDS, para o serviço de abordagem, uma receita mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)⁶⁵ para materiais de consumo necessários para a realização do serviço, tais como: telefone móvel e transporte para uso pela equipe e pelos usuários e materiais pedagógicos para desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas. São princípios dessa abordagem: acolhimento em condições de dignidade e preservação da identidade, integridade e da história de vida.

É essencial a este serviço: proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios.

O MDS espera que com esse serviço ocorra a redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; a proteção social a famílias e indivíduos; a identificação de situações de violação de direitos e a **redução do número de pessoas em situação de rua**. Até junho de 2015, o município mantinha uma equipe de abordagem. No relato de uma das profissionais que realiza a abordagem, observamos as dificuldades de várias ordens:

Uma equipe é pouco para a demanda que temos na cidade, principalmente de pessoas que ligam para ir tirar as pessoas da rua, normalmente as ligações são de bairros mais nobre como Itaigara, Pituba. Muitos se negam a nos acompanhar, eles não confiam de imediato, temos que ir ganhando a confiança, mas com uma equipe só não dá para acompanhar e estabelecer esse vínculo. (Profissional 5).

Constata-se, assim, que este serviço atende muito parcialmente a população de rua, por ser uma única equipe no município, e pela complexidade que envolve a atividade. A equipe tem que respeitar o tempo e o desejo de quem está na rua e simultaneamente mediar o incômodo de quem não quer ver por perto estas pessoas.

3.3.1.2 As Unidades de Abrigamento Institucional

Os recursos recebidos pelo município em 2012 foram se materializar

⁶⁵ Informação constante no Relatório de Informações do MDS de dezembro 2015.

especialmente, como unidades de acolhimento, somente em 2014. Segundo os relatos, por conta da Copa do Mundo,

em 2013, durante a Copa das Confederações, o município desencadeou uma política de higienização contra população de rua, jogando jato água nas pessoas, tirando seus pertences, e em 2014 foi preciso a Defensoria Pública entrar com uma Ação Civil contra o município de Salvador e a Limpurb contra a prática de higiene social. Foi nesse período que a SEMPS tomou providência para criar as Unidades de Acolhimento de Itapuã e de Pau da Lima, com muita pressão da DPE e da coordenação do MNPR (Profissional DPE).

Foi no período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo que fizemos uma força tarefa. Estavam com o planejamento de alugar um galpão nesse período. Foi quando abriram os hotéis que passaram a ser Unidade Institucional de Acolhimento (Ativista 1, MNPR).

Durante a copa as reclamações de higienização foram intensas (Ativista 2, MNPR).

O intenso conflito no espaço urbano foi constado nesse momento em que a gestão do município passou a exercer com mais intensidade o papel de controle sobre os espaços públicos, visando efetivar os interesses econômicos dos patrocinadores⁶⁶ dos megaeventos da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Nesse sentido, como afirma Lefebvre (1976, p. 31 - tradução nossa)⁶⁷,

O espaço torna-se um instrumento político para ser manipulado intencionalmente, mesmo que a intenção esteja escondida sob as aparências da figura coerente espacial. É um procedimento em mãos de qualquer indivíduo ou coletividade, ou seja, um poder (por exemplo, um Estado), uma classe dominante (a burguesia) ou um grupo que pode, em certas ocasiões, representar a sociedade global.

⁶⁶ No Brasil, foram seis parceiros, oito patrocinadores e oito apoiadores. Os parceiros (Adidas, Coca-Cola, Hyundai/Kia Motors, Emirates, Sony e Visa) têm o mais alto nível de associação com a entidade e com todos os seus eventos, além da função mais ampla de apoio ao desenvolvimento do futebol no mundo todo, desde a base. Os patrocinadores (Budweiser, Castrol, Continental, Johnson & Johnson, McDonald's, Oi, Marfrig e Yingli Green Energy) têm direitos relativos à Copa das Confederações da FIFA e à Copa do Mundo da FIFA em escala global, com associação de marca, uso de recursos de marketing selecionados, exposição na mídia e ofertas de ingressos e hospedagem para os eventos. E os apoiadores (Fifa.com, ApexBrasil, Centauro, Garoto, Itaú, Liberty Seguros, WiseUp e Football for Hope), que devem ter raízes no país-sede de cada evento, podem promover uma associação no mercado nacional. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/cdm/caderno+de+midia/65141/patrocinadores+oficiais+da+copa+cotam+suas+principais+acoes+durante+o+torneio>>. Acesso em: 24 abr 2014.

⁶⁷ *el espacio viene a ser un instrumento político intencionalmente manipulado, incluso a la intención se oculta bajo las apariencias coherentes de la figura espacial. Es un procedimiento en manos de alguien, individuo o colectividad, es decir, de un poder (por ejemplo, un Estado), de una clase dominante (la burguesía) o de un grupo que puede en ciertas ocasiones representar la sociedad global (LEVEBRE, 1976, p. 31).*

Nesse contexto, criar espaços para acolher a população de rua representava, ambigualmente, excluí-los do urbano e prover acolhimento e assistência para essas pessoas. Assim foi inaugurada no primeiro semestre de 2014, a Unidade de Acolhimento de Pau da Lima, inicialmente para casais sem filhos, depois passou a atender homens. (Figura 14).

FIGURA 14 – FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA A UNIDADE DE ACOLHIMENTO DE PAU DA LIMA, SALVADOR-BA, 2014



FONTE: Arquivo Secom/PMS

O imóvel era um hotel (Passione) e foi adaptado para atender à população de rua adulta com capacidade para atender até 50 pessoas. Quando da realização de uma das visitas de campo (dezembro de 2014) constatou-se que 38 quartos estavam ocupados. Deste quantitativo, cinco estavam sendo utilizados por profissionais da unidade (policiais e educadores). De modo geral os quartos têm capacidade para três pessoas e estão equipados com televisão, ventilador ou ar condicional. Além disso, são servidas três refeições diárias e o tempo de permanência pode variar de três a até seis meses.

O acolhimento ocorria através de encaminhamento pelo Centro Pop, tendo em conta a existência de vaga. Uma vez acolhido, havia o atendimento técnico, o (a) usuário (a) assinava termo de compromisso, no qual constavam seus deveres e direitos na unidade e eram feitos os encaminhamentos necessários num plano individual. Havia prioridade para quem estivesse fazendo tratamento de saúde. Eram regras da unidade: não era permitido uso de álcool ou drogas; se o (a) assistido (a) ficasse três dias sem aparecer a unidade era considerado evadido, perdia a vaga. Este (a) deveria ser colaborador (a) na higiene e obedecer aos horários de entrada e saída, assim como das refeições.

Sobre a vivência nesse espaço, o Sr. J. 38 anos, natural de Salvador relatou:

Eu costumava ficar na Ladeira da Preguiça ou no Largo 2 de Julho, saí de casa por causa de conflitos com os familiares. Estou aqui (Unidade de Pau da Lima) desde junho de 2014, fui chamado pelo pessoal da prefeitura que perguntou se eu queria vir pra cá. Hoje eu quero sair daqui **porque era melhor está na rua do que está no meio de tanta briga.**

[...]trabalho como reciclador. Faço uns 30,00 reais por dia. Cato latinha na Lapa no São Miguel, quando consigo pegar carona pro Centro. Também cato ferro e papelão. **No Centro é melhor para reciclar do que aqui.** Reciclava da Lapa a Graça é bem melhor. Na Padaria Bola Verde todo mundo me conhece. Eu mantenho contato com a minha família. Nunca gostei de albergue nem projeto. O serviço aqui é bom! mas já num tô gostando, roubaram meu R\$7,00 e a certidão de nascimento de minha sobrinha. Dia de domingo, se consigo carona, olho carro na Carlos Gomes. Lá tem mais trabalho. Lavo o restaurante do chinês. No Centro é melhor para reciclar do que aqui. Da Lapa a Graça é bem melhor. Eu posso te dizer quanto custa tudo: ferro kg R\$0,10; Latinha kg R\$2,00 Sopro kg (plástico de água sanitária) R\$0,20; Papelão kg R\$ 0,10. Já trabalhei muitos tempos de carteira assinada em um navio viajei para Venezuela, Argentina, Jamaica [...] (Sr. J., Unidade Institucional de Pau da Lima dezembro/2014 – grifos nossos).

Outro entrevistado falou: “[...] fiquei também no abrigo de Pau da Lima, mas com uma semana fui excluído, acho que foi porque sou egresso do sistema prisional [...]” (J., Praça Marechal Deodoro).

Com isso, tem-se que as políticas públicas para a população de rua partem do princípio que todos querem sair da rua e ir para um abrigo ou uma casa. No caso do Sr. J. viu-se que ele prefere o ambiente da rua do que viver num espaço onde seus pertences são roubados, onde a possibilidade de aquisição de renda é restrita e onde sua mobilidade pela cidade fica limitada. São vários aspectos da história de vida, das relações sociais desenvolvidas como morador de rua que influenciam na opção do Sr. J. por estar na rua e não no abrigo.

Assim, as políticas públicas, quando executadas, contradizem seus objetivos que são de garantir o respeito, a dignidade e a inclusão. No caso de J., egresso do sistema prisional que foi excluído da referida unidade de acolhimento. Espaços que não estão preparados para atender a diversidade de histórias de vida que compõe o segmento da população de rua, tornam-se mais fácil descredenciar as pessoas dos direitos que atendê-las nas suas diferenças.

A Unidade de Acolhimento Institucional de Itapuã foi inaugurada em março de 2014. O imóvel era o antigo Hotel Amor e também foi adaptado para atender mulheres e famílias (Figura 15).

FIGURA 15 FACHADA DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO DE ITAPUÃ, SALVADOR, BA, 2014



FONTE: Google maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.9408055,-38.3641671,3a,75y,30.96h,100.85t/data=!3m6!1e1!3m4!1s6sLhXPhEUuW7NAtZKqi9w!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em: 15 set. 2015.

Com capacidade para 50 pessoas, havia 42, mas naquela data somente oito quartos estavam ocupados, quatro desativados por conta de mau uso (segundo a coordenação, os (as) assistidos (as), levaram fio, levaram ar condicionado e quebraram fechaduras). Naquela data, havia na unidade duas famílias estavam aguardando o auxílio aluguel e seis mulheres solteiras. Não havia capacidade para novas demandas por conta da precariedade física que se encontrava o equipamento.

Assim como, em Pau da Lima, o acolhimento era efetivado, através de referência pelo Centro Pop e pela Equipe de Abordagem e o cadastro era realizado com o máximo de informações possíveis, com histórico familiar ou referência para ver o que poderia ser realizado de encaminhamentos.

Os profissionais técnicos eram terceirizados e a coordenadora destacou que já haviam passado pela instituição outros quatro coordenadores, em menos de um ano, o que para ela dificultava a construção de uma intervenção mais satisfatória na unidade. Para as profissionais técnicas dessa unidade os obstáculos na condução da unidade estavam relacionados à insegurança, porque não havia policiamento no local e à dificuldade de lidar com o (a) assistido (a) psiquiátrico (a) quando este (a) não aceita o tratamento, além de terem relatado que no início do funcionamento da unidade, em 2014, ocorreram conflitos de diversas ordens: casos de agressão física entre os (as) assistidos (as) por conta de problemas com as crianças; trocas de

quartos, roubo de acessórios dos quartos e ameaças aos profissionais. Por estes relatos contatou-se a permanência da concepção de que a população de rua é perigosa e que os espaços assistenciais devem ser disciplinados e policiados.

Os (as) assistidos (as) durante o período da pesquisa eram mulheres idosas e mulheres com filhos. Poucas trabalhavam formalmente e a maioria saía durante o dia para fazer correria – pedir, prostituir-se utilizar crianças para pedir, geralmente as mulheres; as crianças que estão na unidade estudam.

Verificando as dificuldades relatadas pelas profissionais da unidade, pode-se afirmar que pessoas que vivenciavam as ruas de forma diferente quando se vêem num espaço fechado, tendo que cumprir várias regras, que antes não faziam parte das suas rotinas, tem dificuldades de adaptar-se esta nova realidade. Notou-se, a partir das informações prestadas pelas profissionais, juntamente no período em que a unidade foi criada, pouco antes da Copa do Mundo e as situações de conflito vividas no espaço assistencial, que houve não houve qualquer planejamento para tratar com os níveis de estranhamento apresentados e com a heterogeneidade do público recebido, juntos numa mesma unidade.

Eram pessoas que “precisavam” sair das ruas em época de megaevento e o poder público fez a sua parte, mas os resultados ficaram marcados na situação caótica que a unidade se encontrava um ano depois. Para M. (ex-assistida da unidade, mulher, negra, 38 anos de idade, viveu na rua desde os 7 anos, pois não convivia bem com o pai. A mãe era prostituta e ela vivia nesse meio. Ficou um tempo no albergue de Roma, depois foi para rua, onde ficou no largo de Roma, Papagaio, Ribeira, Comércio e Campo Grande. Tem nove filhos. Quatro estavam com ela naquele momento), ainda assim, pela trajetória de anos na rua,

[...] pior local que vivi foi no Comércio havia muita droga. Gostei muito de Mar Grande, lá tive amizades boas e também no Largo do Papagaio que consegui trabalho. **Consegui vaga aqui (Unidade de Itapua) através do Conselho Tutelar em julho de 2014 e sair no final de janeiro, gostava daqui era bem tratada.** Agora o pai das crianças recebe o bolsa aluguel de R\$300,00 e paga o aluguel de R\$260,00. Estamos morando em Cajazeiras VII. O dinheiro não dá, aí venho pra rua pedir. Não peço lá em Cajazeiras. Pego carona no ônibus e venho para Itapuã. Deixei de usar crack por força de vontade. Quando eu disse que não ia mais usar, não usei. Com tudo isso, gosto muito da minha cidade. Agora vou receber o benefício do primeiro passo. Acho que logo, logo vou ter que voltar pra rua porque o marido ta gastando o valor do aluguel com drogas. Se tivesse uma casa era melhor que aluguel. E deveria ser no nome da mulher em ao do homem o auxílio aluguel (M. Unidade de Acolhimento Itapuã, março /2015, moradora de Cajazeiras, mas estava de passagem na unidade – grifo nosso).

O relato de M. confirma o período em que as pessoas começaram a chegar na unidade, assim como, a presença de casais com crianças. No caso de M, passados sete meses, junto com seu cônjuge conseguiram o auxílio aluguel. No entanto, verificou-se, neste caso, que a família estava prestes a retornar para rua diante da dificuldade do marido, que era usuário de substâncias psicoativas, em destinar o auxílio para pagar a moradia, pois o mesmo estava usando o benefício para comprar drogas. Constata-se, assim, que são tantas singularidades na vida de quem mora na rua, que as políticas públicas não podem negligenciá-las, essas pessoas precisam ser ouvidas quanto às suas prioridades.

Desde 2009, existe em Salvador o Bolsa Auxílio Moradia instituído pelo decreto municipal nº 19.552/2009, custeado pelos recursos da então Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão. Esse decreto instituiu o Programa de Resgate à Cidadania da População em Situação de Rua. O pagamento se estendia por um período de seis meses, podendo ser prorrogado, e era pago mensalmente. Para fins desse benefício, a pessoa deveria participar do programa de socioacompanhamento dos equipamentos públicos da Proteção Social Básica e Assistencial.

Entre 2012 e 2015 ocorreram fortes chuvas na cidade, o que ocasionou os desabamentos de alguns imóveis, deixando muitos desabrigados e o governo municipal ampliou o valor e a faixa de atendimento do benefício às pessoas de baixa renda que perderam suas moradias. Assim, se em março de 2015, o número de pessoas cadastradas recebendo o benefício era de 323⁶⁸ (podendo variar a cada mês, segundo informações da gestora do benefício na SEMPS) e o valor do auxílio estava em R\$100,00, em maio do mesmo ano, o valor subiu para R\$300,00.

3.3.2 – Consultórios na Rua

Uma das grandes dificuldades para quem vive nas ruas é a questão de acesso ao atendimento na área de saúde. Segundo os profissionais, que atuam no atendimento à população de rua, esse grupo de pessoas é acometido, principalmente, pela tuberculose, pela anemia falciforme e pelo vírus HIV. A falta de documentos e de endereço residencial são as justificativas dadas pelos funcionários

⁶⁸ Dados da SEMPS, Coordenação do Programa de Resgate à Cidadania da População em Situação de Rua, março/2015.

das unidades de saúde para negar o atendimento a essas pessoas. Para o MNPR, uma das lutas perseguidas para a população de rua é a defesa do direito à saúde. Nesse sentido, o movimento destaca alguns avanços do ponto de vista legal: as portarias 122 e 940 do Ministério da Saúde (Quadro 03, Capítulo1).

O Consultório de Rua é uma experiência que surgiu no início de 1999, em Salvador, na Bahia, realizada pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, instituição criada como extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto foi idealizado pelo Prof. Antônio Nery Filho no início dos anos noventa, como uma resposta ao problema das crianças em situação de rua e uso de drogas. (OLIVEIRA, 2009)

Dessa forma, essa experiência, em 2009, foi incorporada às políticas do Ministério da Saúde e no ano seguinte ao SUS para o enfrentamento ao uso do Crack. Inserido no contexto das políticas públicas nacionais de saúde, é sabido que:

Os Consultórios de Rua constituem uma modalidade de atendimento extramuros dirigida aos usuários de drogas que vivem em condições de maior vulnerabilidade social e distanciados da rede de serviços de saúde e intersetorial. São dispositivos clínico-comunitários que ofertam cuidados em saúde aos usuários em seus próprios contextos de vida, adaptados para as especificidades de uma população complexa (BRASIL, Ministério da Saúde, 2010).

As equipes de Consultório na Rua (eCR), em Salvador, passaram a funcionar, efetivamente, em março de 2015, quando o município passou a receber os repasses do Ministério da Saúde (Tabela 03). São três equipes lotadas nos seguintes Distritos Sanitários⁶⁹: Brotas, Centro Histórico e Itapagipe.

Para a população de rua entrevistada o serviço tem sido essencial, mas percebem as limitações do atendimento: “o médico atende a gente bem, mas ele não pode fazer tudo aqui (na rua). Nem sempre o posto atende quando precisa”. (V, morador de rua, Terminal Aquidabã); “A médica atende a gente lá na igreja (Igreja

⁶⁹ O conceito objetivo de Distrito Sanitário deve ser compreendido sobre duas dimensões: a primeira, enquanto estratégia de construção do SUS num município e/ou conjunto de municípios, envolvendo alguns elementos conceitual e operacionalmente importantes; e a outra dimensão se refere à menor unidade de território ou de população, a ser apropriada para o processo de planejamento e gestão. A Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS) consciente do conceito de Distrito Sanitário, visando uma implementação eficiente do SUS a toda população soteropolitana tem suas unidades de saúde organizadas nos seguintes Distritos Sanitários: Centro Histórico, Itapagipe, São Caetano/Valéria, Liberdade, Brotas, Barra/RioVermelho, Boca do Rio, Itapuã, Cabula/Beiru, Pau da Lima, Subúrbio Ferroviário, Cajazeiras.(PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, SECRETARIA MUNICIPAL DE SALVADOR)

São Pedro Gonçalves) dia de segunda feira”. Depois que ela começou a atender me preocupo mais com minha saúde”. Fica mais fácil, porque nos postos nem sempre atende quem mora na rua”. (J. Praça Marechal Deodoro)

TABELA 03 - REPASSES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA AS EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA EM SALVADOR (2015)

Mês	Valores (R\$)
Janeiro	-
Fevereiro	-
Março	140.800,00
Abril	140.800,00
Maio	70.400,00
Junho	70.400,00
Julho	140.800,00
Agosto	-
Setembro	70.400,00
Total	633.600,00

FONTE: Ministério da Saúde, 2015 .

ELABORAÇÃO: A autora, 2015.

Para os profissionais que atuam na eCR, ainda existem muitos limites para uma atuação mais efetiva:

“Temos todo tipo de problemas: o número de equipes é insuficiente para a quantidade de pessoas que estão nas ruas de Salvador e que necessitam de atendimento à saúde; seria necessário uma Equipe de Consultório na rua em cada Distrito Sanitário. “[...] Mesmo estando vinculado a uma Unidade de Saúde da Família, o Centro Mario Andrea, em Brotas, não temos onde guardar os prontuários dos pacientes”. Teríamos que ter um veículo e não temos; tem profissionais da equipe (técnicos em enfermagem) que não são permanentes”. (Médico, Consultório na Rua).

“Fazemos o trajeto de atendimento andando: começamos na Heitor Dias, depois vamos até o viaduto no final da rua Dois Leões. Não dá tempo acompanhar todos que precisam”. (Técnica em Enfermagem, eCR).

Os relatos expressam críticas às limitações do serviço, mas expressam também a sua importância. O acesso à saúde é uma dimensão legal do direito à cidade para qualquer pessoa. No entanto, morar na rua, é fator condicionante para a negação desse acesso por parte de profissionais das Unidades de Saúde (US). Os consultórios na rua, nesse contexto, se constituem numa forma de levar esse direito a rua, no entanto, sabemos que nem todos os procedimentos da área de saúde podem ser realizados na rua. Dessa forma, esse serviço deve atuar como extensão

dos equipamentos fixos (UPA, Hospitais e CAPS), no entanto, pelos relatos aqui vistos, não tem funcionado assim. Portanto, um serviço essencial, tem se constituído em mais um serviço segregado, porque não se articula com os demais da área de saúde existentes na cidade.

3.4 ESPAÇOS ASSISTENCIAIS DA INICIATIVA PÚBLICA ESTADUAL

O estado da Bahia, em 2012, se comprometeu com a Política Nacional de População em Situação de Rua, através do decreto nº13.795 de 21 de março de 2012. Por este instrumento legal, o governo estadual instituiu o Programa Bahia Acolhe no âmbito da Assistência Social do Estado para coordenar e executar políticas, cujo principal objetivo era

promover ações integradas voltadas para a garantia dos direitos socioassistenciais, através da inclusão de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de rua, em rede de proteção social (BAHIA, 2012).

O Programa, de acordo com o decreto que o institui foi estruturado com base em quatro eixos: 1 - Vigilância Social, para diagnóstico e registro de informações sobre a população beneficiária do Programa Bahia Acolhe, bem como o monitoramento da ocorrência de vulnerabilidades e fragilidades, ambos visando a reduzir os riscos sociais e seu agravamento; 2 - Abordagem de Rua, realizada por educadores sociais, de forma regular e sistemática, buscando construir e estabelecer vínculos com os beneficiários, promovendo o encaminhamento de suas demandas; 3 - Acolhimento/Proteção Integral, para prover os beneficiários de suas necessidades humanas de alimentação, saúde, educação, segurança, higiene, vestuário e abrigo, na perspectiva de sua autonomia e emancipação; 4 - Monitoramento e Avaliação, possibilitando o acompanhamento do Programa Bahia Acolhe, através de instrumentos capazes de mensurar a eficácia das ações e objetivos propostos.

É importante destacar que o Programa deveria ser oferecido, via convênio, em municípios que assinassem Termo de Compromisso. Em Salvador, houve a oferta do Programa entre o período de maio de 2013 a maio de 2015.

Em nota técnica de 1 de novembro de 2014, a Coordenação do Programa informou que já acontecia em Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, e

tinha previsão em 2014, levar ações de formação e assessoria para mais nove municípios: Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Itabuna, Ilhéus, Porto Seguro, Alagoinhas, Jequié e Juazeiro. O Programa foi executado via convênios com Instituições da Sociedade Civil, através do Edital 006/2012, pelo qual venceram, entre outros, o Projeto Ideal elaborado pela Igreja Batista do Caminho das Árvores e para formação e assessoria o Projeto do ISI-BA – Instituto de Saúde Mental e para efetivar ações para crianças, adolescentes e jovens o Projeto Axé.

Ainda, com base nas informações da referida Nota Técnica

houve investimentos na ordem de **5.000.000,00** (cinco milhões de reais), para a manutenção de todos os convênios do Programa no ano de 2012/13 e **6.000.000,00** (seis milhões de reais) para 2014 oriundos das fontes 11 e 28 (BAHIA, 2014 – grifos nossos)

No Quadro 06, podemos verificar, em termos quantitativos, os resultados do Programa Bahia Acolhe do governo estadual. Os resultados de 2015 não foram possíveis ser coletados, pois em março deste mesmo ano, o Coordenador do Programa já não tinha certeza da continuidade dos serviços e em junho as unidades mantidas pelo programa estavam sendo fechadas⁷⁰, por falta de renovação do convênio com o Projeto Ideal, principal executor dos serviços em Salvador.

Em uma das entrevistas com profissional que atuava no Programa, as dificuldades foram expressas:

É difícil, entregar um programa desses, que precisa de pessoas capacitadas, preparadas, para ser gerido por uma instituição religiosa. Vejo muita coisa errada! E as pessoas que estão na rua precisando é que sofrem. Precisamos de mais profissionais, eu tenho que atuar nas unidades e na abordagem, não tem como dá conta. Por outro lado, não há um diálogo com a assistência no município, dificultando um trabalho em rede, articulado. (Profissional 6)

A profissional expõe uma questão bastante presente na execução de projetos e programas públicos para a população de rua, que é a presença de instituições religiosas, ou seja, ainda permanência da concepção de séculos passados que as instituições religiosas, pela sua natureza caritativa e filantrópica são as principais credenciadas para atuar com essa população, como forma de reduzir os custos e conseqüentemente, precarizar os serviços e as relações de trabalho. Sobre este

⁷⁰ As informações que reunimos sobre a não continuidade do Programa foram a partir das entrevistas, pelas quais verificamos que ocorreram problemas com prestação de contas de algumas instituições conveniadas, a mudança de governo e este não se comprometeu com a continuidade do programa, o governo cumpre o que é pactuado com relação a repassas de verbas aos municípios.

aspecto, outra profissional, relatou: “desde maio/2015 não recebo salário, trabalhava na Unidade de Abrigamento do Bahia Acolhe na San Martim e não recebi nada depois que o programa acabou. Deram uma cesta básica e mandaram aguardar”. (Profissional 7). O programa custou apenas 11 milhões aos cofres públicos, não teve continuidade e consolidou poucas ações com resultado durador na vida das pessoas que vivem nas ruas.

Por outro lado, outros dois programas estaduais da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos que também tinham como público a população e rua conseguiram se manter: o Ponto de Cidadania e o Corra Pro Abraço.

QUADRO 06 – RESULTADOS DO PROGRAMA BAHIA ACOLHE (2013-2014)

Projetos	Nº de pessoas	Tipo de atendimento
Projeto Axé	1600	Atividades socioeducativas
Projeto Ideal	1.665	Abordagem social
	585	Encaminhamentos diversos
Projeto Ideal/Comunidade Evangélica Alabastro e Casa do Andarilho ⁽¹⁾	95.256	Refeições
	13.775	Acolhimento Noturno
	955	Encaminhamento à rede
	165	Contemplados com o MCMV
	108	Reintegração familiar

⁽¹⁾As três instituições executaram serviços de Acolhimento – nº de atendimento realizados pelas três juntas.

FONTE: BAHIA, SEDES, 2015

ELABORAÇÃO: Nadja Miranda, 2015.

3.4.1 Ponto de Cidadania

O Ponto de Cidadania (Figura 16) foi criado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do governo estadual em parceria com o Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas - CETAD e a Organização da Sociedade Civil DE Interesse Público - OSCIP Comunidade Cidadania e Vida a executora das ações. Foi implantado junho de 2014. Existiam em Salvador, em agosto de 2015, dois Pontos de Cidadania. Um na Praça do Mercado do Ouro, Comércio e outro na Rua Heitor Dias, Sete Portas. Considerado pela Coordenação como um projeto que contribui para ampliar a composição das políticas públicas para a população de Rua, assim como fortalecer a rede de atendimento.

**FIGURA 16 – PONTO DE CIDADANIA
PRAÇA DO MERCADO DO OURO – SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Nadja Miranda. 2015.

O equipamento é um *container* adaptado onde atua uma equipe multidisciplinar de profissionais, como: assistentes sociais, psicólogos e agentes de redução de danos. Funciona durante todos os dias da semana, manhã e tarde e aos sábados até o meio dia. A População de rua encontra nesse espaço material de higiene pessoal, banheiro com chuveiro, além do atendimento com profissionais técnicos para escuta e encaminhamentos às suas demandas. São atendidas cerca de 30 pessoas por dia.

3.4.2 O Projeto Corra pro abraço

O projeto Corra pro Abraço foi desenvolvido pela Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social através da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD) e o Centro de Referência Integral de Adolescente (CRIA) que se integram para a execução desta ação. As atividades desse projeto iniciaram em julho de 2013, com atuação na rua desde outubro do mesmo ano. As ações do projeto são desenvolvidas na Praça das duas Mãos e no Terminal de ônibus de Aquidabã, além de desenvolver atividades em locais fechados como o Centro Pop e o Ponto de Cidadania. O projeto tem como objetivos principais:

Levar cuidado para a rua, baseado no princípio do Cuidado Integral que deve ocorrer no espaço possível para os sujeitos, superando a lógica dos serviços de alta exigência, produzindo espaços de **baixa exigência**;

Promover o acesso da população em situação de rua e usuários de SPA's (**Substâncias Psicoativas**) a serviços e programas governamentais, ampliando e qualificando seu acesso a estes serviços;
Propiciar ao público a **experimentação de vivências voltadas para prática de redução de danos**⁷¹, prevenção ao uso abusivo de drogas, **resgate da autoestima e construção de projeto de vida**; (CRIA/SJDHDS, Projeto Corra pro Abraço, 2015 – acréscimos nossos)

Os locais onde as atividades do projeto são desenvolvidas foram escolhidos a partir de um estudo do território, e porque nestes espaços se encontram “cenas de uso⁷²”. A equipe que atua é multidisciplinar com os seguintes profissionais: quatro Arte-educadores (as), um Educador(a) Físico que tem como eixos de trabalho a arte, formação, empoderamento e educação para cidadania e dois Psicólogos (as), dois Assistentes Sociais, dois Redutores(as) de Danos e um Advogado(a) que atuam no acompanhamento, encaminhamento e articulação com a Rede. Os princípios do Projeto são: o Acolhimento, a Construção de vínculo e Escuta qualificada.

Esse projeto tem um diferencial com relação aos demais espaços aqui chamados de espaços assistenciais, pois suas atividades são desenvolvidas em espaços públicos livres (Praça Marechal Deodoro, Comércio e Terminal de transporte urbano de Aquidabã) frequentados e apropriados, permanentemente, para moradia, trabalho e também como território de uso de substâncias psicoativas pela população de rua.

Dessa forma, a equipe multidisciplinar que atua vai até as territorialidades da população de rua. Para uma das profissionais o fato do trabalho acontecer em espaços públicos “dá maior visibilidade a essa população”. “É um espaço de sociabilidade”.

Sendo um trabalho multidisciplinar, há uma articulação previamente planejada de cada área específica, objetivando um trabalho integral com a população de rua. Estrategicamente, as atividades são desenvolvidas a partir das 17 horas. Definido previamente por atender um maior público, uma vez que é a partir desse horário que os mesmos retornam aos seus territórios de referência no espaço urbano.

As atividades, planejadas previamente, visam atender as demandas de cada pessoa com um trabalho de escuta individual ou em grupo, a depender da

⁷¹ É uma estratégia da Saúde Pública que busca minimizar as conseqüências adversas do consumo de drogas, do ponto de vista da saúde e dos seus aspectos sociais e econômicos, sem necessariamente, reduzir esse consumo. Surgiu na Inglaterra, na década de 1920 e foi implantada na Saúde Pública do Brasil em 2005 (Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, Viva Comunidade, 2014).

⁷² Territórios de uso de drogas (TRINDADE; FERREIRA, 2015).

necessidade. A partir destas escutas, são realizados os encaminhamentos necessários: documentação, atendimento médico, serviço jurídico, acolhimento, encaminhamento para CAPS, acompanhamento Psicológico e de Assistente Social. Esta é a primeira etapa que, para alguns sujeitos, segue até a finalização de todas as etapas.

A primeira etapa é seguida de atividades de arte educação⁷³, pelas quais são propostas discussões críticas de algum conteúdo relacionado à vida deles, para tanto são utilizadas letras de músicas, trechos de leis, poemas e poesias que possibilitem a interação, o diálogo e a participação ativa de cada um dos presentes.

Paralelo ou, às vezes, depois da segunda etapa ocorrem atividades desportivas como futebol, capoeira, dentre outras. Outro ponto primordial da equipe é o trabalho de redução de danos para usuários de substâncias psicoativas, no entorno destes locais, para pessoas que estão em processo de uso intenso e não conseguem ainda participar das atividades sistematizadas da praça ou do terminal.

Além dessas atividades, ocorrem as chamadas “Ações de Intervenção Urbana” e o “Acesso a Bem Culturais”. A primeira, que ocorre ao final de cada ciclo de oficinas, consiste em atividades que possam deixar marcas no território, como pinturas em praças, bancos e atividades de jardinagem (Figura 17); a segunda consiste em saídas que possam ampliar o repertório cultural da população de rua, incentivar à participação na vida pública e vivenciar outros ambientes como praia, cinema, teatro, bibliotecas e instituições públicas. Durante a pesquisa não foi possível acompanhar uma dessas atividades, mas tivemos relatos dos entrevistados que puderam expressar o significado de tais atividades como um processo de nova prática social ou de resgate na perspectiva da população de rua, de acesso a cultura e lazer para os profissionais que intermediaram tal atividade ou estranhamento para quem acredita que esses espaços não estão reservados à população de rua:

“O pessoal do corra leva gente pra muitos lugares. É muito bom! Conhecer mais coisas da cidade, assim a gente vai mostrando pras pessoas que a gente sabe

⁷³ “Processo pedagógico que se utiliza da ferramenta artística para uma educação dedicada ao ser humano em suas habilidades criativas, suas relações emocionais, sua manifestação potencial e sua sociabilidade. Determinando-se como um facilitador para que o conteúdo aplicado seja prazeroso, lúdico e criativo, e que ocorra transformações a nível físico e psíquico integralmente” (WENDELL, 2010). No Projeto Corra pro abraço a arte educação é usada como uma metodologia para facilitar processos de aproximação respeitosa, afetiva, criativa e produtora com a população de rua, desenvolvendo assim, atividades em espaços públicos, em roda, como forma de atrair e sensibilizar para a ação. Dessa forma, jogos, brincadeiras, instrumentos musicais são utilizados como meios de experimentação e interação. (SJDHDS, 2016, p. 41)

se comportar nos lugares e somos gente como eles” (sic, C. Comércio); “A praia foi o local onde mais percebemos o distanciamento a negação das pessoas com a presença deles, mas o legal é que eles nem ligaram, brincaram de futebol, se embolaram na areia e os que sentiram-se incomodados saíram do local. Foi uma praia da Orla” (Profissional 7); “Na Assembleia Legislativa, fomos bem tratados, vi como são funciona as coisas lá. Agora a gente tava com o pessoal do Corra, não sei como seria se não tivesse” (sic, A. Aquidabã); “Lá no teatro eles fizeram questão de deixar tudo limpo depois as seção, cataram todos os papéis e copos que viram no chão que outras pessoas deixaram. Ficaram preocupados do pessoal do teatro achar que foram eles” (Profissional 7).

FIGURA 17– PROJETO CORRA PRO ABRAÇO, SALVADOR-BA, 2013



FONTE: SJDH, BAHIA, 2013

Analisamos, a partir destes relatos, muitas questões sobre direito à cidade podem ser discutidas na dimensão legal e na dimensão política. Maioria da população de rua não consegue acessar os bens culturais e lazer existentes na cidade, porque a maioria deles são mercadorias para serem consumidas por quem pode pagar; mesmo nos espaços públicos, como a praia, existe a negação do direito, quando não há interação social, há um afastamento das pessoas que se diferenciam por hábitos, vestimentas, por tipo de consumo, expressando um nítido

conflito de territorialidades, onde estavam em jogo a segregação e a interação no espaço urbano. Dessa forma, essa atividade do projeto corra pro abraço se constituiu numa importante ação, porque de um lado, promoveu o direito legal à população de rua e por outro, desvelou a dimensão política presente no espaço. Esta que pode nem ter sido percebida pelos que vivenciaram esse momento.

É essa dimensão que Lefebvre chama sempre a atenção, para que ela não seja negligenciada na luta pelo direito à cidade, pois é nesta que está, podemos dizer aqui, a semente de uma transformação do espaço urbano, onde os diferentes podem expressar suas diferenças sem serem desiguais.

No entanto, os profissionais do corra pro abraço relatam suas dificuldades, principalmente, no que se refere em promover o acesso aos direitos legais à população de rua. Segundo os profissionais desse projeto há dificuldade de diálogo e de articulação com a SEMPS, assim como a falta de equipamentos de acolhimento, o mau atendimento na maioria das unidades de saúde e nos cartórios. Vejamos alguns desses relatos:

Até quando um deles morre, há dificuldade de enterrar”: houve um caso em que o hospital não quis aguardar a referência da Assistente Social da Rede e ia enterrar como indigente se não houvesse a articulação com pessoas solidárias para que a devida identificação documental fosse realizada (Profissional do Projeto Corra Pro Abraço, jul/2015).

A maior dificuldade é dialogar com a Semps. Com o atual secretário (Bruno Reis) tem melhorado: Ele pretende abrir 850 vagas com convênios. Também existe a dificuldade de articulação com as unidades. Agora tem um controle de regulação no Bonoco, acredito que melhore. Segundo a Diretoria de Assistência Social abrirão novas unidades de acolhimento em Amaralina, na San Martin e na Boca do Rio (Profissional do Projeto Corra Pro Abraço, agosto/2015).

A população de rua destaca o projeto corra assim:

[...] O pessoal do Corra vem segunda e quarta e leva a gente foi até pro museu da caixa Cultural, na Carlos Gomes, eu e a galera daqui[...] (A., Praça Marechal Deodoro).

[...] Enquanto elas (profissionais do Corra) tá aqui é muito bom! Quando vão embora é um vazio, volta tudo de novo (aqui o morador se refere a ação hostil da guarda municipal e da polícia quando não tem a presença dos profissionais do corra)[...] (L., Praça Marechal Deodoro- acréscimos nosso).

[...] A galera do projeto trata a gente como gente! Aprendi muitas coisas com eles. Eles faz a gente pensar. A Sra viu a música que a gente fez? [...] (sic. A., Terminal de Aquidabã).

Os técnicos ouvem a gente, porque é um projeto que vem até a gente. A gente tem apoio de assistente social, advogado, psicólogo, redutor de danos

eles escutam a gente falar e diz quais são os nossos direitos. Porque muitos que estão na rua não sabem o seu direito. Depois desse projeto do Ponto de Cidadania e do Corra as pessoas daqui tratam a gente melhor, os comerciantes mesmo. Até a polícia que antes chegava aqui batendo, as vezes vem uns aí de outros lugares, rouba aqui e se manda e a polícia diz que é a gente daqui da maloca e não, mas eles não quer nem saber. Agora com o projeto melhorou mais. O pessoal do Corra encaminha pra onde a gente precisa (J., Praça Marechal Deodoro).

Verificou-se que o projeto corra, na visão da população de rua, é o mais avaliado positivamente, no sentido de reconhecimento e respeito ao modo de vida deles. Assim, tem sido uma política que responde com mais aproximação a natureza complexa que é este fenômeno urbano, porque, embora concebida numa perspectiva de direito à cidade na sua dimensão legal, suas ações têm possibilitado acessar a dimensão política desse direito que é pensar os territórios da população de rua como espaços políticos da cidade, porque expressam as contradições da reprodução das relações capitalistas hegemônicas no espaço urbano, quando o espaço público passa a ser território de aprendizado, de socialização e interação entre grupos sociais diferentes, para além de um espaço puramente assistencial.

Com isso, verificou-se a existência de diferentes espaços assistenciais para a população de rua, atendendo principalmente àqueles que desejam sair das ruas, mas para a diversidade e a complexidade que se constatou que é viver nas ruas, o que é oferecido pelos espaços assistenciais privados e públicos aqui analisados ainda precisam reestruturar-se e unir forças para que, no mínimo, os direitos legais à cidade tornem-se, como defendeu Lefebvre (1991a), práticas sociais, porque assim, estes, não serão apenas para a população de rua, mas para todos na cidade.

Dessa forma, podemos sintetizar que existem tipologias de espaços assistenciais. A base comum que norteia as ações desses espaços são as normas de assistência do SUAS e a Política Nacional de População de Rua, ambas visam inserir a população de rua nas políticas os sociais.

No entanto, as ações por estes espaços desenvolvidas os diferenciam quanto à perspectiva de direito à cidade. Assim destacaram-se, os espaços de viés religiosos nos quais o princípio da caridade norteia a atuação no sentido de garantir as necessidades básicas da população de rua e em possibilitar o acesso ao direito na cidade; assistenciais mantidos por entes públicos (municipal e estadual) que atuam em oferecer o mínimo da assistência e do acesso aos direitos sociais e os assistenciais e políticos que além de atuarem para o acesso à assistência desenvolvem ações nos espaços públicos que estimulam, em certa medida, a

politização da população rua quanto aos direitos nos seus territórios e não fora deles. Dessa forma, os espaços assistenciais (FIGURA 18) produzem uma lógica espacial articulada e segregada com espaço urbano e com os territórios da população de rua. Territórios esses que foram analisados no capítulo seguinte.

FIGURA 18- ESPAÇOS ASSISTENCIAIS PARA A POPULAÇÃO DE RUA ADULTA, SALVADOR-BA, 2015



FONTE: Pesquisa de campo, 2014-2015
ELABORAÇÃO: Heibe Santa da Silva

4.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS, APROPRIAÇÕES E USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

“A história bem que poderia ser lida, contada, interpretada pelo movimento conflituoso entre a apropriação e a propriedade” (SEABRA, 1996, p.71)

4.1 RECORTE NAS ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Diante da ampla discussão que a Geografia desenvolve sobre território e territorialidade, buscou-se traçar um recorte deste percurso de debates que pudesse dialogar com o trabalho, assumindo o risco de cair em alguma contradição ou mesmo reducionismo. Eis o desafio teórico metodológico.

Entendeu-se que o espaço urbano é constituído por multiterritorialidades⁷⁴. Os debates sobre conceitos estruturantes das ciências são sempre salutares para a dinâmica do saber acadêmico e da realidade social. O que se propõe aqui é esse exercício, trabalhar a ideia de territorialidade construída na Geografia a partir do estudo do vivido da população de rua em Salvador. Assim, alguns trabalhos já realizados inspiraram essa “aventura” científico social.

Reconheceu-se o papel significativo dos cientistas sociais, mas, principalmente dos Geógrafos que, ao introduzirem o conceito na área. Inicialmente, buscando compreender a formação e a força dos Estados Nacionais - em seguida com a análise das estratégias de dominação e limites de fronteiras nas diversas escalas -, fizeram levantamento do potencial econômico de determinados espaços, por fim, potencializando-os assim na sua dimensão política e de poder.

Todavia, como ciência social, a Geografia não se limitou a reduzir o conceito à dimensão política. Então, a partir da década de 1980, novos trabalhos deram enfoques aos conceitos de território e territorialidades. Destacam-se aqui o de Sack (1986) com sua ideia de multiescalaridade e o de Raffestin (1996), quando buscou

⁷⁴ Conceito debatido por Haesbaert (2004, 2007) a partir da concepção de sobreposição de territórios articulados simultaneamente em diversas dimensões e escalas.

discutir na obra *Geografia do Poder* a dimensão estruturante do território: o poder. Analisando a natureza desta dimensão, Raffestin (1996) pôde perceber que ela não está presente apenas nas instituições, mas também nas relações sociais que acontecem de forma multiescalar, numa relação simétrica e dissimétrica.

Assim, Raffestin (1996, p. 162) afirma que, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida da face agida’ do poder”.

Houve assim, conforme afirma Souza, M. (2009) um modismo com um *boom* de trabalhos, cujo conceito central era território, tanto na Geografia, quanto em outras áreas. Na avaliação de Souza, M. (2009) e de Haesbaert (2002), isso se tornou preocupante, haja vista que, sem as devidas preocupações, fragilizava-se um conceito tão caro à Geografia. É, nesse contexto que surgem discussões mais ampliadas, inclusive com bases de discussão filosóficas, para consolidar o conceito no âmbito da ciência geográfica.

Assim, o fato de Raffestin (1996) ter afirmado que o espaço antecede o território, gerou um debate salutar para os geógrafos que entendiam e entendem o espaço como uma produção socioespacial, mas isso não impediu que suas contribuições, bem como as anteriores de Soja (1971) e Sack (1986) influenciassem uma geração de pesquisas no âmbito da Geografia brasileira⁷⁵. Essas tiveram, dentre outros pontos, a preocupação com uso do conceito como instrumento de investigação e recurso analítico, como destacou Haesbaert (2002). Afinal, tiveram como foco a relação constitutiva entre conceito e realidade, na perspectiva de identificar, explicar e clarificar as relações que simultaneamente com a política e a economia são basilares para a produção de territorialidades, como identidades, cultura, relações sociais.

Dessa forma, a partir dos anos de 1990, houve uma dedicação mais ampliada em olhar para as produções espaciais da contemporaneidade compreendendo que aportes teóricos e metodológicos precisavam dar conta desta(s) nova(s) realidade(s). Nessa perspectiva, foi que as contribuições de Haesbaert (2002, 2004, 2007) ganharam relevo nesse trabalho, especialmente, na medida em que este autor buscou tratar os conceitos de território e territorialidades

⁷⁵ Haesbaert (2002, 2004, 2007), Saquet (2015), Souza, M. (1995, 2015), Santos, M. (1987, 2000), Fernandes (2005).

sem descartar a trajetória que o constituiu como tal. Pelo contrário, atentou-se para necessidade de analisar as novas relações espaço temporais que estavam se constituindo no Brasil, a exemplo do estudo da migração de gaúchos por outras regiões do país. Assim, o autor explorou o papel das discussões conceituais,

Considerando o conceito, sempre, como produto do jogo entre “realidade” e representação, uma indissociável da outra, sendo criado para decifrar o real e ao mesmo tempo poder de se impor sobre esta realidade (produzindo outras), devemos demonstrar como se dá esta interação entre uma dimensão mais concreta e uma dimensão mais abstrata, o “conceito” como elemento constituinte da própria realidade, no sentido da realidade concomitantemente física e simbólica, materialidade e representação (HAESBAERT, 2002, p. 134).

Na mesma perspectiva, Souza, M. (1995) também havia contribuído para o debate e o aprofundamento do conceito de território. Esse geógrafo levantou uma discussão importante sobre a dimensão do poder como constitutivo político do território, só que se baseando nas inferências de Arendt (2002).

Assim, Souza (1995) critica a ideia de poder como algo negativo restrito à violência e à dominação e infere que outras formas de poder podem constituir territorialidades e estas estariam presentes, não só nas relações consideradas hegemônicas, mas no cotidiano de indivíduos e grupos sociais como num “campo de forças” (SOUZA, 2015, p.63). No entanto, essa dimensão de poder é pouco visível, para identificá-la, o autor propõe as seguintes perguntas: “quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?” Souza, M. (2009, p. 56). Com isso, Souza, M. infere que o poder está presente nas relações sociais, nas práticas espaciais do cotidiano, portanto constituindo territorialidades que podem ser efêmeras, móveis, permanentes ou duradoras.

Saquet (2015), por sua vez, destacou que nos últimos anos tem existido um reforço considerável nos estudos do conceito de território e territorialidade no Brasil e em outros países, tanto na Geografia como na Sociologia, Economia e Antropologia. E segundo o autor, isso tem acirrado os debates, as pesquisas e as publicações. Aliás, a publicação da obra Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos organizada por Saquet; Sposito (2015), reflete bem esse momento de inquietação entre os geógrafos.

Nesse contexto, Saquet (2015, p. 70) afirma que território e territorialidades têm “o caráter material e imaterial, o que requer uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-

natureza (E-P-C-N)". Tais inferências refletem, ao mesmo tempo, um movimento de prudência e renovação. Prudência, no sentido de mostrar o quanto o conceito é estruturante na ciência geográfica, portanto muito caro ao seu percurso científico. E renovação, porque se propõe a uma abordagem que possa, cada vez mais, aproximar a abstração da realidade. Assim, os debates em torno da multiterritorialidade, da multidimensionalidade e multiescalaridade tem ascendido nas pesquisas.

Posto isso, verificou-se uma ampliação e uma complexidade na concepção de territorialidade, uma vez que esta abstração é cada vez mais requisitada para e pela leitura e compreensão da realidade material e simbólica que se desenrola nos espaços (sociais). Nesse movimento, Haesbaert (2015), numa discussão sobre a natureza dos conceitos, destaca que mais do que traduzir o que é ser território, trata-se de discutir seu devir", isto é, segundo o referido autor, verificar

“[...] em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território – sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação” (HAESBAERT, 2015, p. 103-104).

É com essa mesma preocupação que este trabalho apropriou-se desta discussão sobre território e territorialidades, à medida que estes se tornam mediação teórico-metodológica para perceber as dimensões que passam entre as territorialidades da população de rua e o espaço urbano, não como instâncias espaciais separadas, mas sobrepostas e articuladas e adotou-se o conceito de território e territorialidades como espaço apropriado, sinônimo de vivência e reprodução.

4.2 APROPRIAÇÃO ESPACIAL E PODER NOS TERRITÓRIOS E NAS TERRITORIALIDADES DA POPULAÇÃO DE RUA EM SALVADOR

Presentes em muitos espaços das cidades brasileiras, a população de rua envolve claramente a dimensão espacial multiescalar. Os espaços da/e para a população de rua compõem o espaço urbano expressando, desigualdades sociais,

conflitos, contradições e redes de solidariedades; a partir de práticas socioespaciais diferenciadas e constituídas por sujeitos também diversificados. Tais práticas resultam na apropriação de espaços públicos que se constituem - de forma efêmera ou duradora - , em territórios, que são, simultaneamente, de reprodução da vida e de resistência e luta.

Por que territorialidades? Porque concebeu-se essas como espaço socialmente produzido, em consonância com Lefebvre (2005),

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre produtos, ele envolve coisas produzidas e compreende as suas relações em sua coexistência e simultaneidade: em ordem e / ou desordem (relativa). Este resulta em uma sequência e um conjunto de operações, e não pode ser reduzido para o estado de um simples objeto (LEFEBVRE, 2005, p. 73 – tradução nossa)⁷⁶.

Assim, o espaço social é produzido material e simbolicamente, apropriado no plano do vivido, ora conflitando com o espaço concebido, ora se articulando a esse. São espaços com materialidade, mas, principalmente, constituídos por dimensões simbólicas, que revelam as peculiaridades dessas territorialidades. Assim reconheceu-se a ideia de multidimensionalidade, multiescalaridade e multiterritorialidade que envolve o espaço urbano. Esta é a ideia para não perder a visão de totalidade do espaço, embora focando uma problemática a partir de “microterritórios de frações de classe que se apropriam dos espaços públicos” (SERPA, 2013, p.62-63).

Numa sociedade capitalista, como compreender o mundo de quem não tem posse (no sentido de propriedade), nem poder (no sentido político e econômico) e vive em condições precárias (materialmente falando)?

Tais indagações têm por base as discussões de Lefebvre (2005) sobre produção social do espaço, bem como suas ideias sobre apropriação, em que o autor discute sua contradição com a noção de dominação (propriedade), em vários momentos de seus trabalhos. Assim, o autor afirma que “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2005, p. 135 – grifos nossos). Sobre

⁷⁶ “(social) space is not a thing among things, nor a product among other products: rather, it subsumes things produced, and encompasses their interrelationships in their coexistence and simultaneity their (relative) order and/or (relative) disorder. It is the outcome of sequence and set of operations, and thus cannot be reduced to the rank of a simple object” (LEFEBVRE, 2005, p. 73).

esta concepção de Lefebvre, Seabra (1996) traz elucidações significativas para a análise do objeto aqui estudado, quando afirma que “a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo)” (SEABRA, 1996, p. 71).

Para Seabra (1996), esse movimento entre propriedade e apropriação é um movimento dialético que se formula no âmbito do vivido. A partir dessa compreensão, verificou-se que as territorialidades da população de rua são fundadas na apropriação, uma vez que neste grupo social o não trabalho (no sentido de trabalho formal) e a não moradia (no sentido da propriedade da casa) é que orientam o valor de uso e simultaneamente a subversão da ordem do concebido. Essas territorialidades são processos socioespaciais nos quais o concebido e o vivido estão em constante conflito. Nesse sentido, o conflito se traduz quando Seabra (1996, p. 76) afirma “numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade e do social”.

Pensar em população de rua é automaticamente conceber os que estão excluídos, porém Martins (2008) tem uma análise pertinente sobre a questão da exclusão na sociedade contemporânea que contribuiu na ampliação da percepção sobre o processo exclusão/inclusão desse grupo social, bem como para investigar a dimensão em que essa “parte” está incluída num todo social:

Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação do capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo faz incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas (MARTINS, 2008, p. 46).

Posto isto, em que consiste esta inclusão? Segundo Souza (1995; 2015) a dimensão do poder é constituinte imprescindível das territorialidades. Assim sendo, que tipo de poder a população de rua detém, se ela for pensada como grupo social excluído? Certamente numa compreensão negativa do poder e no plano do percebido, esse grupo age pela força e pela violência. Foi desse entendimento do poder que Souza, M. (1995) fez críticas, discutindo que o poder pode ser analisado por outros conteúdos. Para tanto, este autor buscou a contribuição da filósofa Hanna Arendt sobre o poder e foi esta que contribuiu para verificar com mais acuidade a

dimensão simbólica que também constitui as territorialidades. Para Arendt (2002, p.212),

[...] o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas criar relações e novas realidades.

Assim, entendeu-se que as territorialidades da/para população de rua em Salvador, são constituídas por dimensões materiais e simbólicas, que simultaneamente excluem/incluem. E onde o poder na sua dimensão de interação, de resistência e sociabilidade se manifesta como conteúdo de uma produção socioespacial e as “rupturas” no dizer de Martins (2008, p.46) são “reparadas, espontânea e continuamente”, assim como criam possibilidades de novos espaços públicos. Esses espaços públicos como espaços de participação, tal como pensou Lefebvre (1991), ao defender o direito à cidade.

Portanto, pensar as territorialidades da população de rua é também discutir sobre os espaços públicos nesse processo. Dessa forma, significa analisar as simultaneidades aí presentes (público/privado, passagem/permanência), quando praças, espaços em baixo de viadutos, espaços em canteiros centrais de vias de circulação, passam a ser moradia desse grupo social.

Nessa condição, o espaço público perde sua essência política? Nesse sentido, Sennet (1988) analisa as transformações ocorridas com os espaços públicos e Lefebvre (2008) por sua vez discute o que acontece com a rua, no processo de urbanização das cidades. Para esses autores, os espaços públicos ganham uma conotação negativa quando deixam de ser lugar do encontro, das diferenças, da vida urbana e passam a ser, simplesmente espaço da circulação de pessoas e de mercadorias, além de serem ressignificados como espaços perigosos e repulsivos.

No estudo socio-antropológico de Da Mata (1997), sobre a construção do significado da rua e da casa na sociedade brasileira, o autor destaca que, na rua, em contraposição a casa, “somos indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas ‘autoridades’ e não temos paz, nem voz” (DA MATA, 1997, p. 20). São esses espaços “negativados” pela sociedade que a população de rua se apropria e se territorializa para a reprodução da vida, no nível físico, biológico, simbólico e para manter a interação com o entorno e com a cidade.

Haesbaert (2004; 2007) considera que apropriação e poder são conteúdos das territorialidades. Para tanto, afirma que o território é funcional e simbólico, portanto “diz respeito a o poder concreto no sentido de dominação quanto a o poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 20). Portanto, a territorialidade abarca também as simultaneidades, a homogeneidade e a fragmentação⁷⁷ presentes no espaço urbano, assim como da sua totalidade, pois como afirma Lefebvre: “O espaço da homogeneização não é nada homogêneo” (LEFEBVRE, 1991, p. 308 - tradução nossa)⁷⁸.

Posto isso, afirma-se que a população de rua produz territorialidades, dimensão espacial, simultaneamente abstrata e material. Do mesmo modo, o caminho de mediação que possibilita compreender os processos socioespaciais de interação e conflito da população de rua no espaço urbano de Salvador e onde o “campo de forças” Souza, M. (2015) está presente e, portanto, a “luta pelo uso e apropriação se estabelece” Seabra (1996, p. 81).

Nesse contexto, o espaço público é “o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos” (GOMES, 2002, p. 160). Nessa perspectiva, os espaços públicos quando apropriados pela população de rua, têm uma dimensão política, pois a partir deles são apresentados os problemas a serem encarados por uma política para a cidade, a serem discutidos e a serem solucionados na perspectiva do direito à cidade.

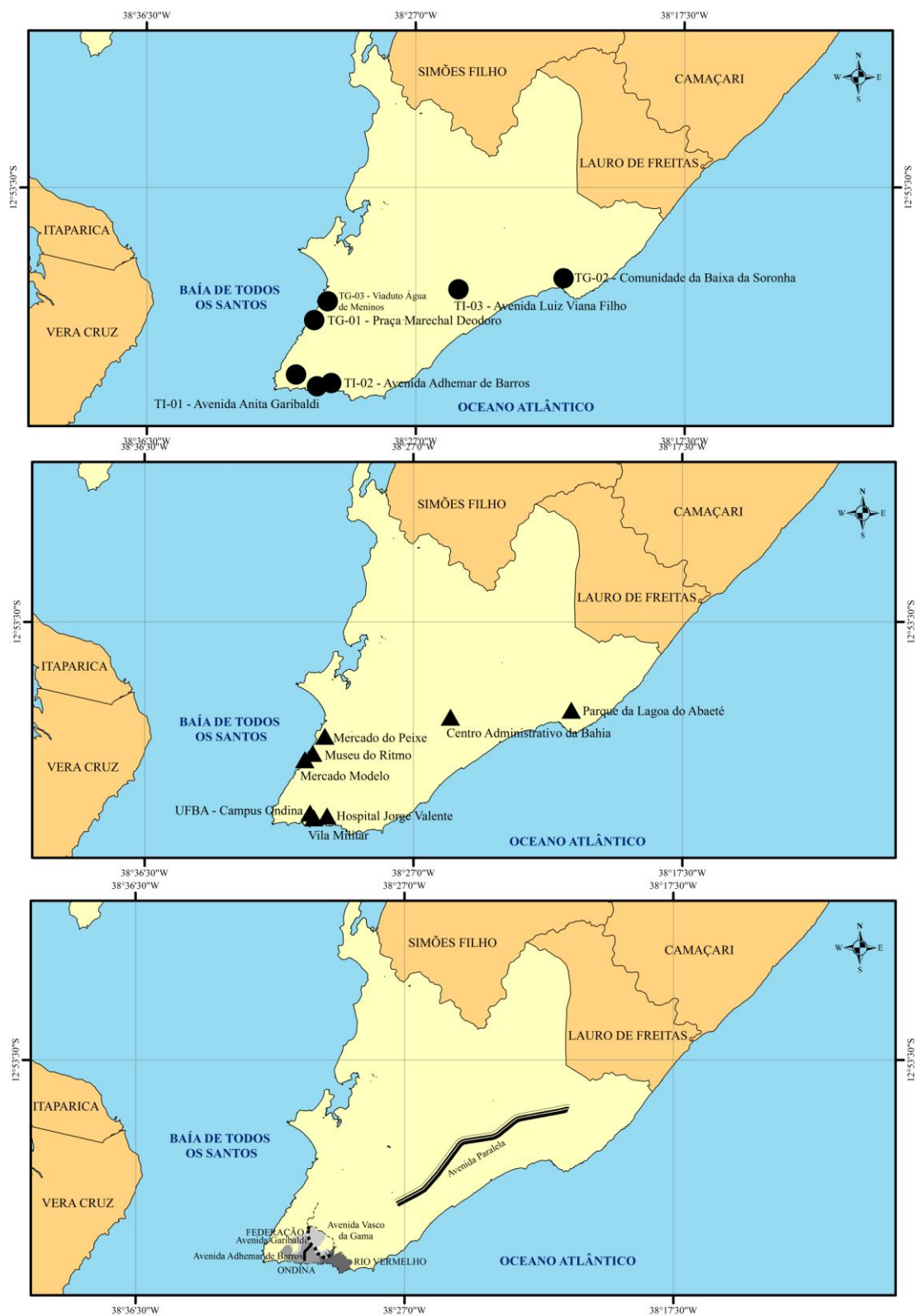
Souza, M. (2015, p. 63) chamou de territórios dissidentes, as ações, por exemplo, de ocupação de prédios ou terrenos pelos sem teto, ainda que em escala temporal curta e debelada violentamente pelo Estado, mas que no seu entendimento são ações de territorialização.

Nessa perspectiva, verificou-se que há um movimento de reconhecimento, por parte dos pesquisadores, das lutas que estão presentes no cotidiano do espaço urbano, que expressam as problemáticas sociais urbanas e, ao mesmo tempo, a necessidade de reformulação das bases da cidadania contemporânea.

⁷⁷ Nesse contexto, a fragmentação espacial é compreendida como ruptura, de uma ou mais dimensões, da coesão do espaço, envolvendo os sujeitos e as dinâmicas ali presentes.

⁷⁸ “*The space homogenizes thus has nothing homogeneous about it*” (LEFEBVRE, 1991, p. 308).

FIGURA 19 - LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS, RESPECTIVOS PONTOS DE REFERÊNCIAS E VIAS SALVADOR, 2014-2015



FONTE: Pesquisa de Campo, 2014-2015

ELABORAÇÃO: Heibe Silva, 2015 a partir da sistematização de informações feita por Nadja Miranda, 2015.

Com base nessas concepções, pôde-se verificar muitas territorialidades da população de rua em Salvador, espaços materialmente apropriados e simbolicamente constituídos simultaneamente, sendo, a *priori* para a reprodução da vida, mas em algumas dimensões são lutas e resistências. São territorialidades de indivíduos e de grupos que estão presentes em vários pontos da cidade.

Nessa perspectiva, foram estudados, aqui, três territórios individuais e três territórios de grupos. Na pesquisa empírica esses territórios foram acompanhados com mais regularidade a partir do cotidiano dos sujeitos, possibilitando “desvelar”, as interações e as fragmentações destes territórios com o espaço urbano.

Para fins de identificação adotaram-se convenções na cartografia e no texto para os seis territórios estudados. Os territórios individuais (Avenida Anita Garibaldi - TI-01, Avenida Adhemar de Barros - TI-02 e na Avenida Luís Viana Filho - TI-03; os territórios de grupos (na Praça Marechal Deodoro – Comércio – TG-01, no viaduto da Via Expressa, Água de Meninos - Cidade Baixa – TG-02 e na Comunidade Baixa da Soronha – Itapuã – TG-03 (Figura 19).

4.3. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES INDIVIDUAIS

Territorialidades individuais são entendidas como espaços da cidade apropriados cotidianamente por um indivíduo, de maneira geral, transformando-os em territórios de sobrevivência. Dessa forma, a depender do entorno desse território, é necessário que o sujeito crie estratégias próprias para se manter no local e para que estabeleça uma relação de interação com os demais sujeitos naquele espaço. Assim, desta relação que é material e também simbólica, simultaneamente, convivem resistência pacífica e consentimento. Em alguns casos, elas são invisíveis, pois, quase não há a interação entre os sujeitos.

Um desses territórios está localizado no canteiro central na Avenida Anita Garibaldi, em frente ao Hospital Jorge Valente. A avenida tem início no bairro da Federação, perpassa o bairro de Ondina, termina no bairro do Rio Vermelho e é cortada em toda sua extensão por canteiro central. Ao longo desta avenida, existem prédios e casas residenciais, prédios comerciais e de serviços, principalmente, os médicos.

Um transeunte atento certamente já viu inúmeras garrafas de bebidas alcoólicas enfileiradas como numa exposição no canteiro central, figura 20, onde

justamente está o aludido território.

**FIGURA 20 - CANTEIRO NA AVENIDA ANITA GARIBALDI
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

À sombra de uma palmeira, sentado ou dormindo na calçada, diariamente pode-se ver um homem negro e sorridente compartilhando este espaço com pombos, galinhas e transeuntes. E., morador de rua, 47 anos, apropriou-se desse espaço, há pelo menos cinco anos (de acordo com os registros em caderno de campo), figura 21. Todavia, moradores do entorno relatam que há mais de 10 anos ele está naquele local, figura 22. Ali ele passa o dia, mas pela noite dorme embaixo do viaduto do Canela. Segundo ele, “dormir, à noite, na Garibaldi, não é seguro, durante o dia não tem problema”, assim assegura. Por várias vezes, por volta das 8 horas da manhã, viu-se E. dormindo na Avenida Anita Garibaldi, visivelmente sob efeitos de álcool. E. transita pela Avenida Anita Garibaldi e Vasco da Gama, mas o ponto de referência dele é em frente ao Hospital Jorge Valente. Ali, ele está todos os dias no início da manhã (até por volta de 10 horas), quando sai e vai realizar suas “correrias”⁷⁹, retornando a partir das 15 horas.

⁷⁹ De acordo com as informações por ele prestadas, esse é o momento em que o sol está muito quente naquele local, aí ele sai para comprar bebida, jogar no bicho ou para conseguir alimento para a criação de pombos e galinhas, estas últimas quando encontradas vivas nos ebós - palavra oriunda do ioruba, que significa para o povo *fon* “presentear”, “sacrificar”. Designa, portanto, formas de devoção, ou seja, quando as pessoas ofertam elementos para Exu, Eguns, Odus e também para os Orixás e demais divindades, sempre com variadas finalidades (GEORGE, 2011, p. 51).

**FIGURA 21– E. MORADOR DE RUA, AVENIDA ANITA GARIBALDI
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

Particularmente, com relação às galinhas e aos pombos, observou-se sua ligação muito próxima, inclusive um dos pombos tem o nome de Komar, e segundo E. a ave atende ao chamado dele. “Eles são meus amigos, me preocupo em conseguir comida pra [sic.] eles [...]. Vou no restaurante da universidade, pego dos ebós” (E., TI-01). Nesse contexto, E. também mencionou que nasceu no Alto da Pombas e foi iniciado num Terreiro de Candomblé: “[...] pra mim os animais são espíritos e me entendem [...] Converso com eles”.

**FIGURA 22 – PERTENCES DE E., AVENIDA ANITA GARIBIALDI
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

Ainda, segundo o relato dele, morava numa casa nas proximidades do Hospital Jorge Valente (quando ainda não tinha muitos prédios), tinha esposa, era mecânico, viveu um momento bom na vida quando jovem, chegando a morar em

outros estados. Afirmou que tem o certificado de mecânico e trabalhou na Volkswagen. A história de vida que E. contou, caracteriza-se como bastante conflituosa, tanto com os pais quanto com a mulher. Ademais, ele disse “pra conseguir uns trocados, cato material reciclável e também jogo no bicho [...] corro atrás [...]. Já fui evado para uma casa de tratamento, mas fugi” (E.TI-01).

FIGURA 23 – CRIAÇÃO DE AVES DE E., AVENIDA ANITA GARIBALDI SALVADOR, 2015



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2015

Quando perguntado sobre os equipamentos de abrigo, E. afirmou não gostar de nenhum equipamento de abrigo, porque se sente preso. Ele disse que gosta muito do seu território porque todos do entorno o conhecem. Durante as visitas à E. percebeu-se a interação dele com os frequentadores e moradores pelos cumprimentos que recebia. De maneira geral, ele expressava significativa alegria com esses cumprimentos e nas vezes em que se esteve conversando com ele naquele território, ele passou a nos apresentar para os passantes, como sua amiga. E. mantém o cabelo sempre cortado, não corta a barba, pois disse que é o “charme” dele. Não aceita a presença de outros moradores de rua, a não ser de passagem, afirmando que ele é conhecido na área e o outro não.

Desta forma, verificou-se como E., no TI-01, se articula material e simbolicamente com seu entorno. Neste caso, a territorialização é, portanto, mediada pelo exercício da empatia de E. com os transeuntes e domiciliados. E também quando ele evita situações que geram desconfianças ou qualquer reação de oposição ao seu território, como a presença de outros moradores de rua.

Ademais, pode-se dizer que a ressignificação de um espaço público, como território de reprodução da vida no nível físico e biológico, e também de interação simbólica com a cidade reproduzindo o que é aceito, ocorre para E., por um lado quando ele tenta garantir alguma renda para a subsistência ou quando relaciona-se cordialmente com pessoas ou, simplesmente, quando preocupa-se com a aparência e mantém o cabelo cortado. E por outro lado, expressa a negação dos modelos assistenciais oferecidos na cidade, preferindo a rua aos espaços assistenciais, visto por ele como: “lugar fechado, com muros, nem vê o que acontece lá fora. Fugi mesmo de lá” (E. TI-01). O território de E. é articulado e fragmentado, simultaneamente, é território de carência material, mas de reprodução da vida. É um espaço de luta pelo direito à cidade, na sua dimensão legal e política.

**FIGURA 24 – J. MORADOR DE RUA, AVENIDA ADHEMAR DE BARROS
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2015

A Avenida Adhemar de Barros, Ondina, é uma via de ligação entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Oceânica. No seu percurso existem prédios residenciais, várias instituições públicas, dentre as quais destaca-se o campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma vila militar da Aeronáutica e o acesso ao Parque Zoobotânico de Salvador (jardim zoológico), portanto uma via de fluxo intenso. Em frente à Vila Militar da Aeronáutica encontra-se o TI-02 de J., negro, 50 anos, estudou até a 4ª. Série (5º. Ano do Ensino Fundamental I), vide figuras 24 e 25. Ele é de Fazenda Coutos, os pais ainda moram no mesmo local, ele declarou não

possuir documentos.

**FIGURA 25 – J. MORADOR DE RUA, AVENIDA ADHEMAR DE BARROS
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2015

Começou-se a observá-lo em março de 2013. Diariamente ele está com seu carro de mercado, onde guarda todos seus pertences. Toma conta dos carros estacionados em frente às residências da Vila Militar da Aeronáutica. Ele conhece os (as) moradores (as) das residências e afirma que eles (as) não criam nenhum problema com sua presença.

Só foi possível estabelecer um diálogo com ele a partir do terceiro encontro. No primeiro, ele só recebeu o lanche; no segundo, ele permitiu que fotografasse o carro de pertences; e finalmente no terceiro, conversou por volta de uma hora e meia e assim nos encontros seguintes. Quando alguém chegava com o carro ele dizia “tô aqui olhando o carro”, e se aproximava gradativamente sem fazer quaisquer exigências quanto ao valor que deveria receber, muito menos demonstrava descontentamento quando não recebia nada. Alertava aos motoristas quanto aos locais onde poderiam ser multados pela Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador). Essas ações se repetiam durante todo o dia. As moedas que recebia com esse trabalho eram trocadas por cédulas no comércio local. O carrinho de supermercado que utilizava foi trocado, em 2015, por duas vezes, ele disse que ao

ficarem velhos não serviam mais, pois os pertences caíam. E quando conseguia um novo, era motivo de muita felicidade, pois era aquisição por compra, por isso permitiu a fotografia nas duas vezes em que trocou de carrinho (Figuras 26 e 27).

FIGURA 26 – PERTENCES DE J., MORADOR DE RUA NA AVENIDA ADHEMAR DE BARROS, SALVADOR-BA, 2014



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2014

Em seu dia a dia, usava uma torneira do canteiro central da Avenida Adhemar de Barros para tomar banho e lavar suas roupas. Percebeu-se que ele estava sempre de roupa trocada; somente um dia ele foi encontrado com a aparência suja, mas, à tarde, ele estava trajando uma sunga, tomando banho e as roupas estavam lavadas e estendidas. Suas vestes eram sempre bem arrumadas no corpo; usava uma pochete para guardar o dinheiro que recebia com seu trabalho de guardador.

FIGURA 27 – PERTENCES DE J. MORADOR DE RUA NA AVENIDA ADHEMAR DE BARROS, SALVADOR-BA, 2015



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2015

O Sr. J. informou que os comerciantes e moradores locais o conheciam, por isso o tratavam de forma tranquila. Isso foi constatado em uma conversa informal com os mesmos. J. afirmou que não passa fome, pois sempre consegue café na *delicatessen* e almoço nos restaurantes a quilo que há no entorno. À noite, todos os dias, vai para o ponto de ônibus, perto da entrada da UFBA, para dormir. Ele relatou que nunca teve problema no local e acrescentou que o pessoal das Kombi branca e azul (Equipe de Abordagem da SEDES) o convidou para ir a um “Centro de Recuperação” (talvez uma unidade de abrigamento), mas ele se recusou; afinal não quer ir para centro de recuperação, porque estava bem ali. Afirmou não lembrar o porquê de ter saído de casa.

Diante do exposto notou-se que ele mantém uma interação com os moradores e comerciantes locais e assim vai tendo o consentimento, dia a dia, de continuar se apropriando daquele espaço público, que, para muitos, é só passagem, mas para ele é o espaço de vida e de resistência, ainda que enfrente uma resistência pacífica.

Adicionalmente, tem-se que as práticas socioespaciais de J. são suas estratégias para apropriar-se do espaço e permanecer nele. Se por lado, ele mantém seus pertences num carro de mercado, ou seja, ainda que diariamente fique no mesmo lugar, tome banho e se alimente, seus pertences vão para onde ele está. Por outro, ele evita o conflito seja com o policiamento local seja com a guarda municipal de que ocupou a calçada, e ao mesmo tempo, ganha certa mobilidade espacial.

A garantia de renda é assegurada com o trabalho de guardador e ao trocar o dinheiro no comércio local garante, material e simbolicamente, sua permanência naquele território. Assim, nessas praticas, simultaneamente está a sobrevivência por meio da reprodução e a luta. Sendo que esta última tem um sentido político, de querer ficar naquele território e vivenciar o que ele lhe propicia.

A Avenida Luís Viana Filho é conhecida como Paralela , começa na Avenida Tancredo Neves (Terminal Rodoviário de Salvador / Shopping Iguatemi) e termina no Complexo Viário Dois de Julho (Aeroporto Internacional / BA-099 - Estrada do Coco, Lauro de Freitas). É uma via longa, com 17 km de extensão, por ser trajeto para vários bairros e para a região metropolitana tem um intenso fluxo de carros⁸⁰. Nas

⁸⁰ Circulam nessa avenida cerca de 20 mil carros por hora.
<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/avenida-paralela-passa-a-ter-cinco-faixas-de-rodagem-em-toda-extensao/?cHash=6a97024d8498260cadbb2de16a2e6022>. Acesso em 22 jul 2016

proximidades do viaduto Engenheiro Leonel Brizola - acesso ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) está o terceiro território (TI-03) aqui estudado. Nesse encontra-se um senhor negro, 44 anos. Cujas iniciais do seu nome C. L. F. (Figura 28).

**FIGURA 28 – C. MORADOR DE RUA, AV. LUÍS VIANA FILHO
SALVADOR, 2015**



Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

Desde 2009, nota-se a presença desse senhor no canteiro lateral da referida avenida. Foram seis anos observando a trajetória de C., com isso, verificou-se que antes das obras do metrô, ele usava a lagoa ao lado do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para tomar banho, depois disso não se viu mais ele fazendo esta prática. Ele ocupa o mesmo território, canteiro lateral, às vezes pela manhã, geralmente, mas sempre à tarde, a partir das 14h, é possível encontrá-lo separando lixo, objetos de ebó e observando a fumaça do fogo que acende todos os dias. Ele cata todo tipo de lixo que encontra pela avenida, inclusive as madeiras das propagandas eleitorais. Por exemplo, terminadas as eleições de 2014, ele produziu a sua fogueira com esse material. Assim, desenvolvendo esta catação de lixo, caminha, estrategicamente, entre o supermercado Extra e Itapuã, na Avenida Dorival Caymmi.

Em 2010, pela manhã, uma motorista que trafegava pela avenida, ligou para rádio Metrô e muito assustada (com a cena que para ela era um perigo) relatou que tinha um mendigo no canteiro central da Paralela, tocando fogo em madeiras. De imediato, o radialista solicitou ao órgão que trata de questões relacionadas a mendigos que tomasse providências. Acredita-se que a providência que o radialista se referia era retirá-lo da rua, porém, isso não aconteceu, pois nos dias seguintes verificou-se que ele permaneceu em seu território.

Por duas vezes tentou-se contato com ele, no entanto, não se obteve êxito. Na terceira tentativa, ele se comunicou; foi quando se conseguiu saber seu nome,

idade e perceber que tinha um vocabulário com muitas palavras que não são comuns para quem afirmou não saber ler. Apesar de serem ditas de maneira que parecia aleatória, ele mencionou matéria, sala de aula, avenida, horário. Na quarta conversa, ele leu as palavras que estavam em uma camisa que foi entregue para ele.

O fato é que, no contexto no qual ele pronunciava as palavras observou-se que poderia ter “duas falas”: a oral e a corporal. Isso porque quando falava sobre coisas diversas usava a oralidade, mas quando tratava de assuntos envolvendo a sua história de vida e da família, calava-se e só gesticulava, ou então acelerava a voz, de maneira que não era possível compreender absolutamente nada do que dizia.

Em 2015, notou-se que ele tentou mudar seu território para as proximidades do Shopping Paralela, mas neste local ficou apenas um dia e se mudou para frente da Faculdade Ruy Barbosa, onde ficou por quatro meses, sempre embaixo de uma árvore. Quando as obras do metrô foram iniciadas, ele retornou para o canteiro lateral nas proximidades do viaduto Engenheiro Leonel Brizola, próximo à entrada do CAB. Ele fica sempre próximo de um arbusto, troca de roupa constantemente e não caminha de cabeça baixa como se tivesse se escondendo, olha nos olhos quando se conversa com ele. Como fica sempre muito junto à árvore, e com roupas muito acinzentadas, facilmente pode-se confundi-lo com ela, é como se fosse uma espécie de camuflagem, completamente invisível à e na cidade.

Resolveu-se verificar se esta invisibilidade era de fato real, para isso falou-se com amigos e familiares que passam diariamente pela referida avenida e perguntou-se quem já tinha visto aquele homem alguma vez. E apenas aqueles que usavam a pista existente no canteiro central da avenida para atividade física já o tinham visto; os demais nunca o viram, tamanha a invisibilidade desse sujeito.

C., quase invisível, tem um território, que é seu ponto de referência na cidade e a partir deste circula pela Avenida Luís Viana Filho há, pelo menos, seis anos. É nesse território da cidade, na solidão, que este homem se reduz ao *homo laborans*⁸¹, subdividindo o entorno da árvore no território onde pode realizar suas necessidades biológicas e as práticas que sintetizam sua vida.

Inclusive, Arendt (2002, p. 15) quando faz a afirmação sobre as “três

⁸¹ Para Arendt (2002, p. 31) a atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que “laborasse” sozinho, em completa solidão, não seria humano no sentido mais literal da expressão.

atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação”, explica que pelo labor, o homem “assegura a sobrevivência do indivíduo”, e acrescenta que, para o desenvolvimento desta atividade “não se requer a presença de outros”. Assim, Arendt (2002, p. 31 – grifos da autora) afirma que “ao laborar em completa solidão não seria ser humano e sim *animal laborans*”. Em outros termos, Arendt (2002, p.15) destaca “a ação como a única que tem natureza política porque é exercida na pluralidade, entre os homens”.

Dessa forma, quando se nega o convívio, o encontro entre os homens para que estes exerçam a atividade da ação, resulta num processo de isolamento e quando este isolamento é de um indivíduo, este homem se reduz a um *animal laborans*. Ou seja, esse homem que diz gostar muito de bolo, de pão, de assistir televisão e é refratário a sair da rua, oscila entre um mundo próprio e o mundo real e o isolamento o afasta, cada vez mais, do mundo real.

Diferente de E., na Garibaldi (T1-01) e J. na Adhemar de Barros (TI-02), C. vive solitário, conversa consigo mesmo e nem sempre consegue interagir com outras pessoas. Percebeu-se que C. criou seu próprio mundo e ora ele transita nessa criação, ora transita na realidade. Segundo profissionais da área de psicologia, entrevistadas nesta pesquisa, esse tipo de comportamento é comum na população de rua que se isola, o que ratifica a colocação de outros entrevistados sobre o mal que o isolamento faz à saúde mental. Nesse sentido, considerou-se a hipótese de que C. apresentava algum tipo de problema de saúde mental.

Nessa perspectiva, se fez necessário incluir a discussão da saúde mental da população de rua, no contexto de direito à cidade. Assim, tem-se Pagot (2012) que em “Loucura, Rua, Comunidade e Cidadania” apresenta significativa contribuição para esse momento. A autora destaca que “[...] o espaço público e geográfico do bairro e da cidade é onde se situa o sujeito ‘louco’ em situação de rua. Nele ele faz sua moradia, local escolhido por razões pessoais para tal” (PAGOT, 2012, p.125).

Portanto na concepção de Pagot, a rua, do ponto de vista psíquico, para essa população, é “mãe-rua, um útero, entretanto, ela também resulta em morte e em alienação” (PAGOT, 2012, p.127). Com isso, ela discute a ambiguidade da rua e a importância da comunidade junto ao trabalho de profissionais da área de saúde mental, pois a comunidade normalmente é o único vínculo de vida do sujeito, ou seja, “a comunidade pode contribuir como agente de humanização, cidadania,

dignidade e reabilitação psicossocial dos ‘loucos’ em situação de rua” (PAGOT, 2012, p. 209).

Dessa forma, tem-se que os sujeitos dos três territórios expressaram não querer sair da rua. Por isso, pergunta-se: Como pensar o direito à cidade para essas pessoas? Ainda que vivam nas ruas, eles têm o direito à cidade, direito aos seus territórios para reproduzir a vida, seja no nível físico seja no biológico. Nem por isso, porém, precisam ser aprisionados (as) no isolamento, os direitos legais podem chegar até eles (as).

4.4 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE GRUPOS

Os territórios de grupos são entendidos como recortes espaciais da cidade apropriados por mais de um indivíduo. Assim como os territórios individuais, são recortes territoriais usados para a reprodução da vida e para o direito de estar na cidade. O que diferencia esses espaços é o nível de tensão socioespacial, sempre maior nesses territórios que nos individuais, afinal tratam-se de espaços públicos com maior circulação de transeuntes e de interesse econômico na cidade e os conflitos para apropriação destes espaços são mais presentes.

Então, as estratégias materiais e simbólicas usadas pelos sujeitos dessas territorialidades são, simultaneamente, de interação e confronto. No processo de interação, a realização de trabalhos informais serve de base constituinte, outrossim, o confronto se dá pela disputa do espaço público.

A Praça das Duas Mãos, oficialmente Praça Marechal Deodoro, fica localizada na Avenida Jequitaia, no bairro do Comércio (Figura 29). Nessa área existe uma grande variedade de atividades comerciais e de serviços, bem como um intenso fluxo de atividades turísticas. Essa última em especial, por fazer parte do Cento Antigo e situar o porto e outros equipamentos turísticos como o Mercado Modelo e o Elevador Lacerda. Certamente, essas características do entorno da praça corroboram para torna-la estratégica às práticas socioespaciais da população de rua.

**FIGURA 29 - PRAÇA MARECHAL DEODORO, (PRAÇA DAS DUAS MÃOS)
COMÉRCIO, SALVADOR-BA**



FONTE: <http://www.salvador-antiga.com/comercio/cais-ouro/cais.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

A praça existe desde o início do século XX e na década de 1960 era utilizada como estacionamento de caminhões. Em 2000, foi revitalizada e atualmente tem função, também, de terminal de ônibus. Parte do espaço público foi territorializado por um grupo numeroso da população de rua, a maioria são homens negros entre 20 e 49 anos, mulheres também, maioria negras moradoras de casarões abandonados no Pilar, Santa Luzia e Julião e com filhos (crianças) que cotidianamente apropriam-se desse espaço e nele (e por ele) desenvolvem diversas práticas sociais: sociabilidade, trabalho, higiene do corpo, refeições, lazer e busca por direitos sociais (TG-01). A Praça é referência para muitos se projetarem na cidade. Alguns deles, atendidos na Defensoria Pública, indicaram a Praça como “endereço”.

Acompanhamos a dinâmica nesse espaço em vários períodos durante a pesquisa, em horários diurnos e início de noite. Assim, foi possível perceber as práticas socioespaciais que são ali produzidas. Quando iniciamos estudos no território, já havia sido instalado o equipamento do Ponto de Cidadania, devido à concentração da população de rua no Comércio e ao longo da Cidade Baixa, motivo também da atuação da equipe do Projeto Corra pro Abraço (FIGURA 30).

Durante o dia, o espaço público é bastante movimentado, pois nele se encontra ponto de ônibus para vários bairros da cidade; além disso, existem barracas e quiosques de bebidas e alimentos; no seu entorno estão lojas, o Museu do Ritmo, bancos e prédios onde são desenvolvidos serviços do setor privado e

público; muitos prédios de estrutura arquitetônica antiga, muitos em estado físico deteriorado, mas que também servem de moradia para uma parte dos frequentadores da praça. A praça, durante o dia, manifesta-se como um espaço público dinâmico, onde pessoas de diferentes lugares da cidade chegam, saem, descansam, passam, jogam cartas e trabalham.

FIGURA 30 – PRAÇA MARECHEL DEODORO, COMÉRCIO SALVADOR, 2015



FONTE: Ladislau Leal. Disponível em: <<http://www.ladislauleal.com.br/2014/12/projeto-reune-pessoas-em-situacao-de.html>>. Acesso em: 05 jan. 2015

À noite, o cenário muda! Há uma redução de transeuntes no ponto de ônibus e a praça fica apropriada; boa parte, pela população de Rua e pelos moradores do entorno. Se durante o dia, eles parecem poucos porque estão no meio da multidão, à noite, podemos identificá-los, em grande número, com mais facilidade.

Ali encontramos os pertences deles embaixo dos bancos, ao lado dos troncos das árvores e fogueira, (FIGURA 31) o material de trabalho como carrinhos de madeira e de mercado (FIGURA 32). Pela manhã, há uma fila para usar o banheiro e o sanitário do Ponto de Cidadania e para receber os encaminhamentos de acordo com as demandas de cada um e disponibilidade dos serviços da Rede. Para os que não têm demandas relacionadas com os serviços prestados pelo Ponto de Cidadania, depois do banho é hora de providenciar algo para comer no café da manhã, que normalmente quando conseguem é dividido entre eles e quase sempre aparecem religiosos, fazendo entrega de lanches, pela manhã e pela noite. A praça também é local de “cena de uso” de substâncias psicoativas.

FIGURA 31 – FOGUEIRA FEITA PELA POPULAÇÃO DE RUA QUE VIVE NA PRAÇA MARECHAL DEODORO (PRAÇA DAS DUAS MÃOS), COMÉRCIO



Fotógrafa: Nadja Miranda

O dia também é horário de fazer “correria” para adquirir alguma renda que pode ser através da catação de lixo reciclável, da lavagem de carro, guarda de carros, de venda como ambulante e dos serviços de carregador. Para os que trabalham na catação de lixo reciclável, saber o horário de descartes do lixo, onde encontra lixo com mais valor no mercado e estabelecer relações de conhecimento com comerciantes no seu trajeto é fundamental; os que trabalham na lavagem e guarda de carro, pois sabem onde pode estacionar e os horários com maior fluxo de carro, o que possibilita dividir com os colegas o espaço de responsabilidade de cada um e fazem disso uma rotina. Presenciou-se, num dia anterior a um Show no Museu do Ritmo, a divisão das áreas de estacionamento de responsabilidade de cada um. Essa atividade não se dá sem conflitos, mas eles conseguem chegar ao consenso. Eram uns seis homens jovens fazendo esta divisão: “oh fica cinco carro pra cada, dali da loja até aqui a saída”. “Sim, mas na última festa, A. ficou mais tempo”. “A gente divide, a área que é melhor do que tempo”. Porque se o cara num (sic) pagar?” Dessa forma, entre questionamentos e tentativas de resolução, falando alto um com o outro, decidiram dividir o espaço de estacionamento entre os seis. Perguntamos para um deles se daria certo a divisão e M. respondeu: “dá certo, um problema (sic) é que tem uns cara que num paga, acha que a gente tem que olhar de graça”. Perguntamos: o que acontece quando um motorista não paga? M. respondeu: “A gente perde, dá um raiva, fazer o que? É na aventura que a gente vive”.

FIGURA 32 – MATERIAL DE TRABALHO, PRAÇA DAS DUAS MÃOS, SALVADOR-BA, 2014



Fotógrafa: Nadja Miranda, 2014

Em outras atividades, tal como o trabalho de carregador há uma exigência de interação com os comerciantes locais, “ganhar a confiança” como eles destacam porque carregam mercadorias do depósito para o local de venda, descarregam carros de mercadorias para lojas e, segundo eles, nem todos que estão ali (na praça) podem fazer este trabalho. Sobre a prática do roubo, somente um dos entrevistados informou que fazia isso, mas que já tinha tempo que tinha saído dessa “vida” (de roubar) porque era muito perigoso, relatou que sofreu agressão violenta, quase morreu e era quando não conseguia ficar sem usar “droga”, daí tinha que conseguir dinheiro a qualquer custo.

A atividade de ambulante foi informada por um dos entrevistados que relatou vender água mineral quando consegue fazer uma “guia” que significa dispor de uma quantia em dinheiro suficiente para comprar a mercadoria, em quantidade para ser vendida e garantir lucro.

A presença de crianças e mulheres ocorre mais durante à tarde e início da noite. As mulheres com crianças que entrevistamos se abrigam nos casebres abandonados que ficam no entorno da praça e as crianças frequentam a escola e participam do Projeto Axé. As mulheres relatam que vivem de “bicos” como a faxina, a venda de água mineral e prestação de serviços como profissionais do sexo.

A Praça apropriada por diversos grupos durante o dia se torna um verdadeiro campo de força, de troca e de teia de relações sociais. Assim se configura enquanto

espaço público mesmo a população de rua apropriando-se como espaço privado. A teia de relações e troca é beneficiada, principalmente, pelo fato do Ponto de Cidadania ser fixado neste espaço. A presença do equipamento público legitima o território na visão da população de rua: “a gente fica mais tranquilo, durante o dia, depois do ponto de cidadania aqui e também quando o pessoal do Corra ta (sic) aqui”.

FIGURA 33 - ATIVIDADE CULTURAL DO PROJETO CORRA COM A POPULAÇÃO DE RUA



FOTO: José Raimundo Santana/Ascom. Disponível em: <http://www.justicasocial.ba.gov.br/galeria/405/1359/Projeto-Corra-pro-Abraco-sera-ampliado.html>. Acesso em: 05 dez. 2015.

Além disso, o Projeto Corra Pro Abraço também tem papel importante na manutenção desse território. Pelo menos, umas 35 pessoas participam das atividades do projeto nos dias de segunda e quarta feira. São atendimentos individualizados com Advogada, Assistente Social, Psicóloga, Socióloga, Antropóloga, além do desenvolvimento de atividades educacionais na área de Artes, Educação Física, Ludicidade, Saúde e Cidadania. As atividades, como vimos no capítulo anterior, a metodologia de arte educação e cuidado a saúde através da redução de danos, são as bases das atividades desenvolvidas por este projeto, pelas qual os participantes têm papel ativo na construção de conhecimentos

(FIGURA 33). As trocas estabelecidas entre os profissionais do ponto de cidadania e do projeto corra têm fortalecido as relações socioespaciais que estruturam essa territorialidade, assim como, possibilitando que estes se reconheçam como pessoas de direito.

Foi no contexto desse território que A. apresentou uma solução para a falta de moradia para quem deseja sair da rua: “tem tanto casarão velho por aqui, podiam reformar e alugar pra gente ao invés de querer tirar a gente da rua de qualquer jeito, eu mesmo eu camarada, tem uma semana, que invadimos um quarto aqui em cima no Julião, to lá pra vê o que vai dá. Eu não quero sair daqui”. Com isso, podemos analisar que a população de rua pode mostrar caminhos para resolver a questão da moradia para além do programa MCMV, que reafirma a segregação espacial quando “joga” essa população para os limites da cidade, longe do Centro e da possibilidade de viver onde deseja.

FIGURA 34 – APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA NA PRAÇA MARECHAL DEODORA, SALVADOR-BA, 2015



Fotógrafa: Nadja Miranda

Com isto, este espaço público tem se tornado um significativo território de lutas e de reivindicação do direito à cidade para a população de rua, assim como, para a interação da população de rua com outros grupos sociais a partir de atividades culturais, como a *The Street Store*⁸², apresentação Orquestra Sinfônica da Bahia (FIGURA 34)

Entretanto, para uma apresentação da OSBA, em praça pública, gratuita, divulgada em redes sociais o público presente foi resumido à população de Rua, aos

⁸² Iniciativa internacional, originada na África do Sul, que consiste em disponibilizar, em cabides, em espaços públicos, por um ou dois dias, roupas para a população de rua escolher. Em Salvador-Ba, ocorreu em outubro de 2015.

profissionais dos projetos e alguns poucos visitantes (FIGURA 38), exemplificando que, aquele espaço público, por conter um território da população de rua é segregado, mas também de possibilidades, de interação e de igualdade entre diferentes.

Assim, verificou-se que são diversas dimensões que constituem esse território naquela parte do espaço urbano, fazendo dele, ao mesmo tempo, segregado, articulado e gerador de conflitos com os interesses de mercado que controlam a cidade; foi possível observar isto ao findar este trabalho com a veiculação da postagem de Jamile Carvalho (integrante do Projeto Corra Pro Abraço) via compartilhamento em rede uma social, no Facebook, no dia 11 de dezembro de 2015 a seguinte mensagem:

Ocupe a Praça das Mãos!

No mesmo dia em que Salvador divulga via imprensa a inauguração de um Centro Pop do outro lado da cidade este cenário.

CENÁRIO DE HORROR e violência contra o direito à cidade. A Praça não é mais do povo...“Ontem, dia internacional dos direitos humanos, a prefeitura municipal de Salvador presenteou a população em Situação de Rua com um espetáculo de truculência na desocupação da Praça das Mãos... no comércio. A praça que é um espaço de convivência e sociabilidade para a população em situação de rua, moradores do Pilar e do Julião vai se tornar um Grande Estacionamento. Precisamos resistir a esse processo de gentrificação do Centro Histórico e da política higienista que a prefeitura tem adotado na cidade (JAMILE CARVALHO, 2015).

FIGURA 35 – AÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL NA PRAÇA DAS DUAS MÃOS, 2015



Fotógrafa: Jamile Carvalho

Em dezembro de 2015, mais uma vez, a praça foi apropriada para ato coletivo, da população de rua e ativistas (FIGURA 36), mostrando que novos atores estão se articulando para lutar publicamente pelo direito à cidade. Era um

movimento de reação a demolição parcial da praça para possibilitar estacionamento de automóveis (FIGURA 37).

FIGURA 36 – MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA MARECHAL DEODORO CONTRA A DEMOLIÇÃO PARCIAL DA PRAÇA PARA EXPLORAR ESTACIONAMENTO



Fotógrafa: Nadja Miranda

FIGURA 37 – ESTACIONAMENTO DA PRAÇA MARECHAL DEODORO, SALVADOR-BA, 2015



Fotógrafa: Nadja Miranda

O Viaduto de Água de Meninos liga a Via Expressa à Avenida Jequitaia. Seria somente um equipamento de circulação de carro, mas ele é também, na sua parte de baixo, a *priori* abrigo para um grupo de mais de 11 pessoas do lado direito da Via e mais uns 20 do lado esquerdo. É mais um território da população de rua (TG-02, FIGURA 38). Nosso contato, com mais regularidade, ocorreu com o grupo do lado direito. Eram três mulheres e oito homens.

É importante destacar que nas proximidades deste Viaduto há um comércio bastante intenso com o Mercado do Peixe e a Feira de São Joaquim. Quatro pessoas do grupo estavam neste local antes da construção da Via Expressa, assim estavam naquele território a mais de cinco anos. Que práticas socioespaciais puderam ser verificadas neste local? O local é referência para deslocamento na

cidade. Mais que abrigo é a partir desse território que os sujeitos se projetam no espaço da cidade, seja para trabalhar, para ir ao médico, seja para atividades em projetos, seja qual for a direção tomada para a cidade, o Viaduto é o “endereço”.

FIGURA 38 - VIADUTO DA VIA EXPRESSA, ÁGUA DE MENINOS, SALVADOR-BA, 2014 (TG-02)



Fotógrafa: Nadja Miranda

A relação com entorno se dá principalmente pelo trabalho. Dois dos homens trabalham para comerciantes e caminhoneiros do Mercado do Peixe e uma das mulheres também, descascando camarão, outro homem mantém uma carpintaria e marcenaria no local onde fabrica carros para venda de cafezinho, conserta bancos, amola faca e facão, dentre outros serviços de conserto. Dois estavam recebendo seguro desemprego e estavam em busca de trabalho.

O espaço é subdividido entre casais e solteiros. Uma das mulheres descasca camarão fresco para os comerciantes de frutos do mar no Mercado do Peixe. As relações mais diretas ocorrem com os comerciantes locais e com os projetos religiosos do entorno e com MNPR (FIGURA 39); dessa forma, são por estas dimensões, principalmente, que se encontraram as interações e articulações socioespaciais com a cidade.

Os sujeitos desse território sempre que possível relataram que frequentam o Shopping Piedade e as festas do Centro Histórico. Vejamos como um deles relatou isso: “frequento normal, shopping festas no Pelourinho. Limpo e cheiroso entro em qualquer lugar”. Com exceção de um, todos mantêm contato com a família e provêm os filhos que moram com as mães ou com as avós. Há um laço de solidariedade muito forte entre eles, dividem alimento e cuidam um do outro. Já foram ameaçados

de serem expropriados, mas por mediação da Defensoria Pública conseguiram permanecer.

FIGURA 39 – BANDEIRA DO MNPR NO VIADUTO DA VIA EXPRESSA, ÁGUA DE MENINOS, SALVADOR-BA, 2014



Fotógrafa: Macela Costa

Sobre este fato J. relatou:

“depois que terminou a obra da via a polícia teve aqui para tirar a gente. Um dia, de noite, eu tava chapado e a polícia armou o maior circo aqui, foi luz, sirene e deu até meio-dia para tirar as coisas e sair daqui. Quando acordei, o povo tava arrumando tudo, perguntei o que foi. Oxe! vesti minha camisa fui no movimento falei com o pessoal da coordenação e fomos lá na Defensoria. Dra Fabiana disse que iria resolver. Com uns dia ela chegou com um papel e entregou pra mim, aqui no viaduto mesmo, disse que a gente não ia ser mais incomodado. Guardo esse papel na casa de minha mãe. Qualquer coisa vou lá buscar correndo.”

Sobre o episódio descrito acima procurou-se saber qual foi o instrumento legal que a Defensoria Pública do Estado da Bahia usou para que o grupo permanecesse no local e verificou-se que se tratava de uma ação civil pública contra a retirada do grupo do viaduto e também que não havia nenhuma autorização oficial para que a polícia exigisse a saída das pessoas do viaduto. Este fato exprime o nível de conflito a que estão suscetíveis as pessoas que se territorializam espaços públicos. Mesmo sendo um viaduto, que no caso, a *priori*, não impede a circulação nem de pessoas, nem de carros. É um território, cujos sujeitos realizam, assim como nos outros territórios aqui abordados, “os trabalhos sobrantes”, tal como afirma Burgos (2008) e na condição de hiperprecarizados conforme denomina Souza (2009). Inseridos, portanto, no mercado de trabalho, mas sem o reconhecimento de um

trabalhador formal.

Constatou-se, ainda, que no caso, desse território os sujeitos tinham sugestões de moradia para atender as suas necessidades, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

Até o ano passado (2013) tinha a república de São Caetano, era um modelo bom de moradia prá quem não quer voltar a morar com os parentes. Mesmo que a gente tivesse que pagar algum valor. Lá a gente não pagava, mas para não fechar a gente podia pagar, porque a gente tinha uma área para todos, mas tinha os quartos que dava privacidade. (L. Viaduto em Água de Meninos)

Nesse contexto, cabe ressaltar que ouvir a população de rua é imprescindível para propor projetos e políticas para a mesma, principalmente sobre moradia, pois eles têm opinião sobre os modelos oferecidos pelo Estado, geralmente em áreas muito afastadas das do seu interesse, a exemplo do MCMV,

Eu vivi o tempo todo aqui no Centro pra ir para perto de Simões Filho, não vou! Aqui tô perto de tudo, da minha família, tenho trabalho e tenho minhas horas de diversão também. (sic, J. Viaduto, Água de Meninos).

Portanto, uma política de moradia, com perspectiva do direito à cidade, não pode deixar de considerar os agentes sociais que são destinatários dessa política pública, em todas as suas dimensões e categorias, sobretudo porque não são inanimados e nem passivos diante da sua realidade, além do mais o argumento de déficit habitacional é questionável, se consideradas outras formas de moradia que não o instituto da propriedade privada, conforme defendem Baltrusis; Morad (2014).

Na introdução deste trabalho, foi esclarecido que um dos critérios para a escolha dos territórios a serem estudados baseou-se na maior e na menor intensidade da presença de espaços assistenciais disponíveis para a população de rua. Com base nesses critérios, a seleção do território de grupo (TG-03, FIGURA 40) da Comunidade da Baixa Soronha, localizado em Itapuã, foi estudado justamente por estar distante dos serviços e projetos existentes na cidade, pois conta apenas com a Unidade de Acolhimento da Avenida Dorival Caymmi, que é destinada para mulheres e famílias.

A Comunidade da Baixa Soronha é vizinha do Parque da Lagoa do Abaeté, podendo ser considerada uma comunidade periférica do bairro de Itapuã, entendendo periferia aqui não pela localização, mas pela precariedade e ausência de infraestrutura, de serviços públicos, de assistência e recursos. Lá, uma pequena

área da areia da Lagoa do Abaeté, especificamente, em baixo da sombra de algumas árvores, foi apropriada por um grupo de cerca de 35 pessoas; que de acordo como informações de moradores locais, já viviam no local há quase 30 anos.

FIGURA 40 – LIXEIRA APROPRIADA POR UM GRUPO DE POPULAÇÃO DE RUA, COMUNIDADE DA SORONHA, ITAPUÃ, SALVADOR-BA, 2014



Fotógrafa: Macela Costa

É importante ressaltar que, no início da pesquisa empírica deste território, os moradores de rua acima referidos já haviam sido expulsos do areal, ou seja, foram desterritorializados e, de lá, só restavam as lembranças relatadas por cada um além das marcas de objetos queimados. Segundo relatos deles próprios e de moradores locais, a expulsão do areal se deu por ação conjunta das polícias Militar, Civil e da Guarda Municipal, tendo sido alguns deles detidos e tido seus pertences queimados (FIGURA 41, destaque), além de terem sido proibidos de se fixarem no areal novamente. Sob a justificativa, conforme relataram, de que eles estavam degradando o meio ambiente ao usar fogo no local, seja para cozinhar ou derreter cobre e também por fazer uso de crack.

Os encontros com o grupo da Comunidade da Baixa da Soronha ocorreram quando este já estava reterritorializado, conforme analisou Haesbaert (2004), ao defender que desterritorialização e reterritorialização são processos concomitantes e fundamentais para compreender as práticas humanas. Tendo por base esse entendimento, verifica-se que a dimensão espacial é imprescindível para o desenrolar das práticas sociais. Assim, o grupo estava reterritorializado na área vizinha de uma lixeira pública (FIGURA 42), onde foi permitido (pelas autoridades

policiais) que se fixassem sob pena de serem presos se desacatassem a ordem.

FIGURA 41 – AREAL ONDE A POPULAÇÃO DE RUA FICAVA ANTES DA EXPULSÃO, PARQUE DE ABAETÉ, SALVADOR-BA, 2014.



Fotógrafa: Macela Costa, 2014

Ao longo de três meses de idas ao local, foi possível manter contato por mais vezes com duas mulheres e dois homens. Todos trabalham com a coleta de material reciclável no próprio bairro principalmente, na área de praia, assim, para eles, o final de semana era de intenso trabalho. Um grupo ficava no território e outro fazia a catação de material, como uma estratégia de manter o local apropriado e vigiado para não perderem os poucos objetos que lhes restaram. Relataram que realizam trabalho de catação de latinhas em festas de largo, como do Rio Vermelho, das Praias do Litoral Norte e em cidades da região Metropolitana como Camaçari, São Francisco do Conde e Simões Filho. Eles relatam que havia um proprietário de um ferro velho que os levava de carro nos lugares de festas para fazer esta catação e os mesmos vendiam todo o material para essa pessoa. Mais um exemplo, tal como assevera Borges (2014) de que a exploração da mão de obra da população de rua é recorrente e que a mesma, faz parte de uma das etapas da produção do capital, mas não é reconhecida como força de trabalho.

De acordo com a líder da comunidade, “a maioria é do próprio bairro (Itapuã) e são usuários de crack, mas que não praticam nada que faça mal a outros só a eles mesmos”. Esses moradores também afirmam isso e expressam indignação por não serem reconhecidos como sujeitos de direito: “no bairro que nascemos e nos criamos não podemos viver. Que direito é esse? Para a sociedade a gente é nada!”

(L. TG-01, Itapuã).

Durante o período de contato com eles, havia um clima de tensão e conflito muito grande no território, pela presença constante da polícia e pelo clima de insegurança, ainda conseqüente da expulsão deles do areal. Estavam assustados e desconfiados com pessoas estranhas, pois mantinham uma relação de sociabilidade com o gerente do Parque do Abaeté e achavam que o mesmo nada fez para evitar que fossem retirados do areal. Acreditavam que o gerente poderia tê-los defendido, uma vez que sabia da reputação deles. Manifestavam insatisfação pela perda do território no areal, do cotidiano tranquilo que viviam naquele ambiente arborizado.

FIGURA 42 – MORADIA IMPROVISADA, COMUNIDADE DA SORONHA, ITAPÚA, SALVADOR, 2014



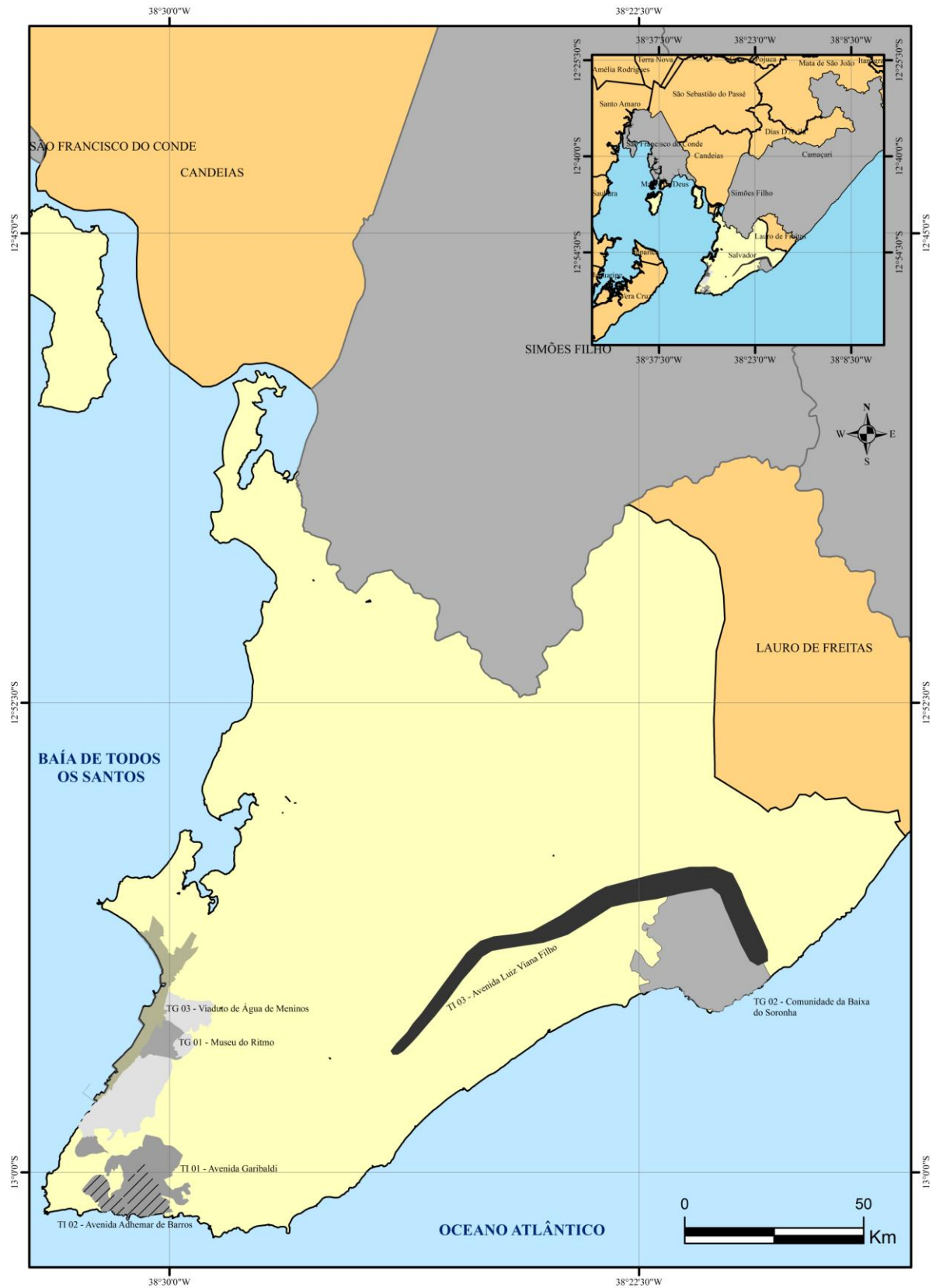
Fotógrafa, Macela Costa

Nesse contexto, os sujeitos desse território expressaram o completo cerceamento do direito à cidade por não se sentirem parte da sociedade, expresso nos seguintes depoimentos: “é a sociedade saber que somos gente, que a gente tem nossos direitos, mesmo tando (sic) na rua” (A. Itapuã); também pela situação de repressão que vivenciavam: “o tratamento que a polícia dá pra gente! Já chega batendo!” assim como, pela ausência de assistência: “pra mim é ter um lugar pra mim internar, sair dessa vida” (sic. L.S. Itapuã). Por sua vez, a líder comunitária reforça a necessidade de um trabalho para os usuários de substâncias psicoativas afirmando que os mesmos pedem: “já teve deles de chegar pra mim e pedir, tia me interne, me tire dessa vida, não aguento mais viver assim” (R. líder comunitária).

Verifica-se que, a partir do não trabalho e da não moradia, indivíduos e grupos apropriam-se de espaços públicos da cidade para a reprodução da vida e, nesse processo estão presentes estratégias multidimensionais como, o trabalho informal, a resistência pacífica, a interação social e a articulação institucional.

Assim, os territórios constituídos a partir dessas estratégias passam a desempenhar um papel de referência na vida dessas pessoas, no sentido de vivenciar o espaço urbano, porque é para estes territórios que eles sempre retornam no horário de pausa das suas atividades. Assim, é destes, que os sujeitos realizam suas mobilidades na cidade e mesmo fora dela (FIGURA 43). Estamos falando de territórios segregados, de nítida desigualdade social, mas também espaços de lutas que dizem e contradizem o que é hegemonicamente instituído quando se entende que a sua produção se dá pela apropriação e não pela propriedade.

FIGURA 43 - TERRITÓRIOS DA POPULAÇÃO DE RUA E A MOBILIDADE DOS SUJEITOS, SALVADOR, 2014-2015



FONTE: Pesquisa de Campo, 2014-2015

ELABORAÇÃO: Heibe Santana da Silva, a partir de dados sistematizados por Nadja Miranda, 2015.

4.5 OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO DIREITO À CIDADE

A análise dos territórios da população de rua permitiu verificar como esse grupo vivencia as possibilidades e os limites do direito à cidade, pois suas práticas sociais são fundamentadas no não trabalho formal e na não moradia formal o que exige dos sujeitos que compõem este segmento social apropriar-se de espaços públicos, como ruas, praças, em baixo de viadutos, calçadas para continuar reproduzindo a vida. No contexto das cidades contemporâneas capitalistas, que são cada vez mais controladas pela lógica do valor de troca, os limites para o direito à cidade estão presentes a todo o momento na vida dessas pessoas.

Os espaços públicos regulados por legislação urbana municipal são destinados para uso coletivo, assim não podem ser privatizados. Nesse sentido, quando um indivíduo ou um grupo se apropria de parte de uma praça, de uma rua, da calçada ou de um jardim, constata-se uma contravenção desta legislação. É sob esta alegação que a gestão pública municipal não permite que a população de rua se aproprie dos espaços públicos e intensifica o controle sobre esses espaços a partir da presença da guarda municipal e do policiamento, assim como, adotando uma prática higienista retirando as pessoas das ruas. Assim, defender um território de permanência para a reprodução da vida é o primeiro limite que quem mora na rua tem que enfrentar.

Nesse contexto, cabem estratégias como escolher espaços públicos com menor controle, se apropriar de territórios em determinados horários, como durante o dia com maior fluxo de circulação de pessoas e carros, estabelecer vínculo com a vizinhança do entorno, realizar atividades que garantam renda, evitar situações de conflitos e participar de algum projeto onde técnicos ou trabalhadores possam dar referências positivas sobre o indivíduo ou o grupo. Constatou-se também que estar em grupo ou sozinho é uma estratégia para se permanecer em determinados territórios. Nos territórios individuais, por exemplo, notou-se que ficar em grupo causaria estranhamento da vizinhança do entorno e certamente a não aceitação da permanência naquele território. Nos territórios de grupo, a presença do controle policial é mais constante, portanto há uma necessidade de proteção e segurança entre os sujeitos, assim como de uma rede de solidariedade entre eles. Assim, as possibilidades pelo direito ao espaço são criadas pelas estratégias que os sujeitos e grupos produzem a partir de suas práticas sociais, para tanto, verificou-se que os

sujeitos têm pleno conhecimento espacial do entorno dos seus territórios.

**FIGURA 44 – VIADUTO LIGAÇÃO CANELA/CAMPO GRANDE,
SALVADOR-BA, 2014**



Fotógrafa: Macela Costa

Em contrapartida, notou-se também, uma política da gestão municipal de Salvador em afastar a população de rua de espaços da cidade que vem sendo valorizados pelo mercado imobiliário. Assim, esta população está em menor intensidade na cidade moderna, onde há mais muros, mais shoppings e um processo de valorização do solo urbano (CARVALHO; PEREIRA, 2014). Dessa forma, criaram-se contenções territoriais, ou seja, “a criação não de territórios de reclusão, mas de barreiras, uma espécie de “barragem” como forma de conter ou de redirecionar a circulação” (HAESBAERT, 2010, p.4).

Nesse processo, o paisagismo, os novos modelos de abrigo de ponto de ônibus, as requalificações de praças serviram para realizar este tipo de contenção uma vez que são espaços constantemente apropriados territorialmente pela população de rua. Trata-se da negação do direito à cidade na sua dimensão imprescindível – o espaço.

No caso de espaços embaixo de viadutos e passarelas constatou-se a plantação de *cactus*, planta que é constituída por espinhos, logo impossibilita a passagem e, principalmente a permanência para dormir ou descansar, nos viadutos da Avenida Reitor Miguel Calmon, no Canela (FIGURA 44), na Avenida Antonio Carlos Magalhães, no Iguatemi e na passarela da Avenida Otávio Mangabeira, no Costa Azul. (FIGURA 45)

FIGURA 45 – PASSARELA, ORLA ATLÂNTICA, COSTA AZUL, SALVADOR, 2014

Fotógrafa: Marcela Costa, 2015

Com relação aos abrigos de ônibus notou-se uma mudança de padrão, os antigos que eram feitos de concreto tinham bancos contínuos (FIGURA 46) que dava para acomodar uma pessoa deitada, assim, a população de rua se apropriava desses espaços.

FIGURA 46 – ABRIGO DE ÔNIBUS, PADRÃO RENUB, ESTAÇÃO DA LAPA, SALVADOR-BA, 2008

FONTE: PAZ, Daniel. Arquitetura efêmera ou transitória. Esboços de uma caracterização. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 102.06, Vitruvius, nov. 2008 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/97>.ACESSO 28 de jan 2016.

Os novos padrões uniram a ideia de abrigo com propaganda, ou seja, os abrigos entraram na lógica da utilidade do mercado. Nessa lógica, alguns modelos não têm bancos ou quando têm, estes são separados, permitindo somente uma pessoa sentar por vez. Além do mais, como são feitos de vidro temperado, pouco protege do sol ou da chuva. Nesse contexto, funciona como contenção territorial para a população de rua e também deixa de cumprir a função principal que é abrigar

passageiros do sol e da chuva enquanto aguardam o meio de transporte. (FIGURA 47)

FIGURA 47 – ABRIGO DE ÔNIBUS, MODELO GRIMSHAW, DA CAMUSA, PRAÇA CASTRO ALVES, SALVADOR-BA, 2008



FONTE: PAZ, Daniel. Arquitetura efêmera ou transitória. Esboços de uma caracterização. Arqtextos, São Paulo, ano 09, n. 102.06, Vitruvius, nov. 2008 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.102/97>.ACESSO 28 de jan 2016

Em relação às praças, constatou-se o fechamento com grades - Campo Grande, Piedade, Irmã Dulce – (FIGURA 48); requalificação da Praça do Largo Dois Julho e da Praça Marechal Deodoro, no Comércio. Esta última transformada parcialmente em estacionamento que não deixa de ser uma forma de privatizar o espaço público, mas esta é patrocinada pelo poder público. São intervenções urbanísticas (FIGURA 49), que têm como objetivo transformar esteticamente os equipamentos, sem a preocupação com os impactos negativos sobre as pessoas que precisam daquele espaço para a reprodução da vida.

FIGURA 48 – PRAÇA DE ROMA REFORMADA, SALVADOR-BA, 2014



Fonte: JBN Bahia, 2014

49 – PRAÇAS REQUALIFICADAS QUE ERAM APROPRIADAS PELA POPULAÇÃO DE RUA, SALVADOR- 2014



FONTE: Pesquisa de campo, 2014

EIABORAÇÃO: Heibe Santana da Silva a partir de dados sistematizados por Nadja Miranda, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nesta tese apontou que a população de rua, como qualquer outro cidadão, tem direito à cidade, no entanto, foi preciso reconhecer que este direito não se efetiva sem uma dimensão imprescindível – a espacial, portanto, se apropriar de espaços públicos é o primeiro momento de luta da população de rua pelo direito à cidade. Produzir territórios nos espaços públicos é expressar que vivemos em cidades em que o espaço urbano é um campo de luta entre apropriação e dominação. A dominação está para a reprodução do capital na cidade, como a apropriação está para as pessoas reproduzirem suas vidas na cidade. Assim, no nível da reprodução da vida que encontramos a luta pelo direito à cidade. Luta esta que constitui a perspectiva do direito à cidade na dimensão legal e na dimensão política, portanto uma luta que também é de todos nós, pois estas dimensões do direito à cidade, cada vez mais, têm se transformado em mercadoria. Tais conclusões foram construídas a partir das sínteses produzidas nos capítulos que compuseram este trabalho, assim:

No capítulo I analisou-se o fenômeno da população de rua como antigo, urbano e global. Dessa forma, atentou-se para especificidades de cada contexto histórico e percebeu-se que a manifestação do fenômeno ocorreu em cidades antigas, cidades medievais, cidades coloniais e nas cidades modernas e contemporâneas. Ou seja, a intensidade com que as coisas acontecem nas cidades foi sempre atrativa para as populações. Em cada contexto, do mundo ocidental, a presença da população de rua também foi motivo para a criação de políticas disciplinadoras para que esta se inserisse no mundo do trabalho ou fosse tutelada por instituições religiosas. Fora dessas duas opções só restou ser enquadrada nas teorias que atribuíam características negativas a estas pessoas: criminosos, ociosos, perigosos, vagabundos e vadios.

Nesse sentido, que tanto as políticas disciplinadoras, como a tutela por instituições religiosas e o enquadramento em teorias criminalizadoras nortearam o tratamento com a população de rua em especial no Brasil. Dessa forma, tais concepções ainda são permanências, no contexto de quem vive na rua na contemporaneidade, simultaneamente, com as concepções de direito à cidade.

No capítulo II, identificou-se, nas pesquisas sistematizadas e na pesquisa de campo, que a população de rua é heterogênea e sintetiza situações de vida diversas presentes em toda a sociedade. É um grupo em que encontramos: pessoas com problemas de saúde mental, que usam substâncias psicoativas, que estão desempregadas, que sofreram violência doméstica, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais, (LGBT) que as famílias não aceitaram em casa, pessoas que não querem assumir as obrigações financeiras do ter uma casa, pessoas que tiveram conflitos em família por questões diversas. Uma infinidade de situações que a rua ambigualmente acolhe e segrega.

Portanto, uma política única - de retirar das ruas -, não atende a essas especificidades. A população de rua nesse contexto é uma síntese das desigualdades socioespaciais produzidas no espaço urbano e é também uma antítese quando, pelas suas práticas sociais publiciza a negação do direito à cidade e ao mesmo tempo, a luta por esse direito.

No capítulo III, com a análise dos espaços assistenciais, das políticas públicas e da atuação do Movimento Nacional de População de Rua, observou-se que as cidades sempre foram atrativas para essa população e que o processo de urbanização brasileiro, acelerado a partir da segunda metade do século XX, atraiu milhares de pessoas do campo para as cidades e nesse contexto a presença de pessoas vivendo nas ruas das cidades aumentou proporcionalmente. Na década de 1980 foi expressiva a quantidade de pessoas vivendo nas ruas e, assim, assistimos a esse fenômeno década após década de forma naturalizada, tornando invisível essas pessoas e negando todos os seus direitos. Entregando-os sempre à responsabilidade das instituições religiosas ou criminalizando-os como vadios, ociosos e perigosos.

O processo de redemocratização no Brasil, a Constituição Federal de 1988, a presença das pastorais sociais da Igreja Católica nas discussões sobre os problemas sociais do país, os debates acadêmicos propiciaram um ambiente favorável no decorrer da década de 1990, para iniciar as discussões sobre a defesa de direitos para a população de rua, somando-se a isso, o contexto de indignação por parte dos grupos defensores dos direitos humanos, resultante das sucessivas chacinas de pessoas que viviam nas ruas, a exemplo das chacinas na Candelária do Rio de Janeiro (1993) e da Sé em São Paulo (2004).

A partir desse processo que surgiu no cenário de luta, o Movimento Nacional

de População de Rua na defesa de políticas públicas para esse segmento social. Movimento esse que tem coordenações em cidades como: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Goiânia, Curitiba, Maceió, Natal e Fortaleza. Com os governos do Partido dos Trabalhadores no âmbito federal esse movimento conseguiu provocar uma agenda de discussões a partir de 2005 que culminou com a edição do decreto nº 7053/2009 que instituiu a Política Nacional de População de Rua, passo importante para que esta população, até então, negligenciada pelo poder público, pudesse ser inserida na agenda de discussões das políticas setorializadas.

A existência de um decreto federal foi um passo significativo, entretanto a materialização das ações previstas nessa política é responsabilidade da gestão municipal que por meio de convênio faz adesão, gerencia e executa. Assim, verificou-se no município de Salvador, como as políticas públicas, na sua implementação, negligenciaram a dimensão espacial e como foram executadas com muitos equívocos: não houve preocupação do município em realizar uma pesquisa censitária própria, com metodologia adequada à realidade da população de rua para basear as ações, os equipamentos foram instalados temporariamente, demonstrando que não houve os estudos necessários dos territórios, os profissionais que atuaram nos serviços também contratados temporariamente e sem qualificação adequada para atuar com a população de rua, além de manter instituições religiosas na gestão dos equipamentos. Portanto, com sucessivos equívocos tem se reproduzido uma política assistencialista promovendo poucos resultados para quem quer sair da rua e muito menos para aqueles que não pensam em sair.

No entanto, dentro de uma lógica, em que os serviços assistenciais são terceirizados e precarizados para gerar menos custos para os cofres do município, não é somente a população de rua que não tem seus direitos efetivados, mas também os profissionais que atuam nesses serviços. Assim, não se constrói o direito à cidade nem na dimensão legal para que estes se tornem práticas sociais, menos ainda, na dimensão política. Assim, a intenção da legislação recente e das ações institucionais – públicas e religiosas – é mais no sentido de “direitos na cidade” do que “direito à cidade”.

Nesse contexto, como exceções, destacam-se as ações do Corra pro abraço e o Ponto de Cidadania e o Consultório na Rua, ressaltando-se as barreiras que estas ações encontram para a efetivação dos seus objetivos. As ações

desenvolvidas por essas políticas, em certa medida, invertem a ordem do que vinha sido oferecido para a população de rua em Salvador, porque são executadas nos territórios dessa população, ou seja, no espaço público, oferecendo a assistência sem impor regras e disciplinas distantes do mundo de quem vive na rua. Para além de serviços assistenciais, promovem a interação e a troca sociocultural da população de rua em espaços coletivo de lazer, de cultura e da política.

A partir disto, sugere-se a ampliação destas ações para outros territórios, a exemplo da Comunidade da Baixa da Soronha, onde a ausência de acesso a direitos pôde ser constatada. Sugere-se também, como ponto de partida, a realização de uma pesquisa censitária da população de rua em Salvador, com metodologia específica que possibilite mapear, sistematizar dados socioeconômicos, seguido de uma pesquisa qualitativa que possa conhecer as relações com a dimensão espacial que envolve a vida dessas pessoas. Com isso, as ações políticas podem responder às necessidades dessa população: que pode ser sair das ruas ou permanecer, que os espaços assistenciais se constituam em espaços de concretização dos direitos como práticas sociais e como caminho para o direito à cidade.

No capítulo IV, com o estudo de alguns territórios da população de rua em Salvador nos/pelos quais verificou-se que para reproduzir a vida, ressignificar a rua como moradia, trabalho e lazer, foi sempre um desafio na vida dessa população, cujas opções sempre foram: aceitar a acolhida da caridade cristã das instituições religiosas ou lutar para não ser preso pelo crime de vadiagem. Lutar nesse contexto significa conhecer os ritmos da cidade, os limites e as possibilidades que a rua oferece, ou seja, denota apreender que a rua é regulada como espaço de circulação, de passagem, mas pode ser acolhedora das pessoas com diferentes histórias de vida. Assim, os espaços públicos apropriados pela população de rua expressam o conflito e criam possibilidade de publicizar a negação dos direitos e a luta pelo direito à cidade.

Nesses territórios percebeu-se que nenhuma fórmula única e simplificada de inserção a uma cidadania consumidora vai solucionar os problemas da população que vive na rua. Entendeu-se, por exemplo, que a população de rua que vive no Centro Antigo de Salvador está lá porque é nesse território que as suas vidas se realizam em todas as dimensões, portanto pensar em levantar os vazios de casarões e terrenos do Centro Antigo da cidade e desenvolver um projeto de

reestruturação da área junto com a população que vive nesse espaço é possibilitar o direito à cidade, é dar o direito a essas pessoas a participarem das decisões de moradia: aluguel, república ou comunidade, que eles possam participar dessa construção, que tenham o direito à obra. É também não negar que direitos sociais como lazer, saúde, educação se efetivem porque a pessoa mora na rua, é principalmente não criminalizar viver na rua, superando as mentalidades constituídas historicamente que reproduzem as instâncias teóricas de que quem mora na rua é sempre criminoso e perigoso, afinal pessoas com este perfil podem estar em qualquer lugar, fazendo parte de qualquer instituição pública ou privada, assim, estão na sociedade.

Nesse sentido, trata-se de conhecer as práticas socioespaciais nos territórios da população de rua, para então entender que são práticas em que a dimensão espacial é articulada material e simbolicamente com o seu entorno, porque nela e por ela se realiza a reprodução da vida: se alimentar, trabalhar, descansar e se divertir, portanto a necessidade de apropriação e de luta.

Nessa perspectiva, falar de direito à cidade sem reconhecer as diferenças e as desigualdades que nela existem, significa negligenciar as lutas existentes no espaço urbano empreendidas pelo subterrâneo e pelo clandestino e acreditar que o consumo de serviços e bens materiais é a vivência da cidadania plena e o direito à cidade, portanto, esta é luta que não diz respeito a todos. Como nesta tese reconhece-se que a população de rua tem direito à cidade, como todos têm, mas que, para que esse direito se efetive é necessário luta constante contra a dominação do espaço urbano como valor de troca. Assim, entende-se que essa luta também é de todos, porque é pela/na apropriação, pela/na criação dos espaços vividos que práticas sociais renovadas concretizarão o direito à cidade.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2002.

ATAÍDE, Iara Dulce Bandeira de. **Decifra-me ou Devoro-te**: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo, Editora Loyola. 1996

BAILLOUX, Marie. A luta dos habitantes dos parques de Osaka, Japão os sem-teto exigem seu direito à cidade. In: SUGRANEYS, Ana; MATHIVET, Charlotte (Org) **Cidade para todos. Propostas e experiências pelo direito à cidade**. Habitat Internacional Coalition HIC, 2010, cap. 2.

BETTIN, Gianfranco. **Los sociólogos de la ciudad**, Gustavo Gilli Editores, Barcelona, 1984.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. **Caderno de orientações para implantação dos Centros de Referência de População em Situação de Rua**. Salvador, 2012, 2010.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Nota Técnica. Programa Bahia Acolhe, 2014.

BAHIA. Justiça Estadual. **Processo número: 0526195-59.2014.8.05.0001**. Comarca de Salvador, 6ª Vara da Fazenda Pública.

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem. Política habitacional e locação social em Salvador, **Cad. CRH vol.27 no.71 Salvador June/Aug. 2014**

BRAGA, Thaiz Silveira; RODARTE, Marcos Sampaio. **A Inserção ocupacional A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte**.
http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/artigo_jovens.pdf. acesso em: 27 dez 2015.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Câmara Federal.
http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC84.pdf. acesso em 02 mar 2016.

BRASIL. **Decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

BRASIL. **Lei 11.983, de 16 de julho de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11983.htm. acesso 07 ago 2013.

BRASIL. **Lei 11.258 de 30 e dezembro de 2005**. Presidência da República. Casa

Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm. acesso em: 12 jun 2012.

BRASIL. **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. Presidência da República. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm. acesso em: 12 jun 2012

BRASIL. **Código Criminal de 1830**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. acesso em: 12 jun 2012.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> acesso em: 12 jun 2012.

BRASIL. **Código Penal 1941**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. acesso em: 12 jun 2012.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua**. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião, MDS, abril 2008.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Portaria 381, de 12 de dezembro de 2006**. Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2013. http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/2006_MDS.pdf. acesso em 21 de abr de 2014

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Portaria 843, de 28 de dezembro de 2010**. Diário Oficial. 29 de dezembro de 2010. P. 116. http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2010/MDS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20Parte%20l.pdf. acesso em 21 de abr de 2014

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Notícias. **MDS destina R\$ 2 milhões para a inclusão produtiva de populações de rua**. <<http://www.mds.gov.br/noticias/noticias.asp?act=detalhar&id+1359>>. Acesso em: 2 fev 2006.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria 414, de 18 de outubro de 2010**. Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2010. http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/portaria_414_2010.pdf. acesso em: 21 de abr de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 122, de 25 de janeiro de 2011**. [.http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html). acesso em 12 jun de 2012.

Brasil. Ministério da Saúde **Portaria 940, de 28 de abril de 2012**.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html.
acesso em 12 jun de 2012.

BRASIL . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº109 de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2009. CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009%20(1).pdf. acesso em 23 de abr de 2014.

Pesquisa Nacional sobre População de Rua, 2008, Meta Instituto de Pesquisa http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf. acesso em 18 nov 2011

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

BOSI A., Antonio de Pádua, **A Organização capitalista do trabalho “informal”: caso dos catadores de recicláveis**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, nº 67, São Paulo, 2008.

BURSZTYN, Marcel (org) **No Meio da Rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BORGES Ângela Maria de Carvalho; CARVALHO, Inaiá Maria de. Mercado de trabalho, segregação e emprego em Salvador. In: CARVALHO; PEREIRA; et.al (org). **Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana**. Edufba. Salvador, 2014.

BURGOS, Rosalina. **Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CNDDH. Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. **Relatório violações de direitos da população em situação de rua nos meses que antecedem a realização da copa do mundo.**, 2014. <http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>. Acesso em: 23 de mai de 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo Contexto, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador, uma metrópole em transformação. In: CARVALHO Inaiá Maria Moreira ; PEREIRA Gilberto Corso, ; et.al (org). **Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatórios das Metrôpoles, 2014.

BORGES Ângela Maria de Carvalho; CARVALHO, Inaiá Maria de. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso; et.al (org). **Metrôpoles na**

atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana. Edufba. Salvador, 2014.

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de. **“Os ditos sem” acesso a saúde da população em situação de rua.** Dissertação. 224f. Mestrado em Políticas Públicas e Cidadania. Universidade Católica de Salvador. 2014.

CORRÊA, Lucelinda Schamm. Cidades, Práticas Higienistas e Produção do Espaço Urbano. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaço de Socialização de Coletivos.** Comunicação, AGB, Porto Alegre 2010. PDF

CASTELLS, Manuel, **Movimientos sociales urbanos**, Siglo Veintiuno editores, México, 1985[1973].

CHALHOUB. Trabalho, lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da bella époque. 2001. 2 ed. Campinas. Editora Unicamp. On line.

CRAWFORD, Margaret. **Contesting the Public Realm: Struggles over Public Space in Los Angeles.** *Journal of Architectural Education* (1984-), Vol. 49, No. 1. (Sep., 1995), pp. 4-9.

CRIA. Centro de Referência Integral ao Adolescente. **Projeto Corra pro Abraço.** 2015.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1985.

DANTAS, Mônica. **Construção de Política Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**, 2007, 164 f. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA - Fundação Osvaldo Cruz Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** 2006. 243 f Dissertação (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

ESCOREL, Sarah. Agenda pública social: pessoas que moram nas ruas. **AGENDA PÚBLICA. Drama Social.** Edição Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro. FAPERJ, 2002.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e dinâmicas espaciais**, Recife, v. 02, 2013.

FLEXOR, Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça: o conceito de trabalho no século XVIII. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, no 95, p. 73-89, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

FOLHA ON LINE . **Pesquisa aponta aumento do número de moradores de rua em SP**.FolhaCotidiano. [ttp:www.folha.oul.com.br/folha/cotidiano/ult95u85111.shtml](http://www.folha.oul.com.br/folha/cotidiano/ult95u85111.shtml).> Acesso em 1 fev. 2006. 18:21.

FOCOUALT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, **1987**. 288p.

GADEA, Carlos A; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia. **Revista de Sociologia Política**, no.25 Curitiba Nov. 2005, disponível em latino-americanos. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200005.acesso em: 29 set 2013.

GEHLEN, Patrice; SCHUCH, Ivaldo. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: (Org): DORNELLES, Aline Espindola; OBST, Júlia et al. **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua**

na cidade de Porto Alegre, Didática Editora do Brasil, Belo Horizonte/MG, 2012.

GEREMECK, Bronislaw, **Os filhos de Caim**; miseráveis e vagabundos na literatura europeia, São Paulo, Companhia das Letras,1995.

GOETTERT , Jones Dari. **Aos “Vadios”, O Trabalho: Considerações Em Torno De Representações Sobre O Trabalho E A Vadiagem No Brasil**. FORMAÇÃO. (ONLINE), VOL. 2, NO 13 (2006). <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewarticle/628>. acesso em: 12 de mar de 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2010.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Cidade No Brasil – período colonial. **Revista Caminhos de Geografia** - revista on line, Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011 p. 8 - 15 <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewfile/16118/9074>. acesso em 13 mai 2015.

GOMES. Paulo César da. **Condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HOLSTON. James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil, Companhia da Letras, São Paulo, 1995.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. **GEOSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009. <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp26/09-18-HARVEY,David.pdf>, acesso em 18 de mai 2016.

HARVEY, **O Direito à Cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. (<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>), acesso em 13 dez 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HASBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói. EdUFF, São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HASBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.
http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. acesso em: 10 dez 2013.

HASBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**. GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

HASBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e Territorialidades: Teorias processos e conflitos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015.

INSTITUTE OF GLOBAL HOMELESS. <http://ighomelessness.org/default.html>. acesso em 25 de mai de 2015.

KLAUS, Frey. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, p. 211-259. jun./2000

KOVARICK, Lucio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a Rua**. Tese de Doutorado. 239f. (Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

KAZTMAN, Rubén. **Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social**. Cepal. 2005, p. <http://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/taller5/24.pdf> . acesso em 15 mar 2015.

Julio Lamas. **Três conceitos de design inclusivo**.
<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/urbanidades/tres-conceitos-de-design-inclusivos/> acesso em 04/06/2015.

LESSA, Carlos. **Ovos de Serpente**. In: BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua**. Rio de Janeiro, Garamound, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **Espacio y Política**. Barcelona. Ediciones península, 1976.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991a. 145 p.

LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo Editora Ática, 1991b

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. SMITH, Donald Nicholson [Translated]. USA. Blackwell Publishing, 2005.

L. EFEBVRE. **A Revolução Urbana**. Tradução Sergio Martins. – Belo Horizonte, Ed UFMG, 3ª reimpressão, 2008.

LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. **Entre o ideal e o real rumo a sociedade urbana – algumas considerações sobre o "Estatuto da Cidade"**.

<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp>> acesso em 07. jul. 2004.

LINDO, Paula Wanessa de Faria. **Geografia e política de assistência social: territórios, escalas, e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LIST 25. **Cidade com maior população de rua do mundo** <http://list25.com/25-cities-extremely-high-homeless-populations/>. Aceso em: 18 dez 2015

LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, 16: 677-175, 1964.

LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, 32: 298-310, 1972.

MARCUSE, Peter: Os direitos nas cidades e o direito à cidade? **Cidades para Todos: propostas e experiências sobre o direito à cidade**, Ana Sugranyesy Charlotte Matyvechi Editoras, disponível on line em.

<http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=20>. acesso em 04. Out 2013

MARCUSE , Peter. **The Right to the City and Occupy: History and Evolution** <http://pmarcuse.wordpress.com/2012/08/02/blog-15-the-right-to-the-city-and-occupy-history-and-evolution/> acesso em: 07 ago 2013.

Marion Filho, Pascoal José; REICHERT, Gabriela Schumacher Henrique.

Desemprego de jovens na região metropolitana de Salvador.

http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume8/6_desemprego_jovens_regiao_metropolitana_salvador.pdf. acesso em: 18.mai. 2015

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre: o retorno a dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 13-23.

MARTINS. José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

MARTINS, Ananda de Melo. **Rede de Resistência solidária: Resistência e cotidiano na luta pelo direito à cidade em Recife-PE**. Dissertação 170f. (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade de Brasília, 2009

MARX, Karl; ENGELS, Fredric. **A Ideologia alemã**. 7ª edição, Hucitec, 1989.

MENEZES, Cynara. **O jeitinho direitista de governar**. Cynara Menezes blog. [S.l.] 04 ago 2015. <http://www.socialistamorena.com.br/jeitinho-direitista-de-governar/>. Acesso em: 23 dez 2015.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa**. Tese de Doutorado. 230f. (FCT). Presidente Purdente, 2006.

ADDANS, Jaqueline; MIRANDA, Cris. Nós não somos mendigos, somos moradores de rua. **Paralelo12** . FTC. abril, 2004.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **Espaços Públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido**. 2006. 119fls. Dissertação. Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. 2006

MNPR. Movimento Nacional de População em Situação de Rua. **História: Movimento Nacional da População de Rua**. http://falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=88. Acesso em 21.out.2011.

MNPR, Movimento Nacional de População em Situação de Rua, **Regimento Interno**, 2013.

MNPR, **Política Nacional da População de Rua**. Conquistas do Movimento. Relatório, março 2013.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

MOLINA, Fábio Silveira. **Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro – da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”**. Tese de Doutorado, 218f (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Maria Berthilde de Barros; SOARES, Maria Simone Morais FILHA; **O ordenamento dos rebeldes: a formação das primeiras vilas no sertão de piranhas e piacó da capitania da parahyba na segunda metade do século XVIII**. Comunicação. XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua**. Rio de Janeiro, Garamound, 2000.

PEREIRA, Gilberto Corso; Carvalho, Inaiá Maria Moreira (orgs). Salvador, uma metrópole em transformação. In: **Salvador, transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro. Observatório daas Metrôpóles, Letra Digital, 2014

PEREIRA, Karine Yane de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersetorialidade nas políticas sociais reflexões sobre suas concepções na política de assistência social**. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/96>

19. Acesso em: 15 set 2015.

QUEIROZ, Iris; IVE, Vanessa. **A rua e seus personagens**. Jornal Aurora da Rua. Ano 5, nº 30, 2012

RAFESTTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

RIBEIRO. Luana. **Cactos ocupam espaço sob viadutos no Canela**; plantas já existem 'há muito tempo.', diz Reis. Blog. 16. 06.2015.
<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/174015-cactos-ocupam-espaco-sob-viadutos-no-canela-plantas-ja-existem-039ha-muito-tempo039-diz-reis.html>

ROBAÍNA, Igor. A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 1, N.2, p. 167-176, 2011.

ROBAÍNA, Igor. “Nas margens do centro”: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. **Caderno de Geografia**, v.23, n.40, 2013

ROBAÍNA, Igor. **Entre Mobilidades e Permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do rio de janeiro**. Tese de Doutorado. 388f. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

RODRIGUES Enrique Benitez. **Diogenes de Sinope y el pensamiento cínico en los proverbios griegos**.
http://cvc.cervantes.es/lengua/paremia/pdf/008/008_benitez.pdf. acesso em 03 jun 2015

RODRIGUES, Arlete MOYSÉS. A cidade como direito. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (33).
 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>> [ISSN: 1138-9788]

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (org) **População de Rua: Brasil – Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995

ROSA, Celisa Moreno Maffei; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; Bezerra, Eneida Maria Ramos. (Orgs.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994

ROSENDO. Susane, **Sapatos nos pés, street papers nas mãos: um caminho para mudança**. Revista ALTERJOR Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02– Volume 02 Edição 04 – Julho-Dezembro de 2011.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Para compreender o “Leviatã urbano” – a cidadania como nexos político-territorial. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **A produção do Espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, Contexto, 2011, p. 177-206.

ORDENAÇÕES FILIPINAS de 1603. Trata das penalidades para homens que não

trabalhassem, nem tivessem moradia fixa e nem senhor. . **Livro V**, 68.
<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. acesso em : 03 mar 2016.

PAGOT, Angela Maria. **O louco, a rua, a comunidade: relações da cidade com a loucura em situação de rua**. Rio de Janeiro. Editoria Fiocruz, 2012

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na Rua: Há um projeto possível?** Dissertação. 151f. (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) USP

OLIVEIRA, Mírian Gracie Plena Nunes. **Consultório de rua: relato de uma experiência**. Dissertação. 152f, Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, 2009.

Rio de Janeiro (Estado). **Cartilha de Redução de Danos**. Viva Comunidade, 2014

SALVADOR, PMS **Decreto** nº 7.791 de 16 de março de 1987.
www.cms.ba.gov.br/leis/index.html. Acesso em 12.mai.2005

SALVADOR. **Decreto**, nº 23.128/2012, criou o Grupo de Trabalho para a elaboração da política Nacional para inclusão da população em situação de rua.

SALVADOR. **Decreto** nº 23.836 de 22 de março de 2013. Institui o CIAMP-Rua.

SALVADOR, Câmara Municipal. **Ata da Sessão Ordinária** de 16 de novembro de 1998.

SALVADOR, Fundação Cidade Mãe. **Objetivos**.
<http://www.salvador.ba.gov.br/index.php/8-cabecalho/9-fundacao-cidade-mae-fcm>.
 acesso em: 03 mar 2016.

SALVADOR. Câmara Municipal de Salvador. **Indicação** 2.120/93); Eliel Santana solicita ao Governo do Estado o aumento de albergues noturnos (indicação nº 2.149/93).

SANTANA, Carlos José de Almeida. **A questão dos meninos e meninas de rua no Brasil e em Salvador: uma análise sócio histórica e territorial**. Dissertação. 221f. Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal da Bahia, 2000.

SANTOS,M., **Espaço do Cidadão**. São Paulo, Nobel,1987.

SANTOS,M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, M. e SILVEIRA. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 350p.

SANTOS, Iraci. **Direito a ter direitos: Assistência Social a população adulta de rua em Salvador**. Dissertação. 167f. Mestrado em Políticas Públicas e Cidadania.

Universidade Católica de Salvador. 2014.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. . In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e Territorialidades: Teorias processos e conflitos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015. p.69-87,

SAQUET, Marco Aurélio **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima .Territórios Do Uso: Cotidiano E Modo De Vida. In: . In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre: o retorno a dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SERPA, Angelo. Margens de Salvador: A Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa; LUZ, Ana Maria a de Carvalho; CARVALHO, Manoel José de; SERRA, Ordep (Orgs.). **Quem Faz Salvador?** Salvador-Bahia, 2002, p. 295-30

SERPA. Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Contexto, 2007.

SERPA, Angelo. Microterritórios e Segregação no Espaço Público da Cidade Contemporânea. In: **Cidades: grupo de estudos urbanos**. Volume 10, numero 17, 2013.p.61-75.

SILVA, CLAUDIA NEVES DA. Brasil. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências . **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 326-351. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf>. ACESSO em 14/06/2016.

SILVA, Maria Lúcia. **Mudanças Recentes no mundo do trabalho e o fenômeno de população de Rua no Brasil 1995-2005**, 220f. Pós Graduação em Política Social – Universidade de Brasília, 2006, p.105).

Souza,Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; MARQUES, Eduardo.et.al. **Políticas Públicas** no Brasil. Rio de Jnaeiro, Editora Fiocruz, 2007. (2007)

Souza,Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**.CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa. et.al (orgs), Rio de Janeiro, Bertrand do Brsil. p 77-116

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e Agora.: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades: Ativismos sociais e espaço** . v 6, Número 9, 2009. p.10-25.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Cidades brasileiras, junho de 2013: o(s) sentido(s) da revolta** (1ª,2ª,3ª partes), 9 de julho de

2013. <http://passapalavra.info/2013/07/80798>, acesso em 20.ago.2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e Territorialidades: Teorias processos e conflitos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015. p.53-68.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Rio de Janeiro, Consequencia, 2015

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977

TOURAINÉ, Alain. **Production da la société**. Paris Seuil, 1973

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. Lua Nova, 87, São Paulo, 139-165, 2012.

TRINDADE. Arnor; FERREIRA, Bárbara Coelho. **Redução de Danos: do trabalho de campo à clínica em CAPSad**. Blog.Saúde Livre. <http://saude-livre.blogspot.com.br/p/reducao-de-danos-do-trabalho-de-campo.html>. acesso em 21. out 2015.

Wendell, Ney. **Cuida bem de mim: teatro, afeto e violência na escola**. Editus, Ilhéus, 2010.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com profissionais que atuam em programas para População de Rua

Local da Entrevista

Data ____/ ____/ ____

Função no projeto _____

Nº do Profissional _____

- 1 – Quando foi criado esse programa?
- 2 – Qual o principal objetivo.
- 3 – Com quais recursos esse programa é desenvolvido?
- 4 – Qual a média de atendimento do programa ao mês?
- 5 – Por que o atendimento desse programa se realiza neste local?
- 6 – Como você vê a aceitação e participação dos assistidos ao programa?
- 7 – Quais os resultados positivos que você destaca do programa?
- 8 – O que o programa não conseguiu atingir? Por quê?
- 9 – Para você é possível, na condição de População de Rua, ter direito à cidade? Se sim, como? Se não, por que.
- 10 – Qual é a cidade que esse programa pensa para a População de Rua?

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com a população de rua abrigada e não abrigada

Data ___/___/___

Local da entrevista: _____

Inicial _____

1 – Qual o seu nome?

2 – Idade

3 – cidade de origem

4 – motivo de estar na rua

5 – quanto tempo na rua

6 – tem profissão? Qual?

7 – Tem alguma renda? Se sim, como?

8 – Está abrigado? Se sim, onde? Se não onde costuma ficar?

9 – O que acha do local de abrigamento?

10 – Tem algum auxílio do governo? Qual?

11 – Por que você fica neste lugar?

12 – O que você faz no seu dia a dia?

13 – Você luta para ter direito à cidade? Como?

14 – O que é esta cidade para você? Explorar as possibilidades e limites.

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com Ativistas

- 1 Que atividade você desenvolve com a População de Rua?
- 2 Como você iniciou o trabalho com a População de Rua?
- 3 Quais são os desafios para lutar pela causa da População de Rua em Salvador?
- 4 Como você vê o papel do MNPR nesta luta?
- 5 Com você vê as políticas públicas para a População de Rua?
- 6 Como é possível a população de Rua ter direito à cidade?

ANEXOS A: DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersectorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional

para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188^º da Independência e 121^º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

ANEXO B: DECRETO Nº 23.128 de 09 de agosto de 2012

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições,

CONSIDERANDO que a Política Nacional da População em situação de rua criada através do Decreto da Presidência da República nº 7.053/2009 referencia as ações socioassistenciais em prol do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de pessoas em situação de rua nos âmbitos dos estados, municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que a problemática vivenciada por moradores em situação de rua resulta de questões históricas e socioeconômicas, demandando políticas públicas protetivas e inclusivas;

CONSIDERANDO que a Política de Assistência Social destinada a pessoas em situação de rua deve ser operacionalizada a partir de participação efetiva dos diversos segmentos do Poder Público e Sociedade Civil; DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para inclusão social da população em situação de rua.

Parágrafo Único - Os estudos e propostas a serem elaborados devem primar pela intersectorialidade entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, habitação, trabalho e renda e garantia dos direitos humanos.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por um representante, titular e suplente, de cada um dos Órgãos municipais a seguir indicados:

I - Casa Civil;

II - Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão - SETAD, que o coordenará.

III - Secretaria Municipal de Saúde - SMS;

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECULT;

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM.

Art. 3º Também comporão o Grupo de Trabalho, com representantes titular e suplente, as seguintes Organizações da Sociedade Civil;

I - Movimento da População de Rua de Salvador;

II - Fórum Permanente da População de Rua;

III - Ministério Público;

IV - Defensoria Pública;

V - Programa Bahia Acolhe/SEDES-BA.

Art. 4º A participação no Grupo de Trabalho de que trata o presente Decreto não ensejará remuneração e será considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 5º O Grupo de Trabalho será extinto no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 09 de agosto de 2012.

JOÃO HENRIQUE
Prefeito

GERALDO DIAS ABBEUSEN
Chefe da Casa Civil

VIRGINIA MARIA MAIA BAPTISTA
Secretária Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão

ANEXO C: DECRETO Nº 23.836 DE 22 DE MARÇO DE 2013.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEU COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no inc. V, do art. 52, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Federal nº 7.053/2009, e considerando o disposto no Decreto nº 23.128/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo Único - Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Art. 3º São princípios da Política Municipal para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado;

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas municipais;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio às organizações da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, habitação, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - produzir e contribuir na construção de dados e indicadores da população em situação de rua no âmbito municipal, visando à vigilância socioterritorial;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - disponibilizar, divulgar e incentivar a utilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como, de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este

segmento;

VIII - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

IX - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 6º;

X - implantar e implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XI - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes e permanentes, garantindo o seu acesso pela população em situação de rua e

XII - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho ou geração de renda.

Art. 6º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua.

§ 1º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência as necessidades locais, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 2º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de habitação popular promovidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 7º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada um dos órgãos a seguir indicados:

I - Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, que o coordenará;

II - Casa Civil;

III - Secretaria Municipal da Saúde;

IV - Secretaria Municipal da Educação;

V - Secretaria Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil;

VI - Secretaria Municipal de Ordem Pública.

§ 1º A sociedade civil terá 6 (seis) representantes, titulares e suplentes, sendo 3 (três) de organizações de âmbito municipal da população em situação de rua, sendo assegurada a

participação do Movimento de População de Rua e 3 (três) de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º O Ministério Público da Bahia e a Defensoria Pública Estadual poderão compor comitê como membros convidados.

§ 3º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Cabe à Casa Civil a gestão e o controle dos projetos estratégicos intersetoriais.

Art. 8º As Entidades e Organizações da Sociedade Civil que desejarem se habilitar ao Comitê Intersetorial serão escolhidos mediante eleição democrática promovida pelo órgão gestor de Política Municipal de População em Situação de Rua e deverão preencher os seguintes requisitos:

I - As Organizações de âmbito municipal da população em situação de rua são organizações com personalidade jurídica ou não, que se reúnem regularmente para discutir assuntos relacionados à população de rua há pelo menos 01 (um) ano;

II - As Entidades que tenham como finalidade o trabalho com pessoas em situação de rua são entidades com personalidade jurídica, criados há pelo menos 01 (um) ano e que tenham atuação comprovada.

Parágrafo Único - Os critérios para habilitação das organizações e entidades bem como o processo de eleição dar-se-á através de ato do órgão coordenador do comitê.

Art. 9º Compete ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua, especialmente quanto aos objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Municipal nº 23.128 de 09 de agosto de 2012;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos municipais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos para subsidiar as deliberações do Comitê;

VII - organizar, periodicamente, encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza prestará o apoio técnico e administrativo que se fizer necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 22 de março de 2013.

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA

ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS
CHEFE DA CASA CIVIL

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

JOÃO CARLOS BACELAR BATISTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PAULO SÉRGIO DE NORONHA FONTANA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

ROSEMMA BURLACCHINI MALUF
Secretária Municipal de Ordem Pública

ANEXO D: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA – NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE RUA



Instituição essencial à Justiça

Defensoria Pública Especializada na Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante.
Rua Pedro Lessa, nº 123, Salvador - Bahia - Tel (71) 3117-6935

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONOMICO
População Em Situação De Rua**

SIGAD: _____

DADOS PESSOAIS	Nome: _____	
	Mãe: _____	
	Pai: _____	
	Sexo: () Masculino () Feminino	Data De Nascimento: / /
	Etnia: _____	Religião: _____
	Nacionalidade: _____	
	Naturalidade: _____	
	Estado Civil: _____	
	Têm Filhos: () Sim () Não Quantos: _____	
	Moram Com Quem: _____	
DOCUMENTOS PESSOAIS	Certidão De Nascimento: Nº Termo _____ Folha _____ Livro _____ Cartório _____	
	RG: () Sim () Não. Nº: _____	
	CPF: () Sim () Não. Nº: _____	
	CTPS: () Sim () Não. Nº _____ Série: _____	
	Título De Eleitor: () Sim () Não. Nº: _____ Zona _____ Seção _____	
	Reservista: () Sim () Não. Nº: _____	
	Cartão Do Sus: () Sim () Não. Nº: _____	
ESCOLARIDADE	Sabe Ler E Escrever? () Sim. () Não. () Nunca Estudou. () 1º Grau Incompleto. () 1º Grau Completo. () 2º Grau Incompleto () 2º Grau Completo () Superior Incompleto () Superior Completo. () Não Sabe / Não Lembra.	

DADOS PROFISSIONAIS	Qual Sua Profissão? _____
	Atualmente Exerce Alguma Atividade Remunerada? () Sim () Não.
	Caso Positivo Qual? _____
	Qual A Média Mensal De Renda? _____
TRAJETÓRIA DE RUA	Já Exerceu Atividade Com Carteira Assinada? () Sim () Não.
	Qual _____
	Localidade Onde Pode Ser Encontrado: _____
	Quais As Razões o(a) Levaram A Situação De Rua? _____

	() Alcoolismo E/Ou Outras Drogas () Desemprego () Desavenças Familiares () Imigração
	() Outros Motivos: _____
DOENÇA E/OU PROBLEMAS DE SAÚDE	Deseja Reatar Os Laços Familiares? () SIM () NÃO. Caso positivo, qual o telefone e endereço de familiares: _____
	Deseja Retornar À Cidade De Origem? () SIM () NÃO. Caso Positivo, Qual O Telefone E Endereço De Familiares: _____
	É Deficiente: () Sim () Não. Qual Deficiência: _____
	Têm Problema De Saúde: () Sim () Não
DEPENDÊNCIA QUÍMICA:	() Diabetes () Hipertensão () Tuberculose () HIV/ Aids () Transtorno Mental
	() Outros. Quais _____
DEPENDÊNCIA QUÍMICA:	Faz Uso De Algum Medicamento: () Sim () Não. Qual _____
	Faz Uso De Algum Entorpecente?: () Sim () Não
DEPENDÊNCIA QUÍMICA:	() Álcool () Cigarro () Maconha () Crack () Cocaína () Outros
	Qual: _____

HISTÓRICO DE VIOLENCIA	Já Sofreu Algum Tipo De Violência Na Rua? ()SIM ()NÃO.
	Quando Ocorreu? () Ultima Semana () Ultimo Mês () Ultimo Ano () Outro _____
	Poderia Detalhar O Caso: _____ _____ _____
PROBLEMAS COM A JUSTIÇA	Responde A Algum Processo Criminal?: () Sim () Não
	Sabe Informar O N° Do Processo? () Sim () Não – N° _____
	Qual a Localidade Onde Ocorreu O Crime? _____
	Qual O Crime Cometido? _____
	Poderia Detalhar? _____ _____
PROGRAMAS DO GOVERNO	Tem Acesso A Algum Programa Governamental? ()SIM ()NÃO ()Bolsa Família. ()BPC/LOAS ()Minha Casa Minha Vida ()Outro. Qual _____
	UNIDADES DE ACOLHIMENTO
ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO	É Acompanhado Por Alguma Unidade? ()SIM ()NÃO. ()Centro Pop -Bx Sapateiros. ()Centro Pop – Roma. ()Casa De Pernoite – Roma ()Alberque – Roma () Centro 24 Horas – Uruguai () República – São Caetano ()Outro. Qual: _____
	Já encontrou dificuldades de acesso ao Serviços Publico? ()SIM ()NÃO
	() Rede de Saúde ()SAC ()2ª via de documento ()Prefeitura ()Defensoria Pública União ()Ministério Público ()Defensoria Publica Estadual ()Outro Qual: _____

Data: / / .	Local:
Responsável pelo preenchimento:	
Telefone :	e-mail

ANEXO E: RELAÇÃO DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA REDE PRÓPRIA E REDE CONVENIADA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

**UNIDADES DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA
EXECUÇÃO DIRETA - REDE PRÓPRIA**

nº	Entidade	Endereço	Bairro	Sexo	Meta
1	UAI Itapuã	Avenida Dorival Caymmi, nº 635.	Itapuã	Feminino	50
2	UAI Pau da Lima	Avenida Aliomar Baleeiro, s/nº.	Estrada Velha do Aeroporto	Masculino	50
3	UAI San Martin	Avenida General San Martin, nº 392.	Fazenda Grande do Retiro	Masculino	50
4	UAI Amaralina	Rua Visconde de Itaboraí, nº 2ª.	Amaralina	Família	50
5	UAI Bonocô	Avenida Mário Leal Ferreira, nº 1.473.	Cosme de Farias	Central	50
6	Casa de Passagem Vasco da Gama	Avenida Vasco da Gama, nº. 2.177.	Vasco da Gama	Masculino	50
7	UAI Baixa do Sapateiro	Avenida J.J. Seabra, nº 232.	Baixa dos Sapateiros	Masculino	50

**UNIDADES DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA
CONVENIADAS REDE REDE PRIVADA**

nº	Entidade	Endereço	Bairro	Sexo	Meta
1	Casa das Pérolas	Rua da Fraternidade, s/nº.	Fazenda Coutos	Feminino	40
2	Associação Cultural e Beneficente Meninos do Brasil	Segunda Travessa Dois de Julho, nº 53.	Coutos	Masculino	50
3		Loteamento Três Árvores, casa 146, lote 145, quadra 11.	Pituaçu		50
4	Associação Pleno Cidadão - ASPEC	Avenida Visconde de Caravelas, nº. 150	Ribeira		50
5	Instituto de Saúde Integral - ISIBA				50
6					50
7	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais				50
8	Leste - ADRA				50

ANEXO F: CARTA ABERTA DE REPRESENTANTES DO COMITÊ POPULAR DA COPA PARA SOLICITAR AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS INTERVENÇÕES URBANAS EM SALVADOR E REGIÃO, MOTIVADAS PELA COPA DO MUNDO FIFA 2014.



CARTA ABERTA

No ensejo da realização de uma audiência pública com a participação especial da urbanista Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada e de representantes da Defensoria Pública do Estado da Bahia e do Ministério Público Federal, o Comitê Popular da Copa – Bahia vem a público manifestar a sua preocupação com a falta de informações oficiais referentes às intervenções em Salvador e região, motivadas pela Copa do Mundo FIFA 2014.

As poucas informações a que se tem tido acesso são extremamente superficiais e indicativas de um vazio de planejamento e de projetos executivos. Para que se tenha a exata dimensão do problema, nem mesmo o Ministério Público e o Tribunal de Contas, órgãos por excelência de fiscalização e controle, têm obtido acesso, em tempo hábil, ao exercício das suas funções.

Portanto, a inexistência de transparência de informações, por parte do poder público, sobre os projetos relacionados à Copa 2014 e a total ausência de canais de participação da sociedade civil organizada no planejamento e no controle social das ações e obras pertinentes ao evento, nos leva a por em dúvida os propalados legados positivos para a maioria da sociedade. O modelo que vem sendo desenhado é elitista, pois tende a favorecer o enriquecimento daqueles que já concentram a riqueza, aumentando a exclusão das populações negras e pobres.

O PDDU da Copa, prestes a ser enviado à Câmara Municipal para votação em prazo exíguo, constitui-se em estratégia para institucionalizar a cidade de exceção, no apagar das luzes do ano de 2011, ficando as suas consequências como ônus permanente para os soteropolitanos.

É finalidade do Comitê Popular debater a transparência e acesso ao orçamento e aos projetos que serão executados na cidade e região, pleitear e estimular a participação popular através de instrumentos de controle social e pautar debates com foco no papel do poder público na preservação dos direitos humanos, visando dar atenção especial aos possíveis impactos negativos decorrentes das ações da Copa.

Fala-se na construção da Linha Viva, uma via pedagiada que parte do Acesso Norte em direção a Lauro de Freitas a qual, sendo executada, impactará em diversos bairros populares localizados à margem esquerda da Av. Paralela. Fala-se, também, na Av. Atlântica, que passando à margem direita da Av. Paralela levará ao aeroporto, impactando o Bairro da Paz e a região de São Cristóvão. O traçado exato dessas vias e o seu projeto executivo é totalmente desconhecido pela sociedade. Do mesmo modo, desconhece-se o que será feito do entorno da Arena Fonte Nova e as suas condições de acesso, sendo vagamente mencionada a construção de viadutos. Nesta área, inclusive, não foi feito qualquer estudo prévio de impacto de vizinhança.

No bojo das grandes obras, questiona-se o lugar das periferias da cidade, tão carente de infraestrutura urbana básica e de equipamentos sociais, além da atenção com a questão da acessibilidade tão negligenciada em nossa cidade.

As preocupações do comitê Popular se voltam também para questões que vão além das obras e que poderão impactar a vida de populações já vulneráveis: a exploração sexual no turismo e o tráfico de pessoas; a exposição infantil a situações de violência e trabalho; a "faxina étnica" e "higienização social" que historicamente vem sendo impingida às populações de rua em ocasiões de grandes eventos, entre outras.

Oportunidades também são buscadas para os trabalhadores ambulantes, baianas de acarajé e para as redes de serviços, a exemplo das redes de catadores, de alimentos e de confecção. Preocupados com a enorme dívida pública que o evento carreará para ônus de todos, queremos ser herdeiros também dos bônus que, com firmeza, exigimos como direito.



Salvador, 25 de novembro de 2011.

Rede CAMMPI

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA
 Ass. Beneficente e Democrática dos Alagados de Itapagipe – ABDAI
 Movimento de População de Rua
 Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA
 Rede de Alimentação ECOSOL
 Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE
 Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Bahia
 Vozes de Salvador
 SOS Barra
 Ass. Guia de Luz
 Ass. de Moradores do Conjunto Santa Luzia
 Ass. Beneficente Educação Arte e Cidadania – ABEAC
 Território Metropolitano
 Pastoral da Criança
 Fórum de Entidades do Movimento Negro
 Ass. Mirante do Bonfim
 Cooperativa Recicoop
 Cooperativa Múltipla Fonte de Engomadeira
 Ass. Joanes Leste
 Centro de Educação Comunitária Educar para Libertar
 Cooperativa de Alimentos Engenho Doce
 Rede de Costura
 Cooperativa de Reciclagem CANORE
 Cooperativa de Reciclagem COOPERES
 Federação das Associações de Bairro de Salvador – FABS
 Jubileu Sul – Bahia
 Cipó Comunicações
 Ass. de Doceiras e Confeiteiras de Itapagipe – ADOCCI
 Centro de Apoio ao Adolescente Carente – CEAMAC
 Cooperativa CAMAPET
 Ass. das Costureiras de Itapagipe – ASCOSI
 Soc. Nac. Movimento Trem de Ferro
 GAPA/BA
 Vida Brasil
 COCAS
 Ação Social Arquidiocesana – ASA
 Cáritas Brasileira
 Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho

ANEXO G: CONVOCAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO PELO DIREITO À CIDADE NA PRAÇA MARECHAL DEODORO – “PRAÇAS DAS MÃOS”

PELO DIREITO À CIDADE, PELA PRAÇA DAS MÃOS PELOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015 NOS MANIFESTAMOS

"No dia 10 de dezembro de 2015, dia internacional dos direitos humanos, a Prefeitura Municipal de Salvador realizou uma ação de remoção dos quiosques localizados na Praça Marechal Deodoro – Comércio, conhecida como Praça das Mãos. Com isso os órgãos da prefeitura que faziam a demolição tentaram levar os pertences das pessoas em situação de rua, que vivem no local, o que gerou um tumulto, levando a guarda municipal a agir com extrema violência contra um grupo de pessoas em situação de rua, que foram agredidas com cacetes, chutes e spray de pimenta. Com esta ação a Prefeitura pretende transformar a praça em um grande estacionamento.

Na Praça das Mãos diversos serviços de saúde e cidadania atuam, trabalhando em rede e viabilizando o acesso dessa população aos serviços públicos da cidade: Ponto de Cidadania, que tem sua sede na própria praça e também está ameaçado de sair; Corra pro Abraço; Consultório na Rua; Unidade de Saúde da Família Terreiro de Jesus; Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas (CAPSad); Gregório de Matos; Obras Sociais Irmã Dulce.

A praça das Mãos é um patrimônio histórico, centro de convivência e sociabilidade e lugar de sustento para a comunidade do Pilar, Santa Luzia e Julião, bem como para a população em situação de rua residente na área, por conta disso convocamos esse ato, para resistir a esse processo de gentrificação do Centro Histórico, ao racismo institucional que permeia o serviço público e a política higienista que a prefeitura tem adotado na cidade.

Portanto, convocamos a todos para uma mobilização em defesa da população em situação de rua, dos vendedores dos quiosques, da comunidade do Pilar, Santa Luzia e Julião e da Praça das Mãos! Essa não foi a primeira e nem será a última!

O quê? Ato Público “Ocupe a Praça das Mãos!”

#QUANDO <<https://www.facebook.com/hashtag/quando>> ?

NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA (17/12/2015), às 14h

Onde? Na Praça Marechal Deodoro (Praça das Mãos) – Comércio, Salvador-BA

ANEXO H - RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, MUNICÍPIO DE SALVADOR-Ba, 2015.

17/10/2015

aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/consulta_cidade_geral.php#

Unidade Geográfica: municipal
 Data/Hora Geração: 17/10/2015-15:44:23
 Quantidade de Registros: 1 - Página: 1

[Ficha \(HTML\)](#)


Desenvolvimento Social

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Variável / Indicador	Valor		
Município			
N.	1		
UF	BA		
Município	Salvador		
CÓDIGO IBGE	292740		
Assistência Social			
Abordagem Social	2015	Nº de Equipes (Município)	1
		Valor Repassado (R\$) (Município)	30.000,00
Centros Específicos para População de Rua - Centro POP	-	Quantidade de Centros POP ativos	3
		Data de Atualização	03/10/2015
Centros POP que preencheram o Censo SUAS	2015	Quantidade de Centros POP Cadastrados no Censo SUAS	-
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop	2015	Famílias e Indivíduos	600
		(R\$)	552.000,00
Serviços de Acolhimento	2015	Famílias e Indivíduos	250
		(R\$)	2.448.000,00
Serviços de Acolhimento - Residência Inclusiva	2015	Famílias e Indivíduos	10
		(R\$)	-
Transferência de Recursos para Municípios em Calamidade Pública	2015	Recurso Transferido	-
Unidades de Acolhimento	-	Quantidade de Unidades de Acolhimento	37
		Data de Atualização	03/10/2015
Vagas em Unidades de Acolhimento Cofinanciadas pelo MDS	2015	Outros Públicos	200
		Crianças/Adolescentes	520
		Jovens e Adultos com Deficiência	10
		Adultos e Famílias	250
		Total de Vagas	980

(-) NÃO DISPONÍVEL

(*) NÃO SE APLICA AOS CRITÉRIOS DO PROGRAMA/AÇÃO, NÃO SE CANDIDATOU AO EDITAL OU NÃO FOI SELECIONADO

(**) INFORMAÇÃO DO ÚLTIMO MÊS DISPONÍVEL